



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ARICARLA BATISTA DE OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
FAMÍLIAS REASSENTADAS PELO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA
ESTRADA NOVA (PROMABEN)**

BELÉM-PA

2017

ARICARLA BATISTA DE OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
FAMÍLIAS REASSENTADAS PELO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA
ESTRADA NOVA (PROMABEN)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Joana Valente Santana.

BELÉM-PA

2017

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Armando Corrêa Pinto – ICSA/UFPA

- O482 Oliveira, Aricarla Batista de
 Impactos socioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) / Aricarla Batista de Oliveira. - 2017.
 236 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Joana Valente Santana.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Faculdade de serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2017.
1. Habitação popular – Belém (PA). 2. Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) – Belém (PA). 3. Habitação – Condições econômicas – Belém (PA). I. Santana, Joana Valente, *orient.* II. Título.

CDD 363.58098115

ARICARLA BATISTA DE OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS
FAMÍLIAS REASSENTADAS PELO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA
ESTRADA NOVA (PROMABEN)**

Belém, 29 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Joana Valente Santana – PPGSS/UFPA – Orientadora

Profa. Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz – PPGSS/UFPA – Examinadora Interna

Profa. Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz – PPGSS/UNIFESP – Examinadora Externa

Dedico este trabalho às pessoas que lutam, diariamente, pelo direito à vida digna.

AGRADECIMENTOS

A escrita deste trabalho foi permeada de complexidades que necessitaram do esforço teórico/metodológico crítico, mas também e não menos importante, de muitas palavras de conforto, abraços e olhares, que me cercaram de esperança e prazer na busca do conhecimento.

Esta árdua e estimulante conquista, representa, além da soma de muito estudo e dedicação, o resultado de análises realizadas acerca de uma das expressões da questão social, com enormes rebatimentos para a classe trabalhadora. Por isso agradeço aos moradores do Residencial Antônio Vinagre que compartilharam suas histórias de vida e concederam as informações que contribuirão enormemente na reivindicação do direito à cidade.

Registro a importância da energia positiva, representada com a palavra *Deus*, que para mim significa força e amor: bastante presente em minha mente e em minhas atitudes durante essa longa jornada.

Agradeço à UFPA/CNPq pela oportunidade de estudo e de avanço profissional e pessoal.

Retribuo com um simples, porém verdadeiro: “*Obrigada*” à enorme contribuição de minha orientadora, *Profa. Dra. Joana Valente Santana*, pois ao longo desses anos de parceria na vida acadêmica e pessoal, seu incentivo foi essencial em diversas fases dessa caminhada em busca do conhecimento e da ação.

Agradeço aos professores do PPGSS que contribuíram com a minha formação acadêmica e pessoal desde a graduação, em especial aos que participaram desses dois anos de muita aprendizagem: Adriana Mathis, Maria Antônia Nascimento, Nádia Fialho, Sandra Helena Cruz, Vera Gomes, Reinaldo Pontes, Marcel Hazeu, Solange Gayoso, entre outros.

Aos amigos e companheiros de turma que dividiram comigo experiências inesquecíveis, permeadas de momentos de reflexões críticas sempre regadas de boas risadas e algumas ‘cervejinhas’: Aida Margarida (mulher persistente), Eucicleia Dias (uma pessoa doce e parceira), Ricardo Wanzeler (grande e eterno jovem iluminado), Débora Rodrigues (menina guerreira), Jean René (um grande e inteligente haitiano), Leidiane Marques (mulher encantadora), Severino Martins Jr. (alegria e força contagiante), Domingos Conceição (um cara que representa muita luta), Ellana Pinheiro (colega surpreendente) e Heloisa Ramos (maranhense de garra).

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), pelo compartilhamento de informações e conhecimento, em especial aos parceiros de pesquisa: Najara Maylla, Sérgio Cortinhas, Mônica Melo, André Alves, Vinícius Alexandre, Margareth Padinha, Tamara Souza, Letícia Oliveira, Max Miranda, que somaram grandes esforços para estarem comigo em diversos momentos deste trabalho.

Às amigas de Faculdade Mayra Ramos e Adriana Azevedo que também contribuíram para que esse resultado fosse alcançado.

Às alunas do curso de Serviço Social (UFPA) da turma de FHTM IV (2016), que contribuíram enormemente na pesquisa de campo.

À minha família, em especial à minha amada mãe, Maria de Fátima, que sempre me acalenta com seu sorriso e suas palavras motivadoras. Ao meu Pai Arialdo Sanches, que me inspira com seu jeito questionador e que sempre está em busca de aprendizado. Além de minhas irmãs Arielly e Ana Paula que, mesmo distantes, sempre se fizeram presentes com doces palavras.

Ao meu companheiro de todos os momentos: Rafael Pinto, que durante oito anos – ou mais – de muita parceria, sempre esteve ao meu lado. E nesses dois anos desafiadores, foi a minha fortaleza nas horas de angústia, indecisão e alegria.

À equipe de trabalho da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Tucuruí que contribuíram significativamente para as condições da escrita deste estudo, representados na figura dos parceiros Eliel Brito, Adriano Nava, Benedita Borges e Maricléia Góes.

Enfim, gostaria de agradecer a todos que fizeram parte dessa jornada e que contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

Ficaremos acordados.
Imaginando alguma solução!

(Renato Russo - Legião Urbana)

RESUMO

Este estudo busca analisar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), na cidade de Belém-PA. A pesquisa foi desenvolvida com base no método dialético para a investigação do fenômeno, tendo como procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e de campo. O estudo apoia-se em referenciais teóricos sobre a produção da cidade capitalista e a desigualdade de apropriação do solo urbano, processos estes que impactam diretamente na produção de moradias precárias para as frações da classe trabalhadora brasileira, que não conseguem acessar o mercado privado da habitação, dado os mecanismos de formação de preços da terra urbanizada. Com isso priorizou-se no levantamento bibliográfico, autores clássicos e contemporâneos, que discutem a lógica de produção de cidades enfocando o processo de remoção de assentamentos precários no Brasil ao longo da história da política urbana habitacional. A pesquisa documental constitui-se das leituras e análises de documentos do PROMABEN, disponibilizados pela Prefeitura de Belém e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o intuito de verificar as informações acerca da intervenção urbana, bem como, as novas orientações e/ou normas técnicas para o reassentamento de famílias. Para a coleta de dados, contou-se com a aplicação de formulário estruturado com as variáveis: perfil do morador; trabalho e renda; situação de moradia; situação de serviços públicos; participação política e percepção do morador. A pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2016, alcançou 52 (cinquenta e dois) moradores reassentados para o Conjunto Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre, correspondendo a 49,52% do total de famílias reassentadas para o Residencial, até a data da pesquisa. As análises apontam para as precárias condições de moradias populares constituídas em áreas insalubres e inadequadas, como os cortiços, as favelas, e, no caso de Belém, as baixadas, que historicamente, são alvos de experiências urbanísticas de cunho sanitarista, que priorizam a infraestrutura física do espaço, em detrimento das condições de reprodução social das famílias removidas. Diante disso, os resultados desta dissertação evidenciam que *o reassentamento de famílias para o Residencial Antônio Vinagre, realizado pelo PROMABEN, provocou a desarticulação nas estratégias de sobrevivência dos moradores*. Isto é, o reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador, isso porque a produção e uso da cidade condiz diretamente com a divisão social do trabalho no espaço. Logo, apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não altera sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora, pois as condições de renda permanecem as mesmas da área anterior ou chegam a piorar, e os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no assentamento precário, neste caso na baixada.

Palavras-Chave: Reassentamento de famílias. Impactos socioeconômicos. Desarticulação das estratégias de sobrevivência.

ABSTRACT

This study aims to analyze the socioeconomic impacts on the lives of families resettled at the Residencial Antônio Vinagre by the Estrada Nova Basin Sanitation Program (PROMABEN), in the city of Belém-PA. The research was developed based on the dialectical method for the investigation of the phenomenon, having as methodological procedures: bibliographical survey, documentary and field research. The study is based on theoretical references on the production of the capitalist city and the inequality of appropriation of the urban land, processes that directly impact on the production of precarious housing for the fractions of the Brazilian working class that can not access the private housing market, given the price formation mechanisms of urbanized land. With this in mind, in the bibliographical survey, classical and contemporary authors discuss the logic of city production focusing on the process of removing precarious settlements in Brazil throughout the history of urban housing policy. The documentary research consists of the readings and analysis of PROMABEN documents, made available by the Municipality of Belém and the IDB, in order to verify the information about the urban intervention, as well as the new guidelines and / or technical norms for resettlement of families. For the data collection, the application of a structured form with the following variables was used: profile of the resident; work and income; housing situation; situation of public services; political participation and the perception of the resident. Field research, carried out in the second half of 2016, reached 52 (fifty-two) resettled residents for the Comandante Cabano Antônio Vinagre Residential Complex, corresponding to 49,52% of the total families resettled to the Residencial until the date of the survey. The analyzes point to the precarious conditions of popular housing constituted in unhealthy and inadequate areas, such as slums, favelas, and, in the case of Belém, the lowlands, which historically are the targets of sanitary urbanistic experiences that prioritize the infrastructure space, to the detriment of the conditions of social reproduction of the families removed. Therefore, the results of this dissertation show that *the resettlement of families to the Residencial Antônio Vinagre, carried out by PROMABEN, provoked the disarticulation of the residents' survival strategies*. That is, resettlement did not alter the subaltern condition of the working dweller, because the production and use of the city directly corresponds to the social division of labor in space. Therefore, only the change of the place of residence of the workers does not change their survival condition as a working class, because the income conditions remain the same as in the previous area or even worse, and the residents are not able to use in the new residential space the survival strategies they used in precarious settlements, in this case in the lowlands.

Keywords: Resettlement of families. Socioeconomic impacts. Disruption of survival strategies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tendência de impactos pós-reassentamento de famílias evidenciados em pesquisas acadêmicas	80
Quadro 2 – Estudos sobre impactos pós-remoção de famílias	113
Quadro 3 – Número de assentamentos precários nos bairros da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova	123
Quadro 4 – Organização das atividades desenvolvidas pelos moradores	145
Quadro 5 – Material de construção e área das antigas moradias	157
Quadro 6 – Sistematização dos indicadores de impactos	172
Quadro 7 – Do que os moradores sentem falta do antigo local de moradia?	176

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da cidade de Belém e Região Metropolitana	90
Figura 2 – Processo das primeiras ocupações de Belém e Região Metropolitana	93
Figura 3 – Palafitas: aspectos da moradia nas baixadas em Belém	95
Figura 4 – Av. Visconde de Souza Franco antes da urbanização	99
Figura 5 – Av. Visconde de Souza Franco atualmente	99
Figura 6 – Conjunto Vila da Barca – Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca.....	110
Figura 7 – Nova Holanda, Rio de Janeiro	110
Figura 8 – Parque Residencial Jefferson Peres – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)	111
Figura 9 – Moradias às margens da BNEH	124
Figura 10 – Comércio na área da Estrada Nova: taberna no Mercado Porto do Sal	125
Figura 11 – Serviços na área da Estrada Nova: carregador de farinha	125
Figura 12 – Feirantes na área da Estrada Nova	125
Figura 13 – Porto na área da Estrada Nova	125
Figura 14 – Pequeno comércio na residência da Estrada Nova	126
Figura 15 – Venda de açaí na residência da Estrada Nova	126
Figura 16 – Área inicial do “Portal da Amazônia” (Orla) durante a construção	128
Figura 17 – “Portal da Amazônia” (Orla) atualmente	129
Figura 18 – “Portal da Amazônia” (Orla) atualmente	129
Figura 19 – Delimitação da sub-bacia I	131
Figura 20 – Localização do Residencial Antônio Vinagre	136
Figura 21 – Blocos do Residencial	136
Figura 22 – Distância entre o Bairro do Jurunas e o Residencial Antônio Vinagre	137
Figura 23 – Espaços comerciais desativados	150
Figura 24 – Serviços de costura	153
Figura 25 – Venda de “chopp”	153
Figura 26 – Trecho de obras e remoção de famílias na Estrada Nova	156
Figura 27 – Moradias precárias da Estrada Nova	157
Figura 28 – Registro do Termo Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso para Fins de Moradia – CDRU	160
Figura 29 – Avisos para pagamento de taxa de água nos Blocos	163
Figura 30 – Avisos para pagamento de taxa de água nos Blocos	163
Figura 31 – Alerta para corte no abastecimento de água	164
Figura 32 – Alerta para limpeza	166
Figura 33 – Localização de serviços próximos ao Residencial	167
Figura 34 – Serviços próximos ao Residencial Antônio Vinagre	171
Figura 35 – Serviços próximos ao Residencial Antônio Vinagre	171
Figura 36 – Pichações e infiltrações nas paredes do Residencial	174
Figura 37 – Pichações e infiltrações nas paredes do Residencial	174
Figura 38 – Registro de violência durante a pesquisa de campo	175

LISTA DE MAPA E PLANTA

Mapa 1 – Localização dos assentamentos precários em Belém	94
Planta 1 – Delimitação das áreas das sub-bacias	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Indicadores de impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos evidenciados em trabalhos acadêmicos	119
Gráfico 2 – Moradores participantes da pesquisa	141
Gráfico 3 – Idade dos moradores	141
Gráfico 4 – Local de origem dos moradores	142
Gráfico 5 – Uso da antiga residência	147
Gráfico 6 – Uso da nova moradia	149
Gráfico 7 – Renda dos moradores antes e depois do reassentamento	152
Gráfico 8 – Moradia no Jurunas	154
Gráfico 9 – Taxa de água antes e depois do reassentamento	163
Gráfico 10 – Taxa de energia elétrica antes e depois do reassentamento	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Unidades cadastradas por sub-bacia	133
Tabela 2 – Melhor alternativa de remanejamento segundo as famílias	138
Tabela 3 – Escolaridade dos moradores participantes da pesquisa	142
Tabela 4 – Ocupação/trabalho desenvolvido antes do reassentamento	144
Tabela 5 – Ocupação/trabalho desenvolvido após o reassentamento	144
Tabela 6 – Indenização e número de moradores indenizados	148
Tabela 7 – Tempo de moradia no Bairro do Jurunas	155
Tabela 8 – Sistematização da composição familiar antes e depois do reassentamento ..	158

LISTA DE SIGLAS

BHEN	Bacia Hidrográfica da Estrada Nova
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDP	Companhia das Docas do Pará
CEF	Caixa Econômica Federal
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COHAB-PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará
COHAB's	Companhias de Habitação
ConCidades	Conselho das Cidades
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCP	Fundação da Casa Popular
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEP-CIHAB	Grupo de Estudo e Pesquisa – Cidade, Habitação e Espaço Humano
IAPS	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAI	Plano de Ação Imediata
PAIH	Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PARU	Programa de Apoio à Reforma Urbana
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Planos Locais de Habitação de Interesse Social
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNH	Política Nacional de Habitação
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PRB	Programa de Recuperação de Baixadas
PROMABEN	Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub-Habitação
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMB	Região Metropolitana de Belém
SAAEB	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCP	Unidade Coordenadora do PROMABEN
UFPA	Universidade Federal do Pará
UH	Unidade Habitacional
ZEIA	Zona Especial de Interesse Ambiental
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 CIDADE CAPITALISTA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO	26
1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	27
1.1.1 O trabalho(dor) na cidade capitalista	31
1.1.2 A questão da moradia para as frações da classe trabalhadora	36
1.2 O ESTADO CAPITALISTA E O DIREITO À CIDADE	43
1.2.1 A cidade para além do capitalismo	45
2 POLÍTICA URBANA HABITACIONAL E A LÓGICA DE REMOÇÕES DE FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO BRASIL	51
2.1 INTERVENÇÕES HABITACIONAIS NO BRASIL	52
2.1.1 Um novo período de intervenções	59
2.1.2 A cidade mercadoria, grandes avanços e a subordinação ao capital	66
2.2 REMOÇÕES DE FAMÍLIAS NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS ANALISADAS EM PERIÓDICOS E EVENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL	77
2.2.1 Condições de vida pós-intervenção urbana: impactos socioeconômicos evidenciados em trabalhos científicos	79
3 ELEMENTOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DAS BAIXADAS E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS EM BELÉM	87
3.1 OCUPAÇÃO DAS BAIXADAS EM BELÉM E OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO	88
3.2 INTERVENÇÕES NAS BAIXADAS DE BELÉM: LEVANTAMENTO DE ESTUDOS DE IMPACTOS PÓS-REMOÇÃO DE FAMÍLIAS	98
3.2.1 Indicadores de impactos socioeconômicos pós-reassentamento de famílias em Belém	113
4 PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN): IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS	121
4.1 A BAIXADA DA ESTRADA NOVA E A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA (PROMABEN)	122
4.1.1 A intervenção na Bacia da Estrada Nova: “O Portal da Amazônia”	127
4.1.2 O processo de reassentamento das famílias pelo PROMABEN	132
4.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NA VIDA DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS PARA O RESIDENCIAL ANTÔNIO VINAGRE: DESARTICULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	182
APÊNDICE A – Formulário de Pesquisa	193
APÊNDICE B – Sistematização da Pesquisa de Campo por Blocos de Apartamentos	204
APÊNDICE C – Convite	206
APÊNDICE D – Boletim Informativo	207
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	208

APÊNDICE F – Identificação das Revistas.....	209
APÊNDICE G – Identificação dos ENPESS.....	210
APÊNDICE H – Sistematização dos Indicadores das Revistas e Encontros ..	212
APÊNDICE I – Quadro de Indicadores Total	228
ANEXO A – Resposta ao Ofício nº 18-2016-PPGSS-ICSA-UFPA 09.06.2016	233

INTRODUÇÃO

O espaço urbano reflete a divisão social do trabalho sob a dinâmica capitalista. É nesse espaço que se concentram as condições de reprodução do capital e se materializa a luta de classes, expressando as maiores consequências para as frações da classe trabalhadora, revelando a dimensão fundamental da expressão da questão social (ENGELS, 2010; LEFEBVRE, 1999a; LOJKINE, 1997).

A contradição entre capital/trabalho tende a configurar a produção de moradias precárias para as frações da classe trabalhadora, que somadas à dinâmica de expansão das cidades, e às limitadas ações estatais, no que se refere ao atendimento das condições de reprodução social, refletem a produção segregada e desigual do espaço urbano (ENGELS, 2015; LOJKINE, 1997; MARICATO, 2011).

No Brasil, as favelas, as periferias, as baixadas, isto é, as áreas precárias de moradia representam a forma mais latente da contradição capitalista na produção do espaço urbano. As habitações populares, em geral, autoconstruídas com materiais de baixa qualidade, em locais desprovidos de saneamento e infraestrutura de serviços, demonstram as estratégias, e sobretudo a resistência encontrada pelos trabalhadores, frente à questão da habitação, que se expressa não apenas pela sua insuficiência ou ausência, mas também pela precariedade no que diz respeito ao atendimento dos direitos sociais dos trabalhadores (ENGELS, 2015; LEFEBVRE, 2001).

Para as camadas da classe burguesa, esses espaços, além de apresentarem ameaça à saúde pública, devido, principalmente, à falta de saneamento, recentemente – permeada pela lógica do planejamento estratégico – “se constituem como ‘entorno social’, isto é, espaços de concentração de ‘pobreza urbana e marginalização’ que precisam ser ‘retirados da imagem da cidade’” para a atração de investimentos do grande capital (VAINER, 2002, p. 82, grifo do autor).

Dessa forma, as intervenções urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras, no início do século XX, cujas obras de infraestrutura urbana voltavam-se para a remoção dos assentamentos precários, ainda são priorizadas pelo Estado que, através do discurso de melhorias socioambientais, retira famílias pobres do seu espaço de moradia e implanta bases legais às condições de ampliação do capital (LOJKINE, 1997; ARANTES, 2002; MARICATO, 2001; VOLOCHKO, 2015).

Seguindo a tendência nacional, a cidade de Belém vivenciou diversas experiências urbanísticas em assentamentos precários que adotaram a prática de remoção de famílias e que

segundo os estudos levantados, prejudicaram o cotidiano dos moradores, principalmente, no que diz respeito às estratégias de trabalho e renda, acesso a serviços urbanos e sociabilidade. Entre essas se destacam as intervenções nas baixadas: Igarapé das Almas (RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997); Bacia do Una (ABELÉM, 1988; PORTELA, 2005; COSTA et al., 2006); Bacia do Tucunduba (BARBOSA, 2003; BARROS, 2008); Vila da Barca (CONCEIÇÃO, 2009; SOUZA, 2011).

Apesar das diretrizes da política urbana habitacional – conquistadas através da reivindicação das frações da classe trabalhadora – apontarem para projetos urbanísticos em assentamentos precários, que viabilizem a permanência das famílias no local (BRASIL, 2001; DENALDI, 2009), atualmente a cidade de Belém vivencia a execução de diversas intervenções urbanísticas, entre as quais se destacam as de remoção de famílias de assentamentos precários, como é o caso do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

Essa intervenção, realizada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), tem no planejamento/financiamento a orientação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que assim como outras agências multilaterais de crédito, tem se empenhado em formatar e difundir um modelo de gestão de cidades, no qual os governos locais são importantes para garantir as ações de valorização da infraestrutura física, para a atração de negócios, turismo e empresas capitalistas (SANTANA, 2013).

A partir da realidade apresentada, esta dissertação de Mestrado buscou analisar os *impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN.*

Ressalta-se que a aproximação teórica e empírica com a questão surgiu no decorrer da graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA), pois entre os anos de 2012 a 2014, a autora participou do Grupo de Estudo e Pesquisa – Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB)¹, como Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC), do Projeto de Pesquisa intitulado *Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN: Análise da concepção e processo de indenização e reassentamento de famílias*, o que resultou na elaboração e defesa, em 2014, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado

¹ Esse Grupo é coordenado pela Profa. Dra. Joana Valente Santana, estando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA/Campus Guamá, Belém). Ressalta-se que o Grupo vem realizando uma série de levantamentos documentais e empíricos acerca de intervenções urbanísticas na Região Metropolitana de Belém.

“*Impactos no trabalho e renda dos moradores reassentados pelo PROMABEN*”, o que contribuiu enormemente para a escolha do objeto desta dissertação².

Esta experiência, aliada às reflexões propiciadas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA, permitiu o maior aprofundamento teórico da questão urbana, e o amadurecimento das reflexões acerca da questão da remoção de famílias de assentamentos precários. Ressalta-se que a abordagem propiciada pelo PPGSS à investigação do objeto, pressupõe a análise a partir de uma postura crítica em busca das múltiplas determinações do fenômeno.

Diante disso, é importante registrar nesta Introdução, que o estudo se fundamentou no método dialético da teoria social de Karl Marx, para o qual a relação entre sujeito/objeto prescinde de uma perspectiva de totalidade, sendo que esta relação com o todo determina a condição de objetividade do objeto, isto é, *o objeto só pode ser compreendido se relacionado com suas condições históricas e materiais* (MARX, 2013, grifo nosso).

Assim, as análises construídas nesta dissertação, buscaram apreender a relação dialética dos elementos *universais e singulares, na particularidade³ histórica* do objeto investigado, pois a representação do real no pensamento não se limita à captação da realidade em suas manifestações fenomênicas, isto é, para a compreensão da essência do fenômeno que se propôs investigar, as análises devem ultrapassar a aparência que se apresenta na realidade concreta, pois o método em Marx consiste em elevar-se o abstrato ao concreto a partir do pensamento, o que não significa um processo de criação, mas de síntese: “o concreto é concreto, porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida” (MARX, 2008, p. 258-259).

É neste sentido que se deve realizar os movimentos: da realidade objetiva dos fenômenos singulares até as mais altas abstrações, e destas novamente à realidade concreta: um movimento de construção, desconstrução, negação e concreticidade, como ressaltou Netto (2011, p. 26), uma conclusão “sempre provisória, sujeita a comprovação, retificação e abandono”. Por isso, entende-se que o método do materialismo histórico e dialético não se constitui enquanto fórmula científica, muito menos uma adequação do objeto de pesquisa pelo

² O vínculo com a pesquisa resultou na elaboração de algumas publicações em Anais de Eventos da área de Serviço Social e Políticas Públicas, como o artigo: *Habitação e remoção de Famílias: reflexões sobre a política urbana na cidade de Belém-Pará*, apresentado na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) (SANTANA; OLIVEIRA; MAUÉS, 2013).

³ Para Marx (2013), ao se analisar um fenômeno social é necessário que sejam investigadas suas leis particulares, ou seja, suas determinações e inter-relações, alcançando a manifestação, modificação e desenvolvimento do fenômeno no movimento histórico.

pesquisador. Trata-se de compreender que existem categorias de análise que são imprescindíveis ao alcance das múltiplas determinações do fenômeno, pois para Marx (2008) a totalidade é construída de muitas totalidades que possuem dinâmica e se contrapõem na realidade histórica.

Lukács (1970) ressalta que Marx conseguiu demonstrar com o método, que o capitalismo além de feiticizar as relações econômicas, coisificar as relações humanas e atomizar o processo de produção – desconsiderando as capacidades humanas –, esconde também a particularidade dos fenômenos, produzindo uma ilusão de que as determinações são comuns a todas as formações sociais, ou seja, na sociedade capitalista os fenômenos são naturalizados. Por isso, Marx (2013) destaca a importância do pesquisador realizar uma viagem de modo inverso, para alcançar a totalidade rica de determinações e relações diversas, e que para isso é necessário que a investigação não separe o caráter histórico, econômico e social do fenômeno investigado, pois eles formam um processo unitário que vai se contrapor às análises artificiais do real. Portanto, entende-se que não se pode generalizar as análises das categorias encontradas, mas investigar o que cada uma possui de determinante e realizar as interconexões para alcançar a totalidade concreta.

A partir desse entendimento, a investigação deve se apropriar da matéria, em seguida analisar suas diferentes formas de desenvolvimento para rastrear sua conexão interna, e “somente após esse trabalho”, é que o pesquisador pode expor o movimento real (MARX, 2013, p. 90).

Com base neste método, o estudo procurou resgatar elementos universais da questão urbana/habitacional, pois entende-se que as cidades se inserem na dinâmica capitalista de produção e reprodução do espaço urbano. Mas por outro lado, a produção do espaço urbano apresenta singularidades históricas, isto é, o fenômeno investigado possui particularidades, pois se reproduz de forma diferenciada em cada realidade, embora, como se verá ao longo dos resultados da pesquisa, demonstre tendências universais.

Assim, para o alcance dos resultados desta dissertação, desenvolveu-se procedimentos metodológicos que valorizaram elementos quantitativos e qualitativos, tendo por base o levantamento teórico, no qual buscou-se aprofundar as categorias reflexivas sobre o objeto; bem como o documental, para verificar os dados sobre o processo de reassentamento, junto à PMB e o BID, bem como mediante a pesquisa de campo junto aos moradores reassentados com vistas à apreensão das determinações do objeto estudado.

Na pesquisa bibliográfica utilizou-se autores clássicos e contemporâneos, entre eles: Marx (1978, 1989), Engels (2010, 2015), Lojkin (1997), Lefebvre (1999, 2001, 2016), Harvey (1980, 2005, 2013, 2014), Poulantzas (1980), Santos (2008, 2012) e Cardoso (2010, 2012), para a discussão sobre a produção do espaço urbano na dinâmica capitalista, e com isso, a questão da habitação para a classe trabalhadora, além do papel do Estado capitalista e a discussão sobre o direito à cidade. Outros autores foram priorizados para a análise sobre a política urbana habitacional e a lógica de remoções de famílias em assentamentos precários no Brasil⁴: Bonduki (1994), Vainer (2002), Arantes (2002), Maricato (2001, 2015), Vilaça (1986), Valladares (1980, 2005) e Gomes (2002, 2005, 2015). Para a discussão das particularidades do processo de ocupação das baixadas em Belém e de seus processos de reassentamento de famílias⁵, encontram-se os estudos de: Abelém (1988), Rodrigues (1996), Trindade Jr. (1997), Cardoso (2009), Cruz (2012), Santana e Perdigão (2010) e Souza (2011).

Do ponto de vista da pesquisa documental⁶ foram realizadas leituras e análises de documentos do PROMABEN, disponibilizados através dos sites da Prefeitura de Belém e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o intuito de verificar as informações acerca da intervenção urbana, bem como, as novas orientações e/ou normas técnicas para o reassentamento de famílias, destacando-se os seguintes documentos: o Relatório de Impacto Ambiental (2007a, 2007b); o Projeto de Trabalho Técnico Social (2007c); o Documento Conceitual do Projeto (2007); a Proposta de Empréstimo (2009a); e ainda o Documento da Subcoordenação Social do PROMABEN (Resposta ao Ofício nº 18/2016), disponível no Anexo A.

Para o levantamento de campo, escolheu-se como sujeitos da pesquisa os moradores reassentados para o Residencial Antônio Vinagre pelo PROMABEN, que informou através de documento, que até o mês de junho de 2016 haviam sido reassentadas 105 (cento e cinco)

⁴ Para essa discussão foi realizado levantamento de publicações em Revistas Qualificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na área de Serviço Social, e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), com o objetivo de verificar indicadores de impactos pós-remoção de famílias em assentamentos precários no Brasil. A metodologia para esse levantamento está descrita no segundo capítulo da dissertação, item 2.2.

⁵ Ressalta-se, que para a construção desse debate foram privilegiados estudos acadêmicos locais acerca de processos de remoção de famílias, realizados por algumas das principais intervenções urbanas em assentamentos precários de Belém. Este levantamento teve como objetivo verificar a tendência dos impactos decorrentes dos processos de reassentamento de famílias. Destaca-se que os estudos escolhidos para o debate são considerados de grande relevância, tanto em meio acadêmico, como no âmbito da prática profissional, no que diz respeito à política urbana habitacional em Belém. Nesse sentido, foi possível analisar 10 (dez) trabalhos, sendo: 8 (oito) dissertações de mestrado, 1 (um) livro resultado de pesquisa e 1 (um) artigo publicado em evento da categoria, que serão apresentados no terceiro capítulo, itens 3.2 e 3.2.1.

⁶ Alguns desses documentos já haviam sido levantados pelo GEP-CIHAB, cuja autora desta dissertação é integrante.

famílias para o Conjunto (BELÉM, 2016a). Com base nisso, a pesquisa se propôs alcançar o universo amostral de 100%, com o propósito de pesquisar 1 (um) morador por família, tendo como critérios: ter sido reassentado pelo PROMABEN; ser o (a) responsável pela negociação do processo de reassentamento, ou seu familiar mais próximo (cônjuge ou filho (a) por exemplo), maior de 18 (dezoito) anos.

A coleta de dados, realizada nos meses de setembro e outubro de 2016, contou com a aplicação de formulário⁷ (Apêndice A) de pesquisa a 52 (cinquenta e dois) moradores reassentados para o Conjunto Habitacional Antônio Vinagre, o que corresponde a 49,52% do total de famílias reassentadas para o Residencial até a data do levantamento⁸.

A escolha do instrumento de coleta de dados foi discutida em reunião com a equipe do GEP-CIHAB, cuja seleção das variáveis foi baseada nos levantamentos da pesquisa bibliográfica acerca da temática em estudo. Para a aplicação do formulário, a pesquisa contou com a participação de cerca de 15 pessoas, entre eles alunos do Curso de Serviço Social da UFPA (5º semestre: disciplina Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM-IV), na qual a autora realizou a atividade de Estágio Docência, sob responsabilidade da Profa. Dra. Joana Valente Santana), além de integrantes do GEP-CIHAB, PPGSS, e outros voluntários com experiência em pesquisa de campo⁹.

Ressalta-se a elaboração de um Convite e um Boletim Informativo (Apêndices C e D respectivamente) entregue aos moradores no mês de agosto de 2016. O Convite resumia algumas informações da pesquisa, como objetivo, forma de participação do morador e datas previstas para o levantamento de campo. O Informativo apresentava alguns dados sobre os impactos do processo de reassentamento para o Residencial, elaborado com resultados da pesquisa desenvolvida pelo GEP-CIHAB acerca da realidade dos moradores do Residencial Antônio Vinagre.

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, no início da abordagem os moradores foram informados sobre a temática da pesquisa e as dúvidas foram esclarecidas antes de iniciar a

⁷ O formulário da pesquisa, encontrado no Apêndice A, está estruturado a partir das seguintes variáveis investigativas: perfil do morador; trabalho e renda; situação de moradia; situação de serviços públicos; participação política e percepção do morador.

⁸ O Apêndice B apresenta uma sistematização na qual se descreve o alcance da pesquisa de campo por blocos de apartamentos, sendo possível observar os 52 moradores pesquisados, e os 53 moradores não pesquisados, entre os quais encontram-se: 18 moradores que não aceitaram participar da pesquisa, 21 moradores que não atendiam aos critérios da pesquisa e 14 moradores não encontrados na residência em nenhum dos dias da pesquisa.

⁹ Para a aplicação do formulário, foram realizados treinamentos através de aplicação teste entre os alunos participantes, para orientar-se quanto à abordagem aos moradores, bem como para esclarecer dúvidas quanto às variáveis. Ressalta-se que ao final da aplicação da pesquisa, cada pessoa recebeu um certificado de participação na coleta de dados empíricos da pesquisa.

aplicação do formulário, que ocorreu somente a partir da concordância dos mesmos em participar da pesquisa, expressa na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado no Apêndice E, para que o morador tivesse clareza do objetivo e importância da pesquisa a ser realizada, além de consentir o registro fotográfico da parte externa dos Blocos, cujas imagens serão apresentadas no quarto capítulo da dissertação.

Após o tratamento dos dados estatísticos através do Programa Epi Info (Versão 3.5.2)¹⁰, procedeu-se à construção do Relatório de Pesquisa a partir da organização dos dados na forma de gráficos, quadros e tabelas, que ajudaram na análise dos resultados, na qual buscou-se estabelecer mediações entre os dados empíricos e a discussão teórica e histórica acerca do objeto investigado. Além disso, se faz lembrar que durante a pesquisa de campo, foram registrados – tanto no formulário (espaço para as observações), quanto no diário de campo – trechos das falas dos moradores pesquisados relacionados às variáveis investigadas, além de imagens fotográficas que contribuíram com a discussão apresentada no quarto capítulo.

Diante disso, a estrutura desta dissertação está organizada em quatro capítulos, organizados da seguinte forma:

No primeiro capítulo apresenta-se o debate teórico sobre a formação do espaço urbano enquanto produto das relações capitalistas, tendo como pressuposto a moradia precária para além de sua insuficiência e/ou ausência, pois como expressão da questão social ela abrange as condições de reprodução para a sociedade, e especialmente, para as frações da classe trabalhadora. Assim como, o papel do Estado como mediador das correlações de forças antagônicas, porém representante da ordem burguesa. E o direito à cidade para além do capitalismo.

No segundo capítulo, faz-se uma discussão sobre os aspectos históricos da política urbana/habitacional no Brasil, e de seu desenvolvimento no cenário mais recente, buscando elementos de análise para a compreensão acerca da lógica adotada às políticas habitacionais para as frações da classe trabalhadora. Assim como, identifica, através do levantamento de publicações nacionais, em Periódicos Científicos qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), as tendências de impactos de processos de remoção de famílias de assentamentos precários no Brasil.

¹⁰ O Epi Info é um pacote de software de domínio público destinado a profissionais e pesquisadores. Seu questionário é de fácil acesso, para a construção de banco de dados, análises estatísticas, gráficos e mapas.

O terceiro capítulo traz para o debate alguns elementos históricos do processo de produção do espaço urbano de Belém, tendo como foco registrar o processo de formação das baixadas da cidade, bem como algumas de suas históricas intervenções, recuperando estudos científicos regionais para tratar da questão da remoção de famílias e dos impactos do processo de reassentamento.

Tendo em vista a prática de reassentamento de famílias pelo PROMABEN, e da tendência de impactos socioeconômicos evidenciados pelos diversos estudos levantados, o quarto capítulo apresenta a análise sobre os resultados do fenômeno investigado, isto é, discorre sobre os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo PROMABEN.

Diante dos resultados alcançados, espera-se que esta dissertação contribua com o avanço dos estudos que envolvem a questão do reassentamento/remanejamento de famílias, no sentido de subsidiar a organização política dos movimentos sociais, bem como a prática profissional de Assistentes Sociais, e a implementação de políticas públicas que se voltem às condições de reprodução das frações da classe trabalhadora.

1 CIDADE CAPITALISTA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

Para o estudo sobre os impactos socioeconômicos do reassentamento¹¹ das famílias atingidas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) é imprescindível a análise a partir de autores clássicos e contemporâneos, da teoria crítica, para a interpretação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, particularmente a questão da habitação e a intervenção do Estado. O que contribuirá para a análise acerca do direito à moradia e o papel desigual desempenhado pelas práticas de segregação socioespacial e das condições de reprodução social da classe trabalhadora nas cidades.

O debate teórico realizado neste primeiro capítulo se faz importante para compreensão da formação do espaço urbano enquanto produto das relações capitalistas, tendo como pressuposto a moradia precária para além de sua insuficiência e/ou ausência, mas como expressão da questão social que abrange as condições de reprodução social para a sociedade, e especialmente para as frações da classe trabalhadora.

Nesse sentido, este capítulo está estruturado em duas seções: a) A produção do espaço urbano e a questão da habitação da classe trabalhadora – subdividida em a.1) O trabalho(dor) na cidade capitalista e; a.2) A questão da moradia para as frações da classe trabalhadora - e; b) O estado capitalista e o direito à cidade – subdividida em b.1) A cidade para além do capitalismo.

Na primeira parte faz-se um debate acerca das determinações da produção do espaço urbano e suas implicações para a questão da habitação na cidade, evidenciando as desigualdades sociais e espaciais presentes no espaço urbano capitalista. Na segunda parte discute-se o Estado enquanto agente mediador e ator indispensável para a manutenção da dominação capitalista por meio da construção da infraestrutura necessária para a expansão do capital, ainda que atenda, minimamente, a classe trabalhadora, considerando a necessidade de reprodução da força de trabalho. Finalizando o capítulo com alguns fundamentos teóricos para o direito à cidade, entendido aqui como direito coletivo de toda sociedade, só alcançável com a superação da cidade capitalista.

¹¹ Entende-se, para este trabalho, que o reassentamento, compreende a “remoção de pessoas para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção”. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados), destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários, como é o caso das famílias, objeto deste estudo, reassentadas no Residencial Antônio Vinagre. Diferente do remanejamento ou realocação que se trata da “reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou do assentamento precário que está sendo objeto de urbanização”. A população é mantida no local após a substituição das moradias e do tecido urbano (DENALDI, 2009, p. 116).

1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Com base em autores da tradição marxista, pode-se afirmar que o espaço urbano está diretamente ligado à divisão social do trabalho¹², isto é, a divisão do trabalho transcende os muros das relações de produção e passa a representar a organização espacial das pessoas. É no espaço urbano que se concentram as condições de reprodução do capital e se materializa a luta de classes, expressando as maiores consequências e contradições entre capital/trabalho (LEFEBVRE, 1999a; LOJKINE, 1997).

Nesse sentido, a urbanização¹³ é um elemento chave de compreensão das relações de produção, pois é entendida segundo Lojkine (1997), como fenômeno das condições gerais de produção e reprodução social, ativada pelo processo de industrialização, entendida, em um sentido amplo:

[...] como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2008, p. 30).

Assim, o ponto de partida para a questão urbana, segundo Lefebvre (2001, p. 11), “é o processo de industrialização, que, há um século e meio, é o motor das transformações sociais”, isto é, o indutor das consequências relativas ao crescimento e às questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem deixar de considerar os demais elementos ligados ao lazer e à cultura.

Compreende-se então que a industrialização caracteriza a sociedade moderna. Logo, a sociedade urbana nasce da expansão e complexificação das relações sociais de produção

¹² A divisão do trabalho “é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação”, logo, é produto de relações econômicas e sociais determinadas e só se constitui enquanto tal, a partir do momento em que ocorre a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Ela fragmenta a produção e faz com que escape à consciência dos indivíduos (MARX, 1978, p. 24). Esse processo não substitui uma sociedade mais simples por uma mais complexa, mas os resultados produzidos a partir dela, “se completam, as atividades divididas se confrontam, se afrontam, geram desigualdades e conflitos” (LEFEBVRE, 1999b, p. 51). Se impõe ao indivíduo “como força estranha e o escraviza em lugar de ser por ele controlado”; é uma fixação da atividade social, uma consolidação do que nós próprios criamos como força material”. Por isso que Marx e Engels na *Ideologia Alemã*, tratam da abolição da divisão do trabalho como sinônimo de abolição das relações de propriedade privada: “as pessoas só serão livres quando conquistarem o controle da produção e a troca, planejando-as de maneira consciente” (BOTTMORE, 2001, p. 113).

¹³ Produto de um conjunto de ações históricas determinadas, da reprodução das relações sociais capitalistas entre todos os agentes da sociedade (CARLOS, 2015).

determinadas pela industrialização. O que significa dizer que o campo urbano¹⁴ nasce de um processo, chamado por Lefebvre (2001, p. 18) de “implosão-explosão da cidade” desenvolvida pelo campo industrial. Daí a importância de se apreender a relação interligada entre a industrialização e a urbanização.

Esse processo de explosão da experiência da cidade desenvolvida pelo campo industrial, “ataca as cidades, destruindo-as, dissolvendo-as, fazendo com que exploda suas características”. Isto é, o campo industrial passa a não comportar mais os processos e relações urbanas, logo a cidade passa a expressar a tensão e as contradições do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2016, p. 78).

Os estudos de Engels (2010, 2015), correspondentes ao século XIX, nos ajudam a analisar e refletir sobre as cidades atualmente. Suas observações demonstram que é na cidade onde ocorrem as extremas consequências da desigualdade econômica e social, produzidas pelas relações de produção capitalistas. Em outras palavras, o espaço urbano, é para o autor, o palco da guerra social, onde um (proprietário dos meios de produção, isto é, a burguesia) explora o outro (trabalhador), em uma relação de hegemonia da propriedade privada.

No dizer de Lefebvre (2016), isso representa a contradição do espaço. Onde a cidade concentra, de um lado, o poder e a decisão política da classe dominante e do Estado¹⁵ e de outro, a privação e segregação¹⁶ de vida social das frações da classe trabalhadora. Essa contradição oculta uma ordem urbana que reúne condições para que exista uma “dominação perfeita”, uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo produtores do espaço (LEFEBVRE, 2001, p. 29-33).

Pode-se inferir então, que a cidade em si – espaço e materialidade da relação social – torna-se criadora de pobreza, tanto pela lógica do modelo socioeconômico, como por sua estrutura física; que faz dos trabalhadores, em geral habitantes das periferias, pessoas ainda mais pobres. Logo, a pobreza reflete não apenas o modelo socioeconômico vigente, mas também, o modelo espacial (SANTOS, 2008).

¹⁴ Definição do urbano a partir da ideia de *campos* (esferas ou eras históricas) e de sua diferenciação espaçotemporal (rural, industrial e urbano), representativos “não apenas de fenômenos sociais, mas também de sensações e percepções, de espaço e de tempos, de imagens e conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais” (LEFEBVRE, 1999a, p. 37).

¹⁵ Mediador e representante dos interesses das diversas frações da classe burguesa, como será tratado mais adiante.

¹⁶ Para Ribeiro (2003), o conceito de segregação depende da visão teórica que se adota para explicar as relações sociais e também da compreensão das diferenças de significado de “diferenciação” ou “segmentação” e “segregação”. Para a teoria crítica, esse processo de diferenciação social tende a aumentar a separação, o isolamento e a segregação socioespacial, fazendo, então, que diminua a interação social e aumente as desigualdades entre espaços e classes sociais.

Assim, o espaço é indissociável da sociedade. A dinâmica da produção social do espaço é produto das relações sociais capitalistas em sua totalidade. O que implica afirmar, de acordo com a análise lefebvriana, que a sociedade urbana é obra e produto humano, isto é, na medida em que se produz a vida, a sociedade também produz, apropria (diferente de propriedade privada) e reproduz o espaço, através das relações sociais que se materializam no real/concreto (CARDOSO, 2012).

É através dessas relações sociais capitalistas, ou seja, da vida cotidiana, que se pode compreender a dinâmica da produção social do espaço. Logo, é no cotidiano que os “fluxos globais da divisão do trabalho e da acumulação e dominação capitalista se materializam, redefinem e embaralham os lugares e as fronteiras do espaço”, constituindo o que Cardoso (2012, p. 31) chama de: cidade e campo; centro e periferia – algumas dessas áreas conhecidas na Região Norte do país, como *baixadas*: espaços onde as famílias pobres constroem suas casas conhecidas como *palafitas*¹⁷.

Engels (2015) já afirmava no século XIX que a nova estrutura urbana – voltada à infraestrutura – está relacionada ao novo papel que a cidade passou a assumir dentro da ordem capitalista, como local de produção e reprodução do capital, na qual o Estado passou a promover intervenções urbanísticas¹⁸ para atender as necessidades das relações capitalistas.

Desta forma, é importante buscar a compreensão, não apenas da produção das coisas no espaço, mas da produção do espaço enquanto produto social orientado pela necessidade de ampliação do processo de acumulação que sucumbe o tempo e o espaço da vida. A partir dessa lógica se dá “centralidade à produção do espaço, como elemento essencial da problemática do mundo moderno”, tanto do ponto de vista de realização do processo de acumulação, quanto da ação do Estado, criador de condições para acumulação capitalista e para sua própria reprodução (CARLOS, 2015, p. 44-45).

Diante dessa lógica, o espaço urbano é, cada vez mais, transformado como condição necessária na realização do processo de reprodução do capital, isto é, o espaço torna-se uma

¹⁷ Em Belém convencionou-se chamar de baixadas às áreas alagáveis ou alagadas, isto é, as áreas urbanas localizadas abaixo da curva de nível de altitude igual a 4 metros (RODRIGUES, 1996). Para Abelém (1988), as baixadas são espaços, geralmente ocupados, que formam uma rede complexa de diversos tipos de relações (parentesco, amizade); assim como as demais favelas do país, as baixadas são áreas de moradia da população pobre e sofrem as pressões (cobrança de taxas, remoções, etc.) das instituições estatais. De acordo com Trindade Jr. (1997, p. 22), as chamadas áreas de baixadas existentes em Belém são áreas inundadas ou sujeitas às inundações, decorrentes em especial dos efeitos das marés e ficaram conhecidas principalmente a partir da década de 1960, por se tornarem alternativa de espaços de moradia das frações da classe trabalhadora. Em geral, as casas construídas nessas áreas, são produzidas com madeira, “suspensas por estacas (palafitas), pois é para onde se drena parte dos esgotos das áreas mais altas” da cidade (ABELÉM, 1988, p. 38).

¹⁸ Na época, a construção de prédios, ruas alargadas, instalações de centros industriais foram priorizados para atrair investimentos e trabalhadores, atendendo, assim, as demandas do capital (ENGELS, 2015).

etapa indispensável do processo produtivo, pois é nele que se concretizam as relações de totalidade para a reprodução da sociedade:

O novo momento de acumulação se centra no processo de reprodução do espaço [...]. Assim, produção do espaço é, ao mesmo tempo, um momento constitutivo da vida humana (as relações sociais se realizam como relações espaçotemporais); da efetivação do processo de valorização, portanto condição de realização do capital (na sua dimensão tanto de força produtiva quanto de mercadoria) e da concretização do Estado como produtor de um território de dominação (o que torna o espaço estratégico) (CARLOS, 2015, p. 44-45).

Para Lojkine (1997), a cidade capitalista é caracterizada pela concentração dos meios de consumo coletivo – a infraestrutura de serviços – e pelo modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução – o capital e a força de trabalho, haja vista a necessidade capitalista de aumentar a produtividade e conseqüentemente o lucro.

Logo, a cidade deve ser entendida, também, a partir da tendência de acumulação do capital, ou seja, como um lugar de produtores e consumidores, onde a urbanização é elemento essencial para a lógica da produção capitalista – diminuição dos tempos de produção e de circulação de mercadorias. Através dessa lógica, tudo se torna mercadoria, inclusive a terra:

Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desaparecem inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra (LEFEBVRE, 2008, p. 83-84).

Assim, o solo urbano, que deveria ser um bem coletivo, passa a ser apropriado, não pelo seu valor de uso, mas pelo valor de troca, mesmo antes deste ser atribuído. Os valores dos serviços passam a ser medidos de acordo com a infraestrutura que o solo urbano possui¹⁹ (LOJKINE, 1997).

Para Lefebvre (2016, p. 79), todo esse fenômeno consiste na “negação da cidade pela industrialização”, e não pode ser entendido de forma natural e passiva, mas cheio de conflitos, cada vez mais profundos e complexos. Logo, sua análise e explicação só se dá através do método dialético:

O trabalho correto consiste aqui em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e às descontinuidades históricas, à sua projeção ou fração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e

¹⁹ Volochko (2015, p. 113) contribui, neste sentido, ao afirmar que o processo de valorização do espaço ocorre quando “o trabalho social é incorporado efetivamente na produção do espaço através de melhorias em infraestruturas que fortaleçam a centralidade do lugar”. Contrário da capitalização que está ligada a um processo mais “fictício”, ou seja, ao aumento de preços considerando uma especulação sobre a valorização futura de algumas áreas.

específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto global (LEFEBVRE, 2001, p. 58-59).

Assim, afirma Lefebvre (2001) que nenhuma formação social surgiu através de processos naturais, mas sim através de movimentos de continuidades e descontinuidades. Por isso, o processo de explosão ocorre de forma diferenciada, segundo os regimes políticos, as sociedades e os países. A partir dessa análise, Cardoso (2012) afirma que a criação/destruição/recriação, que a cidade se recria, se amplia e cada vez mais se abrem nela novos e diferentes espaços, zonas de transição, periferias.

Os novos espaços periféricos, dispersos e segregados, são representantes da “negação da centralidade”²⁰ enquanto principal característica e qualidade virtuosa e utópica do urbano” (CARDOSO, 2012, p. 33). A partir de Harvey (2005, p. 149) podemos dizer que esses espaços representam formas de estratégias para a fuga do capital, isto é, “uma reação típica em relação às vitórias da classe trabalhadora dentro de um território”.

Diante dessa dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano, surgem enormes diferenças no que se refere ao acesso aos bens de consumo e serviços coletivos socialmente produzidos, entre os quais a habitação é um desses bens, cujo acesso é seletivo, ficando a maioria da população à margem desse consumo.

1.1.1 O trabalho(dor) na cidade capitalista

Para efetivar a lógica capitalista²¹, a burguesia necessita de um espaço concreto. Assim, como vimos, é na cidade, isto é, na vida cidadina, que ocorre a metamorfose do capital, a mistura entre o real e o ilusório, onde o capital descobre o trabalho humano como fonte de riqueza (LEFEBVRE, 1999b).

Logo, para refletir sobre o trabalho é necessário compreender como os sujeitos interagem na vida social e produzem, neste caso, o espaço urbano das cidades capitalistas, ao

²⁰ Sobre o fenômeno da centralidade, Cardoso (2012, p. 35) ressalta, a partir da análise lefebvriana a importância da relação entre o direito à cidade e a centralidade como elemento “ilustrador da tensão entre os vetores de negação e de afirmação da sociedade urbana que refletem o caráter contraditório e dialético do urbano”. Esta centralidade, qualidade do urbano, é o que possibilita a reunião de todas as diferentes relações cotidianas no espaço urbano, isto é, representa o lugar de encontro da correlação de forças e do tensionamento entre os distintos interesses que produzem a dinâmica socioespacial.

²¹ O que não significa apenas a transformação do valor de uso em valor de troca, mas principalmente aquilo que o capitalista pode extrair explorando o trabalhador na forma de sobretrabalho durante o processo de produção, isto significa em Marx (2013) a produção de mais valia.

mesmo tempo em que sofrem as ações desse tipo de organização urbana²² (CARDOSO, 2010). Para isso, é necessário apreender a constituição do trabalho sob as relações sociais de exploração, e como o trabalho se apresenta ao homem nessas condições sociais determinadas.

Resgata-se, inicialmente a explicação de Marx (2013) para o qual, o trabalho é um processo que antecede as formações sociais determinadas, isto é, um processo de produção de valores de uso, para a satisfação de necessidades individuais ou coletivas:

O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens (MARX apud LUKÁCS, 1979, p. 16).

Portanto, o trabalho nem sempre foi assalariado²³, mas se constitui de acordo com o modo de produção que se estabelece em um determinado tempo histórico-social, como Marx (2006, p. 37) demonstra também nesta passagem:

A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao proprietário de escravos [...]. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. [...] Ele próprio é uma mercadoria [...]. O servo só vende uma parte de sua força de trabalho [...].

Com isso, o autor explica que em cada sociedade o trabalho é determinado por relações de produção, onde os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros, adquirindo determinadas ligações e relações mútuas.

Tais relações sociais irão se diferenciar em cada sociedade. Portanto, as relações sociais de produção modificam-se com a alteração e o desenvolvimento das forças produtivas, ou nas palavras de Marx (2006, p. 47): “as relações de produção, em sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, [...] o capital é na sociedade burguesa, uma relação de produção burguesa”, pois possui determinações próprias de seu estágio de desenvolvimento histórico.

Logo, o modo de produção capitalista se distingue de outras épocas econômicas não pelo que se produz, mas como e com que meios o trabalho é realizado. Como afirma Marx

²² A produção física e social é também a reprodução da vida, isso nos leva a compreender o que Marx tratou na Ideologia Alemã, quando considera que o modo pelo qual os indivíduos manifestam sua vida, reflete exatamente o que eles são; coincidindo, assim, com o produto e com a forma de produzi-lo (LEFEBVRE, 1999b, p. 39).

²³ A partir de Marx (2006, p. 34-36), entende-se que o trabalhador troca sua mercadoria – força de trabalho – pela mercadoria do capitalista – dinheiro. Assim, em linhas gerais, o salário, isto é, o preço da força de trabalho: “é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um tempo determinado de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho”, ou melhor, o capitalista compra determinada quantidade de força de trabalho (tudo isso determinado por outras relações mais complexas, como o lucro do capitalista). Dessa maneira é que o trabalhador produz para si próprio seu próprio pagamento, o que lhe torna um trabalhador assalariado.

(2013), os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realizam o trabalho e nas palavras de Harvey (2013, p. 118), “os nossos instrumentos de trabalho têm consequências para nossas relações sociais, e vice-versa”.

Enquanto o trabalhador produz para o capital, o capitalista se utiliza do trabalhador como assalariado – vendedor de sua força de trabalho. A perpetuação da relação entre o capital e trabalho, constitui uma forma de mediação própria desse modo de produção, já que do ponto de vista do capitalista o trabalho é um processo que ocorre “entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2013, p. 263).

Dessa forma, a circulação de capital impõe a compra e venda da força de trabalho como mercadoria. Esta separação entre compradores e vendedores, isto é, burgueses e trabalhadores, gera uma relação de classe: “aqueles que compram direitos relativos à força de trabalho para obtenção de lucro (os capitalistas) e aqueles que vendem direitos relativos à força de trabalho para viver (os trabalhadores)” (HARVEY, 2005, p. 132), ou seja, é o que determina a classe que vive do seu trabalho²⁴.

De tal modo, com o desenvolvimento da divisão social do processo de trabalho sob domínio do capitalista, “o trabalho deixa de ser manifestação das forças vitais do próprio trabalhador, para se converter na potência da classe dominante sob o trabalhador explorado” (LESSA, 2007, p. 156), haja vista, que tanto os meios de produção – objeto e instrumentos de trabalho – quanto a força de trabalho – mercadoria vendida pelo trabalhador – foram compradas pelo capitalista (MARX, 2013).

Os produtos do trabalho já não são objetivações que expressam a humanidade dos homens, como apontam Netto e Braz (2007, p. 44): “[...] aparece mesmo como algo que, escapando o seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. [...] a relação entre o criador e a criatura, aparece invertida [...]”.

Sendo assim, a força de trabalho passa a valer enquanto valor-de-troca e as relações de trabalho passam a ser consideradas enquanto mercadoria a ser explorada. Logo, o trabalhador, para viver, vende sua força de trabalho ao capitalista, cujo objetivo fundamental é explorar para acumular riqueza – quanto mais riqueza produz ao capitalista, maior é o nível de exploração²⁵.

²⁴ Categoria utilizada por Antunes (2005) na tese sobre a validade contemporânea do conceito marxista de classe trabalhadora, o que pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha para existir.

²⁵ A exploração, entendida, como a apropriação do trabalho vivo objetivado pelo capital, é posta na produção automatizada como característica do próprio processo de produção, que direta ou indiretamente, aparece como força que domina o trabalho, que o integra à valorização do capital. Aparece, de acordo com Marx, produzindo de um lado, o refinamento das necessidades e dos meios de satisfazê-las, de outro, o retorno da selvageria bestial (LEFEBVRE, 1999b).

Com isso, a atividade essencial do trabalhador passa a se constituir como condição de sua existência (MARX, 2006).

Implica dizer, então, que na sociedade capitalista, o trabalho se tornou um sacrifício, uma mercadoria que pertence a terceiros, por isso “o produto da sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade” e a vida “começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama” (MARX, 2006, p. 36-37). Isto é:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, 1989a, p. 148).

Significa dizer então que o homem na sociedade urbana é mutilado, despojado de sua identidade, levado à prática socioespacial marcada por apropriações privadas, definido como um “não sujeito”, destituído das condições de vida “em suas possibilidades criativas” (CARLOS, 2015, p. 43-45). Tal condição manifesta-se nas formas segregadas de reprodução urbana do cotidiano²⁶.

Portanto, entre o trabalho, “categoria fundante, condição universal e eterna do ser social” e o trabalho subsumido pelo capital, há uma relação de alienação (LESSA, 2007, p. 195). Onde o ser social, ao inserir-se no modo de produção capitalista pela divisão social do trabalho, é desapropriado de sua condição ontológica²⁷, para ser explorado enquanto produtor de valor-de-uso e valor-de-troca, estranhando-se de sua própria condição humano genérica (NETTO; BRAZ, 2007). Nos dizeres de Marx (1989b, p. 153, grifo do autor):

Primeiro, que o trabalho é *exterior* ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência [...] que portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua physis [...] e arruína a sua mente [...] Daí que o trabalhador só se sinta junto a si [...] fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa [...] O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, *trabalho forçado*. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade [...] mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele [...] O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-

²⁶ Ver-se-á, no decorrer deste trabalho, que as famílias da baixada da Estrada Nova constituem-se de trabalhadores, em geral, de origem ribeirinha que ocuparam as áreas mais precárias e segregadas da cidade de Belém, e que para atender suas necessidades passaram a desenvolver pequenas atividades comerciais, como a venda de produtos extrativistas, entre eles o açaí.

²⁷ Entende-se o trabalho a partir da teoria marxista, enquanto processo de produção e reprodução do mundo dos homens, como categoria ontológica do ser social, pela qual os indivíduos distinguiram-se das formas de vida dos animais. Desenvolvendo, através da consciência, uma atividade – teleologicamente pensada, orientada por uma finalidade, isto é, apropriação dos elementos da natureza para a satisfação de necessidades humanas. Mas que foi transformado em mercadoria pelo modo de produção capitalista, porém este processo não se altera (ANTUNES, 2005; NETTO, BRAZ, 2007; MARX, 2013).

sacrifício, de mortificação. [...] Assim como na religião a auto-atividade da imaginação humana, do cérebro humano e do coração humano atua sobre o indivíduo independente deste, ou seja, como uma atividade alheia, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Pertence a um outro, é a perda de si mesmo.

Nessas condições, o trabalho revela-se enquanto processo de coisificação, alienação²⁸:

Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da **alienação**. [...] um fenômeno histórico porque, embora se configurando como um fato de grande perdurabilidade, verdadeiramente trans-histórico, as condições sociais que ele se processa não são eternas nem naturais [...], a alienação é próprio de sociedades onde têm vigência a *divisão social do trabalho* e a *propriedade privada dos meios de produção fundamentais* (NETTO; BRAZ, 2007, p. 44-45, grifo dos autores).

Assim, na cidade urbana, além do trabalho, a vida social também é alienada, pois o trabalhador não se integra na totalidade, não vê o objeto produzido como parte integrante de seu trabalho (LESSA, 2007). O produto do seu trabalho transforma-se em mercadoria, assim como ele mesmo, que se vê refém da venda da sua força de trabalho, no processo de exploração (NETTO; BRAZ, 2007).

Desse modo, essa alienação emana da transformação do sentido das relações sociais, que sob domínio do capital, tornam-se mercadorias, meras expressões do valor de troca (LESSA, 2007). Logo, diante dessa lógica, as forças produtivas se desenvolvem e fazem avançar a cidade capitalista, contudo, criam limites à possibilidade do ser social se reconhecer enquanto sujeito histórico.

É com base nessa linha de concepções crítico dialéticas, que se entende a produção do espaço sendo indissociável da produção e reprodução da vida, e mais recentemente da privação desta²⁹, fazendo com que as frações da classe trabalhadora ocupem na cidade urbana os espaços que lhes sobram como única alternativa.

²⁸ O trabalhador decai a uma mercadoria, torna-se um ser estranho. O que deveria ser fonte de humanidade se converte em destruição do ser social, alienação e estranhamento. E esse processo não se efetiva apenas no resultado do produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, bem como, e mais destruidor, em sua essência, isto é, em sua vida genérica. O que significa dizer que, no capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se desumaniza (MARX, 1989b; MARX, 1978; ANTUNES, 2005).

²⁹ Essa linha de raciocínio nos possibilita a compreensão da lógica de organização socioespacial das famílias reassentadas pelo PROMABEN, bem como, de seus impactos socioeconômicos, objeto deste estudo.

1.1.2 A questão da moradia para as frações da classe trabalhadora

Historicamente, o trabalhador só “habita precariamente, como um poder estranho, que pode escapar dele a cada dia, e da qual pode a cada dia ser expulso, se não paga³⁰” (MARX, 1978, p. 17). Habitar, talvez, é a forma mais imediata de apropriação do espaço pelo homem, que vive onde pode morar, isto é, “o lugar de moradia do homem é determinado pela sua renda e pelos sacrifícios que ele pode fazer” (VOLOCHKO, 2015, p. 107).

Essa lógica, demonstra que a produção, sob domínio do capital, impõe limites à urbanização e um deles está relacionado ao financiamento dos equipamentos e serviços coletivos, à ocupação, ao uso e formação do espaço urbano, bem como, à renda fundiária³¹, o que transforma o solo, e, conseqüentemente a habitação em uma mercadoria muito cara (LOJIKNE, 1997).

O acesso à habitação, na cidade capitalista, é determinado pelo potencial de compra do consumidor. O que influencia na produção segregada das moradias, determinando sua escassez e até mesmo inexistência para as frações da classe trabalhadora mais empobrecida, bem como, e mais comum, o precário provimento de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços coletivos, como se observa na área da baixada da Estrada Nova, na cidade de Belém.

Diante das condições de reprodução da vida cotidiana, as frações da classe trabalhadora buscam, de diferentes maneiras, em diferentes espaços e épocas, iniciativas para satisfazer as necessidades de moradia. Em geral, ocupam espaços segregados e precários para a sua reprodução social, construindo suas casas, individual ou coletivamente, ou por meio de

³⁰ Engels, em seus estudos considerados como as primeiras análises concretas sobre a questão urbana: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (obra que foi escrita após experiências do autor nas principais cidades industriais inglesas entre os anos de 1842 e 1844); e *Sobre a questão da moradia* (obra que consistia, inicialmente, em três artigos escritos pelo autor, entre maio de 1872 e janeiro de 1873, para o Volksstaat, periódico do órgão central do Partido Operário Social-Democrata Alemão), demonstra o quão é atual a realidade para as frações da classe trabalhadora: “As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora” [...] “Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição” (ENGELS, 2010, p. 71).

³¹ A partir de Marx (2013) entende-se que a renda fundiária também é uma parcela do excedente global produzido pelos trabalhadores e que é apropriado pelos proprietários, devido ao monopólio que exercem sobre a propriedade privada da terra – causa essencial da questão da habitação. Como demonstrou Engels (2015), a efetivação desse fenômeno no meio urbano, não aparece diretamente, ou seja, pode assumir a forma do preço da terra (renda capitalizada) ou pode estar inserida no preço dos aluguéis (residenciais, comerciais, financeiros etc.) ou na concessão de serviços públicos (água, luz, saneamento) e de terrenos para a prestação de serviços (transporte), que também seria uma forma de cobrança de renda fundiária pelo Estado, importante agente de influência no mercado imobiliário urbano.

iniciativas estatais³² pela construção de “casas populares” ou pelo processo de urbanização de assentamentos precários³³ (RAMOS; SÁ, 2002, p. 151).

A escassez de habitação³⁴, compreendida como uma das expressões da questão social³⁵, logo, da questão da habitação, é produto necessário das relações contraditórias entre o capital e o trabalho, como afirma Engels (2015), pois grande parte da população, inclusive aquela que consegue vender sua força de trabalho, não consegue pagar as enormes quantias do mercado, tendo como alternativas de moradia, e acima de tudo como forma de resistência e estratégia de sobrevivência: as casas autoconstruídas, os conjuntos habitacionais, as favelas, as palafitas nas baixadas paraenses, e qualquer outro lugar em que há apropriação de terrenos, até então vistos como inadequados aos interesses do capital (CORRÊA, 1993; MARICATO, 2001).

Em várias cidades brasileiras³⁶ a habitação também se apresenta como expressão da questão social, seja pela falta ou pelas agudas necessidades habitacionais³⁷, produto de uma forma perversa de intervenção econômica, social e política, para a classe trabalhadora que não tem acesso à terra, à casa, muito menos ao trabalho e à renda, tampouco ao poder político, mesmo em sua representatividade (FERNANDES, 2005). Ou seja, na maioria das cidades

³² Essas iniciativas também determinam o conjunto de equipamentos e serviços que o espaço ocupado será atendido – escolas, postos de saúde, transportes, saneamento básico –, o que define a divisão dos espaços, próprios para cada classe social, revelando o nível de reprodução social entre os que compram e os que vendem a força de trabalho (RAMOS; SÁ, 2002).

³³ Entendidos neste estudo, a partir da definição conceitual encontrada no Livro de Curso à distância dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, como uma área que possui uma ou mais das seguintes características: “irregularidade fundiária ou urbanística; deficiência de infraestrutura; perigo a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações; precariedade construtiva das moradias; enormes distâncias entre a moradia e o local de trabalho; sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; inexistência ou deficiência dos serviços públicos (saneamento, educação e saúde); conjunto de problemas sociais que configuram situações de extrema vulnerabilidade; domínio por uma ‘ordem’ baseada em violência” (DENALDI, 2009, p. 112, grifo do autor). Nesse sentido, os moradores da área da Estrada Nova em Belém, objeto de estudo desta dissertação, residiam em um tipo de assentamento precário.

³⁴ A partir da lógica capitalista, entende-se que a escassez de moradia é fundamental para que esse modo de produção sobreviva (MARX, 2013; ENGELS, 2015).

³⁵ O surgimento dessa expressão, segundo Netto (2012), é provocado pelo pauperismo que se encontrava na Europa Ocidental nos primeiros impactos da industrialização. Para Iamamoto (1999), pode ser entendida como a manifestação da contradição entre proletariado e burguesia, isto é, como as sequelas da relação contraditória entre capital e trabalho, e também como forma de resistência da classe trabalhadora.

³⁶ No Brasil, assim como em vários outros países, grande parte da população se encontra à margem desse mercado, já que a classe de baixa renda não possui poder aquisitivo capaz de gerar rentabilidade que interesse ao setor privado de produção de moradias (FERNANDES, 2005).

³⁷ Entendidas aqui como conceito amplo. O conjunto das necessidades habitacionais seria estabelecido pela soma do déficit, da demanda demográfica e da inadequação habitacional, o que se inclui: necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e o atendimento à demanda reprimida; necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico; e por fim, a inadequação – compreendendo a necessidade de melhoria de unidades habitacionais que apresentem certo tipo de carência (CARDOSO; ARAÚJO; GHILARDI, 2009).

brasileiras, o destino dos pobres é morar na periferia e não dispor de serviços sociais ou utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços exorbitantes (SANTOS, 2012).

O que implica dizer que a questão da habitação não se dá isoladamente. Ligada a ela, estão as desigualdades socioeconômicas e a produção, desigual e insuficiente, das concentrações dos meios de consumo coletivo – a falta de atendimento à saúde, o precário atendimento escolar, o desemprego, dentre outros (CORRÊA, 1993).

Assim, a questão da habitação já não abrange somente a ausência de habitação, mas também expressa a tendência da produção de moradias precárias em decorrência da contradição do modo de produção vigente (ENGELS, 2015). Portanto, a questão da habitação reflete a desigualdade social e econômica inerente ao modo de produção capitalista. Como evidencia Engels (2015, p. 71), a escassez da moradia:

[...] é um produto necessário da forma burguesa da sociedade; que sem escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução; na qual melhoramentos contínuos da maquinaria etc. deixaram massas de trabalhadores; na qual violentas oscilações industriais recorrentes condicionam a existência de um numeroso exército de reserva de trabalhadores desocupados, por um lado, e, por outro, jogam temporariamente na rua uma grande massa de trabalhadores; na qual grandes massas de trabalhadores são concentrados nas metrópoles, e isso mais rapidamente do que, nas condições vigentes, surgem moradias para eles; na qual, portanto, encontram-se necessariamente locatários até para os chiqueiros mais infames; na qual, por fim, o dono da casa, na qualidade de capitalista, tem não só direito, mas também de certo modo, em virtude da concorrência, o dever de obter por sua casa, sem nenhum escrúpulo, os aluguéis mais altos possíveis.

Santos (2012, p. 59) afirma que há o espaço sem cidadão, se referindo às grandes áreas do espaço urbano, sem o atendimento ou acesso a serviços: à saúde e à educação, por exemplo. Isto é, o autor se refere às áreas da periferia, que, mesmo muito povoadas “é como se as pessoas nem lá estivessem”. O espaço é deixado ao “quase exclusivo jogo de mercado”, o que resulta na pobreza material, política, cultural e moral do espaço e de seus moradores. O que para Lefebvre (2001) provoca uma destruição da consciência e da capacidade criativa dos cidadãos:

As massas, premida por múltiplas coações, [...] tem para si o espaço medido com cuidado; o tempo lhe escapa. Leva sua vida adstrita, (sem nem mesmo talvez saber disso) às exigências da concentração de poderes. [...]. Afastado da cidade, o proletário acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

Diante de tantas violações, o cidadão se torna impotente; “a própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos³⁸” (SANTOS, 2012, p. 65). A combinação entre forças de mercado e decisões de governo é o que determina, na maioria das vezes, a localização das pessoas no espaço urbano. Isto é, o local de moradia das frações da classe trabalhadora é resultado independente da vontade dos indivíduos atingidos, em geral são localizações forçadas, que contribuem para o aumento da pobreza³⁹.

Desta forma, a estruturação do espaço urbano é resultado, também, da produção da cidade feita pelos próprios trabalhadores, decorrente da desvalorização de sua força de trabalho e pela aplicação da legislação altamente circunstancial e parcial ao território, pelo Estado, que permite a ocupação desses trabalhadores em áreas impróprias para moradia, atendendo assim a lógica de mercado (MARICATO, 2011).

Santos (2012) afirma ainda que as relações são diferentes em cada realidade, por exemplo nos países capitalistas avançados (possuindo cada um, suas particularidades), os serviços essenciais são, sobretudo incumbência do poder público. E mesmo que existam distâncias, estas são minimizadas com outros equipamentos coletivos: como os transportes e hospitais públicos. O que se diferencia de outros países capitalistas, como o Brasil, que para o autor, ainda não conseguiu definir e/ou não põe em prática “o distributivismo geográfico dos serviços essenciais, fundamentais à desejada justiça social” (SANTOS, 2012, p. 143).

Contudo, entende-se que a distância entre a moradia e o lugar de trabalho dos pobres na sociedade capitalista, tem a mesma explicação e o mesmo resultado, do mesmo modo que a localização de atividades econômicas complementares (SANTOS, 2012). Conforme Lefebvre (2001, p. 117):

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das “satisfações” que a dissimulam e que se tornam os meios de iludi-la e de evadir-se dela.

Essa lógica é o que faz encarecer os serviços como os transportes urbanos e os custos de outras utilidades cotidianas. Nessa relação, o poder público é bastante ativo na supervalorização de certas áreas, para melhor êxito da especulação, para a anarquia das

³⁸ No início da Revolução Industrial, a burguesia chamava os habitantes de bairros operários, das grandes cidades, de “classe perigosa”. Isto é, trabalhadores pobres que habitavam espaços urbanos concentradores de misérias sociais que a qualquer momento poderiam determinar expressões, consideradas, pela burguesia, como ameaças sociais: o crime, a violência, as epidemias (TOPALOV, 1996, p. 135).

³⁹ Tendência identificada na remoção das famílias oriundas da área da baixada da Estrada Nova e reassentadas no Residencial Cabano Antônio Vinagre, e que será analisada como objeto de estudo deste trabalho.

localizações e dos fluxos, e, acima de tudo, para o empobrecimento das populações. Morar na periferia, afirma Santos (2012), é “condenar-se duas vezes à pobreza: à pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo de organização socioespacial” (SANTOS, 2012, p. 143).

Esse quadro analítico nos faz compreender que na disputa da produção do espaço urbano, em especial, na construção de moradias, concorrem atualmente os principais atores sociais que atuam diante de seus interesses no movimento geral de acumulação capitalista e do conflito entre classes. Isto é, de um lado estão os agentes do capital financeiro e imobiliário, que destinam a produção às frações com poder aquisitivo médio e alto, tendo amplamente o amparo estatal; e do outro lado, não sem o aparato estatal, os trabalhadores empobrecidos, que possuem poucas alternativas de moradia, entre elas a ocupação de assentamentos precários ou os espaços construídos pelas intervenções do Estado através de políticas públicas, mas que também segregam suas demais necessidades cotidianas, como veremos na análise do objeto deste estudo (CORRÊA, 1993).

Diante disso, a distribuição dos trabalhadores no espaço ocorre de forma estratégica⁴⁰, segundo as exigências dos fluxos de capital, onde a segregação é a principal consequência dessa lógica, conforme apresenta Lojkine (1997, p. 166): “a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes, por sua vez, determinados pela nova divisão social do trabalho”.

Assim, os mecanismos de determinação e controle do preço dos solos garantem uma seleção social e econômica no conjunto da sociedade capitalista. A diferença gritante entre os preços da terra e dos serviços nos centros urbanos e nas periferias, implica na forma como o território será ocupado. Logo, a moradia precária dos trabalhadores é a consequência mais imediata na configuração da segregação⁴¹ (LOJKINE, 1997). É através dessa organização/divisão do espaço, realizada pela produção capitalista, que se efetuam os mecanismos segregadores que limitam ou eliminam o acesso dos trabalhadores aos locais

⁴⁰ Mesmo no início do século XX, mais precisamente a partir de 1910, quando os problemas sociais passam a pertencer a categoria da questão social, as reformas políticas ganham um novo olhar, um novo movimento de planificação urbana, o qual considera que a cidade inteira precisa ser reformada. Porém, o fundamento é de que “a situação contraria todo o sentido de ordem; as coisas estão fora de seu lugar natural” e que seria necessário “corrigir essa confusão para que as atividades se realizem em lugares apropriados” (PLANO REGIONAL DE NOVA YORK, 1929 apud TOPALOV, 1996, p. 44).

⁴¹ Importante estudo sobre o tema na Região Norte encontra-se na tese de doutorado da Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Sandra Helena Ribeiro Cruz (2012), cujos dados demonstram que os grandes projetos urbanos implementados em metrópoles amazônicas recentemente (Belém e Manaus) provocam efeitos segregativos sobre as condições de moradia, à medida que, para garantirem infraestrutura urbana, imprescindível ao capital, desorganizam o cotidiano de moradia e trabalho da população atingida.

equipados com serviços urbanos; restando aos mesmos, as áreas das periferias, os lugares insalubres e sem infraestrutura para garantir a sua reprodução social (LEFEBVRE, 1999a).

Engels (2010) nos ajuda entender que a questão da habitação é um produto histórico da contradição entre classes e que ao descrever as péssimas condições de moradia dos trabalhadores; seja pelo aumento dos preços do aluguel, ou da aglomeração de moradores, demonstra como essa configuração é bastante atual e que acarreta consequências grandiosas para toda sociedade, porém, mais desastrosa para os trabalhadores⁴², que em busca de trabalho, se amontoam na cidade e encontram como alternativa de moradia as piores casas, nos piores bairros, sem atendimento de serviços essenciais como o saneamento.

Por isso, o assentamento precário é uma alternativa histórica de moradia das frações da classe trabalhadora, o que demonstra, acima de tudo, uma forma de resistência⁴³ diante da ausência e/ou insuficiência estatal no atendimento aos direitos sociais dos trabalhadores (LEFEBVRE, 2001). Contudo, é inegável que as áreas de moradia empobrecidas têm sido historicamente alvo de medidas pautadas em instrumentos e políticas. Entretanto, as intervenções apenas contornam os problemas ligados à sua existência, sem alterar as condições que desencadeiam sua produção (FERNANDES, 2005).

Analisando a realidade urbana da França, Lefebvre (2001, p. 25) lembra como as estratégias são bastante globais e até padronizadas:

Após a última guerra, todos sentem que o quadro das coisas se modifica em função de urgências, de coações diversas: impulso demográfico, impulso da industrialização. Afluxo dos interioranos para Paris. A crise habitacional, confessada, verificada, transforma-se em catástrofe e corre o risco de agravar a situação política ainda instável. As “urgências” transbordam as iniciativas do capitalismo e da empresa privada, a qual aliás não se interessa pela construção, considerada insuficientemente rendosa. O Estado não pode mais se contentar com regulamentar os loteamentos e a construção de conjuntos (blocos de apartamentos), com lutar (mal) contra a especulação imobiliária. Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações. Começa o período dos “novos conjuntos” das “novas cidades”.

A construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado. Ressalta Lefebvre (2001), que como Engels (2015) já previra, a

⁴² De acordo com pesquisa de Costa (2016), a precariedade habitacional vivenciada pela classe trabalhadora no Pará se caracteriza pela ausência de moradias, e, sobretudo pela precariedade e inadequação habitacional na produção de infraestrutura e de equipamentos urbanos e serviços coletivos (esgoto sanitário, abastecimento de água, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, coleta de lixo, manutenção das vias de acesso, etc.); e ainda pela baixa capacidade administrativa e de investimento em políticas habitacionais em pequenos municípios do estado.

⁴³ Para Lefebvre (2001, p. 24), “os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização”. Isto é, um processo orientado por uma estratégia de classe.

questão da moradia, ainda que atendida politicamente, desempenha apenas um papel menor. Isto é, não é uma concepção urbanística de transformação que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente “o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível a menor custo possível”, lógica que perdura até os nossos dias. Os conjuntos são marcados por uma “característica funcional e abstrata”: o conceito do habitat levado à sua forma pura pela burocracia estatal: “redução do habitar ao habitat” (LEFEBVRE, 2001, p. 26-27).

Desse ponto de vista político, Harvey (1980, p. 51) entende que os ajustamentos na forma espacial da cidade são complexos, pois refletem não apenas, mas também provocam diferentes formas de distribuição de renda: “o desequilíbrio diferencial na forma espacial da cidade pode assim redistribuir renda”.

Para Santos (2008, p. 123), “o poder público torna-se criador privilegiado de escassez”. Age diretamente para estimular a especulação e fomentar a produção de espaços vazios dentro das cidades, sendo incapaz de resolver a questão da habitação. Empurra a maioria da população para espaços que a empobrecem ainda mais, pois é forçada a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens e serviços indispensáveis.

Para Lojkin (1997, p. 190-191), a intervenção estatal é “a forma mais elaborada, mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas”. Portanto, as políticas urbanas estatais representam “contratendências” que visam regular e atenuar os efeitos negativos – no nível do funcionamento global das formações sociais – da segregação e da mutilação capitalista dos equipamentos urbanos, constituindo dessa forma, um produto da contradição das relações entre classes sociais antagônicas, que se manifestam no modo de ocupação do espaço urbano.

Entende-se neste estudo, que foi, sobretudo, a partir da primeira Revolução Industrial que a problemática relacionada à habitação culmina e reflete as relações sociais contraditórias geradas do/no espaço urbano pelo modo de produção capitalista, que afeta, principalmente, as condições de vida dos trabalhadores. Logo é a partir daí que a habitação passa a assumir a forma de mercadoria. Entretanto, o sistema econômico privado não consegue oferecer habitações a todos, quer sob a forma de mercadoria ou não. A obrigação de oferecer habitação para aqueles que não têm condições econômicas de pagar por uma, passa progressivamente a ser do Estado. Este, contraditoriamente, evidencia que ao mesmo tempo que reconhece essa obrigação, dá provas concretas que representam interesses incapazes de solucionar essa questão, como veremos a seguir.

1.2 O ESTADO CAPITALISTA E O DIREITO À CIDADE

Para a compreensão acerca da correlação de forças existentes, no processo de produção do espaço urbano, é indispensável que se faça considerações acerca do Estado e da intervenção política. Para isso, utiliza-se da importante contribuição de Poulantzas (1980), cuja noção de Estado compreende a organização e representação dos interesses das diversas frações da classe burguesa (bloco de poder político dominante), refletindo as contradições das relações entre capital/trabalho⁴⁴.

Contudo, essa relação não é tão simples como se apresenta. Nessa mediação o Estado é permeado de conflitos, pois são através de relações contraditórias entre as frações de classe, que o Estado cumpre sua função de organizador/mediador (POULANTZAS, 1980).

Segundo Poulantzas (1980), Ele (o Estado) possui uma autonomia relativa⁴⁵ em relação a determinadas frações da burguesia, para que possa assegurar a organização dos interesses dessas frações, de forma geral e sob a hegemonia de uma delas. Assim, o estabelecimento da política deve ser considerado como o resultado das contradições de classe, inseridas na própria estrutura do Estado. Isso significa, que Ele é “constituído-dividido lado a lado pelas contradições de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 152).

Os aparelhos estatais, para a garantia da hegemonia do bloco no poder, desorganizam e dividem as organizações políticas da classe trabalhadora, tendo, no entanto, que atender certas demandas, a fim de assegurar a hegemonia, o que determina seu papel de regulador entre as relações contraditórias, mas também seu papel frente às frações da classe trabalhadora (POULANTZAS, 1980).

A partir dessa concepção, Harvey (2005) e Lojkin (1997) ratificam que o Estado tem esse caráter contraditório e, embora, em sua natureza difunda a ideologia dominante, necessita atender, ainda que minimamente, as frações da classe trabalhadora. Então, o conceito discutido sobre o Estado está relacionado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo. Logo, a teoria do Estado não pode ser separada da história da luta de classes (POULANTZAS, 1980).

⁴⁴ Ao longo da história da política de intervenção urbana da cidade de Belém, essas relações se materializam nas grandes obras de infraestrutura física, que adotaram a remoção e segregação de famílias, para o atendimento do capital nacional e transnacional, podendo ser visto atualmente com PROMABEN de orientação BID e execução da Prefeitura Municipal de Belém.

⁴⁵ A autonomia relativa do Estado contrapõe-se à noção de Estado-Coisa - visão instrumentalista -, onde o Estado é passivo e manipulado por uma única classe ou fração, não tendo assim nenhuma autonomia; bem como a noção de Estado-Sujeito, onde o Estado possui uma autonomia absoluta. A ação estatal, possui autonomia relativa e seu papel de organizador está ligado às suas contradições e divisões internas (POULANTZAS, 1980)

Dentro do seio do Estado, estão, de um lado as lutas populares, cuja organização se dá, de maneira diferenciada e estratégica, por meio dos aparelhos estatais que buscam garantir, através de uma correlação de forças, a relação dominação-subordinação. Por outro lado, as contradições que ocorrem entre classes, refletem as contradições existentes na própria classe dominante, demonstrando que seu projeto político não é único, mas sim contraditório:

Trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominante e dominada [...], [...] encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando essas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas (POULANTZAS, 1980, p. 29).

Assim, o papel decisivo do Estado encontra-se nas relações de produção e na luta de classes que são expressões do modo de produção capitalista e tem a função de reproduzir a ideologia do bloco dominante, de maneira a se concretizar na divisão social do trabalho, nas classes sociais e no domínio de classe, bem como intervir no aparelho repressivo, principalmente no uso da coerção (POULANTZAS, 1980, p. 37). Portanto:

O Estado baliza desde então o campo de lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe política dominante; marca e codifica todas as formas de divisão social do trabalho, todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes (POULANTZAS, 1980, p. 37).

Por isso, “uma teoria de Estado capitalista não poderia construir seu objeto pelas referências apenas às relações de produção, como se a luta de classe só interviesse nas formas sociais como simples percurso de variação ou de conscientização desse Estado [...]” (POULANTZAS, 1980, p. 125). Entretanto, é imprescindível compreender que a burguesia dispõe, para a sua dominação, do Estado capitalista e esta dominação se dará pelas relações de produção que têm lugar determinante no ciclo de reprodução ampliada do capital.

A partir dessa chave analítica, compreende-se o Estado como “agente regulador do espaço urbano⁴⁶”, que intervém na cidade dotando-a de atributos materiais e simbólicos que interferem ativamente no que se refere ao preço da terra e à sua valorização, contribuindo para a distribuição desigual da renda, de acordo com a capacidade de consumo da “mercadoria cidade” (CARDOSO, 2010, p. 240). Como ressalta a autora:

⁴⁶ Hoje, o Estado altera “suas ações entre as políticas de remoção e de tolerância para com aquelas áreas, a depender da correlação de forças estabelecidas entre os diversos sujeitos coletivos, em distintas conjunturas” (FERNANDES, 2005, p. 223). E ainda, auxilia o setor imobiliário de ponta e o capital financeiro, passando a investir atualmente de forma mais sólida na produção habitacional nos espaços periféricos, “mas não apenas aí, onde a pobreza historicamente construída vem sendo mobilizada lucrativamente” (VOLOCHKO, 2015, p. 112).

O “salto” que demanda ser dado pelas formas capitalistas de produção e reprodução do espaço no momento atual da acumulação capitalista é o de se “consumir a cidade”, o espaço urbano, como mercadoria tão efêmera quanto as mercadorias que circulam através dela (CARDOSO, 2012, p. 36, grifo do autor).

Volochko (2015) ratifica o pensamento de que o Estado se coloca como um campo de mediações e disputa entre o social e o econômico (compreendendo-se como a relação capital/trabalho), cujas intervenções refletem o fortalecimento da ideia de representação dos interesses econômicos e a articulação cada vez mais aos interesses privados, representando a potência do protagonismo do bloco de poder dominante, como forma de gestação/administração urbana.

Assim, as relações entre o Estado e o urbano se concretizam, mais evidentemente no espaço, cumprindo um papel, no campo das disputas, materializando-se através das transformações macroeconômicas (política econômica), como, por exemplo, na infraestrutura social e física, condições imprescindíveis para a mobilidade geográfica do capital, bem como, nos variados sistemas legais, financeiros, educacionais, ambientais, urbanos, de administração pública, dentre outros (HARVEY, 2005).

1.2.1 A cidade para além do capitalismo

Segundo Lefebvre (2001, p. 117), o direito à cidade⁴⁷ não pode ser concebido como uma visita ou retorno às cidades tradicionais, mas sim “formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”, o que implica para Marx (1989b) na superação das contradições de classes, ou seja, na superação da ordem burguesa. Por isso, deve se manifestar como forma superior dos direitos: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

A partir desse entendimento, questiona-se, conforme Santos (2012, p. 59): e o direito de morar? “O que é bom para os pobres? ”.

Hoje, o direito de morar, confundido com a propriedade de uma casa – concepção adotada principalmente nas políticas de intervenção pública –, se afasta da discussão de

⁴⁷ Como o “lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre bens”. Lugar que “encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível”. Indicando uma “teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize recursos da ciência e da arte” (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

totalidade, isto é, seu sentido amplo, o qual inclui outros elementos que constituem a casa, como o espaço urbano, o entorno e o acesso a serviços, como o saneamento.

As habitações construídas, seja frente à situação de explosão da cidade, como ressaltava Lefebvre (2016), ou em decorrência da perpetuação de planos governistas, possuem historicamente características precárias⁴⁸, “tamanhos tão pequenos que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidade” (SANTOS, 2012, p. 62).

Nessa mesma lógica existem ainda os projetos dos profissionais urbanistas, criticados por Santos (2012, p. 62), que os chama de pseudo-intelectuais, para os quais as necessidades essenciais das pessoas são proporcionais à classe que pertencem. Questiona o autor: “não foram esses profissionais que traçaram os famosos quartos de empregada, lado a lado com os quartos amplos dos patrões? ”

Devido ao baixo poder financeiro, os “pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou lhes fazem”, [...], “não conseguem se manter por muito tempo nos terrenos que adquirem ou lhes dão”, não conseguem arcar com os serviços e taxas acrescidos em seu cotidiano. Como então, podem “conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas?” E o direito ao entorno? E aos espaços públicos? (SANTOS, 2012, p. 63).

Nesse contexto, os espaços públicos e, conseqüentemente, o lazer foram impunemente privatizados, este se tornou uma das mercadorias mais caras. O que demonstra que a lógica do capital insere a população e os espaços no mundo do consumo de qualquer forma:

Muito estranhamente, o *direito à natureza* (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres [...] a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados [...] (LEFEBVRE, 2001, p. 117, grifo do autor).

Em vista disso, o direito à cidade só poderá ser alcançado quando houver superação para outra realidade social. É preciso, dentre outras condições, superar a propriedade privada⁴⁹, a divisão do trabalho e as instituições políticas (Estado, Igreja, etc.), isto é, “a superação positiva de toda alienação” (MARX, 1989b, p. 170). O que indica que a cidade é um obstáculo para a nova sociedade projetada (LEFEBVRE, 1999b).

⁴⁸ Historicamente, as soluções habitacionais informais, tiveram um tratamento que oscilava entre medidas de remoção e de melhorias, segundo as conjunturas político-econômicas e o tipo de ocupação. Essa ação do poder público confirma a insuficiência de políticas para atendimento das necessidades da população e pela proliferação das favelas, cortiços ou dos loteamentos irregulares, tendo essas tipologias se constituído na principal solução para a questão da moradia popular no país (CARDOSO; ARAÚJO; GHILARDI, 2009, p. 94).

⁴⁹ A superação da propriedade privada significa a “emancipação de todos os sentidos e qualidades humanas”, isto é, uma emancipação humana (MARX, 1978, p. 11).

Para esse debate, Harvey (1980) acrescenta alguns elementos importantes do sistema urbano⁵⁰ a serem considerados para a superação, tais como: a acessibilidade e a proximidade; a justiça social e a necessidade.

A acessibilidade está relacionada às “oportunidades de emprego, os recursos e serviços de bem-estar, o que custa um preço alto, em geral medido pelo custo de superar distâncias, de usar o tempo”, mas não apenas isso, pois há outros fatores a serem considerados, como o custo emocional e psicológico, pois as pessoas “são sujeitadas a pagar um preço social para acessar certas facilidades”. Diferente, porém, não menos importante, tem-se a proximidade definida como: “efeitos de estar junto de algumas pessoas sem fazer disso qualquer uso direto”. Por exemplo: “uma moradia pode achar-se próxima de uma fonte de poluição [...]” e tal proximidade tende a impor custos sobre a moradia, como: limpeza constante, protetores contra ruído, etc. (HARVEY, 1980, p. 45).

Sabendo disso, deveria ser evidente que ao se mudar a forma espacial da cidade por realocações residenciais, por exemplo, mudamos também o preço de acessibilidade e o custo de proximidade de qualquer moradia, o que abrange não apenas os custos financeiros, como também os emocionais e psicológicos (HARVEY, 1980).

A partir desses aspectos que contribuem para conduzir a distribuição de renda, Harvey (1980) aponta alguns resumos interpretativos, que permanecem atuais.

Primeiro: a área central da cidade possui condição decrescente de proporcionar novas fontes de emprego – sendo mais encontradas nas áreas da periferia. Segundo: por causa da “inelasticidade e inflexibilidade locacional na oferta de moradias de renda baixa”, as famílias com baixo poder de compra possuem dificuldades em migrar para essas áreas – novas fontes de emprego – e ainda, se deparam no centro com os preços crescentes das moradias. Terceiro: se os moradores pobres do centro da cidade obtêm empregos nos bairros das periferias, eles irão se deparar com maiores gastos (transportes) do que podem arcar (HARVEY, 1980, p. 51).

Pode-se afirmar então, que as mudanças espaciais não são simples e/ou ações impensadas. Elas provocam grandes alterações no cotidiano das pessoas, especialmente nas oportunidades de emprego e de moradia, como corrobora Cruz (2012), cuja pesquisa demonstrou que os grandes projetos urbanos implementados em metrópoles amazônicas estão provocando efeitos segregativos sobre as condições de trabalho e moradia.

⁵⁰ O que fornece algumas chaves interpretativas no decorrer da análise do objeto deste trabalho, a saber: os impactos socioeconômicos provocados com o reassentamento das famílias da área da Bacia da Estrada Nova para o Residencial Antônio Vinagre – intervenção urbanística do PROMABEN.

Logo, um desequilíbrio diferencial na forma espacial da cidade pode assim redistribuir renda⁵¹, isto é, “o pobre tem somente oportunidades restritas”, o que pode significar uma “distribuição regressiva de renda” (HARVEY, 1980, p. 51).

Diante disso, pode-se discutir o conceito de justiça social, que para Harvey (1980) se constitui na aplicação de um princípio ou em um conjunto de princípios que serviriam para resolver direitos conflitivos. Tais princípios estariam relacionados à divisão dos benefícios e aos arranjos sociais e institucionais associados à atividade de produção e distribuição.

A partir daí que podemos pensar na possibilidade de se constituir uma teoria normativa de alocação espacial baseada em princípios de justiça social, que deveriam medir e evitar as consequências para a redistribuição de renda. Contudo, o próprio autor reconhece a dificuldade de se encontrar uma organização social, econômica e política que possa alcançar e manter esses princípios, “já que é impossível se alcançar fins justos por meios injustos”, logo, não realizável na sociedade capitalista (HARVEY, 1980, p. 92).

O outro elemento importante que contribui para a melhor compreensão do conceito de justiça social é a necessidade⁵², que para Harvey (1980) é produto da consciência humana que se transforma à medida que o homem transforma a sociedade. Logo, é um termo relativo, pois não expressa homogeneidade.

As necessidades sociais, para Lefebvre (2001, p. 105-106), têm um fundamento antropológico, como: necessidade de certeza e de aventura, da organização do trabalho, entre outras:

O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las [...] de ver, ouvir, tocar, de degustar [...]. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas [...], acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. [...]. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui isolar e abrir os horizontes. As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio ou pelo lucro?

Contudo, “no interior da propriedade privada [...] cada indivíduo especula sobre o modo de criar no outro uma nova necessidade para obrigá-lo a um novo sacrifício”, à uma nova

⁵¹ Como vimos, as famílias com baixo poder de compra encontram dificuldades em morar no centro da cidade, relativamente supervalorizado, em geral, com serviços e equipamentos urbanos. Nesse sentido, “a redistribuição da renda pode ocorrer através de mudanças: na locação de empregos e moradia; no valor dos direitos de propriedade; e no preço dos recursos para o consumidor”. Logo, o reassentamento, produz alterações consideráveis acerca do potencial de distribuir renda (HARVEY, 1980, p. 71).

⁵² Harvey (1980, p. 86) destaca algumas categorias de necessidades: alimento; habitação; cuidados médicos; educação; serviço social e ambiental; bens comuns; oportunidade de lazer; amenidades de vizinhança e transporte.

dependência, uma nova forma de gozo, e com isso a uma ruína econômica, isto significa, que esse elemento é transformado em fonte de lucro para o capital, ou seja, em mercadoria (MARX, 1978, p. 16-20).

A habitação é uma dessas necessidades que pode ser atendida de diversas maneiras, porém, como vimos, na cidade capitalista, implica em moradias precárias para os pobres. O que pode ser diferente se aplicarmos a esta necessidade o princípio da justiça social, como afirma Harvey (1980): agir de forma justa com os indivíduos que, como única opção, residem em áreas alagadas, ou seja, usar o critério primário da necessidade para realizar uma compensação.

Entretanto, ainda que a ação estatal (capitalista) se encarregue daquilo que entra numa economia de mercado, tal mercadoria não se torna realmente um serviço público. Sendo assim, o direito à moradia emerge na consciência social, se afirmando de fato pela indignação ou pelos descontentamentos provocados pela crise, não sendo reconhecido em sua totalidade, a não ser como um apêndice dos “direitos dos homens” (LEFEBVRE, 2001, p. 26).

Engels (2015) já discutia no século XIX a crise da habitação para as frações da classe trabalhadora, cujo problema não está na pouca quantidade de moradias, mas em sua distribuição e que essa questão jamais conseguiria ser resolvida na ordem burguesa. Longe disso, só poderá ser resolvida se a sociedade for profundamente transformada, enfrentando a contradição capital/trabalho e suas consequências.

Assim, a superação das contradições sociais é impossível de ser realizada sob a dominação capitalista, cujas relações sociais destroem as possibilidades democráticas e civilizatórias do urbano, mas que por outro lado, também revela seus limites e as novas possibilidades do pensamento e da ação. Isso significa em elementos para sua própria “negação/destruição” (CARDOSO, 2012, p. 31).

Seguindo a linha teórica marxista, os autores aqui utilizados apontam caminhos para a superação das contradições urbanas. Harvey (2005, p. 130) sustenta o argumento de que a sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade da circulação do capital, portanto, “se houver interrupção dessa forma de circulação pela impossibilidade de obtenção de lucro, então a reprodução da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos”. Ressalta que é necessário aproveitar os momentos de crise “como oportunidade para uma criativa mudança revolucionária”, que exige entendimento profundo de como as crises se formam e se desenvolvem.

Lefebvre (2001, p. 140) também defende em uma de suas teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo, “ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades

sociais) e da revolução política (controle democrático do aparelho estatal, autogestão generalizada) uma revolução cultural permanente”.

Em síntese, os autores aqui utilizados tendem a um caminho que se confia: de que a superação da ordem burguesa só poderá ser alcançada quando as classes ou frações da classe trabalhadora intervirem mediante atividade social e política na sociedade urbana, pondo fim a uma segregação dirigida essencialmente contra. O que implica dizer que apenas a classe para si⁵³ é capaz de iniciativas revolucionárias que podem realizar soluções para a questão urbana (ENGELS, 2015; LEFEBVRE, 2001).

O que não quer dizer que a classe trabalhadora fará todo movimento sozinha, mas que sem ela nada é possível: “a pressão da classe operária foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada, para os costumes, para a sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos” (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

Assim, considera-se o direito à cidade como um direito coletivo em que a humanidade encontrar-se-ia livre de todas as obrigações e pressões do que é o trabalho no modo de produção capitalista (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 1999b). O que implicaria também nos “interesses gerais da civilização e os interesses particulares de toda as camadas sociais de ‘habitantes’” (LEFEBVRE, 2001, p. 139, grifo do autor).

Tudo isso pode até ser utopia, mas “a utopia encontra-se no desejo e na realidade”, logo, “significa que é um processo real de construção social”, como afirma Lefebvre (1999b, p. 72-73). O que implica dizer que a cidade que queremos não pode estar desvinculada do tipo de pessoas que queremos ser, e do tipo de relações que buscamos – entre as pessoas e com a natureza. Isso significa que o direito à cidade é muito mais do que um direito ao acesso aos recursos que a cidade oferece, mas um direito humano de transformar a cidade de acordo com os desejos mais profundos, “como um corpo político socialista”: onde não exista a pobreza e desigualdade social; onde a emancipação humana seja alcançada em sua totalidade (HARVEY, 2014, p. 247).

⁵³ Classe para si e classe em si são conceitos utilizados por Marx para distinguir os dois traços ao mesmo tempo quantitativos e qualitativos sobre a consciência da classe trabalhadora. Cujo entendimento é de que a *classe para si* é o estágio em que já se alcançou em sua “atividade sociopolítica desenvolvida (sujeito da história, sujeito político)”, a autodeterminação (o que implica em autonegação e quase autodestruição), pois, nega a burguesia e o capitalismo; “ela se nega enquanto essência e suporte do modo de produção capitalista”, isto é, “deixa de ser simples força produtiva, inserida na divisão do trabalho”, isto é, *classe em si*. “Ela só é revolucionária totalmente se destrói a sociedade de classes, portanto, se ela se supera enquanto *classe em si*” (LEFEBVRE, 2016, p. 151).

2 POLÍTICA URBANA HABITACIONAL E A LÓGICA DE REMOÇÕES DE FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO BRASIL

A maioria da população pobre do planeta ainda vive em áreas precárias com pouca ou nenhuma urbanização⁵⁴, isto é, sem o abastecimento mínimo de saneamento, onde os próprios moradores constroem suas casas de forma gradual e precária mobilizando seus poucos recursos materiais e financeiros (ROLNIK, 2015). No Brasil⁵⁵, essa realidade reflete a dominação externa capitalista e a segregação interna do desenvolvimento da sociedade nacional, produzindo alarmantes desigualdades econômicas, sociais e regionais, que favorecem o poder e o prestígio da classe econômica e politicamente dominante do país (SANTANA, 2012a).

Além disso, a crescente expansão das cidades, a ausência ou insuficiência de políticas públicas e sociais – que não conseguem atender o contingente de trabalhadores no mercado de trabalho, bem como as precárias condições econômicas da população – acarretam a segregação socioespacial no espaço urbano, pois as pessoas que não acessam o mercado desigual capitalista de moradias e não as têm garantidas pelo Estado, passam a ocupar espaços que atendem suas necessidades mais imediatas, restando em geral, as áreas mais precárias e sem infraestrutura (MARICATO, 2011).

Essa realidade demonstra que a luta de classes se reproduz e se inscreve como uma particularidade no espaço urbano, sobretudo, pela afirmação pessoal de indivíduos, colocados à margem da vida econômica e política, o que revela a dimensão fundamental da expressão da questão social (ENGELS, 2010; LEFEBVRE, 2001).

Assim, a presença maciça de assentamentos precários nas metrópoles brasileiras decorre, como se verá a seguir, principalmente, dos investimentos desiguais de urbanização e das condições desiguais de acesso ao solo urbanizado, o que reflete espacialmente a estrutura econômica e social da sociedade capitalista (DENALDI, 2009).

Neste estudo, entende-se assentamento precário, pelas características, também definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo um espaço que apresenta a inadequação de

⁵⁴ Entendido aqui como planejamento e regulação urbanística (MARICATO, 2002). Neste sentido, a urbanização viabiliza a consolidação do assentamento com a manutenção total ou parcial da população no local. “Compreende abertura, readequação ou consolidação de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, reparcelamento do solo (quando couber), regularização fundiária e, quando necessário, a execução de obras de consolidação geotécnica, a construção de equipamentos sociais e a promoção de melhorias habitacionais” (DENALDI, 2009, p. 115).

⁵⁵ O número do déficit habitacional brasileiro gira em torno de 8 milhões, sendo que 90% atinge a população que ganha de zero a três salários mínimos. O número de imóveis vazios nas grandes cidades permitiria habitação para boa parte desta população (LIMA, 2010).

habitação e/ou serviços básicos, que frequentemente ficam à margem das políticas de intervenção urbana⁵⁶, refletindo as desigualdades socioeconômicas, como: insegurança; acesso inadequado à água potável; acesso inadequado a saneamento e infraestrutura em geral; baixa qualidade estrutural dos domicílios; adensamento excessivo, entre outras (DENALDI, 2009; FERREIRA, 2009).

Este capítulo faz uma discussão, ainda que breve, sobre os aspectos históricos da política urbana/habitacional no Brasil, e de seu desenvolvimento no cenário mais recente, buscando elementos de análise para a compreensão acerca da lógica adotada às políticas habitacionais para as frações da classe trabalhadora. Assim como, identificar, com o levantamento realizado no segundo item, as tendências de impactos evidenciadas em pesquisas sobre processos de remoção de famílias de assentamentos precários no Brasil.

Nesse sentido, o capítulo está estruturado em duas seções: a) Intervenções habitacionais no Brasil – subdividida em a.1) Um novo período de intervenções e; a.2) A cidade mercadoria, grandes avanços e a subordinação ao capital e; b) Remoções de famílias no Brasil: experiências analisadas em periódicos e evento da categoria profissional de Serviço Social – tendo como subitem: b.1) condições de vida pós-intervenção urbana: impactos socioeconômicos evidenciados em trabalhos científicos.

2.1 INTERVENÇÕES HABITACIONAIS NO BRASIL

As formas predominantes de moradia urbana no Brasil se encontram em situação de inadequação habitacional e irregularidade fundiária. Conhecidas como: favelas, no caso do Rio de Janeiro; invasões, em Salvador; baixadas em Belém, e até mesmo os conjuntos habitacionais que mesmo construídos pelo Estado⁵⁷, abrigam grande parte da população⁵⁸ urbana e se encontram em situação degradante e/ou irregular, apresentando, em geral, moradias insalubres e precariedade na estrutura, no espaço, no material utilizado para as construções, e no acesso aos serviços básicos (CARDOSO; ARAÚJO; GHILARDI, 2009, p. 93).

⁵⁶ E mesmo quando atendidos seus moradores sofrem impactos negativos, como se verá ao longo deste trabalho.

⁵⁷ Aglomerados urbanos, que embora possuam problemáticas habitacionais diferentes, têm em comum a segregação socioespacial.

⁵⁸ Enfatiza-se que, desde o início do processo de urbanização brasileira, a luta dos trabalhadores para viver na cidade tem sofrido enormes e importantes mudanças. No início do século XXI, o Brasil tinha cerca de 80% da população vivendo nas cidades (MARICATO, 2001; LIMA, 2010). Este crescimento da população foi acompanhado do agravamento dos problemas ambientais e das desigualdades socioespaciais. Nos principais centros metropolitanos de 20% a 40% da população total residia em áreas precárias (FERREIRA, 2009, p. 11).

Como visto no capítulo anterior, a questão da habitação é uma expressão da questão social a partir da consolidação e hegemonia do modo de produção capitalista na sociedade, produto imediato da Revolução Industrial. No Brasil essa questão tem início na segunda metade do século XIX⁵⁹ da mesma forma como se constituíra na Inglaterra cem anos antes (FERREIRA, 2009).

Diante da história brasileira, a primeira forma republicana, também conhecida como República Velha (1889 a 1930), tem como economia e elite dominante as oligarquias rurais estruturadas em atividades agroexportadoras, sendo a produção do café a base predominante⁶⁰. Nesse período, emergiu no país o trabalho assalariado, ou livre, sendo este, antes de mais nada, um trabalho despejado, como ressalta Villaça (1986, p. 14): “despejado de sua terra, de sua oficina, de seus meios de trabalho, de seus meios de vida [...] tanto brasileiros como estrangeiros [...] despejados das decadentes fazendas, como as de café no Vale do Paraíba, eram os despejados da Itália, eram os despejados das senzalas”.

Assim, com o enorme crescimento das cidades através dessa população, surge no Brasil a questão da habitação, tendo como principal forma de atendimento, para abrigar as multidões, os espaços conhecidos como cortiços⁶¹, medida adotada pela iniciativa privada, sendo a primeira forma física de habitação, *precária*, que os trabalhadores livres e suas famílias conheceram, assim como o aluguel foi a primeira forma econômica (VILLAÇA, 1986, grifo nosso).

Até o início do século XX, os cortiços e favelas eram vistos como condições provisórias e ilegais de moradia por grande parte da classe trabalhadora, não sendo alvos das políticas públicas, isto é, a questão habitacional ainda era marcada pela ausência do Estado, tanto no que diz respeito a sua provisão, quanto à negociação, pois o Estado não fixava valores para os

⁵⁹ A terra, que até então não tinha valor comercial, passou a ser uma mercadoria muito disputada e altamente cara, pois com a promulgação da Lei de Terras em 1850, que instituiu a propriedade fundiária no país, tanto rural quanto urbana, “foi legitimada a propriedade de quem já detinha ‘cartas de sesmaria’ ou provas de ocupação ‘pacífica e sem contestação’. O resto, de propriedade da Coroa, passou a ser leilado. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela” (FERREIRA, 2009, p. 16).

⁶⁰ Nesse período, nossas cidades já apresentavam forte segregação socioespacial, decorrentes da herança colonial e escravocrata, mas com a industrialização incipiente, iria aprofundar essa lógica, relegando os trabalhadores, geralmente imigrantes e ex-escravos, ainda que pouco numerosos, para espaços insalubres e precários especialmente no maior centro produtor e exportador de café, São Paulo, e em demais estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro (FERREIRA, 2009).

⁶¹ Os cortiços constituíam-se de pequenos cômodos alugados ao longo de um corredor, no fundo de um bar ou armazém, sem instalações hidráulicas, com tanques de lavar roupa e instalações sanitárias de uso coletivo e que se caracterizavam pela alta densidade e insalubridade, considerados inimigos da saúde pública (VILLAÇA, 1986; BONDUKI, 1994).

aluguéis, o que tornava a moradia um investimento lucrativo para a iniciativa privada⁶². Deste modo, essa questão passou a ser resolvida através de um dinâmico processo de expansão urbana através das moradias de aluguel, que variavam conforme a faixa salarial dos trabalhadores (FERREIRA, 2009).

Assim, a miséria da classe trabalhadora e suas condições de habitação foram agravadas, dada a negligência estatal frente às questões imobiliárias. Confirmando a perspectiva estatal discutida no capítulo anterior, cuja organização e representação refletem os interesses das diversas frações da classe burguesa na expansão capitalista, bem como as contradições das relações entre capital/trabalho (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 2001; POULANTZAS, 1980; LOJKINE, 1997).

Com o rápido e intenso crescimento do número de cortiços, a burguesia se viu ameaçada pelos riscos à saúde (foco de epidemias como a febre amarela, varíola, peste bubônica, tifo e cólera) e pela imagem horrenda que esses espaços apresentavam em sua visão. O que levou ao início de uma série de medidas ambíguas destinadas a regular a construção e permanência dessas moradias⁶³, que de um lado eram repudiadas a partir de um discurso médico e higienista que justificava a demolição quando necessário, e de outro, era preciso aceitá-las, pois eram elas que abrigavam a fonte de todo o lucro, os trabalhadores (VILLAÇA, 1986; VALLADARES, 1980).

Realidade que não se difere da situação descrita e analisada por Engels em seus estudos pelas principais cidades da Inglaterra, na primeira metade do século XIX, cujo trabalho trouxe entre outros documentos, artigos de jornais burgueses que retratavam a ameaça e a indignação para a questão habitacional dos trabalhadores:

Nessa parte da cidade não há esgotos, banheiros públicos ou latrinas nas casas; por isso, imundícies, detritos e excrementos de pelo menos 50 mil pessoas são jogados todas as noites nas valetas [...] representam um enorme perigo para a saúde dos moradores. É de se espantar que não se encontre aqui nenhum cuidado com a saúde, com os bons costumes e até com as regras elementares da decência? [...] (ENGELS, 2010, p. 79).

⁶² Nessa época, as ações públicas estavam voltadas para reprimir as situações mais graves de insalubridade através de legislações de cunho médico higienista e de ações policiais, além de contribuir também com incentivos fiscais que beneficiavam os locatários (BONDUKI, 1994; VALLADARES, 2005).

⁶³ Dentre as medidas tomadas para dar a aparência de que os cortiços estavam sendo combatidos, destacam-se os Códigos Municipais de Posturas, como por exemplo da cidade de São Paulo (1886), que determinava entre outros ajustes: a construção de cortiços fora do perímetro comercial/central das cidades (VILLAÇA, 1986).

A partir da justificativa de ameaça à saúde pública, o Estado passou a incentivar, através de concessões fiscais aos industriais, a construção das vilas operárias⁶⁴, no intuito de abrigar os trabalhadores, pois eram consideradas uma solução de disciplinamento e higienização das massas (FERREIRA, 2009). Para Villaça (1986, p. 16, grifo nosso), essa medida foi considerada pelo Estado durante a República Velha como um modelo a ser seguido⁶⁵, à medida que “[...] pretendiam ser a resposta do capitalismo ao problema da habitação [...]”, pois atraíam e fixavam a mão de obra próximo às fábricas, ‘superando’ a insalubridade dos cortiços. Contudo, a quantidade foi irrisória frente às necessidades, “já que a maioria delas, ou foi construída em cidades do interior, onde a mão-de-obra, por ser pequena, precisava ser atraída e retida, ou foi oferecida apenas a operários qualificados, que eram mais raros”.

Com isso, observa-se que o planejamento urbano brasileiro nasce a partir da proposta de embelezamento de alguns espaços da cidade. Onde na prática essas intervenções não objetivavam legalmente a proteção da saúde pública, mas sim a remoção das moradias dos trabalhadores das áreas onde as frações burguesas residiam, circulavam ou tinham seus imóveis. Haja vista que a proteção dos valores imobiliários seria objeto de legislações nas décadas subsequentes, perdurando até os dias de hoje, “uma das razões inconfessadas de muitas leis urbanísticas nos municípios brasileiros” (VILLAÇA, 1986, p. 15).

Não demorou muito para que essa “solução” desagradasse as frações da classe burguesa do país, uma vez que interferia nos seus planos urbanísticos para a cidade⁶⁶. Nesse sentido, o Estado foi mais uma vez requisitado para regulamentar que as vilas operárias também fossem construídas fora das áreas centrais (BONDUKI, 1994), o que, como visto anteriormente, materializa o processo de segregação socioespacial, tão desejado pela elite brasileira, pois, efetiva a divisão desigual dos investimentos e serviços públicos urbanos, bem como, as

⁶⁴ De acordo com Bonduki (1994, p. 715): “As vilas operárias eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois são os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte no país”. Eram moradias de melhor qualidade, porém, “acessíveis apenas por frações da baixa classe média, como operários qualificados, funcionários públicos e comerciantes, não sendo viáveis para a população mais pobre” (FERREIRA, 2009, p. 16).

⁶⁵ De acordo com Bonduki (1994), a lógica que orienta, de modo geral, o Estado liberal da República Velha, para a questão da habitação era de que o governo não deveria produzir casas para os trabalhadores, mas estimular a produção privada.

⁶⁶ Nessa época, não muito diferente de hoje, o modelo urbano para as cidades estava ligado especialmente à construção de grandes avenidas que serviriam para “embelezar e modernizar” as cidades, como no Rio de Janeiro, onde “havia milhares de cortiços na época da passagem do século, porém, os que foram demolidos ou foram por razões das obras de renovação urbana nas áreas imobiliariamente promissoras da cidade (como) a abertura da Avenida Central em 1906, Gastão Cruls” (VILLAÇA, 1986, p. 15), ou seja, abrir espaços para dar condições de ampliação do capital imobiliário (LOJKINE, 1997).

consequências ocasionadas pela sua ausência ou insuficiência, como as epidemias (LOJKINE, 1997; LEFEBVRE, 2001).

A partir dos anos 1920 passa a ser expresso um novo modelo urbano para a cidade, cuja concepção é mais sistemática da cidade e se torna objeto de uma nova disciplina com ambições científicas: o urbanismo⁶⁷, que recebia apoio estatal e dos grandes setores econômicos do país. Nessa época a produção agroexportadora começou a perder fôlego, porém, a Região Sudeste do país continuou a ser objeto de investimentos do governo federal, que canalizou recursos públicos para a expansão capitalista, sobretudo em São Paulo, onde passou a priorizar os investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento industrial. Para isso, as intervenções urbanas reforçaram a segregação social que superava o modelo anterior de concentração dos trabalhadores no centro comercial e ao redor das fábricas, modificando a estrutura urbana e a forma de atuação do Estado (VALLADARES, 2005).

Com isso, a burguesia industrial ascendeu ao cenário político com a Revolução de 1930, levando ao poder Getúlio Vargas⁶⁸, através de um golpe de estado apoiado por tenentes do exército brasileiro, pertencentes às classes médias urbanas, tendo como missão maior alavancar a economia e possibilitar a ampliação industrial, o que marca um ponto de ruptura na forma de intervenção do Estado na economia e na regulamentação das relações capital/trabalho. A partir daí o poder público torna-se mais que simples representante dos interesses da burguesia, pois, desenvolve um longo processo de criação de novas condições ao capital, transformando atividades urbano-industriais como essenciais para a economia do país (BONDUKI, 1994).

Voltada para a questão da moradia, a lógica de ampliar a legitimidade do governo e viabilizar maior acumulação na esfera urbana, permeou as iniciativas estatais, que, reconhecendo uma importante oportunidade de atuação, haja vista que o aluguel ainda consumia parcela significativa dos orçamentos familiares, passou a formular propostas para a

⁶⁷ Essa visão foi conduzida, na época, pelo então urbanista francês Alfred Agache (arquiteto e sociólogo) que chegou ao Rio de Janeiro em 1927. Apesar de ter sido um dos primeiros profissionais a perceber “elementos exteriores a pobreza, como as dificuldades burocráticas de acesso à moradia” e, assim, considerar que a constituição dos aglomerados humanos diz respeito à dimensão socioeconômica, elaborou o primeiro Plano de Extensão, Renovação e Embelezamento, cujas soluções seguiram as orientações dos “reformadores sociais europeus amplamente divulgadas a partir do final do século XIX”, que preconizava construção de moradias populares em detrimento das habitações precárias dos trabalhadores (VALLADARES, 2005, p. 48).

⁶⁸ O governo provisório de Vargas (1930-1934) foi marcado por uma intervenção estatal fortemente atuante no campo da legislação trabalhista, com uma dupla intenção: garantir a adesão das massas populares ao novo regime, bem como alavancar a indústria, que exigiu um horizonte palpável de regulamentação para os encargos trabalhistas, até então deixados ao livre jogo do mercado (BONDUKI, 1994). No chamado governo constitucional (1934-1937), Vargas foi defensor de um projeto Liberal democrático, e seu regime retomou a temática higienista que atribui a propagação de doenças e péssimas condições sanitárias às moradias populares (VALLADARES, 2005).

produção de moradias populares e políticas de intervenção nas negociações⁶⁹, cuja aceitação foi positiva entre as classes populares urbanas (VILLAÇA, 1986).

Segundo Maricato (2002, p. 138, grifo do autor), a partir de 1930, temos no país a hegemonia da burguesia urbana, cuja produção da cidade precisa ser eficaz. Logo, os conceitos de melhoramento e embelezamento, são substituídos por eficiência, ciência e técnica. O que não significou êxito, pois é justamente nesse momento que se inicia um período de inconsequência e inutilidade da maioria dos planos elaborados no Brasil, isto é, “de um lado estava dada a impossibilidade de ignorar os ‘problemas urbanos’, de outro a impossibilidade de dedicar o orçamento público apenas às obras, especialmente às obras viárias, vinculadas à lógica do capital imobiliário, de maneira aberta ao debate, sem sofrer críticas”.

A partir desse período, expandem-se ações de erradicação com a adoção da demolição e remoção de moradores, prática bastante utilizada em meio às políticas urbanas/habitacionais atualmente. Portanto, entre os anos 1920 e 1950, especialmente a década de 1940, marca o contexto de medidas estatais, tanto jurídicas como econômicas, de modernização para a transição do modelo da casa própria como forma de moradia da maioria da população urbana do Brasil, inclusive das massas populares com a proposta de que estes também poderiam tornar-se proprietários⁷⁰, o que variou conforme as diferentes cidades e regiões (BONDUKI, 1994).

Diante da intervenção do Estado Novo (1937-1945)⁷¹, atrelada à difusão da propriedade privada como horizonte alcançável para a população pobre, esta encontrou nas periferias urbanas uma alternativa de sobrevivência e resistência através da prática da autoconstrução nas

⁶⁹ Dentre as medidas destacam-se: no plano econômico, a renovação das Caixas Econômicas que aumentaram significativamente o volume de financiamento de casas e apartamentos próprios a juros baixos. Em 1937, foi sancionado o Decreto-lei nº. 58 que regulamentou a venda de lotes a prestação, e em 1942 o Decreto-Lei do Inquilinato, que instituiu o congelamento dos preços dos aluguéis por dois anos e regulamentou a relação entre proprietários e locadores, representando uma influência direta do governo para desestimular a casa alugada e canalizar recursos para a indústria (BONDUKI, 1994).

⁷⁰ Seguindo a lógica da propriedade privada, a primeira forma de intervenção estatal na produção de habitações populares foi a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em 1937, voltados para o atendimento dos trabalhadores contribuintes, agrupados em categorias profissionais específicas, como os bancários (IAPB); comerciários (IAPC); e industriais (IAPI); entre outros. Entretanto, os diversos institutos foram unificados no Instituto Nacional da Previdência Social em 1966, sem a atribuição de financiar moradia, logo, a questão habitacional não era objetivo principal para esses institutos (VILLAÇA, 1986; BONDUKI, 1994).

⁷¹ Para Bonduki (1994), apesar da tentativa estatal que misturava populismo e autoritarismo para trabalhar o tema da habitação social e ainda que essa produção tenha sido incipiente frente às demandas de moradia da população urbana brasileira, não houve durante o governo Vargas e nem de seus sucessores a estruturação de uma política habitacional articulada e coerente como proposta de enfrentamento da questão.

áreas de favelas⁷², especialmente a partir dos primeiros anos da década de 1940⁷³ (BONDUKI, 1994).

Diante disso, houve por parte da legislação urbanística o reconhecimento de que os espaços de moradia popular precisavam ser alvos de ações políticas de renovação urbana, pois, os “planos da burguesia prescrevem uma ‘cidade civilizada’, cuja legislação urbanística seja ‘moderna’”. Para isso, a estratégia a ser usada foi, e ainda é, a de transformar o problema da classe (elite) em problema público, em ‘problema da cidade’, “o que coloca o espaço urbano no centro dessa produção ideológica” (VILLAÇA, 1986, p. 27, grifo do autor).

Portanto, as intervenções urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras “entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno⁷⁴ “à moda” da periferia”, cujas obras de infraestrutura urbana voltavam-se para o saneamento básico no intuito de eliminar as epidemias, ao mesmo tempo em que se promoviam o embelezamento paisagístico e implantavam bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. Entre as cidades que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação socioespacial, nesse período destacam-se: Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro (MARICATO, 2001, p. 17, grifo do autor).

Esse quadro social, consolidado nos dias de hoje, reflete o domínio econômico e político da elite burguesa, representada pelas ações estatais, que expulsaram e expulsam milhares de trabalhadores para espaços precários e inadequados para a moradia. Configurando dessa forma, as primeiras construções históricas que efetivaram a segregação entre as classes sociais, inviabilizando o acesso dos trabalhadores ao direito à cidade.

Demonstrando dessa forma que a concepção utilizada justificava o problema em si mesmo, buscando a qualquer custo erradicar a moradia dos trabalhadores, definindo os contornos da política urbana com remoções de famílias, inicialmente no estado do Rio de Janeiro, com ampliação na Era Vargas – com a experiência dos Parques Proletários nos anos de

⁷² Compreendidas a partir de uma relação que exprime desigualdade e resistência, pois ao passo que se referem a espaços destinados, em geral, àquelas parcelas de trabalhadores que não acessam ao mercado de moradias, representam resistência e luta contra um dominador (VALLADARES, 2005). Assim, os assentamentos precários, como as baixadas e as favelas, são considerados como parte da cidade que sofre determinações gerais oriundas do caráter expropriador e excludente, nos níveis econômico, político e cultural, próprio da lógica capitalista (GOMES, 2002).

⁷³ Entre os estados destacam-se: Rio de Janeiro e São Paulo, ocorrendo no primeiro a intensificação e o crescimento das favelas já existentes, o que só foi se intensificar em São Paulo a partir da década de 1970 (VALLADARES, 2005; BONDUKI, 1994).

⁷⁴ O planejamento modernista funcionalista foi um importante instrumento de dominação ideológica que contribuiu para consolidar a desigualdade no espaço urbano, ocultando a cidade real e preservando condições para a formação de um mercado imobiliário especulativo restrito a uma minoria (MARICATO, 2015).

1941-1943⁷⁵ – e intensificação nas administrações posteriores⁷⁶, orientando ações urbanísticas atualmente em todo país (VALLADARES, 1980; SILVA, 1989).

Em síntese, essas determinações históricas implicaram na predominância de um desenho arquitetônico nos espaços de reprodução da classe trabalhadora que é caracterizado pela: autoconstrução⁷⁷ de casas inacabadas, feitas com materiais de baixa qualidade, em locais sem o atendimento de serviços essenciais, como: esgotamento sanitário, energia elétrica e água potável, característica urbana do assentamento precário de intervenção do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) em Belém, objeto de estudo desta dissertação.

2.1.1 Um novo período de intervenções

Em boa parcela dos países de economia periférica, como o Brasil, a explosão urbana de pessoas vivendo de forma aglomerada nas cidades se deveu, principalmente, à industrialização tardia, que atraiu grandes contingentes de trabalhadores para as cidades, e intensificou, a partir de 1960, o surgimento dos grandes polos urbanos que não receberam a provisão adequada de habitações, infraestrutura e equipamentos urbanos, o que garantiria qualidade de vida à população (LIMA, 2010).

Somado a isso, temos no Brasil, assim como em outros países da América Latina, um intenso processo de urbanização ligado à política de assistência habitacional pós-guerra, que teve intensificação, particularmente nos anos de 1950 e 1960: “quando esta provisão ganha pilares de construção de política pública de bem-estar social na Europa, um pacto redistributivo entre capital e trabalho que sustentou décadas de crescimento” (ROLNIK, 2015, p. 35).

No contexto político brasileiro, tem-se o segundo período do governo de Getúlio Vargas (1951-1955), cujo clima político foi favorável para que a classe trabalhadora rearticulasse seus

⁷⁵ A criação dos Parques Proletários Provisórios no Rio de Janeiro acabou se tornando uma preocupação muito maior com as questões de ordem, civilização e saneamento, do que propriamente uma inquietação com as habitações populares. A preocupação com a limpeza fosse ela física ou moral, era muito maior do que qualquer outro intento. Mais uma vez destaca-se a importância do higienismo que se configurou como preocupação na Europa do século XIX e foi uma fundamental referência no Brasil dos anos 1940 (VALLADARES, 1980).

⁷⁶ Como ocorreu na gestão do Presidente Gaspar Dutra (1946-1950), que também buscando legitimidade para sua administração, continuou a disseminar uma política da casa própria através da Fundação da Casa Popular (FCP) (SILVA, 1989). E as ações de natureza erradicadora que foram efetuadas nesse período, através da atuação conjunta entre Estado e Igreja nas favelas do Rio de Janeiro em 1947, dado o surgimento da Fundação Leão XIII ocorrido no ano anterior, cujas inúmeras intervenções tiveram cunho assistencialista e higienista, mesmo que a democracia e a promoção da cidadania estivessem presentes nos discursos oficiais (VALLADARES, 2005).

⁷⁷ De acordo com Villaça (1986, p. 26), “a periferia ou a área suburbana, subequipada – e por isso com terrenos baratos – formada a partir de loteamentos ilegais e casas construídas por ajuda mútua já é, nos anos 50, a forma predominante de moradia das camadas populares na maioria das grandes cidades do Brasil”.

interesses⁷⁸. A característica populista assumida por esse governo reapareceu na relação com os assentamentos precários, onde a repressão aberta deu lugar a um controle paternalista, e a ideia de urbanização *in loco* apareceu pela primeira vez na discussão pública sobre favelas⁷⁹ (SILVA, 1989).

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o desenvolvimento econômico nacional caracterizou-se pela adoção de políticas de investimento na área industrial, com destaque para a indústria automobilística, fazendo com que a política urbana habitacional fosse relegada a segundo plano, agravando a questão habitacional no país. Esse período é marcado por um processo crescente de urbanização que segue as exigências capitalistas para o avanço da industrialização (SILVA, 1989).

Ainda assim, esse período se caracterizou também por uma relativa abertura no diálogo entre o poder público e os habitantes dos assentamentos, pois, em 1956 foi criado o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), primeira instituição oficial voltada para a urbanização de favelas, mas que somente na década de 1960, veio de fato a demonstrar interesse por essas áreas, por ocasião de sua reestruturação. Demonstrando que o plano buscava o controle da população através do estímulo à criação de Associações de Moradores, para cooptar as lideranças populares através da aproximação dos moradores com o referido órgão, transformando a ação em instrumento eleitoral a serviços políticos, muito presentes atualmente⁸⁰ (VALLADARES, 1980).

Em 25 de agosto de 1961, João Goulart assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), passando por um período turbulento, de impasse político-militar permeado pela efervescência dos movimentos populares na cidade e no campo (SILVA, 1989). Na política habitacional, a atuação voltou-se para um planejamento estatal que organizou e coordenou as ações desenvolvidas pelos Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e pela Fundação da Casa Popular (FCP). Tendo um alcance irrisório, cuja insuficiência de recursos destes órgãos agravou ainda mais a questão da classe trabalhadora brasileira (VALLADARES, 2005).

⁷⁸ Nesse período as iniciativas promovidas pela Igreja despertaram a atenção para o reconhecimento público das favelas, bem como o direito de seus habitantes de acessarem os equipamentos básicos (VALLADARES, 2005).

⁷⁹ Todos esses fatores políticos e econômicos, internacionais e nacionais, contribuíram para que as favelas fossem alvo de estudos e produções científicas, cuja concepção passou a valorizar este espaço enquanto comunidade, inaugurando um verdadeiro trabalho de pesquisa de campo utilizando métodos das Ciências Sociais, colocando a questão do assentamento precário em uma dimensão social, econômica e legal (VALLADARES, 2005).

⁸⁰ Na área de intervenção do PROMABEN, o Programa estimulou a criação de Comissões de Acompanhamentos de Obras (CAO), onde alguns moradores líderes se candidataram, no decorrer do período de intervenção, a cargos políticos como vereadores.

Segundo Maricato (2002), variadas designações foram dadas aos planos urbanísticos para fugir ao desprestígio das medidas até então fracassadas: Plano Diretor, Planejamento Integrado, Plano Urbanístico Básico, Plano Municipal de Desenvolvimento, entre outros. De acordo com a autora, nos anos de 1960 foram produzidos alguns “super planos, fortemente detalhados, contendo diretrizes e recomendações para diversos níveis de governo”⁸¹ (MARICATO, 2002, p. 138).

No caso da cidade do Rio de Janeiro, o período foi marcado pela retomada da repressão e do controle por meio da força, cuja materialização pode ser vista com a criação, em 1962, da Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (COHAB-GB⁸²), que contou com recursos financeiros da *United States Agency for International Development* (USAID), iniciando a política de intensa remoção de famílias (VALLADARES, 1980; SILVA, 1989).

Diante de tais agressões sofridas, os moradores de diversas favelas, que vinham se organizando desde 1957, articularam suas lutas em torno da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), criada em 1963 como mecanismo de resistência e defesa coletiva. Assim, a luta da população passou a girar em torno da demanda por projetos urbanísticos, permanência nas áreas ocupadas e contra a retirada das famílias de suas moradias. O que logo foi combatido com a intensificação da repressão, especialmente a partir da Ditadura Militar de 1964 (GOMES, 2005).

O período compreendido entre 1964 e 1966 marca a institucionalização da Política Habitacional Brasileira como prioridade do governo autocrático burguês que se instaura com o golpe de Estado deflagrado em março de 1964 representado por forças militares (RAMOS; SÁ, 2002). As transformações estruturais da política nacional ocorridas a partir desse longo período⁸³, e o “consequente esvaziamento da vida eleitoral, acarretaram o enfraquecimento do

⁸¹ Como exemplo, para o Rio de Janeiro o plano foi elaborado por um escritório grego liderado pelo urbanista Dioxiadis, tendo sido redigido e impresso em Atenas, e entregue ao governador na versão em inglês. Para São Paulo, o PUB – Plano Urbanístico Básico (1969) foi elaborado por um consórcio de escritórios brasileiros e norte-americanos, mas que não saiu da gaveta (MARICATO, 2002).

⁸² Criada com o objetivo de remoção das favelas do atual estado do Rio de Janeiro (SILVA, 1989). A COHAB do estado do Pará foi criada em 1965, pela Lei estadual nº 3282, que visava produzir habitação popular para as famílias com o rendimento igual ou inferior a três salários mínimos, porém, a demanda atendida foi acima dessa faixa salarial (SANTANA, 2011).

⁸³ Ressalta-se que esse contexto marca o período desenvolvimentista de expansão capitalista a partir de investimentos do Estado sob a égide do planejamento regulatório das décadas de 1960 e 1970. No que tange às relações com o capital internacional, destacam-se as transformações realizadas na Região Amazônica, a qual se tornou importante área de expansão capitalista para grupos econômicos nacionais e internacionais que tinham a seu dispor toda estrutura para a pressão e penetração política, inclusive a mídia (PICOLI, 2006). Nos anos de 1970 o Estado brasileiro toma para si a missão de um novo e ordenado devassamento da região, vinculado a um novo padrão de inserção de países periféricos, como o Brasil, numa ordem mundial, moldada pelo vetor científico-tecnológico, associando corporações transnacionais, num estilo de desenvolvimento aliado com o capital financeiro (BECKER, 1997), trazendo projetos para a região, que incorporaram fortemente a agropecuária e

papel político-eleitoral” dos espaços que concentravam as frações da classe trabalhadora da época (VALLADARES, 1980, p. 26).

Essa década se destaca também pela criação de importantes instituições que marcam uma nova etapa nas intervenções habitacionais do país, como o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 21 de agosto de 1964, integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), e as Companhias de Habitação (COHAB's)⁸⁴, nos estados, constituindo-se os braços executores do sistema, para a promoção habitacional (VALLADARES, 1980).

Compreende-se então que a criação do BNH marca o início de um novo período, não só na história da habitação, mas na própria história da economia nacional, pois esse momento é caracterizado pela penetração do capital financeiro no país, representado pela associação entre o capital industrial e o capital bancário, no setor da moradia (VILLAÇA, 1986).

Entre 1964 e 1986, apesar do SFH financiar 4,8 milhões de moradias, houve um intenso crescimento de moradores em assentamentos precários. Isso porque a maior parte dos recursos do BNH destinou-se à iniciativa privada⁸⁵ (MARICATO, 2001). Isso demonstra que o verdadeiro objetivo da política por trás do BHN estava camuflado pelo discurso da propagação da casa própria, o que tornava os trabalhadores comprometidos com a propriedade privada e promovia a acumulação e o aquecimento da economia, possibilitando o ataque aos entraves econômicos e políticos com que se defrontavam a classe dominante na época (VILLAÇA, 1986; ABELÉM, 1988; SILVA, 1989; MARICATO, 2001).

As cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de um planejamento destinado a mudar o padrão de produção das moradias, cuja verticalização, em forma de apartamentos⁸⁶, foi implementada pelo SFH como padrão de moradia de classe média, o que consolidou o mercado imobiliário. Assim, a aplicação dos vultosos investimentos do sistema SFH/BNH, a partir de 1964 até a sua extinção, permitiu a continuidade da dinâmica da produção de moradias precárias pela população pobre, aprofundando a segregação socioespacial, consolidada pelo mercado de relações capitalistas restrito a uma parcela da população (MARICATO, 2002).

acarretaram sérias e prolongadas consequências para o espaço amazônico e sua população, como: disputa por grandes extensões de terra, o que provoca sérios conflitos; recusa da demarcação de terras indígenas; significativos danos ambientais, dentre outros (MARQUES, 2010).

⁸⁴ O Banco financiou vários conjuntos habitacionais que eram comercializados pela COHAB, como mostra Valladares (1980) em seu estudo sobre o Rio de Janeiro.

⁸⁵ À medida que a economia se desenvolveu, o Banco passou a ser norteado por decisões empresariais, que ampliaram o acesso apenas às classes média e alta, isto é, as pessoas que possuíam faixa salarial acima de três salários mínimos, afirmando o caráter mercadológico que tem a habitação (ABELÉM, 1988; MARICATO, 2001).

⁸⁶ Forma de moradia das famílias reassentadas pelo PROMABEN.

Ainda na década de 1960, o governo militar criou a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM⁸⁷), com recursos técnicos e financeiros para implementar um gigantesco programa de remoção de famílias de assentamentos precários, abarcando todas as favelas compreendidas no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Importante destacar nesse momento a prática profissional, fortemente conservadora do Serviço Social⁸⁸, desenvolvida pelos assistentes sociais nos programas de remoção de famílias, promovidos durante o regime militar e intensificados, sobretudo, a partir da criação da CHISAM (GOMES, 2015).

O trabalho do assistente social buscava a formação do consenso, isto é, utilizavam recursos para a adesão da população aos programas sem realizar uma leitura crítica sobre as intervenções, cuja prática não levava em conta as verdadeiras demandas da população dos assentamentos, “mas associava a pobreza à recusa dos indivíduos a vender sua força de trabalho e às dificuldades de aceitar as regras do salariado, bem como a convicção de que os problemas sociais eram de responsabilidade individual” (GOMES, 2015, p. 108).

Isso revela um planejamento voltado diretamente aos interesses econômicos capitalistas, haja vista que retira famílias e libera as áreas valorizadas da cidade para usos lucrativos, como hotéis e edifícios de apartamentos, estimulando a indústria da construção civil. Além de deteriorar as condições de vida urbana, em decorrência da segregação de parcelas da população, sobretudo da classe trabalhadora que, diretamente, é a mais atingida pelas remoções, e seus enormes prejuízos, na medida que se ampliam as distâncias entre as áreas de moradia, os centros urbanos e os locais de trabalho, sem contar com as precárias redes de infraestrutura⁸⁹ (DENALDI, 2009; GOMES, 2015).

Diante disso, ressalta-se o potencial reativo das frações populares, que em uma iniciativa de retomada de luta coletiva, realizou em 1972, o III Congresso Estadual dos Movimentos, que tinha como pauta a luta por uma urbanização contrária à política de remoção de famílias. Contudo, devido aos limites dos próprios movimentos e a repressão política, a iniciativa só foi

⁸⁷ Órgão criado em 1968, vinculado diretamente ao BNH que teve como finalidade central agrupar as ações desenvolvidas pelas COHABs, de forma que se estabelecesse uma política única de erradicação de favelas no Rio de Janeiro (SILVA, 1989). Em setembro de 1973 a CHISAM foi extinta, tendo removido mais de 175 mil moradores de 62 favelas, localizados nas zonas nobres da cidade, sobretudo zonal sul, transferindo-os para conjuntos habitacionais financiados pelo BNH nas zonas norte e oeste (GOMES, 2015, p. 108).

⁸⁸ O Serviço Social emerge na década de 1930 para atenuar as expressões da questão social. Tendo, em sua trajetória histórica, importantes transformações de acordo com a conjuntura e com o movimento interno da profissão, em função de determinações e/ou requisições que lhe são impostas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1993).

⁸⁹ Referente às redes públicas de água, esgoto e eletricidade, serviços públicos de coleta de lixo, existência e funcionamento adequado de drenagem pluvial, iluminação pública, sistema de ensino público, postos de saúde e outras redes essenciais (DENALDI, 2009).

reativada em 1976, quando surgiu a Pastoral de Favelas, organizada pela Igreja Católica, tendo início nas favelas do Rio de Janeiro, e mais tarde estendida para outras cidades do país (SILVA, 1989).

Assim, as mobilizações populares⁹⁰ se reanimaram e retomaram a pauta de discussões, reivindicando o direito à cidade para além das melhorias imediatas como água e luz. A luta protestava contra a concepção de política habitacional adotada até aquele momento, trazendo para o debate as transformações sociais consequentes da lógica contraditória capitalista, que resulta, entre outras expressões, na precariedade das condições de vida urbana, principalmente das frações da classe trabalhadora. Esse avanço possibilitou caracterizar a questão urbana⁹¹ no país.

Diante da conjuntura de reivindicações, o governo se apropriou das críticas e das propostas populares, e lançou em 1979 o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), programa nacional que visava, entre outras melhorias, a permanência da população no local das intervenções urbanísticas (SILVA, 1989). Porém, o referido programa não demorou a revelar o autoritarismo da tradicional política habitacional brasileira:

Não custou muito para o PROMORAR revelar sua face autoritária, ao selecionar as áreas de atuação e ao impor-se às populações, derrubando seus barracos, sem oferecer nenhuma indenização, obrigando as famílias a comprarem uma casa, muitas vezes em piores condições do que a que foi demolida, ao não apresentar possibilidades de abrigar mesmo uma família pequena (SILVA, 1989, p. 77).

Além dessas disparidades da proposta apresentada no discurso, o programa foi atingido seriamente pela acentuada crise financeira que tomou conta do BNH, principalmente a partir de 1983, provocando paradas constantes e até interrupções em diversas localidades, resultando no fracasso das elevadas ambições planejadas (SILVA, 1989).

No período conhecido como Nova República⁹² (1985-1990), o Brasil foi marcado pelo discurso do compromisso político no que se refere à representatividade democrática, a melhoria

⁹⁰ Em geral, localizadas nos bairros pobres das cidades brasileiras, se fortaleceram nos anos 1980, onde movimentos sociais, intelectuais, sindicatos e partidos de esquerda construíram um movimento que ficou conhecido como o Movimento de Reforma Urbana, desenvolvido no período anterior à elaboração da Constituição de 1988 (FERREIRA, 2009).

⁹¹ Como dito anteriormente, entende-se a questão como consequência relativa ao crescimento e às questões referentes à cidade e ao desenvolvimento contraditório da realidade urbana capitalista (LEFEBVRE, 2001). Tendo, inicialmente, o debate acerca da reprodução da força de trabalho, dos equipamentos de consumo coletivo, dos movimentos sociais urbanos, da racionalização do uso do solo, e mais recentemente, como nexos centrais a problemática da competitividade urbana, como afirma Vainer (2002, p. 76).

⁹² Como ressalta Silva (1989, p. 117, grifo do autor) “a ‘Nova’ República se apresenta como Estado de transição entre um regime autoritário, com hipertrofia do Executivo, exclusão dos trabalhadores, e domínio quase absoluto da tecnoburocracia civil e militar a serviço dos grandes oligopólios nacionais e estrangeiros, para um regime que se propõe ser mais representativo, colocando-se como primeira tarefa a restauração das instituições democráticas”.

da qualidade de vida da população, à redução de desequilíbrios na rede urbana e à realização de investimentos públicos, além de uma ação de urbanização para o país de acordo com as necessidades da população. Contudo, a prática demonstrou que não houve uma ruptura efetiva com a ordem da Velha República (SILVA, 1989).

Para Ramos e Sá (2002), o período se caracterizou por ações desarticuladas e vazias, dado que ocorreram diversas mudanças institucionais com a responsabilidade da política habitacional, além das confusas transformações, extinção e criação de órgãos, que marcaram a ambiguidade, o uso do clientelismo nos recursos e a ineficiência dos resultados. Conformando, no início da Nova República, um quadro habitacional com baixo desempenho e alta inadimplência.

Em 1985, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Urbano, que depois foi extinto e transformado em Secretaria. Em 1986, ocorreu uma desestruturação do setor de moradia e o BNH foi extinto⁹³, transferindo sua herança para a Caixa Econômica Federal (CEF). Como pauta de campanha, o Presidente José Sarney (1985-1989) prometeu realizar uma nova política habitacional, através do estudo e promoção de debates em nível nacional sobre a questão da moradia. Porém, o período foi marcado por alta inflação e desemprego em massa, além do achatamento salarial e queda no Produto Interno Bruto (PIB) (MARICATO, 2001).

No que tange às mudanças observadas a partir da década de 1980⁹⁴ acerca da política habitacional, é importante enfatizar a efervescência dos movimentos sociais, a emergência de novos partidos de esquerda, e outros saindo da clandestinidade, assim como os intensos debates envolvendo a questão urbana que proporcionaram a concentração de diversas forças populares, culminando na rearticulação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)⁹⁵, que

⁹³ Em 1984, após 20 anos de vigência da política ditatorial o balanço em termo de redução do déficit habitacional não diferia muito dos anos anteriores, uma das razões, talvez, para que o movimento social não se mobilizasse em defesa do BNH (RAMOS; SÁ, 2002).

⁹⁴ A partir de 1985 algumas mudanças democráticas ganharam destaque, como: a eleição de duas mulheres para o governo do município de São Paulo – Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001-2004); a experiência de Diadema, município da região metropolitana de São Paulo tendo em suas propostas a inclusão social e urbana. Assim como, as experiências de Belém, democratizando a participação com a implementação do Congresso da Cidade e modernização da administração com Cadastro Multifinalitário Urbano, o município de Santo André com a política de saneamento e habitação, e a mudança mais notável nas administrações urbana e no planejamento, que foi o orçamento participativo de Porto Alegre (MARICATO, 2015).

⁹⁵ Esse movimento reunia entidades profissionais (arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogados, assistentes sociais), entidades sindicais (urbanitários, sanitaristas, setor de transportes), lideranças de movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, professores, entre outros, que recuperam propostas elaboradas na década de 1960, quando interrompidas pela Ditadura. Depois da promulgação da nova Constituição, o MNRU se articulou em torno do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), passo importante para a aprovação desta Constituição e para a aprovação do Estatuto da Cidade no ano de 2001 (MARICATO, 2015). No entanto, a atuação do FNRU, foi um tanto equivocada, pois de acordo com Maricato (2002), ele focou suas propostas no âmbito legislativo, como se a principal causa da exclusão social urbana decorresse da ausência de novas leis ou novos instrumentos urbanísticos para controlar o mercado.

contribuiu no processo de redemocratização da política brasileira, materializado com a aprovação da Constituição de 1988, com destaque para os artigos 182 e 183 que passam a oferecer devido valor à questão urbana no Brasil (FERREIRA, 2009; MARICATO, 2015).

Dessa forma, os impactos da luta popular provocaram avanços políticos importantes para a questão urbana, onde se inclui a luta pela moradia para a população pobre. Contudo, a partir desse período boa parcela dessa população passou a ser alvo do mercado de serviços financeiros, que até então não eram considerados como consumidores em potencial, devido sua baixa capacidade econômica⁹⁶ (ROLNIK, 2015).

2.1.2 A cidade mercadoria, grandes avanços e a subordinação ao capital

As novas transformações estruturais do capitalismo que acompanham a globalização, provocadas, principalmente, pelo arrefecimento do modelo de desenvolvimento industrial fordista, fortalecem as orientações da política neoliberal, impondo a desregulamentação e a privatização dos serviços públicos, contribuindo para profundas mudanças no planejamento urbano (GOMES, 2005; MARICATO, 2015).

Essa reestruturação produtiva, com início nos anos 1970, acarretou a diminuição dos incentivos estatais⁹⁷, o que contribuiu para o fortalecimento do papel do mercado, impactando campos importantes: a base do pleno emprego, a universalização da previdência social e a observância do direito à moradia, principalmente para sociedades que ainda não universalizaram direitos sociais e ainda mantêm grande parte da população à margem dos direitos trabalhistas, como é o caso do Brasil (MARICATO, 2002, 2015).

Como afirma Santos (1996), a reestruturação do capital está articulada a uma nova divisão territorial do trabalho, fundada na especialização do trabalho nos lugares, na ocupação de áreas, até então periféricas, e na remodelação de espaços densamente ocupados, o que compreende a urbanização de assentamentos precários, antes não privilegiados pelo capital.

⁹⁶ Segundo Rolnik (2015, p. 129, grifo do autor) as razões estavam ligadas à pouca capacidade econômica das famílias de baixa renda e mesmo de renda média de arcarem com a dívida do financiamento da moradia; a incompatibilidade das exigências formais para concessão de empréstimos financeiros (como falta de garantias e de capacidade de pagamento); como as características das famílias de baixa renda (ou irregular muitas vezes obtidas com trabalho informal, bem como falta de segurança da posse de moradia); além do pouco interesse das instituições financeiras emprestarem aos mais pobres, já que este geralmente ‘consome’ em baixas quantias de empréstimo envolvendo altos custos de transação e alto risco de ‘default’.

⁹⁷ De acordo com a análise de Maricato (2015), os Estados não foram exatamente diminuídos, como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro, diminuindo assim as políticas sociais.

Isso se deve às novas formas de integração entre os países, claramente definidas pela relação de financeirização da economia⁹⁸, que contribuíram para a lógica de operação do mercado, voltada especialmente para a atração de novos investimentos para a cidade, que incorpora valores em pacotes estratégicos a serem vendidos mundo afora como uma nova fórmula para o sucesso das metrópoles (CHESNAIS, 1996; VOLOCHKO, 2015). O que para Arantes (2002, p. 16, grifo do autor), teve início nos idos de 1960, com o discurso do ‘*tudo é cultura*’, que transforma à imagem a cidade em empreendimento de última geração, isto é, no que a autora chama de *culturalismo de mercado*.

Com isso, “o que está à venda é um produto inédito, ou seja, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*”. Logo, a cidade se torna mercadoria, ou melhor “uma máquina urbana de produzir renda”, a ser inserida em uma rede internacional de cidades, cujo planejamento, procura dar a melhor resposta à nova fase de capitalismo flexível, tornando-as atraentes ao capital estrangeiro, inclusive no setor imobiliário (ARANTES, 2002, p. 17-18).

Para Gomes (2005, p. 162), a política habitacional, a partir dos anos de 1990, pode ser entendida como:

[...] tentativa de estabelecimento de um modelo de sustentabilidade cujo discurso contempla as dimensões contraditórias que o conceito envolve, mas que na prática tem-se mostrado incapaz de contribuir para a superação das enormes desigualdades em relação ao acesso à moradia e à infraestrutura urbana nas cidades brasileiras, já que a sustentabilidade urbana é traduzida na eficiência e valorização econômicas capazes de garantir uma posição no jogo competitivo entre as cidades.

Diante disso, observa-se na política de habitação, a exigência da incorporação de princípios econômicos, ecológicos e sociais na direção do desenvolvimento sustentável, que na prática passa a ser subordinado pela lógica da eficiência e valorização econômica, a qual, influencia no Brasil, medidas contrárias à agenda de reivindicação dos movimentos de reforma urbana (GOMES, 2005). Demonstrando, que as políticas públicas cumprem, no âmbito do capitalismo, funções de natureza social, política e econômica que variam de acordo com a conjuntura em que se inscrevem⁹⁹ (FERNANDES, 2005).

⁹⁸ Entendida como processo longo que caminha com a desregulamentação promovida nas economias nacionais desde a década de 1970, ganhando impulso com as medidas do Consenso de Washington na década de 1980, mostrando as mudanças no sentido de preparar um novo regime dominante de acumulação do capitalismo: o financeiro (VOLOCHKO, 2015). A esse respeito, ver Chesnais (1996).

⁹⁹ Em âmbitos municipais, têm-se o caso do governo do Rio de Janeiro, que no início da década de 1990, passou a tratar as favelas cariocas no contexto de um planejamento urbano que enfocava preocupações com a democratização da cidade, trabalhando com princípios assegurados na nova Constituição e no estatuto da cidade aprovado em 1992. Contudo, o governo municipal também atendeu às propostas formuladas pelos setores

Assim, após um século e meio de vida, a matriz do planejamento urbano modernista, que orientou o crescimento das cidades dos países periféricos, como o Brasil, dá lugar a um outro movimento de dominação técnica, cultural, ideológica e política da periferia do capitalismo, isto é, as propostas neoliberais que acompanham as mudanças globais de ajuste das políticas econômicas nacionais, orientadas pelo Consenso de Washington, abrem caminho aos empresários que fazem do chamado planejamento estratégico, um instrumento apoiado na perspectiva da gestão empresarial para as cidades, a ser conduzido em benefício do aumento da competitividade urbana (FERNANDES, 2005).

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, “originalmente sistematizados na *Harvard Business School*”, o planejamento estratégico, segundo seus defensores¹⁰⁰, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas as mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2002, p. 76).

O modelo vem sendo difundido no mundo todo, pela ação de diferentes agências multilaterais como: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em ação combinada com a Agenda Habitat¹⁰¹. Assim, como o BID¹⁰², e as consultorias internacionais, sobretudo catalães, cujo marketing remete, de maneira sistemática, à cidade de Barcelona¹⁰³ (VAINER, 2002).

Com relação à parceria, é importante destacar alguns pontos da “Agenda Habitat” que influenciam na concepção adotada em intervenções como o PROMABEN, objeto de estudo desta dissertação.

Segundo Gomes (2005, p. 156-157), essa agenda aponta claramente para a necessidade do enfrentamento das expressões da questão urbana, em âmbito global, a partir da combinação de diferentes setores da sociedade civil, principalmente de ordem privada, isto é, “sem o

empresariais com a crise econômica brasileira e com o ajuste da economia urbana às imposições da globalização (FERNANDES, 2005).

¹⁰⁰ Segundo Vainer (2002), esse modelo de planejamento urbano disputa o lugar deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário, e tem como defensores, entre outros os autores: Jordi Borja e Manuel Castells.

¹⁰¹ O objetivo principal da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos que estabelece um conjunto de princípios, metas, compromissos e um plano global de ação para política de habitação, onde são realçados alguns princípios da descentralização e valorização do poder local, cujas parcerias para o enfrentamento da questão urbana, devem buscar uma nova abordagem para a infraestrutura, e as estratégias de intervenção nos assentamentos precários devem estar ligadas à lógica da sustentabilidade urbana (GOMES, 2005).

¹⁰² De acordo com a pesquisa de Santana (2013), este banco tem financiado um número significativo de projetos para a América Latina e Caribe, dentre vários setores, inclui-se o financiamento de projetos referentes ao desenvolvimento urbano e à moradia. Tendo em seu discurso, o objetivo principal de diminuição da pobreza, especialmente a pobreza urbana. Como é o caso de sua parceria com a gestão da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) na intervenção chamada de Programa de Macrodrenagem (ou Saneamento) da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

¹⁰³ Pode ser encontrado uma discussão feita por Arantes (2002).

monopólio exclusivo do Estado”. Além disso, propõe que a intervenção nos assentamentos precários consista na consolidação e urbanização sem remoções, nem despejos. Visando a organização dessas áreas para fins de moradia, aliada à formulação e implementação de uma política financeira, que busque ampliar as oportunidades de emprego e “a promoção de um tratamento justo ao setor informal da economia e a incorporação das necessidades emergentes do setor informal nos sistemas de planejamento e nos processos de tomada de decisões”.

Nesse sentido, a intervenção nesses espaços é parte dos esforços capitalistas para tornar a cidade mais atraente, através da aplicação das normas urbanísticas para construção de um espaço urbano homogêneo (GOMES, 2005).

Para Santana (2013), as orientações difundidas pelas agências multilaterais, direcionam à prática de embelezamento de cidades (presente mais uma vez na história da política urbana). Dessa vez, mais fortalecida pela lógica de financeirização, inclusive da cidade, que valoriza a grande infraestrutura física dos espaços urbanos, para a reprodução do capital. Para essa autora, o BID corresponde a um instrumento de edição e divulgação de um discurso ideológico de defesa da ordem burguesa que é, no caso da política urbana, expresso através da formulação e da disseminação do modelo de gestão de cidades, que contribui na ampliação e negação do direito à cidade às frações de classe trabalhadora (SANTANA, 2012b).

Compreende-se a partir desse planejamento que a orientação neoliberal paulatinamente se intensifica e retira da exclusividade do plano público estatal a responsabilidade pelas políticas sociais e urbanas, mobilizando sua implementação através de parcerias com o setor privado. Indicando que não houve uma eliminação estatal, mas sim uma adaptação às exigências do capital (MARICATO, 2015).

O que não se trata de descartar a importância que teria a participação do setor privado nos empreendimentos habitacionais, pois concorda-se com Gomes (2005, p. 156) que afirma ser relevante “viabilizar propostas viáveis, de baixo custo e de grande repercussão na qualidade de vida dos habitantes, contudo, é necessário o estabelecimento de mecanismos que garantam a prioridade dos interesses públicos em relação aos privados”.

Essas novas dinâmicas demandam, segundo Montenegro (2014), novos requisitos organizacionais, como os serviços avançados, fazendo com que as grandes cidades se afirmem como os espaços privilegiados para o desenvolvimento desses serviços. No entanto, são

acompanhadas do empobrecimento de grande parte da população que encontra no *circuito inferior* uma forma de trabalho e renda¹⁰⁴.

Além disso, as medidas neoliberais privilegiadas pelo Estado contribuíram fortemente para o crescimento da taxa de desemprego e para a geração escassa de postos de trabalhos (MARICATO, 2015). Diante disso, o mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras esteve marcado pelas seguintes tendências: terceirização; redução do assalariamento com carteira assinada; aumento do desemprego; queda na média dos rendimentos dos ocupados; crescimento da população por conta própria e assalariamento sem registros em carteira (MONTENEGRO, 2014).

No final do século XX, temos importantes momentos na cena política nacional. Em 1990, Fernando Collor assumiu a presidência da república e, apesar de, nesse governo ter sido formulado o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH)¹⁰⁵, o quadro institucional da política habitacional permaneceu sem grandes alterações. Seu vice-presidente Itamar Franco ao ser investido no cargo em 1994, após o *impeachment* de Collor, comprometeu-se com a conclusão das obras iniciadas, destinando para esse fim recursos de ordens milionárias, além de lançar dois programas: *Habitar Brasil* e o *Morar Município*, cujos recursos seriam oriundos do Orçamento e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) (RAMOS; SÁ, 2002).

Em seguida, tem-se no país, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1994-2002 –, que optou pelo investimento em políticas contrárias ao processo de democratização, desconsiderou grande parte das conquistas previstas na Constituição de 1988, dentre elas, as conquistas referentes à produção habitacional e participação social, como ressalta Santana (2006, p. 45):

Sem sombra de dúvida, a direção política tomada por esse governo, a partir da primeira metade da década de 90, agravou enormemente a situação econômica e social da classe trabalhadora (sem contar com a piora nas condições de reprodução socioeconômica dos setores médios). O processo de privatização das estatais (de que a venda da Vale do Rio Doce é um exemplo), o aumento monumental do desemprego, a queda da renda salarial, a precarização das políticas de saúde, educação, assistência,

¹⁰⁴ A autora defende que não há uma equivalência entre o *setor informal e circuito inferior*. Isto é, o conceito de *setor informal*, em geral, não abrange, como o de *circuito inferior*, os trabalhadores domésticos e os trabalhadores individuais autônomos de rua (como vendedores ambulantes, catadores, etc), ou seja, todas as formas de atividades urbanas desenvolvidas pela população pobre que permitem a obtenção de algum tipo de renda. Assim, o enfoque metodológico do setor informal tende a priorizar apenas o aspecto da produção, enquanto a teoria dos circuitos da economia urbana envolve a consideração simultânea dos aspectos da produção, da distribuição e do consumo (MONTENEGRO, 2014, p. 41).

¹⁰⁵ O plano consistia na construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 (duzentos e quarenta e cinco) mil unidades habitacionais em 180 (cento e oitenta) dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas, objetivo este que não se concretizou (RAMOS; SÁ, 2002).

previdência, moradia (incluindo-se aí um claro desrespeito aos servidores públicos, especialmente pela estagnação salarial), além do aumento da dívida externa, tornam evidente que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) atuou em consonância com as propostas neoliberais amarradas no Consenso de Washington.

A administração de FHC é marcada pela ausência de diretrizes nacionais ou de instituições específicas para essa finalidade, o que revela, para as autoras Ramos e Sá (2002, p. 157), a reedição do regime de “não política”, comprovada pela postergação, por quase dez anos do Estatuto da Cidade, que tinha inicialmente o projeto de lei 5.788/1990 transformado no projeto 1.734/1996, e a não formalização de instâncias importantes, em que a sociedade civil organizada poderia intervir, como o Conselho Nacional de Política Urbana.

A política habitacional, nessa gestão, não teve avanços significativos para a classe trabalhadora, e seguiu atendida por um modelo ambíguo de descentralização, tendo em vista que de um lado se ampliam as competências e atribuições municipais, e por outro se mantém uma superposição de atribuições, sem que se estabeleçam prioridades e critérios redistributivos, claros, para a alocação dos recursos no nível federal (RAMOS; SÁ, 2002).

A gestão privilegiou uma política de habitação privada, onde incentivava o financiamento da moradia, através da CEF, com programas como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR)¹⁰⁶, primordialmente aos trabalhadores que tivessem renda alta e comprovada (SILVA, 2010), indicando que a grande parcela da população estaria de fora desse mercado.

A partir dos anos 1990, a precarização das condições de vida da população brasileira foi ainda mais agravada pela falta de emprego, ocorrendo uma alteração, também, na forma do desemprego, que, outrora, atingia apenas segmentos específicos do mercado de trabalho, como: jovens, mulheres, negros, pessoas sem qualificação, analfabetos, dentre outros. E, a partir de então, atinge amplas parcelas da sociedade, incluindo camadas de maior escolaridade, profissionais com alta experiência no mercado, qualificação e remuneração elevada, como demonstram Antunes e Pochmann (2008, p. 8):

[...] para o conjunto da população ativa no interior do mercado de trabalho, que depende exclusivamente do trabalho como determinante da situação de vida e renda, o contexto foi outro. Entre 1989 e 2005, o desemprego passou de 1,9 milhão de trabalhadores (3,0% da PEA) para 8,9 milhões (9,3% da PEA), bem como houve piora nas condições e relações de trabalho.

Destaca Montenegro (2014), que o mercado de trabalho brasileiro, como um todo, se caracteriza por uma grande diversidade de tipos de contratos de trabalho atípicos, que misturam

¹⁰⁶ Nesse programa o empreendedor privado era responsável por toda a operação, desde a compra do terreno até a construção dos móveis, passando pela elaboração do projeto, cabendo ao governo municipal apenas a “seleção da demanda”, e ao governo federal o financiamento direto e subsidiado ao mutuário final, através da CEF, herdeira do BNH (ROLNIK, 2015, p. 289).

elementos ditos “formais” e “informais”. Isso demonstra que as consequências da orientação neoliberal do Estado são mais graves nos países periféricos, haja vista que a intervenção estatal foi historicamente caracterizada pela desigualdade, tendo como herança uma grande dívida social (GOMES, 2005).

Dentre as políticas setoriais de desenvolvimento urbano mais recentes, destacam-se alguns avanços na disputa pelo direito à cidade: a implementação do Estatuto das Cidades¹⁰⁷ em 2001; a partir da eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007)¹⁰⁸, a criação do Ministério das Cidades¹⁰⁹ em 2003 e a realização da primeira Conferência das Cidades, onde se definiu a criação do Conselho das Cidades (ConCidades), no qual participam representantes de segmentos da sociedade civil e do poder (CARDOSO; ARAÚJO; GHILARDI, 2009).

Em 2004, foi aprovada, pelo Conselho das Cidades¹¹⁰, a Política Nacional de Habitação (PNH), principal instrumento de orientação das estratégias e das ações a serem implementadas pelo governo federal. A PNH prevê a organização de um Sistema Nacional de Habitação (SNH)¹¹¹, inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), que propõe um sistema federativo de orçamentos, sob controle social (ROLNIK, 2015).

Ainda em 2004, três importantes medidas são adotadas na direção da ampliação do crédito habitacional e da retomada do circuito de venda de moradia:

[...] regulamentação da alienação fiduciária; uma resolução do Banco Central que obrigou os bancos aplicarem uma porcentagem do Sistema Brasileiro de Poupança e

¹⁰⁷ Aprovado pela Lei nº 10.257 em 10 de julho de 2001, representa uma vitória significativa para o Movimento de Reforma Urbana, e ainda, tenta exercitar o ‘direito à cidade’, através da regulamentação de instrumentos importantes, como o Plano Diretor, de controle do uso e ocupação do solo e de regularização fundiária, bem como induz à utilização de imóveis vazios em áreas urbanas retidas para especulação (FERREIRA, 2009, p. 23, grifo do autor).

¹⁰⁸ A vitória de Lula da Silva, antigo líder sindical que adotou um discurso político moderado, teve significado simbólico forte, pois representou a luta histórica de trabalhadores, migrantes, pobres da sociedade brasileira que lutavam há anos pela transformação democrática. Contudo, não representou uma ruptura radical, pelo contrário, apresentou uma acomodação de interesses e intenções conflitantes, em uma colisão ampla e pluralista que abarcou políticos de partidos conservadores, antigos rivais, representantes de grandes empresas que apoiaram sua proposta de programa de reformas gradual e cauteloso comprometido com as instituições de mercado e a manutenção da estabilidade macroeconômica (ROLNIK, 2015, p. 294).

¹⁰⁹ Órgão governamental encarregado de formular a política urbana em nível nacional e fornecer apoio técnico e financeiro a governos locais, integrando as arenas institucionais das políticas federais de habitação, saneamento e transportes, que desde o início da nova república haviam transitado por catorze ministérios e secretarias distintos (ROLNIK, 2015, p. 294).

¹¹⁰ Os movimentos sociais ganharam grande peso na composição do Conselho, pois ocupavam quase metade da representação da sociedade civil (movimentos sociais, entidades empresariais, entidades profissionais, acadêmicas, ONGs), sendo que na primeira composição do conselho, os movimentos sociais detinham dezenove cadeiras enquanto as entidades empresariais ocupavam sete (ROLNIK, 2015).

¹¹¹ O SNH está subdividido em dois subsistemas que, de forma complementar, estabelecem mecanismos para a provisão de moradias em todos os segmentos sociais: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação de Mercado (SNHM), o primeiro voltado para o atendimento da população de baixa renda e o segundo voltado para as famílias de maior renda que podem ser atendidas pelo mercado (BONDUKI; ROSSETO; GHILARDI, 2009).

Empréstimo (SBPE) e o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) em empréstimos Imobiliários; e a chamada “MP do bem” que isentava de impostos à venda de imóveis, desde que seu resultado fosse imediatamente aplicado na compra de outro imóvel residencial (ROLNIK, 2015, p. 289).

Observa-se, que embora essas medidas tenham impulsionado o crédito habitacional e introduzido um novo papel para o setor privado na promoção de moradias, “trata-se ainda de operações no âmbito do sistema financeiro de habitação e da mobilização de fundos públicos operados pela Caixa”, ou seja, não se tem ainda um processo de financeirização, o que se dará nas medidas seguintes (ROLNIK, 2015, p. 290).

Em 2005, foi aprovada a Lei Federal 11.124 que regulamenta o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)¹¹², projeto de lei de iniciativa popular apresentado ao Congresso Nacional desde 1991. Essa lei prevê o repasse de recursos não onerosos para estados e municípios para a efetivação de projetos habitacionais voltados à população de baixa renda, estabelecendo uma política habitacional de forma integrada entre os três níveis de governo, por meio da constituição dos fundos e planos habitacionais, democratizando a participação, através dos conselhos habitacionais e valorizando o papel do município na execução da política habitacional, num esforço de descentralização (BONDUKI; ROSSETO; GHILARDI, 2009; ROLNIK, 2015).

Essas medidas tornam a construção civil um dos setores prioritários da política de crescimento econômico, graças aos investimentos em obras de infraestrutura e habitação, assim como a indústria automobilística, conformando, de acordo com Maricato (2015, p. 37), uma “trinca de capitais: capital mobiliário, capital da construção pesada e indústria automotora”.

A partir de 2007 o governo federal lançou programas importantes que evidenciaram uma política habitacional¹¹³ com subsídios do governo federal: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹¹⁴ em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, com atividades da construção de infraestrutura pesada e a construção residencial, respectivamente (MARICATO, 2015).

¹¹² O FNHIS, de fato, não contemplou a proposta originária das bases, traduzindo-se em propostas centralizadas nos órgãos gestores do poder local, sem a participação das comunidades envolvidas (ROLNIK, 2015).

¹¹³ De acordo com Rolnik (2015), a proposta de política habitacional desse governo já estava esboçada antes da campanha eleitoral, haja vista que o presidente coordenava o chamado Projeto Moradia, parte do conjunto de propostas do Instituto Cidadania, que visava a construção de uma política de desenvolvimento para o país que associasse o enfrentamento da questão social ao crescimento econômico e à geração de empregos.

¹¹⁴ A análise do Programa de Aceleração do Crescimento, além de outras referências, encontra-se na Tese de Doutorado: LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: Um estudo a partir do PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do País. 2009. 285f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

No primeiro programa, o financiamento se destina para o desenvolvimento econômico e social, “a partir de três expectativas: a aceleração do crescimento econômico; o aumento de empregos, diretos e indiretos; a melhoria das condições de vida da população” (SANTANA et al., 2010, p. 242), por meio do suporte de infraestrutura como: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos; geração e distribuição de energia, bem como de água, esgoto, drenagem, destino de lixo, recursos hídricos e pavimentação (MARICATO, 2015).

Além disso, teve como finalidade, a federalização do Programa de Urbanização de Favelas, evidenciando outro avanço nas reivindicações populares, haja vista que diferente das intervenções anteriores, reconheceu a cidade como um todo, buscando requalificar e regularizar áreas de assentamentos precários, onde passam por projetos de recuperação urbanística, elevando a condição sanitária e de acessibilidade¹¹⁵ (MARICATO, 2015).

Contrariamente, o segundo programa, conhecido também como: ‘Programa Minha Casa Minha Dívida’¹¹⁶, chamado assim, de forma irônica pela população, principalmente como forma de crítica por parcelas de movimentos populares, o que retoma a visão empresarial da política habitacional¹¹⁷. Tendo como finalidade explícita enfrentar a crise econômica, que estourou em 2008 nos Estados Unidos, com a crise hipotecária e financeira, o programa investe na construção de casas, através de uma política de parceria entre o setor público e os maiores empresários da construção civil, criando regras para a securitização de empréstimo, buscando evitar o saldo desastroso da época da ditadura (MARICATO, 2015; ROLNIK, 2015).

De acordo com a avaliação de Santana et al. (2013, p. 07):

A adoção de Programas como o Minha Casa Minha Vida sem a articulação com o SNHIS explicita dois processos que merecem reflexão: a) a postura do governo brasileiro em “dar as costas”, grosso modo, para a agenda de reforma urbana e, conseqüentemente, para a concretização de direitos urbanos da grande maioria dos trabalhadores brasileiros; b) a diminuição da capacidade dos movimentos sociais em pressionar o governo para efetivar os direitos conquistados no Brasil, a exemplo da construção de unidades habitacionais via fundo, conselho e plano habitacional de interesse social. Por outro lado, a dinâmica do MCMV, oferta pública para pequenos municípios enfrenta a problemática da capacidade administrativa.

¹¹⁵ Contudo, este programa não é isento de críticas, pois, apesar de investir nos assentamentos precários, ele também possui uma lógica que remove famílias das áreas de intervenção, como ocorre atualmente no PROMABEN, que como veremos está dividido em 4 (quatro) áreas de intervenção, sendo uma delas com investimentos do PAC.

¹¹⁶ Devido, principalmente, a taxa a ser paga pelas moradias, no valor prefixado em 50 reais mensais para a faixa populacional de mais baixa renda. Compreendendo assim, duas dívidas: a prestação mensal, que precisa ser paga durante 10 anos, sob pena da perda da casa, e a dívida política a ser atribuída na forma de votos para quem os escolheu (ROLNIK, 2015).

¹¹⁷ Esse programa foi voltado inicialmente para a produção habitacional, principalmente por meio da iniciativa privada. Posteriormente, passou a disponibilizar também modalidades voltadas a segmentos sociais, como os movimentos sociais e entidades representantes dos órgãos públicos do setor habitacional (SANTANA et al., 2013).

Fatores como os interesses do mercado imobiliário, de empreiteiras¹¹⁸, a prioridade às obras viárias ou de grande visibilidade, deram um rumo para aplicação dos recursos na gestão do Presidente Lula da Silva, que, para Maricato (2015, p. 40), realizou “obras sem planos e planos sem obras, seguindo interesses de articulações de capitais proprietários de imóveis e o financiamento de campanhas eleitorais¹¹⁹”.

Isso indica que empresas privadas são as verdadeiras responsáveis por todo o processo, desde a aquisição do terreno, até a elaboração do projeto, tendo como objetivo, se não outro, o lucro, que se baseia na economia de custos na produção, através da padronização do tamanho e dos arranjos internos – não podendo, por exemplo, desenvolver atividades econômicas¹²⁰ –, da rapidez de aprovação, da baixa qualidade das moradias¹²¹, o que indica a construção de megaempreendimentos padronizados nas piores localizações da cidade, onde o solo urbano é mais barato (ROLNIK, 2015, p. 310).

No levantamento de estudos específicos de avaliação dos impactos na produção do PMCMV, Cardoso e Lago (2013, p. 30) constataram que os empreendimentos para a população com renda mais baixa, acarretaram um “processo de periferização” em áreas que não apenas são distantes do centro urbano, como possuem pouca ou nenhuma infraestrutura necessária. Isso indica de acordo com Rolnik (2015), que o Programa, apesar de atingir a população historicamente não atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado pelas frações da classe trabalhadora nas cidades¹²².

Pela primeira vez na história do Brasil, o governo federal reservou subsídios em volume significativo para que frações da classe trabalhadora fossem atendidas pela produção

¹¹⁸ Destaca-se a concentração da produção em poucas empresas (CARDOSO; LAGO, 2013).

¹¹⁹ Ressalta-se que o lançamento do Programa MCMV, ocorreu em março de 2009, um ano e meio antes do período da disputa eleitoral para presidência, servindo para fortalecer a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – lançada como a “mãe do Minha Casa Minha Vida” – à sucessão de Lula que não podia mais se reeleger. Além disso, seu desenho favorece a manutenção do controle do capital político eleitoral, praticamente em todos os níveis de governo, haja vista que, os beneficiários (faixa 1 – até 1,6 mil reais de renda familiar) são definidos pelos governos municipais, como base em seus próprios cadastros de demanda (ROLNIK, 2015).

¹²⁰ Como ocorre também em Belém, no Residencial Antônio Vinagre, onde as famílias atingidas pelo PROMABEN foram reassentadas.

¹²¹ Um recente estudo sobre o programa no estado do Pará, pode ser visto na dissertação: COSTA, N. M. do S. V. C. **Produção habitacional em pequenas cidades paraenses**: análise do Programa Minha Casa Minha Vida e Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), de 2016, referente à pesquisa documental em 21 PLHIS e da pesquisa de campo realizada em 5 (cinco) pequenas cidades paraenses, que aponta, entre outros resultados, que o PMCMV apresenta atraso nas obras, uso de materiais com pouca qualidade na produção das moradias, bem como desconsidera a particularidade ribeirinha da região.

¹²² Efeito produzido também pelo PROMABEN, que ao contrário da construção de moradias em regiões periféricas, onde o preço da terra é mais barato, reassentou as primeiras famílias para uma área infraestruturada e com acesso a serviços públicos, onde a terra é altamente custosa, oferecendo poucas oportunidades de desenvolvimento econômico e cultural aos seus moradores, como veremos adiante com a análise dos resultados da pesquisa de campo.

habitacional¹²³, mas, como visto anteriormente, a moradia é uma mercadoria especial, que incide no aumento do preço da terra, isto é, as medidas promoveram um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária que elevou o preço da terra e dos imóveis, “considerada a mais alta do mundo”. Dessa forma, o Brasil retoma investimentos em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, porém, “sem ‘tocar’ na questão fundiária”¹²⁴ (MARICATO, 2015, p. 39, grifo do autor).

Soma-se a isso, o “urbanismo do espetáculo” copiado dos países que também sediaram os grandes eventos esportivos, cuja lógica busca legitimar os gastos poucos explicáveis para um país que ainda tem enorme precariedade nas áreas de saúde, educação, saneamento e transporte coletivo (MARICATO, 2015, p. 41). Portanto, com os megaeventos da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, já na gestão da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016)¹²⁵, vemos uma radicalização da representatividade estatal do protagonismo econômico como forma de gestão/administração urbana (VOLOCHKO, 2015).

Entende-se que as políticas sociais implementadas pela gestão de Lula, com continuidade na gestão de Dilma, foram significativamente relevantes na vida de milhões de brasileiros, através de programas como: Bolsa Família; Crédito Consignado; Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa Luz Para Todos, pois, garantiram um aumento real do salário mínimo e da economia do emprego, propiciado por condições de troca internacional (MARICATO, 2015).

Contudo, na área habitacional, observamos o abandono das propostas dos movimentos sociais, orientadas para a política diversificada, aderentes às especificidades locais e ao controle

¹²³ A proposta inicial era que o programa comprasse 200 mil unidades que as construtoras capitalizadas iriam lançar no mercado, então, Lula, no final de 2008 propõe a construção de um milhão de casas e aumenta a parcela do programa, para 20%, que deveria ser dividida em setores de mais baixa renda. Além das ocupações e manifestações organizadas em diversos estados, que através de audiências com o presidente Lula e a então ministra da casa civil, Dilma Rousseff, firmaram compromisso de que o programa incluiria uma modalidade que receberia inicialmente 500 milhões de reais (do total de 34 milhões de reais) em subsídios para serem destinados à produção de moradias, por associações e cooperativas autogestionadas. Ainda em 2009 movimentos sem-terra, envolvidos na luta pela reforma agrária, também conseguiram aprovar uma modalidade de construção de casas para as suas cooperativas e pequenos produtores de agricultura familiar que também obteve 500 milhões de reais para a construção de moradias (ROLNIK, 2015, p. 302).

¹²⁴ Como lembra Maricato (2015), as críticas não podem se voltar apenas para o governo federal, é preciso lembrar que questão urbana fundiária é de competência constitucional dos municípios ou do governo do estado, quando se trata de região metropolitana, mas nenhuma instância de governo tocou nas propostas de reforma urbana, sequer no discurso.

¹²⁵ A Presidenta Dilma Rousseff eleita em 2010 e reeleita em 2014, teve seu segundo mandato interrompido devido à questão processual de acusação de crime de irresponsabilidade com o orçamento público do país, que culminou com seu *impeachment* em agosto de 2016. Entretanto, considerando que não houve comprovação do referido crime, a esquerda brasileira questionou e vem questionando esse impedimento, denominando de um golpe de Estado, capitaneado pelo vice-presidente Michel Temer.

social¹²⁶, assim como, a fragilidade ou ausência das políticas urbanas e fundiária tem contribuído para a manutenção de um quadro marcado por conflitos e profundas desigualdades no acesso ao direito à cidade, e fundamentalmente, no acesso à moradia (SILVA, 2010; SANTANA et al., 2013). Mesmo com o novo formato descentralizado da política habitacional, pouco vem sendo implementado pelos municípios brasileiros, que apresentam baixa capacidade administrativa no que diz respeito ao atendimento e execução da política (CARDOSO; LAGO, 2013; COSTA, 2016).

O Estado se coloca, como vimos em Poulantzas (1980), como um campo de mediações e disputa entre o campo social e econômico, onde legislações importantes no avanço democrático, como Estatuto da Cidade e seus dispositivos, são descartados por programas de governo que se colocam como “pacote anticrise e que tem por objetivo dinamizar o mercado imobiliário”, naturalizando a ideia de empreendedorismo e se colocando como representante natural dos interesses econômicos e não da maioria da população (VOLOCHKO, 2015, p. 113).

Portanto, compreende-se que historicamente o processo de construção da política urbana no Brasil, em especial da política habitacional, teve avanços e recuos, onde essa política desempenhou um papel central na consolidação do modelo urbano, assim como, na reprodução do padrão de segregação socioespacial (ROLNIK, 2015).

Assim, a política urbana é, de um lado, resultado do processo de luta e resistência dos movimentos sociais, e por outro, estratégia de minimização das expressões da questão social, permeada pela lógica burguesa, que planeja a cidade de acordo com as ambições do capital, sob sua atual roupagem, financeira/imobiliária. Isso porque, a contradição capitalista expressa a questão social. Logo, como afirmou Engels (2015), a questão habitacional é um produto essencial para essa sociedade que apresenta limites, e como já se afirmou anteriormente, há necessidade de sua superação (HARVEY, 1980; MARX, 1989b; LEFEBVRE, 2001; ENGELS, 2015).

2.2 REMOÇÕES DE FAMÍLIAS NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS ANALISADAS EM PERIÓDICOS E EVENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Neste item será realizada uma breve sistematização e análise de alguns processos de remoção de famílias de assentamentos precários no Brasil, a partir de trabalhos publicados em Revistas Qualificadas da área de Serviço Social e no Encontro Nacional de Pesquisadores em

¹²⁶ O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS – plano, fundo e conselho) do SNHIS perdeu força frente à opção do governo em alocar recurso à provisão habitacional do PMCMV (COSTA, 2016).

Serviço Social (ENPESS). Objetiva-se demonstrar com este item, os indicadores de impacto pós-remoção¹²⁷ evidenciados pelos pesquisadores e profissionais¹²⁸ envolvidos, tanto no planejamento, implementação e avaliação de projetos urbanísticos, quanto no debate acadêmico/social.

A metodologia para a construção deste item contou com os seguintes procedimentos metodológicos:

a) Levantamento nos periódicos qualificados em A1, A2, B1 e B2 (*on-line*; na língua portuguesa) a partir do repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/ano 2016), do Serviço Social e áreas afins¹²⁹, e levantamento nos anais do ENPESS¹³⁰;

b) O corte temporal para o levantamento das publicações nas Revistas foi entre os anos de 2005 a 2015/2016¹³¹. E para a seleção nos anais do ENPESS foi entre 2008 a 2016¹³²;

c) Para a seleção dos trabalhos nas Revistas, iniciou-se a pesquisa a partir dos sumários, identificando, através do título, do resumo e de suas palavras-chave¹³³, os artigos que estivessem relacionados à questão da remoção de famílias.

d) Para a seleção nos anais do ENPESS foi realizada a busca dos trabalhos publicados no eixo temático *Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social* (ênfase para a *questão urbana*). Para a seleção dos artigos foram lidos os resumos e palavras-chave dos trabalhos referentes à questão da remoção de famílias.

e) A partir desses procedimentos foram escolhidos 62 (sessenta e dois) artigos: 34 (trinta e quatro) das Revistas e 28 (vinte e oito) dos Encontros. Após a leitura desses trabalhos,

¹²⁷ Impactos relacionados ao discurso do projeto e a execução das obras, à condição dos serviços urbanos, condições habitacionais, à situação econômica, à sociabilidade, à mobilização e participação das famílias atingidas pelo processo de remoção (remanejamento ou reassentamento) seja por estarem em situação de risco, ou pela necessidade para execução de obras públicas.

¹²⁸ O ENPESS e as Revistas analisadas são importantes campos de discussão dos profissionais de Serviço Social, pois constituem um dos principais espaços de divulgação e discussão das diversas áreas de atuação dos assistentes sociais, como a política urbana habitacional.

¹²⁹ Esse levantamento inicial contou com as revistas: *Katálisis*; *Serviço Social e Sociedade*; *Argumentum*; *Em Pauta*; *Políticas Públicas*; *Ser Social*; *Textos & Contextos*; *Sociologias*; *Temporális*; *Estudos Avançados*; *Libertas*; e *O Social em Questão*. Para a análise final utilizou-se as revistas: *Argumentum*; *Libertas*, *Políticas Públicas e Temporális* (Apêndice F).

¹³⁰ Identificação dos Encontros organizada no Apêndice G.

¹³¹ O período corresponde a dez anos de publicação. A escolha foi motivada pela conjuntura política que a questão habitacional enfrentava, principalmente pela aprovação da PNH (2004), do SNHIS e do FNHIS (2005), bem como pela facilidade no acesso às publicações, haja vista que, são revistas *on-line*.

¹³² Ressalta-se que a escolha do período em questão foi determinada, tanto pela temática dos eventos, quanto pela disponibilidade no acesso às mídias (CD-ROM) dos Anais do Evento.

¹³³ Como: Política Urbana; Política Habitacional; Questão urbana; Processo de remoção de famílias; Reassentamento; Remanejamento; Assentamentos precários; Impactos pós-remoção (pós-ocupação), entre outras.

foram selecionados para análise, 18 (dezoito) artigos – sistematizados em um quadro¹³⁴ – que tinham como foco a avaliação de impactos de processos de reassentamento/remanejamento de famílias atingidas por projetos de intervenção urbana no Brasil. Para a análise dos trabalhos, organizou-se um quadro¹³⁵ contendo os principais indicadores – com suas respectivas variáveis e impactos – identificados pelos autores nos processos pós-reassentamento de famílias.

Assim, apresenta-se a seguir, algumas reflexões sobre os principais impactos socioeconômicos provocados após o processo de reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanísticas em assentamentos precários no Brasil. Reflexões essas que contribuem para a compreensão da tendência da lógica econômica que permeia as intervenções urbanas, inserindo a cidade no processo de acumulação e circulação de investimentos e de capitais, que como vimos, ao longo da história, prioriza processos de remoção de famílias, mesmo quando o discurso está direcionado à lógica de melhoria das condições de vida dos moradores, através do abastecimento de infraestrutura e serviços urbanos.

2.2.1 Condições de vida pós-intervenção urbana: impactos socioeconômicos evidenciados em trabalhos científicos

A análise dos trabalhos selecionados¹³⁶ identificou que existe uma tendência em relação aos indicadores de impactos pós-reassentamento de famílias. Os indicadores mais destacados pelos autores foram: *condições financeiras/trabalho/mobilidade; condições habitacionais da nova moradia; sociabilidade; espaços de socialização e informação, serviços urbanos e sociais e relação entre projeto e execução*, conforme demonstra o quadro 1:

¹³⁴ Apêndice H. Ressalta-se que o critério de inclusão/exclusão se deu pela proximidade com o objeto de estudo desta dissertação. Logo, apenas 18 trabalhos possuíam como foco a questão da avaliação de impactos de processos de reassentamento de famílias atingidas por projetos urbanísticos.

¹³⁵ Apêndice I. Ressalta-se que a organização dos indicadores e suas variáveis foi baseada na apresentação dos dados do trabalho: ARREGUI, C. C.; KOGA, D. Avaliação de impacto das intervenções habitacionais na vida das famílias e organizações sociais - Osasco/São Paulo. **XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, 2014. 1 CD-ROM.

¹³⁶ Embora o número de publicações encontradas seja reduzido, o que demonstra a importância de se ampliar o debate sobre a temática – pois os projetos urbanísticos adotam a remoção com mais frequência no Brasil – os dados evidenciados pelos autores demonstram uma importante tendência na análise da realidade vivenciada por moradores que têm sua condição de vida impactada por processos de remoção.

Quadro 1 – Tendência de impactos pós-reassentamento de famílias evidenciados em pesquisas acadêmicas.

INDICADORES DE IMPACTOS PÓS-REASSENTAMENTO	VARIÁVEIS	IMPACTOS	FREQUÊNCIA EM QUE A VARIÁVEL É EVIDENCIADA NOS TRABALHOS ¹³⁷
a) Condições financeiras/trabalho	Renda domiciliar	Negativo/Insatisfação	12
	Inserção no mercado de trabalho	Negativo/Insatisfação	8
b) Condições habitacionais da nova moradia	Tipo de construção	Negativo/Insatisfação	8
	Tamanho e número dos cômodos	Negativo/Insatisfação	6
	Tipologia das casas	Negativo/Insatisfação	6
	Localização da nova moradia	Negativo/Insatisfação	5
c) Sociabilidade	Relações de vizinhança, amizade, colaboração e organização	Negativo/Insatisfação	8
d) Espaços de socialização e informação	Acesso à informação do Programa	Negativo/Insatisfação	7
e) Serviços urbanos e sociais	Serviços básicos (saúde, educação, assistência social, segurança e transporte público)	Negativo/Insatisfação	6
f) Relação entre projeto e execução	Discurso e efetividade	Negativo/Insatisfação	5

Fonte: Elaboração própria realizada a partir dos dados analisados no levantamento das publicações (2017).

De acordo com o levantamento (quadro 1), o indicador de impacto pós-reassentamento mais apontado nas pesquisas foi: *condições financeiras/trabalho*, com as variáveis: *inserção no mercado de trabalho e renda domiciliar*, evidenciados em 8 (oito) e 12 (doze) trabalhos, respectivamente.

A primeira variável indica o impacto negativo devido à perda ou à dificuldade de desenvolvimento de atividades comerciais (bicos; atividade temporária) na nova moradia, tendo em vista que boa parte das famílias possuíam algum tipo de venda e/ou serviço na antiga residência¹³⁸, o que implica no alto índice de desemprego, até mesmo de absorção, ainda que

¹³⁷ Para a análise, destacaram-se as variáveis evidenciadas com a frequência igual e/ou superior a cinco. As demais variáveis sistematizadas encontram-se em apêndice.

¹³⁸ CRUZ, S. H. R.; SILVA, I. S.; SÁ, M. E. de. Segregação social do trabalho e da moradia: “Portal da Amazônia” em Belém (PA). *Revista Temporalis*, Brasília, v. 15, n. 29, 2015.

informal, na nova área, haja vista que em geral, os reassentamentos encontram-se distantes dos polos concentradores de emprego¹³⁹.

A variável mais evidenciada – *renda domiciliar*¹⁴⁰ – possui como impactos negativos: a perda ou queda no rendimento individual e/ou familiar mensal; a permanência de baixo rendimento familiar; o comprometimento do orçamento familiar com taxas de serviços como água, energia elétrica (devido ao acesso antes ser informal) e taxa condominial (manutenção dos espaços coletivos), o que gera, para alguns, o endividamento¹⁴¹, e para outros a inadimplência, devido à falta de condições para arcar com as despesas, provocando conflitos de gestão e vizinhança.

Portanto, os indicadores demonstram que a política de habitação para as frações pobres da sociedade, pauta-se no modelo que define as cidades como centro de dinamização da economia, seguindo a lógica dos grandes projetos econômicos que agregam maior valor ao solo, desarticulando as estratégias de sobrevivência de centenas de famílias (CRUZ; SILVA; SÁ, 2015). Esses impactos são históricos na produção de moradia popular no Brasil, implica na (im)permanência dos moradores (SOUZA; SANTANA, 2013), e repercutem econômica e socialmente para o processo de segregação social do trabalho de moradia, como assinalou Cruz (2012).

O segundo indicador mais apontado corresponde às *condições habitacionais da nova moradia*, cujos impactos estão relacionados a quatro variáveis principais: *tipo de construção*, evidenciada em 8 (oito) publicações; *tamanho e número dos cômodos*, identificada em 6 (seis) publicações; *tipologia das casas*, identificada em 6 (seis) publicações; e *localização da nova moradia*, em 5 (cinco) publicações.

Com relação à variável *tipo de construção*, as pesquisas demonstraram que a insatisfação está relacionada a baixa qualidade dos materiais utilizados na construção das casas, o que provoca a necessidade de reparos ou reformas¹⁴², contudo restritas aos moradores com

¹³⁹ ALVES, J. de M.; CORDEIRO, S. M. A. Impactos evidenciados nos territórios dos assentamentos da região norte do município de Londrina. **XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, ABEPSS, 2012. 1 CD-ROM.

¹⁴⁰ FERNANDES, L. R.; SILVA, E. C.; SANTOS, B. A.; OLIVEIRA, T. L. MILITÃO, M. N. de S. do A. Desapropriação urbana por utilidade pública: famílias não indenizadas. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

¹⁴¹ Relacionado também às prestações das moradias do PMCMV. 1 CD-ROM.

¹⁴² COSTA, S. M. G. da; PERDIGÃO, A. K. de A. V.; CAVALCANTE, L. I. C. Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, 2015.

melhores rendas, como apontaram Gomes e Fernandes (2008)¹⁴³. Além do desconforto térmico (calor) provocado pela padronização de materiais e uso inadequado ao clima da região, como evidenciaram Souza e Santana (2013)¹⁴⁴.

As pesquisas demonstraram ainda que a variável *tamanho e número dos cômodos* foi avaliada de forma negativa pelos moradores pesquisados devido à insatisfação com o tamanho e com a insuficiência de cômodos para acomodar os membros da família, principalmente as que possuíam casa própria e maior número de membros vivendo na mesma casa (famílias conviventes/coabitação), como apontou Dias (2012)¹⁴⁵. Essas variáveis indicam que, na maioria dos casos, as determinações governamentais divergem das reais necessidades das famílias que residem no local alvo de remoção, como evidenciam também Ahlert; Guimarães e Mendonça (2016)¹⁴⁶.

A terceira variável identificada foi a insatisfação com a *tipologia das casas*, principalmente, pela desconsideração das particularidades de cada família¹⁴⁷ e de seus arranjos diferenciados, como também apontou Heimbecker (2015)¹⁴⁸, haja vista que em geral, são apartamentos em forma de condomínios verticais, construídos sob a lógica de integração do espaço aos valores e normas praticados pela cidade formal (MOTTA, 2014)¹⁴⁹, que desconsideram as particularidades regionais e familiares, visando atender às exigências do capital imobiliário (SANTANA; PERDIGÃO, 2010¹⁵⁰; VOLOCHKO, 2015).

¹⁴³ GOMES, M. de F. C. M.; FERNANDES, L. L. Questão urbana e exclusão social: o que mudou nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia uma década após o Programa Bairro Novo? **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 2, 2008.

¹⁴⁴ SOUZA, A. K.; SANTANA, J. V. Política habitacional e (im)permanência de famílias remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização vila da barca em Belém, Pará. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, n. 1, 2013.

¹⁴⁵ DIAS, L. C. Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco em Cuiabá (MT). **Revista Argumentum**, Vitória, n. 1, 2012.

¹⁴⁶ AHLERT, B; GUIMARÃES, G. T. D.; MENDONÇA, M. C. G. O papel do estado na produção do espaço urbano: uma análise a partir dos reassentamentos involuntários de famílias. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Ribeirão Preto, ABEPSS, 2016. 1 CD-ROM.

¹⁴⁷ ARREGUI, C. C; KOGA, D. Avaliação dos impactos sociais, econômicos e territoriais nas famílias beneficiárias do PMCMV – Flor de Jasmim (Osasco – SP). **XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Natal, Universidade do Rio Grande do Norte, ABEPSS, 2014. 1 CD-ROM.

¹⁴⁸ HEIMBECKER, V. P. C. Construir, desmanchar: a implantação de conjuntos habitacionais em Manaus e a dissolução da cidade flutuante em 1967. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, 2015.

¹⁴⁹ MOTTA, T. S. da. O programa de urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro: o Morar Carioca em pauta. **XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Natal, Universidade do Rio Grande do Norte, ABEPSS, 2014. 1 CD-ROM.

¹⁵⁰ SANTANA, J. V.; PERDIGÃO, A. K de A. V. Avaliação de práticas habitacionais pós-remanejamento: área CDP (Belém/Pa) 10 anos depois. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.1 CD-ROM.

Destaca-se a dificuldade de adaptação das pessoas¹⁵¹ que estavam acostumadas a morar em casas térreas, algumas com a presença de quintal, espaço que servia tanto como área de serviço, quanto de lazer, o que foi substituído, na maioria das intervenções, por uma pequena área integrada à cozinha ou resumida ao tanque de lavar roupa sem espaço para estender as roupas, como apontaram os moradores entrevistados por Costa; Perdigão e Cavalcante (2015). Além da falta de adaptação para pessoas com deficiência, devido, por exemplo, à presença de escadas externas e internas.

A quarta variável mais apontada foi referente à *localização da nova moradia*, tendo como principais críticas: a insatisfação com a distância do local onde foram reassentadas (ao centro urbano, às áreas de emprego e à antiga área de moradia), tendo em vista que os moradores que residem há mais tempo na área, estabelecem uma série de relações com o espaço, “inclusive, muitas vezes, o desejo das famílias não é desocupar as áreas, principalmente quando a desocupação é para realização de obras públicas” (AHLERT; GUIMARÃES; MENDONÇA, 2016, p. 7). Além desses fatores, a insatisfação também está relacionada a pouca ou nenhuma infraestrutura/serviços urbanos que possuem os espaços para onde as famílias são deslocadas, repetindo, desse modo, os erros gravíssimos de segregação feitos na época do BNH (RIBEIRO, 2015).

Dessa maneira, as políticas habitacionais no Brasil têm seguido uma tendência tecnocrática, onde o Estado se orienta por uma concepção mercadológica, ao baratear os custos das moradias para as frações mais pobres da sociedade, haja vista que de acordo com Lojkin (1997, p. 154), as despesas com as necessidades coletivas como a habitação (meios de transportes, escolas, hospitais), são necessárias para a reprodução da força de trabalho, contudo, sob a lógica do capital, são desprivilegiadas, devido à pouca rentabilidade, ao contrário dos “meios de circulação social (crédito, bancos, etc.) que compensam sua improdutividade pela necessidade de intervirem no nível da reprodução do capital produtivo”.

O indicador *sociabilidade*, terceiro mais apontado nas pesquisas (8 publicações), através da variável: *relações de vizinhança e amizade* (colaboração e organização), evidencia a dificuldade de adaptação com a nova vizinhança e com o bairro; podendo ser justificado devido a impossibilidade de escolha da área das moradias, bem como, relacionado à disciplina e controle que permeiam a convivência em condomínio. Implicando, dessa maneira, na

¹⁵¹ CHABAN, L; BERNARDES, L. V. T; ARRUDA T. F. P. Análise do processo de pós-ocupação dos reassentados no Residencial José Carlos Guimarães em Várzea Grande – MT. **XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, ABEPSS, 2012. 1 CD-ROM.

individualização e até mesmo, em abalos psicológicos, como demonstrado na pesquisa de Costa; Perdigão e Cavalcante (2015).

Implica dizer, então, que esses rompimentos também afetam negativamente a vida dos moradores, pois se constituem de relações fundamentais entre as redes de solidariedade e sobrevivência para os moradores de assentamentos precários (SANTANA; PERDIGÃO, 2010).

O quarto indicador mais evidenciado foi *espaços de socialização e informação*, com a variável – *acesso à informação do Programa*, identificada em 7 (sete) publicações, que denuncia a insatisfação dos moradores devido a falta de esclarecimento no processo inicial dos projetos e a inexistência de documentos técnicos para a interdição da área¹⁵²; o que provocava medo e incerteza nas famílias, tendo em vista ainda a inexistência de planejamento prévio para o reassentamento e a precária participação dos moradores nas reuniões, que, segundo o levantamento, são meramente informativas, impossibilitando a real participação das famílias. Além da individualização nas negociações; do emprego da brutalidade nas remoções; e da inexistência de acompanhamento técnico, social e financeiro às famílias após as obras.

Para Coutinho (2008, p. 68), “a questão da ‘negociação’, ‘democratização’ e da ‘cidadania’ são postas a serviço da criação de consenso”. Deste modo, há um esvaziamento do sentido de participação e cidadania, como a capacidade conquistada pelos indivíduos como resultado de luta permanente, sendo um “processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que atravessa a modernidade”, mas que se choca com a lógica do capital.

Serviços urbanos e sociais foi o quinto indicador de impacto mais evidenciado (6 pesquisas levantadas), através da variável *serviços básicos* (saúde, educação, assistência social, segurança e transporte público), pertinente à fragilidade ou ausência dos mesmos, apontando para a permanência de situações de risco e vulnerabilidade, como a percepção de insegurança¹⁵³, devido ao tráfico de drogas na área ou à ação policial repressiva¹⁵⁴.

A dificuldade de acesso aos serviços básicos pelos trabalhadores demonstra a desarticulação entre as políticas de emprego, saúde, assistência social, educação, moradia, transporte e saneamento, que denunciam a mercadorização dos serviços públicos e a degradação

¹⁵² BAUTÈS, N.; FERNANDES, L. L.; BURGOS, M. D. Entre Confrontos e Desafios na Construção da Legitimidade Popular: Algumas Perspectivas sobre os Movimentos de Resistências em Favelas do Rio de Janeiro. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2013.

¹⁵³ DAMASCENO, L. L.; FIRME, R. F.; OLIVEIRA, R. R. de, SILVA, A. I. da. Impactos socioeconômicos vivenciados pelas famílias beneficiadas pelo projeto Moradia/Reconstrução. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010. 1 CD-ROM.

¹⁵⁴ GOMES, M. de F. C. M.; MOTTA, T. S. Empresariamento Urbano e Direito à Cidade: Considerações sobre os Programas Favela-Bairro e Morar Carioca no Morro da Providência. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2013.

da vida das pessoas pobres atingidas por intervenções urbanas (CARPANELLI, 2016)¹⁵⁵, inseridas no contexto de financeirização da economia e globalização, onde relacionam-se interesses de governos, organismos internacionais, e diferentes classes sociais em disputa pela cidade, que mais recentemente deve ser, a qualquer custo, atrativa ao capital (ARANTES, 2002; VAINER, 2002).

Por fim, o quadro 1 aponta como último indicador de impacto pós-reassentamento, a *relação entre projeto e execução* com a variável *discurso e efetividade*, evidenciada em 5 (cinco) pesquisas que denunciam, entre outros impactos, a divergência entre o plano e a execução; a demora na execução das obras, tanto na área de intervenção como na construção das casas para as famílias removidas; a remoção sem limites, isto é, planos sem controle, ou remoções sem plano; além da especulação imobiliária que as intervenções em sua maioria provocam na área, fazendo com que mesmo os moradores remanescentes, se vejam afetados pelo aumento dos preços dos serviços e do solo urbano, obrigando-os a se retirarem e se afastarem para outras áreas precárias da cidade. Evidenciando, sobretudo, em violações de direitos, como o direito constitucional à informação, à inviolabilidade do lar e ao direito humano à moradia digna (CARDOSO, 2013).

Diante do levantamento, percebe-se que o planejamento urbano é seletivo quanto ao atendimento aos cidadãos. Logo, a atuação do Estado é limitada no que se refere às despesas de consumo coletivo, relacionadas às necessidades da reprodução da força de trabalho, a exemplo das despesas com a habitação (LOJKINE, 1997). Implica pensar também que se trata de uma política urbana que, ao garantir infraestrutura, desencadeia um processo de valorização da terra urbana, encarecendo e complexificando o cotidiano das famílias (SANTANA, 2012b). Esses impactos, sinalizam a tendência de uma intensificação da “contradição/totalização/fragmentação do espaço” (VOLOCHKO, 2015, p. 110-111).

Como demonstrou-se, os principais indicadores apontam para impactos negativos na vida das famílias atingidas por intervenções urbanas/habitacionais. Contudo, ressalta-se dois indicadores positivos/satisfatórios¹⁵⁶ evidenciados nas pesquisas, correspondendo: a *casa própria*¹⁵⁷ e *disponibilidade de infraestrutura urbana*. Relacionados às variáveis: *satisfação pela regularização e titularidade* e *satisfação com a pavimentação*, respectivamente,

¹⁵⁵ CARPANELLI, F. G. Precariedade urbana e necessidades sociais: um par dialético para a análise e o enfrentamento da questão urbana no Brasil. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Ribeirão Preto, ABEPSS, 2016. 1 CD-ROM.

¹⁵⁶ Ver Apêndice I.

¹⁵⁷ COSTA, E. D. da; COSTA, S. M. G. da; COSTA, D. R.; NUNES, A. J. F. Projetos urbanos, remanejamento e rotinas familiares na comunidade Riacho Doce Belém-Pa. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Ribeirão Preto, ABEPSS, 2016. 1 CD-ROM.

demonstram que aquisição da moradia própria e local pavimentado (parcialmente ou totalmente saneado) são as principais melhorias percebidas pelos moradores, evidenciando que a presença de serviços públicos, equipamentos de lazer e de comércio próximos, são requisitos essenciais que devem estar presentes nos conjuntos habitacionais para onde são destinadas às famílias (CARDOSO, 2010).

Logo, compreende-se que seja imprescindível a participação da população nos projetos desde a sua concepção, bem como, a escolha do local do reassentamento deve se dar a partir das necessidades da população (avaliando as sugestões e atendendo as particularidades das famílias, com a diversificação dos modelos das moradias, por exemplo); tendo como pré-requisito a presença de infraestrutura urbana, serviços públicos, comércio, opções de lazer e trabalho (DIAS, 2012). Portanto, projetos urbanos habitacionais articulados a projetos de geração de trabalho e renda que visem atender às particularidades da dinâmica local de trabalho dos moradores de assentamentos precários, buscando evitar “repetir erros clássicos, como por exemplo, a definição de formas de ocupação e de uso do espaço distanciada das necessidades e gostos característicos dos moradores em suas vidas cotidianas” (CARDOSO, 2010, p. 34).

Nesse sentido, cabe ressaltar que em Belém os processos da política habitacional foram sentidos em diversas experiências urbanísticas realizadas nesta cidade, que se pautaram pela prática da remoção de famílias, como é o caso do PROMABEN, cujo processo de reassentamento causou vários impactos na vida dos moradores, o que será tratado na sequência deste trabalho.

3 ELEMENTOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DAS BAIXADAS E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS EM BELÉM

Como visto, o espaço urbano, diante da lógica capitalista é transformado em condição necessária para a realização do processo de produção e reprodução do capital, que, sob a mediação do Estado, conforma práticas de segregação socioespacial e desigualdades no acesso às condições de reprodução social, para a classe trabalhadora (LOJIKINE, 1997; LEFEBVRE, 2001, 2016; ENGELS, 2010, 2015).

No Brasil, a formação do espaço urbano está permeada pela desigualdade no acesso à cidade. Como se discutiu no decorrer dos capítulos anteriores, o Estado capitalista desenvolveu – e vem desenvolvendo –, ao longo da história da política urbana/habitacional, uma urbanização sanitarista, que requalifica o espaço em busca do urbanismo moderno, ou como assinalou Maricato (2015, p. 41) do “urbanismo do espetáculo” que, através do discurso do saneamento básico para a população, realiza obras de embelezamento para que a cidade seja cada vez mais atrativa aos interesses do capital (ARANTES, 2002; VAINER, 2002).

Considerando o espaço urbano da cidade de Belém, onde o Estado também realiza diversas intervenções urbanísticas de cunho sanitarista, buscou-se neste capítulo discutir alguns elementos históricos do processo de produção do espaço da cidade, tendo como foco registrar o processo de formação das baixadas da cidade, bem como suas históricas intervenções, recuperando alguns estudos científicos regionais que tratam da questão da remoção de famílias e evidenciam a tendência de impactos socioeconômicos pós-reassentamento dos moradores.

Dividiu-se este capítulo da seguinte forma: a) Ocupação das baixadas em Belém e os processos de intervenção; e b) Intervenções nas baixadas de Belém: levantamento de estudos de impactos pós-remoção de famílias, com o subitem b.1) Indicadores de impactos socioeconômicos pós-reassentamento de famílias em Belém.

Para a construção desse debate foram utilizadas algumas pesquisas de autores regionais que discutem a formação do espaço urbano de Belém, e de como a urbanização privilegiou os espaços mais valorizados da cidade, onde moravam as frações da burguesia local, em detrimento das partes inadequadas (próximas ao rio e seus igarapés), onde as famílias pobres puderam construir suas moradias e desenvolver suas estratégias de trabalho e renda (ABELÉM, 1988; PENTEADO, 1973; RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997).

Além disso, realizou-se um levantamento em algumas produções acadêmicas regionais¹⁵⁸ com a finalidade de demonstrar as principais intervenções urbanas nas baixadas da capital, tendo como foco a análise dos processos de reassentamento/remanejamento de famílias, objetivando com isso, evidenciar a tendência dos impactos socioeconômicos do pós-reassentamento dos moradores atingidos por intervenções urbanas que privilegiam a infraestrutura do espaço, em detrimento das condições de reprodução das famílias, que mesmo quando permanecem na área, como foi o caso das famílias da Vila da Barca – processo de remanejamento –, os impactos da urbanização não são diferentes (SOUZA, 2011). Como se verá adiante, constata-se que há problemas ou inexistência na articulação entre projetos de urbanização/habitação e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias (CARDOSO, 2010).

Dessa forma, considera-se que esses elementos são importantes para a apreensão da processualidade histórica do reassentamento de famílias, e especificamente dos impactos socioeconômicos no cotidiano dos moradores atingidos pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), objeto de estudo desta dissertação.

3.1 OCUPAÇÃO DAS BAIXADAS EM BELÉM E OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO

A origem do crescimento e ocupação do espaço urbano de Belém está diretamente ligada às complexas relações estabelecidas na Região Amazônica, constituídas em síntese: pela intensa e duradoura exploração dos recursos naturais, pelas políticas públicas que historicamente privilegiaram a elite economicamente dominante da região, bem como, pelo desenvolvimento dos Grandes Projetos implantados na região que resultaram no intenso crescimento populacional, implicando na disputa desigual pela terra, permeada por um planejamento territorial conflituoso que evidencia um elevado grau de segregação social (CRUZ, 2012; PICOLI, 2006; BECKER, 1997).

Podemos considerar que esse pano de fundo caracteriza a urbanização amazônica e suas particularidades históricas, entre elas a importância dos rios. Didaticamente compreende-se todo esse processo em quatro grandes períodos (RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997; LEAL, 2010; CRUZ, 2012; MARQUES, 2012):

¹⁵⁸ Ressalta-se que para este levantamento contou-se com a revisão sistemática da literatura, consistindo na investigação focada na problemática, na seleção, avaliação e sintetização das evidências relevantes (GALVÃO; PEREIRA, 2014).

a) O primeiro podendo ser chamado de exploratório, que abrange o século XVI, e concomitantemente o período colonial português, entre o ano da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822), marcados pelo ciclo das drogas do sertão, quando ocorreu a criação dos primeiros povoados, ainda sem a forte presença estatal;

b) O segundo com a criação das cidades próximas dos rios: século XIX até primeira metade do século XX, fase na qual já se observou a presença do Estado e início da urbanização propriamente dita, quando se tem o auge do ciclo da borracha, entre 1879 e 1912. Nesse momento, Belém torna-se o principal porto de escoamento do produto, o que se traduz não só em crescimento populacional, como também em uma série de medidas voltadas à reestruturação do espaço urbano;

c) O terceiro período é o de vinculação às economias capitalistas hegemônicas. Contexto de inserção definitiva no circuito de acumulação capitalista, em função da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), após a II Guerra Mundial, quando as intervenções estatais caracterizam a Amazônia das estradas¹⁵⁹ (segunda metade do século XX). Nesse momento a região passou a ocupar um lugar estratégico nos planos da administração federal para dinamizar a economia nacional. A partir dos anos de 1970, a mancha urbana de Belém se expandiu, caracterizando seu processo de metropolização;

d) E atualmente, temos a desconcentração urbana e a formação de municípios com a ampliação dos projetos de exploração mineral, agronegócio da soja, pecuária intensiva, edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projetos de energia, infraestrutura urbana e social, instalação da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (PA). Esses processos levam à estruturação das grandes cidades como estratégia de *marketing* da Amazônia, com investimento em grandes projetos urbanos com aporte financeiro de agências internacionais, como o BID, no caso das cidades capitais – Belém e Manaus, além da estruturação urbana nas cidades próximas aos projetos econômicos e programas de infraestrutura.

Desse modo, a urbanização desenvolvimentista na Amazônia¹⁶⁰, intensificada a partir da metade do século XX, provocou entre outras consequências determinantes para a urbanização de Belém e demais cidades: o inchaço dos grandes centros urbanos da região;

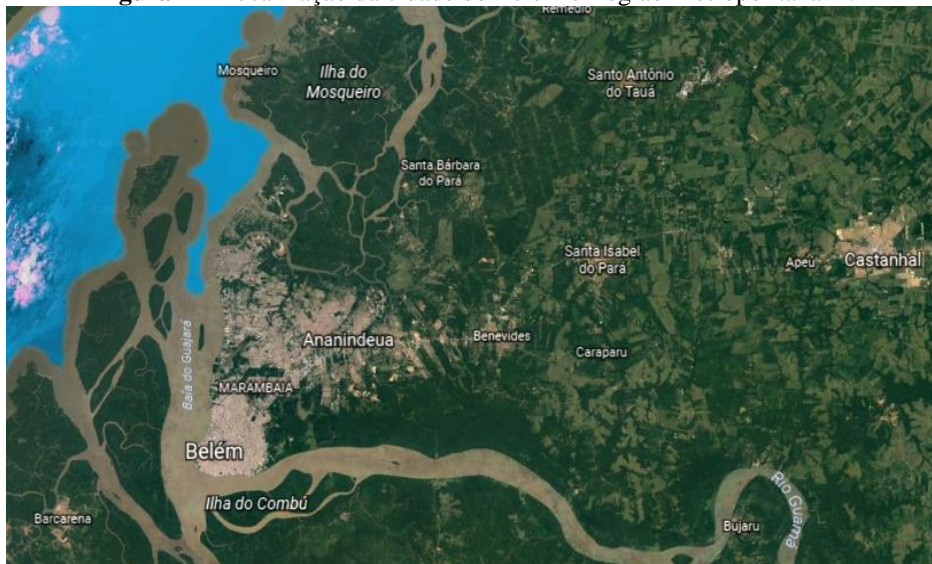
¹⁵⁹ A abertura da estrada Belém-Brasília e, posteriormente, a implantação de uma rede programada de estradas (Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus), é exemplo desse processo que intensificou o fluxo migratório no percurso campo/cidade (BECKER, 1997; OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS NETO, 2009).

¹⁶⁰ Para citar algumas: políticas de colonização dirigida, incentivos à ocupação espontânea, criação de órgãos de garantidores das políticas centrais como a Superintendência da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Zona Franca de Manaus (ZFM), os incentivos fiscais, a redefinição das formas de ocupação de terras, entre outros (CRUZ, 2012, p. 73).

desequilíbrios ambientais; conflitos urbanos e agrários com forte violência até hoje¹⁶¹; desarticulação das estratégias de sobrevivência dos povos tradicionais e nativos da região, como a pesca e a agricultura familiar; expulsão dos pequenos produtores de suas terras, implicando no crescente processo de ocupação das baixadas que acentuou a precariedade de vida dos trabalhadores (RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997; ABELÉM, 1988).

Belém foi fundada em 1616 com o objetivo de consolidar o domínio territorial no Norte da colônia. Sua posição é estratégica, pois permitia o controle da maior parte da circulação que entrava na Amazônia (PENTEADO, 1973). Portanto, como podemos observar na figura 1, a circulação fluvial e a ocupação da orla ditaram o processo de urbanização da cidade, implicando na concentração populacional e econômica ao longo de seus dois principais rios: o Guajará e o Guamá (MONTENEGRO, 2014).

Figura 1 – Localização da cidade de Belém e Região Metropolitana¹⁶².



Fonte: Google Earth (2017). Acesso em: 24 jul. 2017.

Conforme Trindade Jr. (1997), Belém se expandiu, inicialmente, acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se expandir¹⁶³. Esta especificidade, do fenômeno urbano na Amazônia, em que a vida da cidade está diretamente associada às águas, ainda se manifesta nesta metrópole que guarda conteúdos de cidades ribeirinhas.

¹⁶¹ De acordo com Becker (1997), a região é um espaço social e político, uma gigantesca fronteira em intensa transformação, onde se desenvolve a participação de pequenos produtores e grandes capitalistas, da qual resultam conflitos e contradições específicas da dinâmica da região.

¹⁶² A Região Metropolitana de Belém (RMB) compreende o maior aglomerado urbano da Região Amazônica. A região é composta pelos municípios de: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel, Santa Bárbara e Castanhal, abrangendo cerca de 2 milhões de habitantes (CRUZ, 2012).

¹⁶³ Trindade Jr. (1997) define três fases iniciais do crescimento de Belém: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante).

Logo, o processo de ocupação e urbanização de Belém é condicionado intensamente pelas características ambientais da várzea amazônica. A água, mais do que um condicionante territorial – na forma de rios, igarapés, canais, etc. – se apresenta como um personagem sempre presente, desempenhando papel fundamental na formação social, cultural e econômica da região (PENTEADO, 1973).

Destaca-se ainda para os determinantes da urbanização de Belém, o importante modelo de desenvolvimento deflagrado com a Belle Époque¹⁶⁴, que impôs à cidade uma nova dinâmica de apropriação e uso do espaço, e se efetivou na busca pelo consenso entre a rede hidrográfica e os processos econômicos e sociais, cujas primeiras intervenções urbanísticas realizadas tiveram o caráter de higienização e embelezamento do espaço, visando o atendimento da elite econômica (PENTEADO, 1973). Os locais onde residiam as famílias tradicionais receberam melhorias e equipamentos urbanos que, além de embelezar a cidade, possibilitaram a continuidade das atividades da produção e comercialização da borracha (DAOU, 2000).

Dentre as medidas modernizadoras, a construção do porto de Belém auxiliou no processo de expansão da cidade, estruturando o ponto de ligação com o mercado exterior, possibilitando não somente a exportação da produção local, mas também a importação de bens para atender às demandas de novas técnicas construtivas e de consumo das classes hegemônicas da cidade (PONTE, 2004). Entretanto, a população migrante que se constituiu na força de trabalho, sem acesso às oportunidades, deu início à ocupação de espaços inadequados como alternativas de moradias precárias em locais desprovidos de infraestrutura básica. Isso reflete uma urbanização muito mais preocupada com as camadas sociais economicamente mais altas, do que necessariamente com as condições urbanas da cidade para todos (ARAÚJO, 2008).

A partir do século XVIII, as primeiras aglomerações habitacionais, na parte continental – cortada por furos e igarapés – passam pelo processo de ocupação habitacional, introduzindo a partir daí uma ocupação que reforça o uso das vias urbanas principais¹⁶⁵. Todavia, a ocupação não se constrói de maneira a se afastar das adjacências fluviais (ARAÚJO, 2008). Como o processo de expansão urbana, ligado ao desenvolvimento econômico, tem raízes ligadas ao contato com o rio, o interesse em manter a ligação com a orla permaneceu por muito tempo.

¹⁶⁴ Período entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, marcado pela economia da borracha (látex extraído da árvore da seringueira), em que Belém e Manaus receberam influência efervescente da cultura cosmopolita predominante na Europa. Dois fatos importantes também influenciaram na urbanização das duas maiores cidades da Amazônia: a) a grande reforma de Paris pelo Barão Haussmann; b) o Movimento higienista (DAOU, 2000; FERNANDES, 2012).

¹⁶⁵ O processo de continentalização é acentuado com a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, ligando a capital às áreas de colonização agrícola da região bragantina, reforçando o modelo de expansão além da orla do território da cidade (ARAÚJO, 2008).

Assim, do período do ciclo da borracha até meados dos anos de 1940, a cidade manteve sua ligação estreita com a rede hidrográfica de modo prioritário (PONTE, 2004).

Enquanto metrópole regional, Belém representa, também, o principal destino da população migrante da Amazônia Oriental¹⁶⁶. Na década de 1960 uma série de políticas voltadas ao desenvolvimento regional¹⁶⁷, desencadearam a intensificação dos fluxos migratórios, e de certo modo a dinamização da urbanização em escala regional. Segundo Picoli (2006), a partir dessa década, a política de colonização promovida pelo Estado na região, fez parte da estratégia de reunir os interesses da burguesia nacional à internacional. Dessa união são implantadas as estratégias de ocupação sob domínio das empresas privadas e reprimidas as iniciativas da classe trabalhadora por meio da ditadura militar¹⁶⁸.

O governo militar criou condições para que o país se consolidasse como fornecedor de matéria-prima, e incentivou as pesquisas geológicas na Região Amazônica, o que intensificou a exploração mineral em escala industrial voltada para o mercado externo (MARQUES, 2012). Contudo, Belém não contava com um setor industrial capaz de absorver os milhares de migrantes que chegavam à cidade. Logo, esta população se integraria ao mercado de trabalho através da realização de pequenas atividades de sobrevivência, expandindo, assim, o circuito inferior da capital¹⁶⁹, como é chamado, por Montenegro (2014), o conjunto de atividades que englobam uma gama de ocupações, onde se encontram as frações da classe trabalhadora.

A partir da década de 1960, com a construção da Rodovia Belém-Brasília, o sentido de comunicação se altera, caracterizando o que Trindade Jr. (1997, p. 3) denominou de “consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado”, mas por outro lado permeado pela questão da infraestrutura urbana desigual que desencadeava os conflitos pela ocupação da terra.

¹⁶⁶ Considera-se que a Região Amazônica é composta por duas grandes sub-regiões: Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. A primeira com influência direta e indireta da cidade de Manaus (1,88 milhões de habitantes), abrange os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. E a segunda cuja área abarca os estados do Pará, Amapá e parte de Maranhão e Tocantins, com influência da cidade de Belém (com 1,4 milhões de residentes) (CRUZ, 2012; PICOLI, 2006; RODRIGUES, 1996; BECKER, 1997).

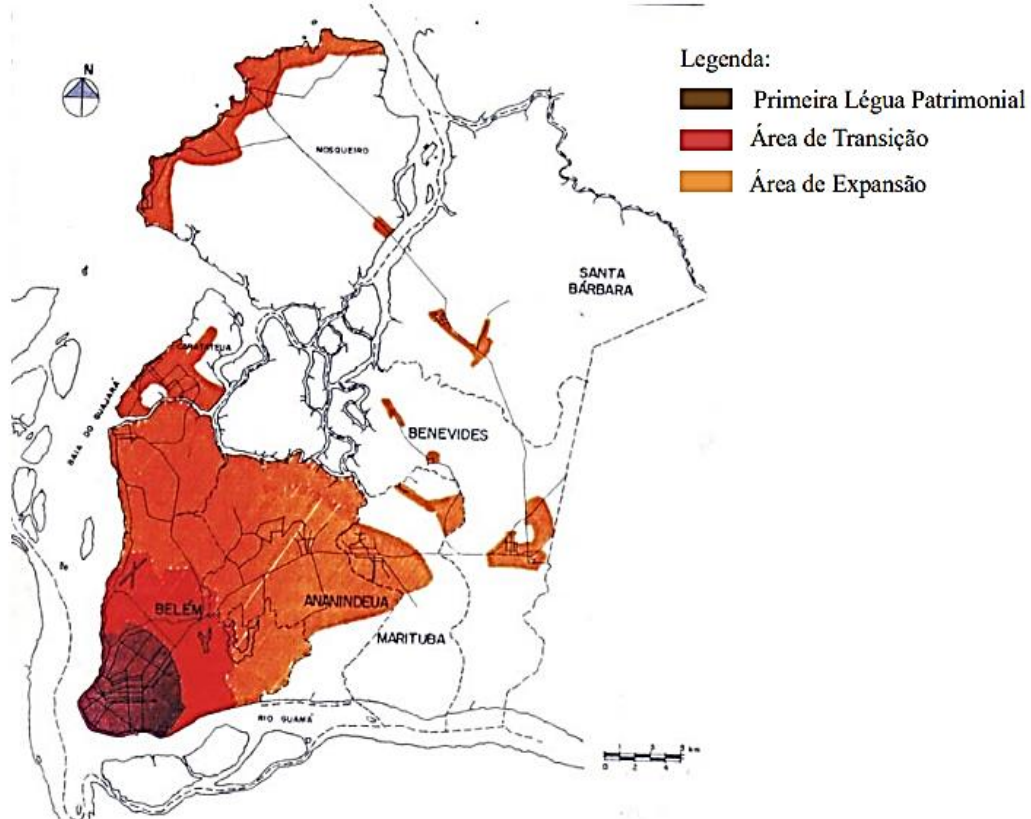
¹⁶⁷ Tais como: o Plano de Desenvolvimento Nacional, a Operação Amazônia e o Plano de Integração Nacional (MARQUES, 2012).

¹⁶⁸ Através das modalidades táticas extremamente ofensivas, adotando a doutrinação e a ação ideológica, por meio da pressão política, psicológica, paramilitar e ação violenta direta, o Estado brasileiro foi o grande incentivador e provedor da nova política de expansão capitalista, que passou a beneficiar os grandes projetos econômicos, dotando-os de estrutura financeira e de controle das massas, bem como a concentração da propriedade privada e expropriação dos povos da floresta (PICOLI, 2006).

¹⁶⁹ Como mencionamos no capítulo anterior, o circuito inferior não se restringe às microempresas pouco capitalizadas, sejam elas formais e informais, legais ou ilegais. “Ele engloba também outras ocupações urbanas mais precárias, como aquelas realizadas por prestadores de pequenos serviços (biscateiros), por vendedores ambulantes, por “catadores” além das diversas formas de trabalho doméstico” (MONTENEGRO, 2014, p. 42).

É a partir desse período que se intensifica o processo de ocupação das baixadas, até a primeira metade da década de 1970, quando as ocupações atingiam os bairros da 1ª Léguas Patrimonial¹⁷⁰, conforme demonstra a figura 2 (TRINDADE JR., 1997):

Figura 2 – Processo das primeiras ocupações de Belém e Região Metropolitana.



Fonte: IPEA (1997 apud NEGRÃO, 2007).

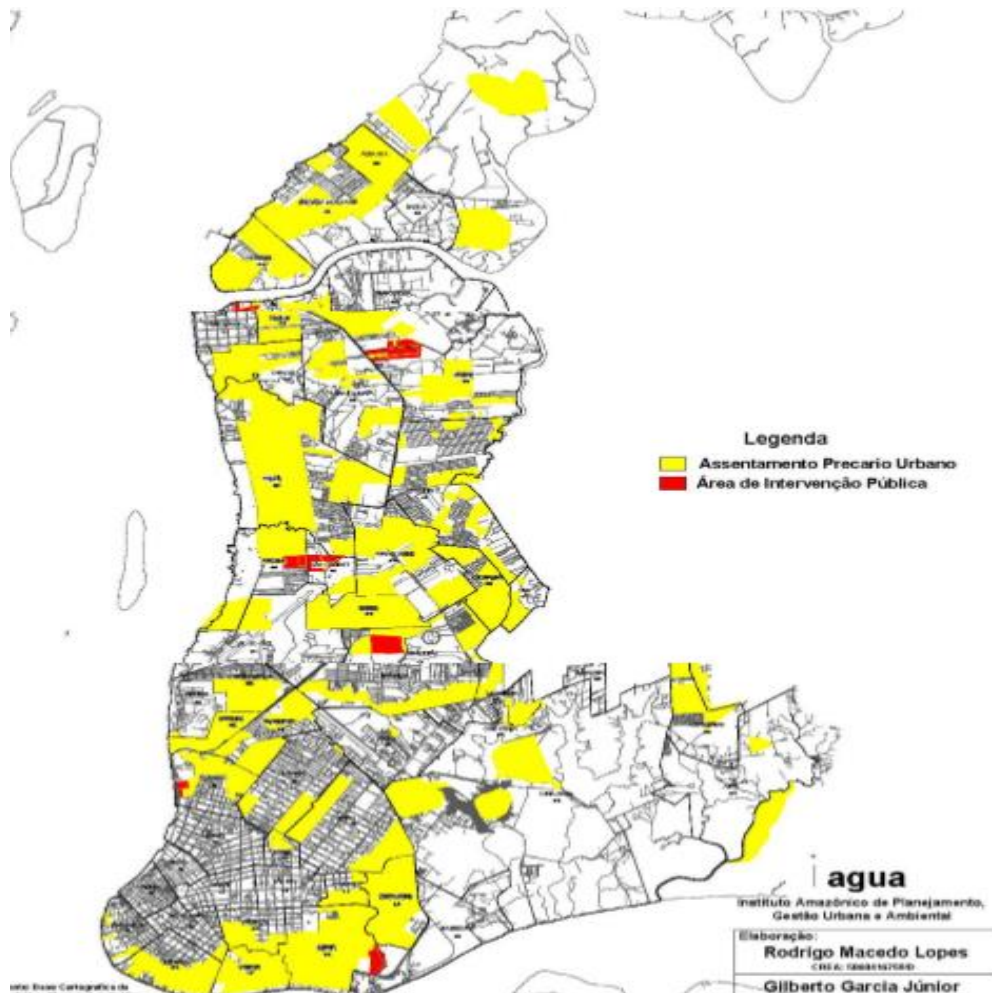
O período das primeiras concentrações urbanas é marcado pela dificuldade no acesso às áreas de terras firmes, onde se concentravam os serviços e equipamentos urbanos essenciais, haja vista, ser o espaço de moradia da burguesia local, restando à população pobre, as áreas alagadas e inadequadas à moradia, porém próximas a esses serviços¹⁷¹ (ABELÉM, 1988). Isto é, inicialmente, a população pobre que chegava à Belém, se concentrava nas áreas precárias de

¹⁷⁰ Conforme Trindade Jr. (1997, p. 22, grifo do autor), “a Primeira Léguas Patrimonial corresponde a área de terra de aproximadamente uma léguas (contada a partir do marco de fundação da cidade) doada em 1627 pelo Governo e Capitão Geral do Estado do Maranhão e Grão Pará ao Conselho Municipal de Belém, ficando, a partir desse momento sob o *Jus Domini* do Governo desse Município”. O limite da Primeira Léguas localiza-se no atual bairro do Marco, assim chamado por ter sido nele onde foi fixado um marco desse limite (Avenida Almirante Barroso com a Avenida Dr. Freitas).

¹⁷¹ A população com renda mais elevada encontra-se nos bairros do Comércio, Reduto, Nazaré e Batista Campos, além de partes significativas dos bairros da Cidade Velha, Umarizal e Marco. Já a camada populacional com renda considerada média concentra-se ao longo da Rodovia Augusto Montenegro, ficando as de nível mais baixo tanto nas baixadas, como na periferia continental mais distante, incluindo os núcleos urbanos do Distrito de Icoaraci, as ilhas de Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba (CARDOSO, 2009).

baixadas¹⁷², próximas ao centro comercial, revelando, dessa forma, uma dinâmica urbana marcada pelo processo de segregação socioespacial, como demonstra o mapa 1 (CARDOSO, 2009)¹⁷³.

Mapa 1 – Localização dos assentamentos precários em Belém.



Fonte: Cardoso (2009).

Isso reflete a histórica ocupação e apropriação do solo urbano no país, onde as áreas dotadas de infraestrutura urbana e social são acessadas apenas pelas frações da classe burguesa, pois como assinalou Maricato (2002), não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem sob a desigualdade. A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas é combustível para o bom funcionamento do capital, ou seja, é

¹⁷² Áreas precárias, aqui entendidas enquanto espaço de reprodução da força de trabalho, que ficaram anos à margem das intervenções do Estado, aprofundando as contradições e desigualdades inerentes às relações capitalistas.

¹⁷³ O estudo de Cardoso (2009) buscou identificar e mapear os assentamentos precários e suas características determinantes, com o objetivo de apontar a necessidade de investimentos urbanos para a melhoria das condições de moradia e reprodução social de seus moradores e de outros indiretamente atingidos.

funcional para a desvalorização da reprodução da força de trabalho, assim como para um mercado imobiliário especulativo, que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica.

Conforme Abelém (1988, p. 38), “a população de menor renda passou a se localizar em moradias que se assentavam diretamente sobre argilas (recobertas de camadas de aterro geralmente insuficientes) ou se dispõem suspensas por estacas (palafitas) em terrenos encharcados permanentemente e para onde se drena parte dos esgotos das áreas mais altas”¹⁷⁴, como demonstra a figura 3:

Figura 3 – Palafitas: aspectos da moradia nas baixadas em Belém.



Fonte: Portela (2005).

Esse modo de construção, em geral casas de madeira em cima da área alagada, é o que diferencia as áreas precárias da cidade de Belém, de outras áreas precárias do país¹⁷⁵, apesar da similaridade no que se refere às características socioeconômicas, marcadas pela desigualdade no atendimento da política pública, como tendência inerente do contexto de produção do espaço urbano, intencionalmente segregador e excludente (TRINDADE JR., 1997).

Como se analisou no capítulo anterior, a produção desses espaços é uma forma de resistência, e uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, para enfrentar as “adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas

¹⁷⁴ O acesso às moradias era feito através de estivas (pontes de madeira), posteriormente sendo aterrados os espaços possíveis com materiais, tais como: caroços de açaí, bagaço de cana, serragem de madeira e casca de castanha-do-pará, como medidas paliativas de saneamento das baixadas (ABELÉM, 1988).

¹⁷⁵ É importante ressaltar que dentro da literatura consultada sobre assentamentos precários, os documentos do Ministério das Cidades apresentam a tipologia de palafitas inserida no contexto de favelas, devido às características para sua definição. Contudo, como demonstra Denaldi (2009, p. 02), “a nomenclatura ‘favela’ além de estigmatizada, não é utilizada em todas as regiões do Brasil, em que é substituída por outras, como mocambo, palafita, invasão, comunidade, vila, núcleo [...]”. Isto explica não se utilizar a palavra favela para se referir às baixadas nesta dissertação.

urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade” (CORRÊA, 1993, p. 30).

Dessa forma, Trindade Jr. (1997) aponta ainda alguns elementos considerados determinantes para o processo de segregação socioespacial em Belém: crescimento populacional, impulsionado pelo desenvolvimento de atividades comerciais e serviços, bem como pelos intensos investimentos em infraestrutura que privilegiam os espaços mais altos da cidade, que acentuava o preço da terra e inviabilizava o acesso pela população pobre:

[...] a) a implantação, em 1940, do “cinturão institucional” que provocou o estrangulamento da área mais densamente ocupada, funcionando como um bloqueio à expansão contínua da cidade; b) escasseamento e a valorização das terras altas, que obrigou a população de baixa renda a ocupar as áreas baixas; c) o célere crescimento populacional e o empobrecimento de grande parte da população, em especial migrantes recém-chegados do espaço rural (TRINDADE JR., 1997, p. 112-113).

Assim, a partir da década de 1960 e 1970, Belém adentra em sua fase de metropolização, cuja população pobre passou a construir seu espaço de moradia sem nenhuma infraestrutura que pudesse garantir mínimas condições habitacionais, passando a se concentrar na área da baixada da orla sul, às margens do Rio Guamá – relativamente próxima ao centro da cidade (TRINDADE JR., 1997; CARDOSO, 2009).

Na década de 1980, a população passa a ocupar áreas periféricas mais distantes do centro e demais municípios que hoje constituem a Região Metropolitana de Belém (RMB), indicando uma verdadeira explosão demográfica nos demais municípios da região, sobretudo em Ananindeua, que constitui, atualmente, a segunda cidade mais populosa do Pará. E mais recentemente, entre os anos 2000 e 2010, o ritmo de crescimento da população metropolitana desacelerou, contudo se manteve ainda mais elevado do que em Belém (MONTENEGRO, 2014).

Podemos inferir que o fenômeno ocorreu devido, principalmente, à instalação de grandes empreendimentos em outras áreas do estado do Pará, como a Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, que implicou no crescimento de novos espaços, que passaram a concentrar recursos e investimentos, além de uma parcela de empregos, em detrimento da metrópole de Belém, que por sua vez, vê seu contingente de pobres e desempregados se multiplicar¹⁷⁶. Conforme indica Montenegro (2014), essa concentração de pobreza corresponde à densidade e à diversidade de um circuito inferior que revela traços históricos da economia regional.

¹⁷⁶ Mais de 1/3 dos habitantes da RMB vive atualmente com menos de 1/2 salário mínimo por mês (MONTENEGRO, 2014).

Atualmente a modernização da cidade de Belém continua a se pautar, principalmente, no papel que exerce a Região Amazônica por meio dos grandes projetos governamentais e privados, de alta tecnologia e de capital privado nacional e internacional¹⁷⁷, a exemplo dos projetos energético-minerais, no beneficiamento e na exportação de produtos regionais, como o açaí, a castanha, o cupuaçu, o pescado, entre outros. Bem como, na expansão do setor imobiliário, na promoção do turismo, nos grandes projetos de requalificação urbana, como veremos adiante, e de renovação do patrimônio histórico¹⁷⁸, que também figuram entre os vetores da modernização recente da cidade (MARQUES, 2012; MONTENEGRO, 2014).

Com o crescimento e adensamento das baixadas, as condições precárias de habitação se agravaram, devido, principalmente, às constantes inundações, alagamentos e surtos de doenças transmitidas por vetores hídricos. Em vista disso, as principais estratégias de intervenção nessas áreas, realizadas pelo poder público, têm sido por meio de projetos de macrodrenagem, com o objetivo de sanear e integrar esses espaços à lógica da cidade “formal”, atendendo dessa maneira, aos interesses do mercado imobiliário (ABELÉM, 1980; MARICATO, 2002; MOTA, 2014; VOLOCHKO, 2015, grifo nosso). No entanto, apesar “das boas intenções”, a questão da moradia aparentemente não tem sido prioridade nos projetos de macrodrenagem, salvo exceções, como veremos adiante, o que evidencia a contradição na produção do espaço urbano da cidade de Belém.

Tendo como base as pesquisas acerca dos projetos urbanos ao longo da história de Belém¹⁷⁹, a seguir, apresentar-se-á uma sistematização de estudos regionais que tiveram como objetivo a análise das principais intervenções nas áreas de baixadas em Belém, buscando investigar os impactos pós-reassentamento/remanejamento de famílias, tendo como foco os aspectos socioeconômicos analisados.

¹⁷⁷ Para citar alguns: Projeto Ferro-Carajás; os Projetos de alumínio em Trombetas; o Complexo Industrial de Barcarena (Albrás/Alunorte); o programa Radam (Radar da Amazônia), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e atores do grande capital, como, a Vale, a Eletrobrás, a Nippon Steel, a Votorantim, a Shell, a Alcoa, a Alcan, a Paranapanema, a Honda, a Suzuk, etc. (OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS NETO, 2009)

¹⁷⁸ Tais como os Complexos Estação das Docas, Feliz Lusitânia, Parque Mangal das Garças, reestruturação do Mercado Ver-o-Peso e o Projeto Ver-o-Rio. Todos implantados ao longo da faixa da orla central de Belém, buscando valorizar uma imagem da cidade associada ao rio (MONTENEGRO, 2014).

¹⁷⁹ Ressalta-se que podemos encontrar, ainda, uma sistematização de importantes pesquisas acerca da urbanização de Belém, em publicações no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); e de Programas de Pós-Graduação, como o de Serviço Social (PPGSS), já sistematizados por Souza (2011) e Ferreira Filho (2017), alguns dados utilizados na construção do próximo item desta dissertação.

3.2 INTERVENÇÕES NAS BAIXADAS DE BELÉM: LEVANTAMENTO DE ESTUDOS DE IMPACTOS PÓS-REMOÇÃO DE FAMÍLIAS

Cortiços, palafitas, favelas, mocambos, baixadas, invasões, habitações subnormais, etc., como vimos anteriormente, são algumas das denominações utilizadas ao longo da história para classificar as áreas de assentamento precário e habitações populares no Brasil. No caso de Belém, particularmente, as áreas conhecidas como baixadas, invasões e ocupações irregulares são espaços da cidade onde se concentram a maioria das habitações das frações da classe trabalhadora (CARDOSO, 2009).

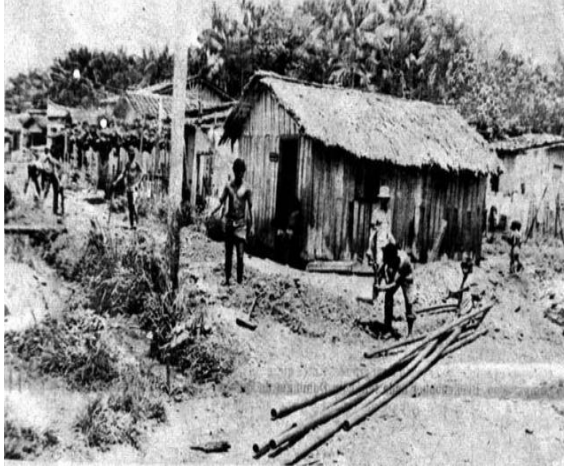
Uma das primeiras áreas de concentração de moradias precárias existentes em Belém foi formada a partir dos anos 1940, na área conhecida como Vila Sarará, Bacia do Igarapé das Almas, baixada da Doca de Souza Franco, Bairro do Umarizal, chamada também de aglomerado da Marechal Hermes, ilustrada na figura 4 que demonstra a área antes das intervenções (TRINDADE JR., 1997).

De acordo com Trindade Jr. (1997), a partir da aglomeração das famílias é inevitável surgir atividades laborais, em geral, informais, como pequenos comércios e bares. Assim ocorreu nessa baixada, que logo despertou a atenção estatal e da opinião pública, como um problema que deveria ser solucionado. Diante disso, o poder público cogitou a possibilidade de remoção dos moradores, para impedir a expansão da baixada, tendo como justificativa o incentivo para a campanha contra a malária na região. O que, como visto anteriormente, revela a implantação de planos de embelezamento, acompanhados de bases legais para o mercado imobiliário capitalista, preocupado com a infraestrutura urbana, em especial, a circulação e o saneamento (MARICATO, 2002). Como lembra Villaça (1986), foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro. É nessa época que as campanhas contra as doenças ganham força e se espalham pelo país, direcionando o discurso do Estado, através da política de saneamento, geralmente acompanhada de um plano urbanístico que prioriza a remoção da população pobre das áreas (VILLAÇA, 1986; VALLADARES, 1980).

Em Belém não foi diferente, a intervenção na baixada da Doca teve, além do saneamento, a construção de largas pistas, de um lado e de outro do canal, o que valorizou a área com a infraestrutura urbana implantada, porém expulsou as famílias pobres para áreas distantes da melhoria. Hoje, como se observa na figura 5, a área abriga parcela da classe média alta e da burguesia, tendo um dos solos mais caros da RMB:

Apesar de ter como justificativa a preocupação com a saúde e o combate às endemias, o plano inicial já tinha condições de visualizar o processo de valorização do espaço que se daria mais tarde e com isso estabelecer mecanismos eficientes de combate à especulação. As obras, entretanto, na concepção do projeto, pareciam conduzir a própria valorização do solo [...] (TRINDADE JR., 1997, p. 122).

Figura 4 – Av. Visconde de Souza Franco antes da urbanização.



Fonte: Fernandes (2012).

Figura 5 – Av. Visconde de Souza Franco atualmente.



Fonte: Leão (2015).

Por volta de 1955, discutiu-se¹⁸⁰ no sentido de execução do plano, onde se construiria além da Avenida e do canal, uma estação de passageiros da Estrada de Ferro de Bragança (EFB). Em 1958, continuaram com os trabalhos de revestimento do canal e aterramento das áreas próximas. Porém, pela suspensão de verbas, as obras retornaram apenas em 1966, com a assinatura, pelo Presidente Castelo Branco, do decreto de desapropriação de toda área de terras necessária à construção do canal do Igarapé das Almas (TRINDADE JR., 1997).

Dessa forma, em 1968, teve início o processo de remoção de 266 famílias (1.267 pessoas)¹⁸¹ para um conjunto habitacional construído pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) no bairro da Marambaia, no início da Rodovia Augusto Montenegro, chamado de Nova Marambaia¹⁸², com 834 Unidades Habitacionais (UH) construídas (RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997).

O reassentamento agravou as condições de vida dessa população que passou a pagar mensalmente as prestações do financiamento do imóvel, além das despesas com transporte, já

¹⁸⁰ De acordo com Trindade Jr. (1997), os órgãos envolvidos foram: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) - responsável pelo auxílio financeiro às obras - Distrito do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (DNPRC), (EFB), Prefeitura Municipal de Belém (PMB), dentre outros, analisados pelo autor.

¹⁸¹ Registro do levantamento socioeconômico realizado pela COHAB-PA, no ano de 1965, com vistas à remoção da população presente na área de intervenção (TRINDADE JR., 1997).

¹⁸² Primeiro conjunto habitacional de Belém construído pelo Sistema Financeiro Habitacional (SFH), através da COHAB (RODRIGUES, 1996).

que o novo local de moradia era distante do centro da cidade, o que aumentou o tempo no deslocamento casa-trabalho:

[...] o conjunto localizava-se na periferia da cidade, (aproximadamente 10 km) do centro histórico [...] o precaríssimo sistema de transportes urbanos; considerando também o momento histórico, representava uma distância demasiadamente grande (RODRIGUES, 1996, p. 197).

Esse foi um dos fatores que motivaram a resistência inicial das famílias, além do tamanho das casas, consideradas pequenas na opinião de algumas famílias. De acordo com Trindade Jr. (1997, p. 129):

Uma série de contratempas passou a ser vivenciada pelos moradores [...] as casas eram de tamanho diminuto e muitos que foram vê-las ficaram decepcionados, pois não poderiam alojar suas famílias por insuficiência de cômodos, sendo que para algumas dessas famílias seria necessário construir apêndices para melhor acomodação, como de fato veio a acontecer mais tarde.

Após vários transtornos, a maioria das famílias reassentadas no Conjunto Nova Marambaia abandonou as casas, entre outros motivos, pela falta de condições de pagamento e pela distância em relação ao centro da cidade, e algumas procuraram outras áreas de baixada para morar, continuando o ciclo de ocupação e segregação do espaço urbano (TRINDADE JR., 1997).

Assim, as pessoas pobres, sem condições de arcar com as novas despesas, tendem a se desfazer das unidades habitacionais, buscando nas áreas desprovidas de infraestrutura urbana, no caso de Belém, nas baixadas, a oportunidade de novas moradias, muitas vezes através da ocupação de áreas próximas aos conjuntos habitacionais, possibilitando o acesso à infraestrutura implantada no local (RODRIGUES, 1996).

Na década de 1970, retomam-se os investimentos nas obras de saneamento e urbanização das baixadas de Belém. No ano de 1973, foi firmado convênio¹⁸³ entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de recuperação das áreas de baixadas, tendo como justificativa preliminar as melhorias sociais (ABELÉM, 1988).

Levando em consideração o menor valor comercial e menor densidade demográfica, a área escolhida foi a do Igarapé São Joaquim, na Bacia do Una, para início dos trabalhos, por

¹⁸³ Como resultado desse convênio, que não contava com a participação da Prefeitura de Belém, foi realizado um levantamento para a escolha da área, que serviria como experiência piloto (ABELÉM, 1988).

ser uma área menos ocupada e que poderia ser aproveitada para habitar uma grande parte da população com déficit habitacional (ABELÉM, 1988).

Assim, foi renovada a atuação¹⁸⁴ estatal nas baixadas, através do Programa de Recuperação de Baixadas (PRB), instituído em 1976 e considerado uma experiência piloto para nortear outras obras de saneamento na cidade de Belém, através do Plano de Ação Imediata (PAI) que previa o reassentamento de 722 famílias para outro terreno¹⁸⁵, mais uma vez, distante do local de origem. A remoção foi justificada pelo poder público “pela necessidade de trabalhos de drenagem para construir um canal e aterrar a área [...]” (ABELÉM, 1988, p. 51).

A decisão de remanejar as famílias para áreas próximas com vistas ao seu posterior retorno foi alterada antes mesmo do início das obras, sendo substituída pela deliberação de mantê-las permanentemente no conjunto habitacional a ser construído. Segundo Abelém (1988, p. 51), o “retorno se justificou como inviável pela ocupação do restante da área e se fosse feito não permitiria a recuperação do investimento a ser realizado”. O que permite inferir que a lógica de remoção de favelas com fins especulativos é um dos objetivos principais da intervenção pública.

Em 28 de outubro de 1978, ocorreram as primeiras remoções (40 famílias) para a chamada Vila de Transição¹⁸⁶ (posteriormente denominado Conjunto Providência). O procedimento de deslocamento das famílias do canal do Una para o novo local de moradia, foi concluído no primeiro trimestre de 1980, mesmo em um cenário de desorganização e perda de controle do processo de remoção por parte da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), além das denúncias de diversas irregularidades¹⁸⁷ (ABELÉM, 1988).

¹⁸⁴ Desta vez com participação da Prefeitura Municipal de Belém, representada pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) (ABELÉM, 1988).

¹⁸⁵ O terreno, adquirido da então Empresa de Navegação Amazônia S/A (ENASA), fica às margens da rodovia Artur Bernardes e Avenida Júlio César (ABELÉM, 1988, p. 51).

¹⁸⁶ A Vila de Transição era um “conjunto de quatro barracões com dez casas cada, com banheiro particular e uma bica para cada casa - onde deveriam aguardar a construção das casas definitivas” (ABELÉM, 1988, p. 59). A CODEM ofereceu dois tipos de unidades habitacionais: as casas C1 que utilizavam madeira nova e as casas C2 construídas com madeira usada e plainada, das habitações demolidas na área de intervenção, ambas com 31 m².

¹⁸⁷ De acordo com Abelém (1988), o processo de remoção das famílias foi realizado sem as etapas que o planejamento previa, acontecendo de acordo com as condições de pagamento destas, ou seja, foram priorizados os moradores que haviam recebido indenizações mais altas e que pudessem negociar os imóveis, independentemente de qual posição se encontrassem na escala de remoção. Além de que, a construção das casas não acompanhou as opções apresentadas pelos moradores. Segundo essa autora, “outra irregularidade detectada foi com relação ao auxílio-mudança, verba destinada a ajudar os moradores quanto ao desmonte da casa e à transferência para a nova área, que inicialmente deveria ser feita pelos próprios interessados para melhor cuidarem de seus materiais e utensílios [...]. No entanto, para a remoção, a CODEM conseguiu a ajuda de soldados e caminhões do exército que levavam, muitas vezes, os pertences de mais de uma família por viagem, pagando, portanto, apenas a gasolina. Mesmo assim as famílias assinaram recibos como se tivessem recebido ajuda [...]” (ABELÉM, 1988, p. 64).

Após a finalização do processo, a pesquisa¹⁸⁸ de Abelém (1988) demonstrou que vários impactos foram sentidos pelas famílias reassentadas, como despesas com alimentação, educação, habitação e transporte; neste último item, pela distância da casa até o trabalho, semelhante às consequências sofridas pela população do Igarapé das Almas (baixada da Doca), e como demonstrado no capítulo anterior, com o levantamento das pesquisas nos trabalhos publicados nas Revistas e ENPESS, apresentados no item 2.2.

Com relação à infraestrutura urbana, os moradores alegaram que, além do Conjunto não oferecer estrutura comercial para a principal necessidade – a alimentação –, eles tomaram a iniciativa de construir alguns pequenos comércios, pois se distanciaram da feira do antigo local de moradia, conhecida como Barreiro, onde não só se abasteciam, como também muitos trabalhavam. No item habitação, os moradores afirmaram que as despesas aumentaram em decorrência das prestações das casas. Contudo, o maior descontentamento foi em relação à qualidade construtiva das residências (ABELÉM, 1988).

O transporte por sua vez, afetou não só o orçamento doméstico, como também, refletiu no próprio trabalho de alguns moradores, o que segundo Abelém (1988) enfraqueceu a resistência e a força de reivindicação, já que para alguns a nova moradia se distanciou do local de trabalho, mas para outros ficou mais próxima, implicando assim na reivindicação como condição de indivíduo isolado, não mais como coletividade.

A mudança prejudicou, principalmente, a situação dos trabalhadores informais, que tinham seus serviços em sua própria residência, ou próximos a elas. Pois, ainda que pudessem desenvolver seus negócios na nova moradia (venda de açaí, oficina mecânica, marcenaria, trabalhos domésticos para vizinhos ou famílias próximas), não conseguiam devido à perda de clientes, pois por mais que os novos vizinhos encomendassem os serviços, estes eram mais raros e baratos, não alterando muito a renda familiar (ABELÉM, 1988).

O processo de reassentamento também implicou no rompimento dos vínculos de vizinhança e parentesco, ainda que tenham sido removidos grupos de moradores de uma mesma área, estes ficaram distribuídos de forma aleatória na Vila de Transição, o que dificultou “aquele encontro fácil e diário entre os que antes moravam bem próximos [...]”, (ABELÉM, 1988, p. 71), inviabilizando a permanência das redes de solidariedade¹⁸⁹, em geral, muito presente como estratégias de sobrevivência cotidiana entre moradores de assentamentos precários.

¹⁸⁸ Foram entrevistados 100 moradores para analisar a alteração sofrida em seu orçamento doméstico, no que se refere à alimentação, habitação, educação e transporte (ABELÉM, 1988).

¹⁸⁹ Entendida como a relação de amizade e ajuda entre vizinhos e parentes.

A percepção de Abelém (1988, p. 79) sobre esse processo revela que, as famílias “adquiriram casa própria, mas sem condição de permanecer com ela, saíram do alagado, mas tiveram seus vínculos sociais quebrados, seu orçamento doméstico desarticulado, enfim, sua estratégia de sobrevivência afetada”.

Como visto no segundo capítulo, no final da década de 1970, o contexto nacional era de crítica à remoção de famílias das favelas a serem urbanizadas. Com isso, o governo se apropriou das propostas populares e lançou em 1979 o PROMORAR, programa nacional que anunciava, entre outras melhorias, a permanência da população no local das intervenções urbanísticas¹⁹⁰ (SILVA, 1989).

O PROMORAR ficou sob a coordenação do BNH, gerência local, e não mais da CODEM¹⁹¹. Segundo Abelém (1988), essa mudança de responsabilidade ocasionou também uma troca de prioridades. O foco do trabalho passou a ser a desobstrução dos braços do Igarapé do Una com limpeza e novas remoções, sendo previstas 465 famílias, que seriam transferidas para um terreno comprado pelo BNH, dentro da área de atuação do PROMORAR.

Como assinalou anteriormente, “não custou muito para o PROMORAR revelar sua face autoritária” (SILVA, 1989, p. 77), assim, paralelamente ao processo de remoção, foi iniciado o aterramento da área localizada atrás do Conjunto Providência que seria reservada não mais à população removida das áreas alagadas, mas para as pessoas com maior nível de renda, o que garantiria a viabilidade financeira do projeto (ABELÉM, 1988).

Dessa forma, tenta-se novamente solucionar o problema das baixadas a partir de obras inacabadas, diante das ações desarticuladas e conflitos internos entre as instituições envolvidas. Ou seja, a “experiência piloto não serviu nem para mostrar o caminho pelo qual não se deve seguir”, e, novamente, a população sentiu os impactos dos serviços de renovação urbana que, no discurso, anunciavam a melhoria da qualidade de vida para os moradores (ABELÉM, 1988, p. 84).

No lugar das melhorias, o que ocorreu foi exatamente o contrário, as famílias tiveram desarticulados seus meios de sobrevivência, ao mesmo tempo em que as áreas saneadas passaram a ser objeto da especulação imobiliária, afastando os moradores que não possuíam

¹⁹⁰ O Ministro do Interior esteve em Belém nesse período, para lançar o programa e anunciar a continuidade nos serviços de recuperação das baixadas (ABELÉM, 1988).

¹⁹¹ Devido, para alguns, a incompetência demonstrada na execução da experiência-piloto e nos primeiros estudos para o PROMORAR e, para outros por ser um programa em nível nacional e que como tal deveria ser coordenado pelo BNH. “Os reflexos dessa mudança foram sentidos no Conjunto Providência quando a CODEM abandonou os serviços de infraestrutura que estavam sendo realizados e que ainda não haviam sido concluídos, ficando a COHAB responsável por organizar a situação, dada a vinculação deste órgão ao governo federal. A nova diretoria da CODEM terminou com o departamento ligado ao saneamento das baixadas” (ABELÉM, 1988, p. 81).

condições de arcar com os novos custos, acima de tudo, precarizando ainda mais as condições de trabalho dos moradores reassentados.

Isso reflete a verdadeira face da legislação brasileira, isto é, quando esta contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são direitos sociais, a aplicação segue a lógica da cidadania restrita, um instrumento de poder arbitrário, mostrando como, no Brasil, as justificativas de planos ou projetos urbanísticos pode ser ridículo. ‘Ridículo, porém, não inocente’, como afirma Maricato (2002, p. 148), pois o rol de boas intenções, cumprem o papel do ‘plano-discurso’, destacando alguns aspectos para ocultar outros. Haja vista que é de conhecimento geral a flexibilidade das leis no país: “há leis que pegam e leis que não pegam. Tudo depende das circunstâncias e dos interesses envolvidos. É mais frequente parte do plano ser cumprida ou então eles serem aplicados apenas à parte da cidade” (MARICATO, 2002, p. 148-150).

Outra experiência urbanística significativa em termos de remoção de moradores das áreas de baixadas ocorreu novamente na Bacia do Una¹⁹², desta vez em uma área de abrangência maior. Segundo o estudo de Portela (2005, p. 131), o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una “constituiu na abertura de retificação dos igarapés, com fim de eliminar o alagamento, dotando-os de infraestrutura, saneamento básico, sistema viário e equipamentos básicos”.

Em 1992, o BID¹⁹³ aprovou o Projeto UNA¹⁹⁴, apresentado pelo governo do Estado do Pará. As intervenções propostas seriam realizadas nos canais do Una: São Joaquim, Água Cristal, Visconde de Inhaúma e Soares Carneiro. Com a aprovação do BID para o financiamento do projeto, a execução deste ficou sob responsabilidade da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) em parceria com a PMB, representada pela Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), por meio de um convênio assinado pelos órgãos em referência (PORTELA, 2005; COSTA et al., 2006).

¹⁹² A Bacia do Una é formada por 18 canais, inclusive o do Una, e atinge 11 bairros de Belém (Souza, Marambaia, Benguí, Marco, São Brás, Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Umarizal, Nazaré e Fátima), sendo a maior de Belém com aproximadamente 42% da área urbana. Nove bairros foram atingidos pelo projeto em referência, (Umarizal, Souza, Fátima, Marco, Telégrafo, Pedreira, Sacramento, Marambaia e Benguí), voltado ao atendimento de, aproximadamente 543 mil pessoas (SOUZA, 2011; SANTANA; PERDIGÃO, 2010).

¹⁹³ Pode-se encontrar um importante estudo sobre o papel das agências multilaterais de crédito, particularmente, sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e suas orientações, em Santana (2013).

¹⁹⁴ O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do UNA foi acompanhado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), através do Programa de Apoio à Reforma Urbana/PARU, no período de 1998 a 2000, através do convênio entre a COHAB, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) e a UFPA e previa o reassentamento de 2.057 famílias destinadas à moradia na área da CDP, hoje chamada de “Paraíso dos Pássaros”, “tendo em vista a necessidade de orientação de projetos de arquitetura para as unidades habitacionais e construção das mesmas, além do acompanhamento da organização comunitária dos moradores envolvidos no reassentamento para a área da CDP” (COSTA et al., 2006, p. 33).

De acordo com Portela (2005, p. 135), o Projeto previu a remoção de 4.824 famílias, sendo este processo realizado de duas formas:

1) remanejamento total: os 2.780 imóveis que estariam localizados diretamente na faixa do canal, onde deveriam ser realizadas as obras, seriam realocadas noutra área, distante no máximo 1.500 metros do local anterior, garantindo um lote urbanizado e indenização pelas benfeitorias; e 2) remanejamento parcial: seriam 2.044 imóveis que estavam sujeitos a este tipo de remanejamento, tendo previsto apenas o deslocamento interno à área dos moradores, através do recuo de suas casas.

A indicação era para que o reassentamento ocorresse em uma distância máxima de 1.500 metros do antigo local de moradia. Entretanto, o reassentamento de todos os moradores dentro desse parâmetro não pôde ser garantido devido a problemas técnicos e financeiros, o que ocasionou grande insatisfação na população atingida, devido à distância do novo local de moradia – o loteamento da Companhia das Docas do Pará (CDP), estruturado para receber 2.057 famílias (PORTELA, 2005).

Os impactos causados pelo processo de reassentamento, também foram objeto de estudo da pesquisa¹⁹⁵ realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e UFPA, através do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Os resultados dessa pesquisa demonstraram, de maneira geral, a satisfação dos moradores em relação a nova moradia e à rede de serviços implementados como: educação, coleta de lixo, transporte, pavimentação das ruas que possibilitaram o lazer para crianças e adolescentes, além do “sentimento de ‘inclusão’ de pertencer ao espaço da cidade”, haja vista a saída do alagado (COSTA et al., 2006, p. 44, grifo do autor), como foi observado nas pesquisas analisadas no capítulo anterior, a satisfação está diretamente ligada à pavimentação da área, além do atendimento com serviços básicos, como saneamento.

Quanto aos efeitos negativos, as pesquisas detectaram principalmente a desestruturação das formas de sobrevivência dos moradores, bem como a dificuldade de manter suas atividades informais (PORTELA, 2005; COSTA et al., 2006). Portanto, o processo de reassentamento provocou o aumento de pessoas sem atividade/ocupação remunerada. Nessa variável, a pesquisa de Costa et al. (2006) demonstrou um aumento significativo do desemprego, que antes

¹⁹⁵ A pesquisa foi publicada em 2006, com o título: “Impactos Socioeconômicos do Projeto de Macrodrenagem: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres”. Dentre outros objetivos, buscou identificar os impactos que os moradores sofreram com a intervenção urbanística a partir da percepção de homens e mulheres, articulando de forma singular a discussão de gênero ao tema da urbanização (COSTA et al., 2006).

era de 0,3% e depois do reassentamento chegou a 5%. Em consequência disso, houve uma expressiva diminuição da renda dos moradores reassentados¹⁹⁶.

Assim como na Vila de Transição, os moradores da área da CDP, sofreram com a perda das redes de solidariedades estabelecidas a partir dos vínculos entre familiares e vizinhos (PORTELA, 2005; COSTA et al., 2006), o que desarticula não só os laços afetivos, mas também, as redes de cooperação, seja financeira, seja de relações diárias mais simples como de ajudas domésticas (alimentos, vigilância de crianças etc.).

Segundo o estudo de Santana e Perdigão (2010)¹⁹⁷, os moradores, mesmo diante do alto grau de violência urbana, também registraram um sentimento de paz associado à casa, mais especificamente com o aspecto físico/interno da moradia. Segundo essas autoras, esse sentimento articula-se ao fato de que alguns moradores da CDP, aceitaram participar da intervenção do projeto, através da equipe do convênio COHAB/FADESP/UFGA, o que possibilitou a atuação na elaboração do projeto e construção de sua casa¹⁹⁸. Esse dado revela a importância da garantia da participação do usuário na definição do projeto habitacional, pois contribui para o sentimento de satisfação com a nova casa, o que se considera um ganho para a situação de reassentamento involuntário (SANTANA; PERDIGÃO, 2010).

Em relação à venda ou troca da casa, a análise das pesquisadoras demonstrou que foi possível verificar que 43,77% dos moradores consultados não eram originários da área afetada com o Projeto Una no período de 1998 a 2000. De acordo com a pesquisa, esse percentual de moradores corresponde àqueles que adquiriram a residência dos que foram alvo do reassentamento, através de venda ou repasse (troca ou empréstimo).

Isso mostra a tendência de impermanência pós-reassentamento em projetos habitacionais voltados às famílias de baixa renda, devido principalmente aos impactos negativos causados com o processo, seja com o aumento das despesas, por conta de novas taxas, que comprometem a renda familiar, seja pela perda da atividade laboral, entre outras

¹⁹⁶ Aumento de pessoas vivendo apenas com R\$ 80,00: antes era 5,3% e após o reassentamento ficou 14,2%. Bem como a diminuição de moradores com a renda entre R\$ 90,00 a R\$ 136,00, passando de 28,2% para 21,7%. E ainda, um aumento de moradores sem renda que passou de 3,5% para 8,3% (COSTA et al., 2006).

¹⁹⁷ As professoras da UFGA (Serviço Social e Arquitetura e Urbanismo), vinculadas ao PARU, que entre os anos de 1998 a 2000 acompanharam o reassentamento de famílias para a área CDP; por meio do Convênio COHAB/FADESP/UFGA, desenvolveram, 10 anos depois da realização do reassentamento, um levantamento de dados na Área CDP, como parte das investigações do projeto de pesquisa “Fundamentos teóricos e procedimentos de projeto arquitetônico na produção habitacional brasileira”. O levantamento de dados foi realizado mediante formulário estruturado, aplicado em 281 residências na área CDP e ocorreu nos dias 08 e 22 de maio e 19 de junho de 2010, com a participação de 22 alunos de graduação da UFGA (SANTANA; PERDIGÃO, 2010).

¹⁹⁸ A pesquisa demonstrou que, em relação aos moradores reassentados que permaneceram (isto é 56,23% do universo pesquisado), aproximadamente 69% estavam satisfeitos com a orientação do projeto de arquitetura da nova habitação, e desse total, a maioria (92,59%) das famílias estava satisfeita com sua nova residência (SANTANA; PERDIGÃO, 2010).

consequências que impossibilitam a permanência na nova moradia. Portanto, reforça a necessidade da articulação de projetos de urbanização/habitação a projetos de geração de trabalho e renda, voltados às particularidades dos moradores¹⁹⁹.

Outros projetos de reassentamento em Belém, foram realizados no sentido de sanear áreas de baixadas a partir dos anos 2000, como: o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Igarapé Tucunduba²⁰⁰, através do Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal – PDL (2001); o Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca (a partir de 2004) (SOUZA, 2011), e o Projeto Portal da Amazônia na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (a partir de 2005)²⁰¹.

Segundo Barbosa (2003), entre os anos de 1992 e 1996, foram firmados convênios entre a PMB e a CEF, para a execução do projeto INFRA-MARCO e do programa HABITAR BRASIL, ambos voltados para a drenagem do canal Tucunduba. Esses projetos se estruturaram da seguinte forma:

O objetivo do Projeto INFRA-MARCO era a macrodrenagem dos canais das Travessas Angustura, Leal Martins, Timbó e Vileta, no bairro do Marco. Ele teve início em 1993, e seu valor era de R\$ 22 milhões (vinte e dois milhões de reais). Já o Projeto HABITAR BRASIL, iniciado em 1996, previa a construção dos canais da Rua dos Mundurucus, Av. Gentil Bittencourt, Travessa Cipriano Santos e Rua Santa Cruz, contando com um montante de R\$ 6 milhões (seis milhões de reais) para serem aplicados até 21/01/97. O governo municipal obteve, no entanto, uma prorrogação do prazo desses convênios com a CAIXA (BARBOSA, 2003, p. 19).

Em 1998, a Prefeitura Municipal de Belém, sob a gestão de Edmilson Brito Rodrigues, com base nos problemas detectados e, com o intuito de minimizar seus efeitos, firmou convênio com a UFPA, através da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), resultando em novos projetos na ordem de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais), corrigindo o processo de macrodrenagem (BARBOSA, 2003).

Considerando a extensão da Bacia do Tucunduba, uma vez que esta atravessa vários bairros²⁰² de Belém, a PMB, para viabilizar a execução do projeto, através da SESAN, iniciou o processo de negociação com as famílias moradoras da área para garantir a desocupação das

¹⁹⁹ Ressalta-se a importância de se articular projetos de trabalho que atendam às reais necessidades dos moradores.

²⁰⁰ A Bacia do Tucunduba está localizada a sudeste da cidade de Belém, sendo afluente do Rio Guamá e possui, aproximadamente, 1.055ha, sendo que cerca de 575ha são áreas de baixadas, correspondendo a 21,02% das áreas de várzea de Belém. Essa bacia é composta por 13 canais. O Tucunduba é o principal Igarapé da Bacia, com 3.600 metros de extensão, sendo este curso d'água e seus afluentes os responsáveis pelos alagamentos dos terrenos localizados nos bairros que compõem a referida Bacia (BARBOSA, 2003).

²⁰¹ O Projeto Portal da Amazônia compreende dois grandes projetos, o Projeto Orla e o PROMABEN, o primeiro voltado às obras de cunho paisagístico e o segundo voltado ao saneamento e macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, sendo este último estudado nesta dissertação.

²⁰² Os bairros abrangidos pela Bacia do Tucunduba são: Universitário, Montese/Terra Firme, Guamá, Canudos e Marco (BARBOSA, 2003).

margens dos igarapés. Inicialmente, foram procurados locais próximos do projeto para realizar o reassentamento da população. Contudo, segundo Barbosa (2003), dado o grande número de moradores a serem removidos, não foram encontrados lugares disponíveis nas imediações que pudessem comportar todas as famílias.

Dessa forma, a alternativa encontrada pela PMB foi a desapropriação de uma área distante, localizada no Km 13 da Rodovia Augusto Montenegro, onde foi construído o Conjunto Eduardo Angelim²⁰³ com 382 UH²⁰⁴, abastecido com: escola, posto de saúde, feira, dentre outros equipamentos urbanos, de forma a minimizar os impactos do reassentamento (BARBOSA, 2003), o que demonstra um significativo avanço em relação ao acesso da população aos serviços urbanos essenciais.

Os impactos sentidos pelos moradores reassentados para o Conjunto foram verificados no decorrer das obras urbanísticas, na medida que o reassentamento acontecia, como demonstra Barbosa (2003, p. 26):

Com a instalação das famílias no conjunto habitacional construído, os procedimentos adotados durante o reassentamento não se mantiveram estáticos. Na medida em que os projetos iam sendo executados e as famílias deslocadas, várias situações de impactos sociais e econômicos, surgidas a partir do reassentamento levaram a administração municipal a adotar novas medidas institucionais para o deslocamento das famílias.

A pesquisa de Barros (2008)²⁰⁵ identificou, entre outros impactos que as famílias reassentadas da Bacia do Tucunduba, sofreram com: o aumento do custo de vida; a dificuldade no pagamento de taxas de água e energia, o que implicou no empobrecimento das famílias. Além do aumento da violência no local do projeto (crimes relacionados ao tráfico de drogas) e à iluminação precária, acarretando na dificuldade de adaptação à nova moradia, devido também a insuficiência dos cômodos para acomodar toda a família, bem como, a desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias no local do projeto e a perda das experiências socioeconômicas (atividade pesqueira; desaparecimento de rios, igarapés e vias na bacia).

Outro projeto urbanístico realizado na capital foi o Projeto Vila da Barca, que, apesar de ter priorizado a permanência dos moradores na área (remanejamento), estes também sofreram impactos com as mudanças, tais quais, as diversas famílias afetadas pelos projetos antes apresentados.

²⁰³ O conjunto Eduardo Angelim foi construído a partir da sobra financeira procedente da reavaliação e reformulação do projeto Infra-Marco e do programa Habitar Brasil, ocorrida no ano de 1998 (BARBOSA, 2003).

²⁰⁴ As 382 (trezentos e oitenta e duas) unidades habitacionais possuíam 25m² (vinte e cinco metros quadrados) em alvenaria composta de sala, quarto e banheiro em lotes regulares de meio de quadras de 120 m² (cento e vinte metros quadrados) e lotes de esquina de 180m² (cento e oitenta metros quadrados) (BARBOSA, 2003).

²⁰⁵ Dados retirados do levantamento realizado por Ferreira Filho (2017).

De acordo com a pesquisa²⁰⁶ de Souza (2011, p. 131-132), a Vila da Barca:

[tem esse nome por] diversas origens e a mais conhecida está ligada ao fato de uma barca ter encalhado e sido esquecida, servindo de abrigo para diversas famílias [...] [tendo] sua ocupação iniciada por volta da década de 1920 e constituiu-se em espaço de moradia tanto para trabalhadores de uma fábrica de beneficiamento de castanha, localizada no bairro do Reduto, quanto para famílias provenientes dos interiores do Estado do Pará, agricultores e ribeirinhos, que buscavam comercializar produtos agrícolas, em geral, enviados por familiares para serem vendidos em Belém. A Vila da Barca tornou-se um espaço estratégico para essa finalidade, pois sua localização próxima ao centro comercial (feira do Ver-o-Peso) e da estação de trem que passava pela Avenida Pedro Álvares Cabral facilitava a venda das mercadorias.

O Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca foi idealizado na segunda administração do governo Edmilson Rodrigues, a partir das diretrizes relacionadas ao Programa Morando Melhor, com a parceria entre o Ministério das Cidades, a PMB através da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e a CEF, sendo aprovado no ano de 2003²⁰⁷. O recurso repassado pelo Ministério das Cidades, através da CEF, foi no valor de R\$ 36 milhões de reais, assumindo, a Prefeitura de Belém, a responsabilidade na contrapartida de 10% do valor total dos recursos destinados ao projeto (SOUZA, 2011).

Os objetivos do projeto eram: realizar intervenções físicas de infraestrutura e habitação em uma área de abrangência de 73.110.097 m², promover a construção de 624 unidades habitacionais, além de unidades comerciais e de equipamentos comunitários (igrejas, creche, escola de samba etc.) (SOUZA, 2011).

A estrutura do projeto foi organizada em três etapas. A primeira compreendia a construção de 136 unidades habitacionais, em forma verticalizada em 25 blocos de seis (18 blocos) e quatro (07 blocos) apartamentos; pavimentação de vias; construção de praças; Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), (obras concluídas no final do ano de 2007). A segunda etapa priorizava os serviços de infraestrutura que incluem a implantação de esgotos, drenagem (previstas para serem entregues em setembro de 2010). E a terceira etapa, incluía os mesmos serviços da segunda, bem como a construção de 406 UH, equipamentos comunitários, como igrejas e centro de cultura, informática e biblioteca, feira, entre outros (SOUZA, 2011, p. 137).

²⁰⁶ A pesquisa foi realizada através de entrevista com 35 moradores, de 136 unidades construídas em substituição às palafitas no conjunto habitacional da Vila da Barca (I Etapa do Projeto), no período de outubro a dezembro de 2010 (SOUZA, 2011).

²⁰⁷ Em razão da mudança da gestão municipal, de problemas relacionados à liberação do terreno e saída da empresa vencedora do contrato, as obras foram iniciadas somente em 2006 no governo do prefeito Duciomar Costa (SOUZA, 2011).

Além da obra física, ocorreu também o trabalho social²⁰⁸ junto aos moradores residentes na área de intervenção, o que poderia ser considerado um avanço com implicações positivas aos moradores, porém, segundo as pesquisas levantadas, apesar do projeto ter em seu discurso o objetivo da permanência dos moradores na nova residência, a realidade demonstra que o modelo das casas foi totalmente alterado, tendo o morador que se adequar ao novo padrão, que não respeita as especificidades do local, pois constrói as “casas de alvenaria, verticalizadas, agrupadas em um conjunto habitacional, em contraposição, às tradicionais palafitas de madeira [...], inviabilizando algumas das alternativas encontradas pela população para sua reprodução social” (SOUZA, 2011, p. 140).

Além da alternativa escolhida pelo projeto desrespeitar as particularidades da região²⁰⁹, no que se refere ao clima quente e à cultura interiorana da Região Norte, percebe-se a padronização dos conjuntos habitacionais desenvolvidos pelos projetos urbanos de diversas cidades brasileiras, no intuito de aproveitar os espaços limitados dos assentamentos precários, sem que haja a preocupação com as diferenças culturais e climáticas de cada região, como se pode observar nas figuras 6, 7 e 8 (SOUZA, 2011):

Figura 6 – Conjunto Vila da Barca – Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca.



Fonte: Souza (2011).

Figura 7 – Nova Holanda, Rio de Janeiro.

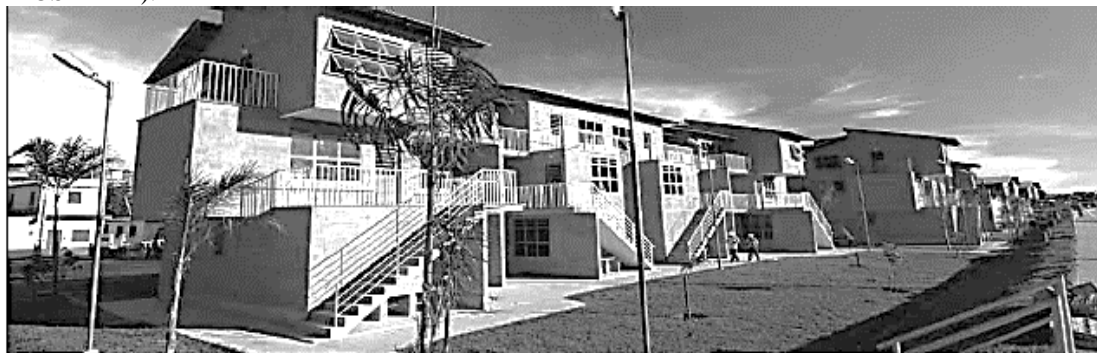


Fonte: Souza (2011).

²⁰⁸ “O trabalho social inclui o atendimento social e informações às famílias residentes na área, mobilização e organização comunitária, geração de trabalho, renda e potencialização econômica do local (formação profissional de jovens e adultos, acompanhamento técnico dos empreendimentos já existentes e dos que poderão surgir a partir do projeto físico, desenvolvimento do turismo, concessão de crédito a empreendedores populares), educação sanitária e ambiental, acompanhamento e avaliação do projeto”. “Outra etapa do trabalho social está vinculada ao remanejamento provisório das famílias para casas alugadas, enquanto estas aguardam a conclusão das obras para serem instaladas nos conjuntos habitacionais. Para conduzir este trabalho, o Plano de Reassentamento elaborado pela SEHAB em 2004, indica os procedimentos que devem ser realizados com vias a esse objetivo” (SOUZA, 2011, p. 138).

²⁰⁹ O depoimento dos moradores, ouvidos pela pesquisadora, ressalta a questão do desconforto térmico nas novas residências, por falta de ventilação, a falta de espaço para criarem seus animais, como porcos e galinhas e a falta de armadores de rede (SOUZA, 2011).

Figura 8 – Parque Residencial Jefferson Peres – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).



Fonte: Souza (2011).

Isso levou alguns moradores, pouco tempo depois (aproximadamente 2 anos) da entrega das casas, a não permanecerem em suas novas residências:

[...] verificou-se os primeiros indícios de insatisfação dos moradores e, posteriormente, a venda das casas recebidas. Das 136 famílias que passaram a morar nas novas residências, constatou-se que aproximadamente dois (02) anos depois, quinze (15) casas já haviam sido vendidas, representando 11% do total de unidades construídas [...] (SOUZA, 2011, p. 148).

Essa constatação instigou a pesquisadora a investigar os motivos da saída dos moradores, levando a identificar outros impactos sofridos pelas famílias atingidas pelo Projeto, dos quais se destaca a situação do trabalho dos moradores: 25 moradores entrevistados (o que corresponde a 71%) dependiam de pequenas atividades comerciais ou prestação de serviços que contribuíam como ajuda ou complemento da renda familiar. Dentre essas atividades, as mais citadas foram: a venda de alimentos (churrasco, açaí, farinha, sopa, tucupi e chopp²¹⁰, frutas e legumes) e outros serviços como mercearias ou tabernas, pequenas oficinas de conserto de bicicleta, lanchonetes, dentre outros. Em relação à prestação de serviços, os trabalhos mais comuns eram de cabeleireiro, serviços de corte e costura e venda de produtos de catálogos.

De acordo com a pesquisa, a manutenção do antigo comércio foi extremamente prejudicada, principalmente pela falta de espaço na nova residência. Segundo os dados, apenas 36% (09 negócios) permaneceram, pois não dependiam de uma grande infraestrutura, como por exemplo a venda de chopp, de farinha de mandioca e pequenas tabernas. Entretanto, ainda que tenha havido a continuidade dessas atividades, algumas sofreram certo impacto como a perda de clientela e de renda, devido a necessidade de redução dos preços dos produtos (SOUZA, 2011).

²¹⁰ Como ressaltou Souza (2011, p. 149), “esse destaque é feito porque a palavra chopp significa, na maior parte do Brasil, cerveja servida de um barril, porém em Belém, assim como em muitas cidades do Pará, constitui-se de um “suco de frutas congelado em uma embalagem plástica”, em geral vendido, a preços acessíveis, na própria casa ou por trabalhadores ambulantes. Estratégia presente nas periferias das cidades.

Somados ao estudo de Conceição (2009)²¹¹, os dados indicam a nova estrutura da residência e a falta de renda das famílias como a principal motivação para a impermanência na casa, visto que as mesmas não conseguiram dar continuidade em sua rotina diária, bem como arcar com os novos custos como água e energia elétrica. Isso demonstra que as novas residências construídas pelo projeto habitacional da Vila da Barca, refletem o descaso do poder público com as famílias moradoras de assentamentos precários, seja pela questão do tamanho da casa, seja pelo desconforto térmico, ou pela desarticulação de relações e atividades específicas das famílias.

As características da nova habitação como as dimensões mínimas da casa²¹², e a falta de condições de manutenção de suas atividades laborais denotam a desigualdade social, pois se entende que a ausência de mecanismos de participação popular na elaboração dos ditos projetos urbanísticos não é casual (SOUZA, 2011; CONCEIÇÃO, 2009), como visto ao longo deste trabalho, é tendência a ausência dos moradores nas fases de elaboração e execução do projetos de intervenção, configurando dessa forma uma imposição de decisões governamentais que geram a desigualdade e segregação social.

Assim, pode-se inferir que diante das especificidades territoriais de Belém, o poder público passou a considerar as baixadas como problema a ser resolvido, principalmente, através de processos de macrodrenagem dos canais que cortam a cidade (LEÃO, 2015). E como visto, apesar da maioria dos projetos apresentarem como objetivo o atendimento das questões ambientais e habitacionais visando à melhoria da qualidade de vida dos moradores, as pesquisas demonstraram enormes fragilidades e prejuízos, principalmente em relação às questões habitacional e financeira. Pois, o discurso camufla a verdadeira finalidade das intervenções: *a apropriação do espaço pelo capital imobiliário, que expulsa as frações da classe trabalhadora e impossibilita o acesso ao direito de morar* (LOJKINE, 1997; LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2005).

Isso demonstra que na maioria das experiências “o que permanece é a infraestrutura física e não as pessoas pobres” (SANTANA, 2012b, p. 28).

²¹¹ Dados retirados do levantamento realizado por Ferreira Filho (2017).

²¹² As famílias demonstram a impossibilidade de desenvolver importantes atividades relacionadas à criação de animais (domésticos e para o consumo da família, como galinhas e porcos); área de serviços (como quintal, utilizado para a secagem de roupas), etc. (SOUZA, 2011; CONCEIÇÃO, 2009).

3.2.1 Indicadores de impactos socioeconômicos pós-reassentamento de famílias em Belém

Assim como o levantamento realizado em nível nacional, buscou-se com esse item sistematizar os dados evidenciados no levantamento local, antes apresentado, com o intuito de verificar a tendência dos impactos decorrentes dos processos de reassentamento em Belém. Para isso, organizou-se no quadro 2 os indicadores evidenciados no item anterior, que apresentam impactos socioeconômicos no cotidiano dos moradores atingidos por projetos urbanísticos na cidade de Belém.

O quadro 2 identifica a *baixada* onde ocorreu a intervenção, seguido do *título* das publicações selecionadas para estudo, com suas respectivas *identificações* e principais *indicadores e impactos* encontrados na leitura e análise dos trabalhos²¹³.

Quadro 2 – Estudos sobre impactos pós-remoção de famílias.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	ESTUDOS	IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO	PRINCIPAIS INDICADORES E IMPACTOS EVIDENCIADOS
Baixada da Doca de Souza Franco	01- Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém. 02- Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém.	Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. (1997). UFPA/NAEA/PLADES (Livro) Edmilson Brito Rodrigues (1996). UFPA/NAEA /FCAP (Livro)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia</i>: insatisfação com tamanho e com o nº de cômodos; distância do novo local de moradia; aparecimento de macro e micro vetores (ratos, mosquitos, etc.), favorecendo reprodução de doenças; ventilação inadequada; venda do imóvel adquirido; ➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i>: iluminação pública precária; ➤ <i>Atendimento de serviços essenciais urbanos</i>: falta de coleta de lixo; ➤ <i>Serviços urbanos e sociais</i>: distância em relação ao centro comercial, escolas e postos de saúde; difícil acesso ao transporte público; ➤ <i>Condições financeiras/ trabalho/ mobilidade</i>: aumento do custo de vida; dificuldade

²¹³ Dentre os trabalhos estudados acerca da realidade de Belém, foram priorizados estudos que trataram sobre processos de reassentamento de moradores e seus respectivos impactos socioeconômicos. Nesse sentido, foi possível sistematizar um total de 10 (dez) trabalhos, sendo: 8 (oito) dissertações de mestrado, 1 (um) livro resultado de pesquisa e 1 (um) artigo publicado em evento da categoria.

			<p>em arcar com novas despesas: parcelas do imóvel, taxas de água e energia; e despesas com o deslocamento para o trabalho (transporte público); aumento do desemprego; empobrecimento das famílias; desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias no local do projeto;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Sociabilidade:</i> Perda das experiências sociais; ➤ <i>Espaços de socialização e informação:</i> falta de espaço para as crianças brincarem; ➤ <i>Organização coletiva (formal/informal):</i> cooptação de liderança comunitária; falta de assistência pós-remanejamento; falta de participação da comunidade em relação ao projeto; ➤ <i>Relação entre projeto e execução:</i> aumento da desigualdade/segregação; ➤ <i>Outros (Saúde dos moradores):</i> aumento de pessoas com estresse e câncer; aumento da mortalidade infantil; aumento de acidentes e mortes por atropelamento, homicídios.
<p>Baixada do UNA - Igarapé São Joaquim</p>	<p>03- Urbanização e remoção: por que e para quem?</p>	<p>Auriléa Gomes Abelém (1988). UFPA/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA (Livro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> insatisfação com a nova residência; distância do novo local de moradia; péssima qualidade construtiva; ➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> distância em relação ao centro comercial; sentimento de insegurança; difícil acesso ao transporte público; ➤ <i>Condições financeiras/ trabalho/ mobilidade:</i> aumento do custo de vida; dificuldade em arcar com novas despesas: parcelas do imóvel, taxas de água e

			<p>energia; e despesas com o deslocamento para o trabalho (transporte público); aumento do desemprego; empobrecimento das famílias; desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias no local do projeto (comércios e serviços na residência);</p> <p>➤ <i>Sociabilidade</i>: perda das relações de vizinhança; dificuldade de adaptação com os novos vizinhos;</p>
<p>Baixada do UNA - Igarapé São Joaquim, Água Cristal, Visconde de Inhaúma e Soares Carneiro</p>	<p>04- Planejamento participação popular e gestão de políticas urbanas: a experiência do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém – PA).</p> <p>05- Impactos Socioeconômicos do Projeto de Macrodrenagem: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres. Belém.</p> <p>06- Avaliação de práticas habitacionais pós-remanejamento: área CDP (Belém/Pa) 10 anos depois.</p>	<p>Roselene de Souza Portela (2005). UFPA/PLADES/ NAEA (Dissertação)</p> <p>Maria das Graças Figueiredo Costa et al. (Orgs.). (2006) (Livro)</p> <p>Joana Valente Santana e Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão (2010). XII ENPESS (Artigo)</p>	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia</i>: distância da nova moradia; venda ou repasse das residências;</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i>: satisfação com a nova moradia e à rede de serviços implementados como: educação, coleta de lixo, transporte, pavimentação (saída do alagado);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/ trabalho/ mobilidade</i>: desestruturação das formas de sobrevivência dos moradores; diminuição da renda; dificuldade de manter as atividades informais; aumento do desemprego;</p> <p>➤ <i>Sociabilidade</i>: perda das redes de solidariedades;</p> <p>➤ <i>Organização coletiva (formal/informal)</i>: satisfação com a participação na elaboração e execução das residências (sentimento de paz associado a casa);</p>
	<p>07- Estudo de caso: Tucunduba: Urbanização do</p>	<p>Maria José de Souza Barbosa (2003). (Livro)</p>	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia</i>: dificuldade de adaptação à nova moradia;</p>

Baixada do Tucunduba	<p>Igarapé Tucunduba.</p> <p>08- Desenvolvimento de cidades: verso e reverso da sustentabilidade socioambiental na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém/PA.</p>	Liza Glaucilene Castelo Branco Barros (2008). UFPA/PPGSS (Dissertação)	<p>insuficiência dos cômodos para acomodar toda a família;</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/ trabalho/ mobilidade</i>: o aumento do custo de vida; a dificuldade no pagamento de taxas de água e energia, o que implicou no empobrecimento das famílias.</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais</i>: aumento da violência no local do projeto (crimes relacionados ao tráfico de drogas);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i>: iluminação precária;</p> <p>➤ <i>Sociabilidade</i>: desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias;</p>
Baixada Vila da Barca	<p>09- Avaliação pós ocupação em conjuntos habitacionais de interesse social: o caso da Vila da Barca (Belém – PA).</p> <p>10- Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional. Análise sobre a (im)permanência dos moradores na área.</p>	<p>Mariano de Jesus Farias Conceição (2009). PPDMU/UNAMA (Dissertação)</p> <p>Alessandra Kelma de Souza (2011). PPGSS/ UFPA (Dissertação)</p>	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia</i>: dificuldade de adaptação à nova moradia; insuficiência dos cômodos para acomodar toda a família;</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/ trabalho/ mobilidade</i>: o aumento do custo de vida; a dificuldade no pagamento de taxas de água e energia, o que implicou no empobrecimento das famílias.</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais</i>: aumento da violência no local do projeto (crimes relacionados ao tráfico de drogas);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i>: iluminação precária;</p> <p>➤ <i>Sociabilidade</i>: desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias;</p>

Fonte: Elaboração própria, realizada a partir do levantamento bibliográfico (2017).

A partir dessa sistematização, as pesquisas locais demonstram que os principais indicadores de impactos socioeconômicos dos processos de reassentamento em Belém,

correspondem às: *condições habitacionais da nova moradia; disponibilidade de infraestrutura urbana; atendimento de serviços essenciais urbanos; condições financeiras e de trabalho; sociabilidade; socialização da informação e organização coletiva dos moradores (formal/informal)*. Indicadores também evidenciados no levantamento realizado em nível nacional, analisados no segundo capítulo, item 2.2.

Diante disso, esses indicadores apontam para a tendência de impactos com relação às *condições habitacionais da nova moradia*, que, entre outras revelam a desconsideração das particularidades da região, seja pelo desconforto térmico (calor) provocado pelo uso dos materiais inadequados ao clima da região, como aponta Souza (2011), acerca da intervenção para a área da baixada da Vila da Barca, seja pelo tipo de construção de forma verticalizada, que dificultam o cotidiano das famílias, como apontou Heimbecker (2015) no levantamento em nível nacional, a respeito do reassentamento ocorrido na cidade de Manaus, revelando dessa forma a lógica de integração do espaço aos valores e normas da cidade formal que visam atender ao capital imobiliário (MOTTA, 2014; VOLOCHKO, 2015).

Além disso, as publicações locais evidenciam que os impactos pós-reassentamento em Belém estão relacionados à *disponibilidade de infraestrutura urbana e ao atendimento de serviços urbanos essenciais*, demonstrando, principalmente, a precariedade na infraestrutura do local do reassentamento, tendo destaque para a precária iluminação pública, além da distância do espaço em relação ao centro, onde se encontram o comércio e os serviços, bem como a dificuldade no acesso ao transporte público, escolas e postos de saúde, como haviam assinalado Ahlert, Guimarães e Mendonça (2016) e Carpanelli (2016), na análise dos processos de remoção de famílias, demonstrando que esses impactos prejudicam diretamente o cotidiano das pessoas, causando mais que insatisfação nos moradores, isto é, desarticulando as condições de reprodução das famílias reassentadas, através da repetição da segregação realizada na época do BNH, como ressaltou Ribeiro (2015).

A partir do quadro 2 pode-se observar também que há uma tendência nos impactos relacionados às *condições financeiras e de trabalho* das famílias, pois assim como no levantamento em nível nacional, este indicador foi o mais evidenciado nas pesquisas acerca dos impactos de processos de reassentamentos de famílias em Belém. Esses estudos demonstram que os moradores tiveram aumento no custo de vida, em decorrência das altas despesas com as taxas de água e energia, por exemplo, assim como o aumento dos gastos com o deslocamento para o trabalho, devido às novas distâncias provocadas pela mudança, além da desarticulação ou perda da atividade de trabalho, o que provocou o empobrecimento das famílias reassentadas.

Dados também apontados no levantamento nacional, como evidenciou, por exemplo, a pesquisa de Alves e Cordeiro (2012) na avaliação dos impactos identificados no município de Londrina/PR. Revelando dessa forma a desarticulação histórica dos projetos urbanísticos/habitacionais com a dinâmica local de trabalho existente nos assentamentos precários em todo país (CARDOSO, 2010).

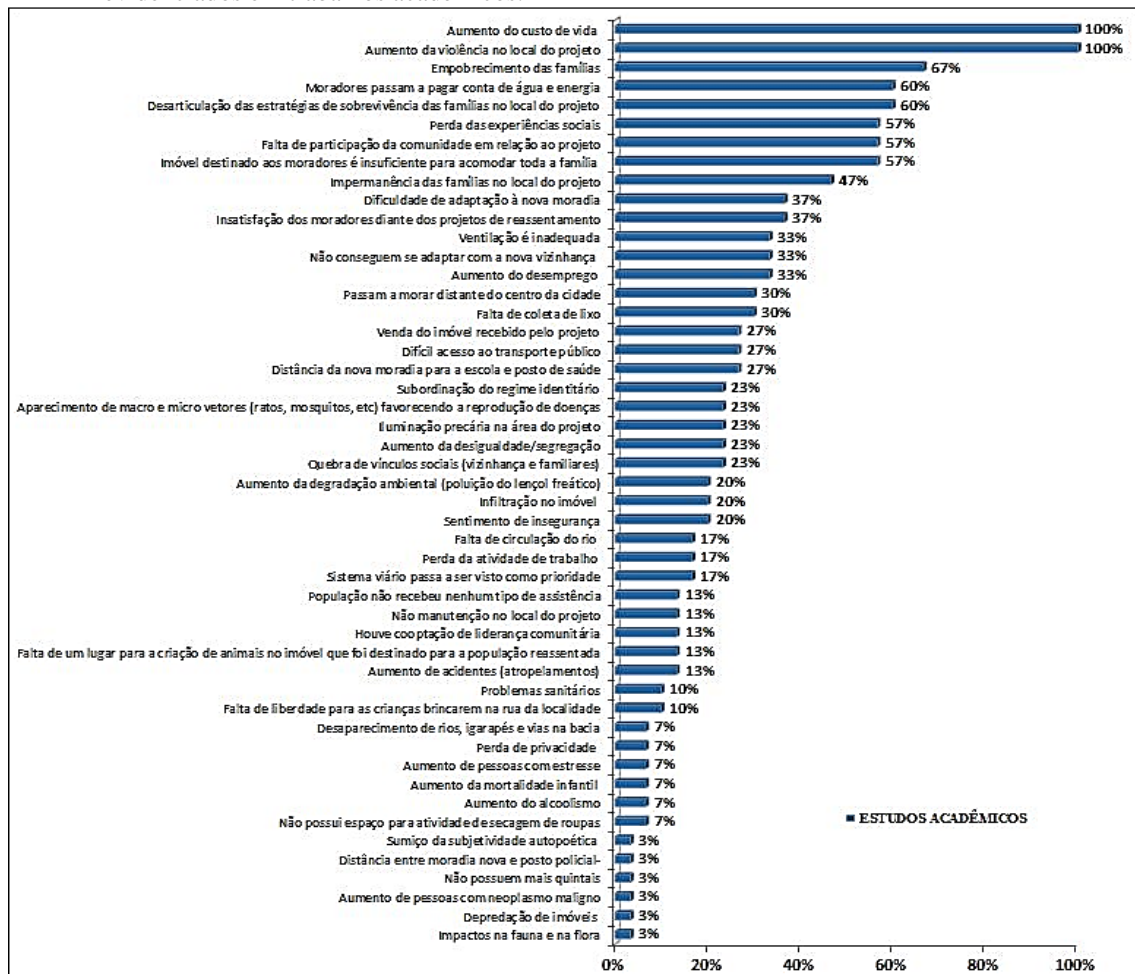
Esse indicador relaciona-se também aos dados sobre os impactos na *sociabilidade* das famílias, revelando que após o reassentamento os moradores tiveram não só suas relações emocionais afetadas, como também a desarticulação das redes de solidariedade, muito presentes nas relações dos moradores de assentamentos precários. Do mesmo modo como foi apontado no levantamento de impactos de âmbito nacional, que demonstraram, por exemplo, que esse rompimento provoca a individualização e até mesmo, abalos psicológicos, como demonstrou a pesquisa de Costa, Perdigão e Cavalcante (2015).

O quadro 2 destaca ainda os indicadores *socialização da informação e organização coletiva (formal/informal)* dos moradores, o que segundo o levantamento realizado, aponta para os impactos provocados pela pouca ou nenhuma participação efetiva nas fases dos projetos, sejam elas de elaboração ou execução dos processos. Isso revela, como assinalou Coutinho (2008), que a lógica capitalista esvazia a participação e a cidadania, como a capacidade conquistada na luta dos indivíduos.

Corroborando para a referida análise, destaca-se o estudo de Ferreira Filho (2017)²¹⁴ que realizou um levantamento acerca dos indicadores de impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos em Belém e Ananindeua evidenciados em trabalhos acadêmicos, conforme o gráfico 1:

²¹⁴ Esse estudo consiste no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bolsista de Iniciação Científica do GEP-CIHAB, Sérgio Luís Cortinhas Ferreira Filho, intitulado: **Impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos na Região Metropolitana de Belém – PA evidenciados em estudos acadêmicos**, apresentado à Faculdade de Serviço Social da UFPA, em 2017. O estudo foi realizado através do levantamento de publicações acadêmicas (30 publicações analisadas), tendo como objetivo a análise de impactos na vida de moradores atingidos por intervenções urbanas que adotaram processos de reassentamento e remanejamento de famílias em Belém e Ananindeua. Este trabalho foi realizado com base de 25 dissertações de Mestrado (sendo 04 publicadas em forma de Livros) e 05 teses de Doutorado.

Gráfico 1 - Indicadores de impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos evidenciados em trabalhos acadêmicos.



Fonte: Ferreira Filho (2017, p. 131).

O autor evidencia que:

A pesquisa realizada nas dissertações e teses apontam **algumas tendências no que tange aos impactos socioeconômicos e culturais analisados por autores** que se dedicam ao estudo da problemática do reassentamento, remanejamento e indenização de famílias, demonstrando que o direito à cidade é seletivo e que as políticas urbanas acabam com contribuir diminuindo o acesso aos direitos sociais. Isso pode ser expresso pelos indicadores de *aumento do custo de vida* e *aumento da violência no local do projeto*, apontados por todos os estudos, bem como a questão do *empobrecimento das famílias*, identificado em 20 trabalhos, e a *desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias que permanecem nas áreas de intervenção do projeto urbanístico*, identificado em 18 trabalhos pesquisados, para citar os mais importantes (FERREIRA FILHO, 2017, p. 131-132, grifos do autor).

Diante disso, o estudo de Ferreira Filho (2017) acerca de impactos de reassentamentos em Belém, aponta para a confirmação das tendências de perdas para as famílias que são atingidas por projetos urbanísticos, tais como o aumento do custo de vida:

[...] tanto para os que permanecem próximo ao local do projeto, os remanejados, como para aqueles que são reassentados, e isso acontece pelo fato de que na área de intervenção do projeto tudo se supervaloriza, fazendo com que os moradores tenham

dificuldade no atendimento das necessidades básicas. (FERREIRA FILHO, 2017, p. 117).

Além da perda da atividade de trabalho; distância da nova moradia para a escola, posto de saúde, posto policial; difícil acesso ao transporte público; aumento da desigualdade/segregação; perda de privacidade e de local para lazer; insuficiente para acomodar toda a família; quebra de vínculos sociais; falta de participação da comunidade em relação ao projeto, entre outras.

Portanto, se observou nos levantamentos realizados que há uma tendência em relação aos indicadores de impactos sobre as estratégias de sobrevivência das famílias, especialmente, no que diz respeito à quebra das relações, sejam elas de trabalho ou afetivas, bem como a dificuldade no acesso aos serviços urbanos essenciais, provocada pela desarticulação das condições de manutenção do trabalho e dos laços de solidariedade entre os moradores, além da cobrança de taxas antes não pagas, fatores esses que provocam, gradativamente, a saída dos moradores do local do reassentamento, e até mesmo a ocupação de novos assentamentos precários, devido, conforme sinaliza Cardoso (2010), à desarticulação entre o direito à cidade e o direito ao trabalho.

Atualmente, intervenções na estrutura portuária, novos projetos para o turismo e para o embelezamento da cidade representam as novas prioridades de investimento do Estado e do poder privado em Belém, que avançam na instalação do modelo de organização voltado para as demandas externas (MONTENEGRO, 2014).

Desde o ano de 2005, a Prefeitura de Belém vem realizando uma série de intervenções urbanísticas na área da Bacia da Estrada Nova, conhecida como baixada da Estrada Nova. No discurso, as intervenções visam melhorias para a população, porém, na realidade, já se observa a concepção de minimização de direitos sociais e descaracterização da participação democrática, visto que o planejamento da participação dos moradores em geral é feito apenas para atender as demandas das agências financiadoras dos projetos (MOURA; SANTANA; SÁ, 2010).

Diante disso, é importante que se compreenda a lógica adotada para essa intervenção, bem como seus impactos para a vida dos moradores atingidos. Assim, o próximo capítulo apresenta os resultados da pesquisa sobre o processo de reassentamento de famílias referentes ao projeto de intervenção urbanística denominado Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

4 PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN): IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS

Como observou-se, na trajetória da política urbana habitacional no Brasil foram desenvolvidas diversas intervenções urbanísticas de cunho sanitaria, que no discurso propõem as melhorias nas condições de vida da população, mas adotam a retirada de um enorme contingente de pessoas de seu espaço de moradia, dificultando a sua reprodução social, a exemplo da recente intervenção em Belém, chamada de PROMABEN, que deverá atingir, diretamente mais de 2.000 (duas mil) famílias moradoras da baixada da Estrada Nova, além de inúmeros serviços, comércios e importantes portos da cidade, como o Porto do Açai e o Porto da Palha (CRUZ, 2012).

Diante da prática de reassentamento de famílias pelo PROMABEN, e da tendência de impactos socioeconômicos evidenciados pelos diversos estudos levantados ao longo deste trabalho, o presente capítulo discorre sobre os resultados da pesquisa que teve como objetivo analisar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

Conforme assinalado na Introdução, os resultados foram obtidos mediante a pesquisa de campo²¹⁵ realizada entre os meses de setembro e outubro de 2016, através de um formulário²¹⁶ de pesquisa aplicado a 52 moradores reassentados para o Conjunto Habitacional Antônio Vinagre²¹⁷, o que corresponde a aproximadamente, 49,52% do total de famílias reassentadas para o Residencial.

O capítulo está estruturado em dois itens: a) A baixada da Estrada Nova e a proposta de intervenção urbanística (PROMABEN), subdividido em a.1) A intervenção na Bacia da Estrada Nova: “O Portal da Amazônia” e a.2) O processo de reassentamento das famílias pelo PROMABEN; e b) Impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre: desarticulação das estratégias de sobrevivência.

²¹⁵ Ressalta-se que a análise da pesquisa contará com os dados estatísticos tratados no programa Epi Info e com os destaques relatados pelos moradores, durante a pesquisa, anotados no formulário e no diário de campo.

²¹⁶ O formulário da pesquisa pode ser encontrado no Apêndice A. Ressalta-se que sua aplicação contou com a participação de cerca de 15 pessoas, entre eles alunos do Curso de Serviço Social da UFFPA (5º semestre: disciplina Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social – IV, sob responsabilidade da Profa. Dra. Joana Valente Santana) e integrantes do GEP-CIHAB.

²¹⁷ Encontra-se no Apêndice B um quadro com as descrições referentes ao número de moradores não pesquisados, entre os quais se encontram as pessoas que não aceitaram participar da pesquisa (18 moradores); os que não atendiam aos critérios apresentados na Introdução desta dissertação (21 moradores) e outros que não foram encontrados nos dias destinados à pesquisa de campo (14 moradores).

4.1 A BAIXADA DA ESTRADA NOVA E A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA (PROMABEN)

Como visto no capítulo anterior, a maior parte da cidade de Belém é constituída por áreas de igapó e de várzea – áreas frequentemente alagadas – onde é possível observar a ausência de planejamento, combinado a um elevado contingente populacional e a baixíssima renda familiar, resultados dos diversos processos de segregação, degradação socioambiental e escassez de investimentos em infraestrutura (ABELÉM, 1988; PENTEADO, 1973; RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997).

Segundo Cardoso (2009), a cidade de Belém possui 449 (quatrocentos e quarenta e nove) assentamentos precários, localizados em 48²¹⁸ bairros do município, onde existem aproximadamente 165.400 (cento e sessenta e cinco mil e quatrocentas) moradias que se encontram em situação de precariedade habitacional, representando 52% das unidades habitacionais no município que, além do adensamento excessivo, se encontram sem a infraestrutura necessária, conforme demonstra o autor:

Em mais de 42% dos assentamentos não existe a oferta de escola ou creche e em 74% deles não encontramos áreas de lazer. A iluminação pública é precária ou não existe em 61% dos assentamentos, em 35% destas áreas não existe atendimento básico de saúde e 12% não possui oferta de transporte coletivo. Em 47% dos assentamentos não existe a presença de policiamento nem por rondas esporádicas (CARDOSO, 2009, p. 90).

Como visto no decorrer dos capítulos da dissertação, a precariedade habitacional extrapola as condições físicas da moradia, reflete também a insuficiência ou ausência de serviços urbanos essenciais à reprodução social, como os de saúde, segurança, transporte, educação, entre outros. Isso indica, como vimos anteriormente, a configuração de espaços que representam a negação do direito à cidade a seus habitantes (SANTOS, 2012; LEFEBVRE, 2016).

A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) – área de abrangência onde ocorre a intervenção urbanística estudada nesta dissertação – expressa a realidade dos 48 bairros de Belém que apresentam precariedade habitacional²¹⁹. O quadro 3 destaca o número de assentamentos precários nos bairros que compõem essa Bacia.

²¹⁸ A capital possui 73 bairros, incluindo as ilhas de Mosqueiro e Outeiro (CARDOSO, 2009).

²¹⁹ Ver Cardoso (2009, p. 87): Tabela 24.

Quadro 3 – Número de assentamentos precários nos bairros da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova.

BAIRROS DE INFLUÊNCIA DIRETA	Nº DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	BAIRROS DE INFLUÊNCIA INDIRETA²²⁰	Nº DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS
Cidade Velha	05	Batista Campos	02
Jurunas	09	Nazaré	0
Condor	12	São Brás	02
Cremação	04	Marco	10
Guamá	18	-	-

Fonte: Cardoso (2009).

Como se pode observar no quadro 3, apenas um bairro de abrangência da BHEN, o Bairro de Nazaré não possui condições precárias de moradia, esse espaço corresponde, como visto no segundo capítulo da dissertação, às áreas mais altas da cidade, abastecidas de infraestrutura e serviços urbanos, onde reside as frações de classe média e alta da cidade.

Contudo, a BHEN corresponde à segunda bacia mais densamente povoada no município de Belém, apresentando uma população de aproximadamente 300 mil habitantes (CRUZ, 2012), com uma superfície de 980 has, e uma extensão aproximada de 9,54 km², sendo a quinta maior bacia da capital (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2007). O que reflete, como visto anteriormente, que o processo histórico de ocupação de Belém foi marcado pela segregação socioespacial e expansão desigual em relação ao acesso à terra e à infraestrutura (LEÃO, 2015; CRUZ, 2012; PENTEADO, 1973).

Dada a deficiência do sistema de drenagem e de esgotamento sanitário, 4 (quatro) bairros que compõem a BHEN são afetados diretamente pelos alagamentos constantes: Jurunas, Condor, Cremação e Guamá, e como se observa no quadro 3, todos possuem áreas com precárias condições habitacionais²²¹ relacionadas, também à insuficiência ou ausência de serviços urbanos essenciais (CARDOSO, 2009; CRUZ, 2012). O que foi constatado também no estudo realizado pelo BID, cujos resultados apontaram para cerca de 3.000 famílias (o que corresponde a 15.000 pessoas) vivendo em condições precárias no que se refere aos serviços de água, eletricidade, coleta de lixo, sistema de drenagem, já que 72,7% do solo é constituído de áreas inundáveis pelos efeitos das marés e/ou das chuvas constantes da região, como demonstra a figura 9, bem como, pela falta de investimentos públicos que, há anos, assola a população (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2007b).

²²⁰ Esses bairros são atingidos indiretamente pela interligação de diferentes afluentes do Rio Guamá (CRUZ, 2012).

²²¹ Esses bairros possuem o adensamento populacional altíssimo, juntos abrigam 237.382 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e dois) habitantes (CRUZ, 2012).

Figura 9 – Moradias às margens da BNEH.



Fonte: Belém (2007b).

Parte da Bacia da Estrada Nova (considerada como baixada) está localizada em terrenos de Marinha²²², e acompanha a orla sul da cidade, ao longo da Avenida Bernardo Sayão. A área é relativamente próxima ao centro, local de concentração de serviços e comércios, logo da maior oferta de emprego (CRUZ, 2012; MONTENEGRO, 2014). Pela falta de um programa oficial que pudesse atender a população que ali se fixava, sua ocupação se deu de forma irregular e precária, onde pequenos negócios foram surgindo e se mesclando com as residências (BELÉM, 2007a).

Conforme a pesquisa de Montenegro (2014), a maioria das atividades do circuito inferior em Belém, se encontra ao longo da orla fluvial e nos demais bairros periféricos. Na orla sul, onde está localizada a baixada da Estrada Nova, sua presença chega a 47,59% do total de agentes. Além de concentrar centenas de pequenas e médias empresas como: serralheria, fábricas de processamento da castanha-do-pará e madeireiras, esta área abriga também pequenos portos onde atracam diariamente as embarcações que trazem pessoas e produtos de diversas localidades do estado, assim como uma grande quantidade de feiras realizadas diariamente e seus trapiches²²³ (MONTENEGRO, 2014), como se verifica nas figuras 10, 11, 12 e 13.

²²² Conforme Cruz (2012), os terrenos de marinha constituem-se em porções de terra de propriedade da União. No caso da BHEN a área que se situa em terras de propriedade do governo federal é significativa, fato que dificulta a regularização fundiária sem autorização das autarquias federais.

²²³ Nesta área, há uma grande concentração de Portos, dentre os quais se destacam: o Porto do Açaí e o Porto da Palha.

Figura 10 – Comércio na área da Estrada Nova: taberna no Mercado Porto do Sal.



Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia (2009).

Figura 11 – Serviços na área da Estrada Nova: carregador de farinha.



Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia (2009).

Figura 12 – Feirantes na área da Estrada Nova.



Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia (2009).

Figura 13 – Porto na área da Estrada Nova.



Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia (2009).

A RMB destaca-se como uma das regiões metropolitanas mais pobres do Brasil. A maior parte da população de Belém se encontra inserida em uma “divisão do trabalho intra-urbana”, isto é, composta por diversas e pequenas atividades realizadas com baixíssimos recursos, tecnologia e organização, distribuídas pelas ruas, principalmente do centro da cidade, onde circulam uma enorme quantidade de ambulantes que comercializam desde artigos comuns aos “camelôs”, como: óculos, relógios e bolsas, até biscoito de frutas regionais; filhote de animais (cachorro e coelho); comidas típicas regionais, entre outros (MONTENEGRO, 2014, p. 193-194).

Como se pode observar nas figuras 10, 11, 12, e 13, o processo de empobrecimento também se manifesta na precarização das condições de trabalho de seus habitantes²²⁴. Na baixada da Estrada Nova pode-se encontrar, ainda, uma diversidade de pequenos negócios que compõem o circuito inferior residencial²²⁵ da cidade, com destaque para: os serviços voltados às embarcações (consertos e manutenção de peças de barcos); às “baiucas” (pequenas vendas de artigos diversos); os pontos de venda de açaí²²⁶ e comida caseira; serviços de manicure e pedicure; aulas de reforços, etc. Grande parte desses estabelecimentos constitui pequenos negócios familiares, instalados em geral em espaços contíguos à moradia (MONTENEGRO, 2014), que servem como principal fonte de renda familiar ou como uma estratégia de complementação financeira, conforme demonstra-se nas figuras 14 e 15:

Figura 14 – Pequeno comércio na residência da Estrada Nova.



Figura 15 – Venda de açaí na residência da Estrada Nova.



Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia (2009).

Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia (2009).

Além disso, a orla de Belém acolhe também uma infraestrutura portuária voltada à atividade exportadora de mercado, onde embarcações modernas e diversas empresas de grande porte possuem portos particulares. Todas essas diferentes atividades exercem, na cidade, um “papel fundamental na divisão intra e interurbana do trabalho”, sobretudo, “na integração de circuitos espaciais produtivos de alcance regional” (MONTENEGRO, 2014, p. 194).

Com relação à moradia, a baixada da Estrada Nova possui domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de

²²⁴ Em 2004 havia cerca de 360 mil trabalhadores sem registro em carteira na RMB, em 2008 já eram mais de 40 mil (MONTENEGRO, 2014). Hoje 53% da população da RMB não possui registro em carteira (IBGE, 2013).

²²⁵ Montenegro (2014) destaca que em Belém há uma diversidade na economia pobre e diferencia dentro do circuito inferior da cidade àquelas atividades pertencentes ao circuito inferior residencial e o circuito inferior de rua, onde um complementa e se assemelha ao outro.

²²⁶ É comum encontrarmos na área, diversas casas com placas, em geral, pintadas de vermelho e com uma lâmpada, sinalizando, de longe, a venda do açaí, muito importante na alimentação popular e na economia regional, compondo o circuito inferior da orla sul, dada a proximidade de certos portos, onde o produto chega à cidade.

abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo (DENALDI, 2009; BELÉM, 2007b). Porém, de acordo com as orientações do Ministério das Cidades, o assentamento pode ser definido como um núcleo consolidável, pois “apresenta condições favoráveis de recuperação urbanística, ambiental e de reordenamento urbano, com implantação de infraestrutura básica, regularização urbanística do parcelamento do solo, tendo ou não a necessidade de remoção de parte das famílias moradoras” (DENALDI, 2009, p. 112).

É possível observar que o agravamento da questão urbana de Belém, sempre foi justificado pela sua posição geográfica²²⁷, indicando que, novamente, “a cidade é vista como um espaço que sofre com os problemas decorrentes de sua localização, vista em termos pejorativos” (MALHEIRO, 2009, p. 61).

Como vimos no segundo capítulo, inspirado em conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial, o planejamento estratégico projeta a cidade como uma mercadoria que deve ser cada vez mais homogênea e atraente ao capital estrangeiro (GOMES, 2005; ARANTES, 2002; VAINER, 2002). Nesse sentido, a orla das cidades aparece como “principal vitrine dos grandes projetos de revitalização”, em que intervenções na área portuária, novos projetos para o turismo e para o embelezamento da cidade representam as novas prioridades de investimentos do Estado e do poder privado, como é o caso do Programa “Portal da Amazônia” em Belém (MONTENEGRO, 2014, p. 193).

4.1.1 A intervenção na Bacia da Estrada Nova: “O Portal da Amazônia”

Como destaca Vainer (2002, p. 76-78), se durante muitos anos o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros temas, ao crescimento desordenado, aos equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, “a nova questão urbana teria, agora, como nexo central a problemática da competitividade urbana”, isto é, “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda”. O avanço da “oligopolização do território”, travestido muitas vezes em projetos de modernização e revitalização”, compreende um elemento central da atual fase de urbanização das grandes metrópoles brasileiras (MONTENEGRO, 2014, p. 228)

²²⁷ Podem ser encontradas, nos documentos disponíveis pela PMB, uma série de justificativas baseadas na forma geográfica da cidade, bem como no discurso dos gestores e da mídia local - analisados no trabalho de Malheiro (2009).

Com base nessa lógica, a PMB, com apoio dos Governos Estadual e Federal²²⁸, implementou a intervenção urbanística denominada: Portal da Amazônia²²⁹, um grande programa de intervenção que está em andamento desde 2005, que abrange dois projetos: o Orla e o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova²³⁰ (PROMABEN).

Como demonstram as figuras 16, 17 e 18, o primeiro projeto (Orla) compreende as intervenções na orla do Rio Guamá, com investimentos em uma linha viária de 6 (seis) quilômetros de extensão, entre a área do Mangal das Garças e a UFPA – bairros: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá (MOURA; SANTANA; SÁ, 2010). Uma ação estratégica de valorização urbana, por meio de diversas atividades econômicas, dentre as quais se destacam o lazer e o turismo (CRUZ, 2012).

As figuras 17 e 18 demonstram que parte das intervenções estão finalizadas, compreendendo os bairros da Cidade Velha e Jurunas. “Esta é a cara do programa, portanto aquilo que é mais atrativo [...]. Os discursos e imagens funcionam para garantir que todos vejam o que há de mais *ousado* no programa, o ato de liberar o rio para a população” (MALHEIRO, 2009, p. 107, grifo do autor), que esconde “a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico”, e que deve ser retirada da imagem da cidade, pois, a ‘pobreza urbana e a marginalização’, vista sob à ótica do Planejamento Estratégico, como ‘entorno social’, condicionam ou influem consideravelmente nas decisões dos agentes econômicos, na atratividade da cidade” (VAINER, 2002, p. 82, grifo do autor).

Figura 16 – Área inicial do “Portal da Amazônia” (Orla) durante a construção.



Fonte: Márcia (2011).

²²⁸ Através do Ministério do Turismo (BOLETIM INFORMATIVO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2009).

²²⁹ Podemos encontrar um amplo estudo sobre o Projeto nos trabalhos acadêmicos regionais de Malheiro (2009) e Cruz (2012).

²³⁰ Também chamado de Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (BELÉM, 2007a).

Figuras 17 e 18 – “Portal da Amazônia” (Orla) atualmente.



Fonte: Pará (2015).



Fonte: Pará (2015).

O outro projeto dessa gigantesca intervenção é o PROMABEN, suas obras abrangem as ações de saneamento nas áreas residenciais às margens dos cursos d'água que compõem a BHEN, baseado em quatro componentes básicos: 01. Drenagem da bacia; 02. Saneamento básico; 03. Habitação e Urbanismo; 04. Revitalização urbano-ambiental (BELÉM, 2007a).

Segundo documento da Prefeitura de Belém (BELÉM, 2007c, p. 105), oito bairros que compõem a BHEN, são atingidos diretamente pelo “projeto de Recuperação Sócio Ambiental da Bacia da Estrada Nova”: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação, Guamá, Batista Campos, Nazaré e São Braz, juntos “abrigam quase um quarto da população da Capital (24%)”. Como visto no quadro 3, com exceção do bairro de Nazaré, todos os outros possuem áreas com condições precárias de moradia (CARDOSO, 2009).

A rede de macrodrenagem da BHEN compreende os seguintes canais: Caripunas, Timbiras, Quintino, Dr. Moraes, 14 de Março, 3 de Maio, João de Deus, Radional I e II, Bom Jardim, Euclides da Cunha e Bernardo Sayão (BELÉM, 2007a). Estando localizados tanto nos bairros de influência direta, quanto nos bairros de influência indireta da Bacia (CRUZ, 2012).

A concepção de geometria proposta para a revitalização da Estrada Nova, no trecho compreendido entre a Rua Fernando Guilhon e Rua Augusto Correia (numa extensão aproximada de 3,4 km) consiste na implantação de pistas²³¹ duplas, separadas por um canteiro central de 3,0 m de largura (BELÉM, 2007a)²³².

No que tange à gestão de todo o programa, o Portal da Amazônia envolve as seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), Secretaria Municipal de Saneamento

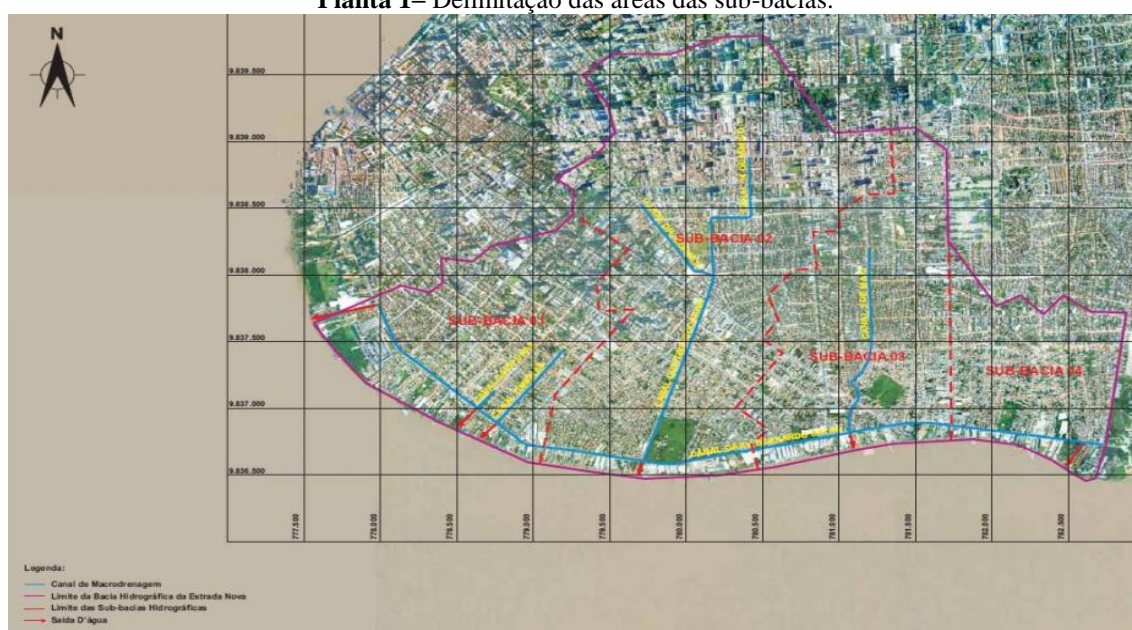
²³¹ As pistas serão compostas por três faixas de rolamento, sendo duas faixas para tráfego e uma faixa para estacionamento. Em ambos os bordos serão construídos passeios com 2,0 m de largura (BELÉM, 2007a)

²³² A área de execução é obtida medindo 38 metros lineares de terra continental perpendicular ao rio, sendo esse, como marco zero dos pontos medidos (BELÉM, 2007a).

Ambiental (SESAN), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAEB) (BELÉM, 2007a).

A planta 1 mostra que a área de abrangência do PROMABEN foi dividida em quatro (04) sub-bacias para que a intervenção do projeto seja feita por etapas. A sub-bacia 01 compreende da Rua Veiga Cabral à Rua Fernando Guilhon, a sub-bacia 02 envolve a Rua Fernando Guilhon até o canal da Travessa Quintino Bocaiúva, a sub-bacia 03 abrange a Rua da Quintino Bocaiúva ao canal da Travessa 3 de maio e a sub-bacia 04 compreende a Rua 3 de maio à Rua Augusto Corrêa – UFPA (MALHEIRO, 2009).

Planta 1– Delimitação das áreas das sub-bacias.



Fonte: Belém (2007a).

Destaca-se que, pela especificidade de serem duas grandes intervenções diferentes e complementares, a gestão se apresenta de maneira setORIZADA e fragmentada, de modo que, por um lado, a intervenção urbanística na orla do Rio Guamá (Projeto Orla²³³) está sob a responsabilidade da SEURB, sendo financiada pelos recursos do Governo Federal, por intermédio do PAC, dos Governos Estadual e Municipal, e por outro, o PROMABEN possui diferentes coordenações e financiamentos (CRUZ, 2012).

A sub-bacia 01, delimitada na figura 19, compreende a primeira fase de execução do Programa²³⁴ e tem como órgão financiador o BID. Sua equipe gestora é própria e está vinculada

²³³ De acordo com a pesquisa de Cruz (2012), as ações do Projeto Orla são financiadas por recursos vinculados às secretarias municipais responsáveis por cada intervenção e constitui contrapartida junto aos recursos obtidos no BID para o PROMABEN, isto é, o Projeto Orla foi uma exigência do BID para o financiamento externo.

²³⁴ Essa fase do projeto de intervenção está sendo realizado desde 2009, a partir de convênio firmado em 2 de abril de 2009, entre PMB e BID (CRUZ, 2012).

diretamente ao Gabinete do Prefeito, com uma coordenação executiva que é responsável pelas ações e pela interlocução com esse Banco (GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA – CIDADE, HABITAÇÃO E ESPAÇO HUMANO, 2013²³⁵).

Figura 19 – Delimitação da sub-bacia 1.



Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa – Cidade, Habitação e Espaço Humano (2013).

Segundo o documento de empréstimo (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009a), os recursos para esta sub-bacia equivalem a US\$ 137.500.000,00 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares), sendo metade financiada pelo BID (US\$ 68.750.000,00) e a outra metade pela Prefeitura de Belém (contrapartida do Município) (US\$ 68.750.000,00).

A sub-bacia 02, corresponde às obras iniciadas no mesmo período, e recebe recursos do Governo Federal através do PAC Saneamento e PAC habitação. Esta obra, atualmente, é gerenciada pela SEURB e nomeada de “Projeto de Macrodrenagem e Urbanização da Estrada Nova”. As sub-bacias 03 e 04, com início de obras posteriores, possuem recursos também do PAC Saneamento, no entanto, são gerenciadas pela SESAN (LEÃO, 2015, p. 09).

Para o BID, o PROMABEN tem como principal objetivo “contribuir para resolver os problemas socioambientais que afetam os habitantes da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, no Estado do Pará” e como objetivos específicos: melhorar as condições ambientais, de saúde e de moradia da população envolvida no Programa; aumentar a capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas no Programa, assim como sua capacidade para incorporar a participação da comunidade no processo decisório e; proporcionar à população, áreas de

²³⁵ Relatório produzido através das pesquisas realizadas pelo GEP-CIHAB.

recreação na margem do Rio Guamá (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009b, p. 01).

Ao divulgar a intervenção na Bacia da Estrada Nova, a PMB afirma que o PROMABEN compreende a parte mais importante de todo o programa, pois, “é um investimento na saúde, no meio ambiente, na geração de emprego, na qualidade de vida e, acima de tudo, no resgate da dignidade de quem vive em condições de extrema pobreza e exclusão social” (BELÉM, 2007c).

Para isso, os serviços correspondentes à revitalização de canais, envolvem a construção de uma bacia de acumulação, além da implantação de rede com dispositivo de drenagem (cerca de 14.000 m), implantação de comportas, reestruturação urbana e o reassentamento de famílias e empresas, entre outros serviços (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009a), o que denota já nos documentos oficiais a determinação da remoção de moradores da área.

Conforme o estudo de Malheiro (2009, p. 168-169) há uma dimensão “discursiva e imagética na dinâmica de produção espacial”, que reinventa os espaços a partir do projeto de intervenção, por meio de discursos e imagens elaboradas para mascarar a realidade. Nessa direção, o planejamento urbano “não opera apenas por práticas discursivas, mas por práticas não discursivas”, que retiram pessoas de seu espaço de moradia e “desperdiçam um conjunto de experiências ainda vivas no lugar”, desconsiderando os sujeitos, que possuem sua forma de viver e de pensar, isto é, “outras vozes, outras faces da cidade, outros sonhos e pesadelos, outras formas de ver e dizer, outras belezas, outros parâmetros estéticos, outros olhares, outras prioridades”.

4.1.2 O processo de reassentamento das famílias pelo PROMABEN

Com relação ao número de unidades cadastradas, a PMB informa em documento que serão atingidas 2.129 (dois mil, cento e vinte e nove) unidades nas quatro (4) sub-bacias, através do processo de reassentamento ou remanejamento, cuja distribuição por sub-bacia é apresentada na tabela 1²³⁶:

²³⁶ Unidade Mista (UM) indica que a residência possui a função de moradia e local de trabalho (comércio/serviço).

Tabela 1 – Unidades cadastradas por sub-bacia.

TIPO DE UNIDADE	SUB-BACIA 1	SUB-BACIA 2	SUB-BACIA 3	SUB-BACIA 4	TOTAL
Unidade Residencial (UR)	196	625	554	85	1.460
UR/Unidade Mista (UM)	51	97	70	20	238
Unidade Empresarial (UE/UM)	58	94	74	23	249
Unidade Empresarial (UE)	33	57	39	29	158
Unidade sem identificação (U)	6	22	13	3	24
Total geral	344	875	760	160	2.129

Fonte: Cruz (2012).

Em documento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento informa que está previsto o reassentamento de cerca de 1.100 (mil e cem) famílias e aproximadamente 150 (cento e cinquenta) microempresas familiares, a ser realizado em toda área de abrangência do PROMABEN, tendo como base o Plano Diretor de Reassentamento (PDR) da População e Atividades Econômicas, que contempla as seguintes formas de reassentamento para as famílias:

a) em núcleos residenciais construídos pelo Mutuário; b) mediante permuta das moradias afetadas por moradias adquiridas no mercado imobiliário local ou regional e; c) mediante indenização em espécie, para imóveis avaliados acima de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Para as microempresas familiares, o Plano orienta o reassentamento da seguinte forma: a) em áreas comerciais construídas pelo Mutuário e; b) indenização em espécie para as empresas localizadas na área afetada pelo Programa, as quais serão acompanhadas de assistência técnica para a obtenção de microcréditos e de capacitação empresarial no caso de empresas que gerem menos de três empregos, além da mão de obra familiar (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009b, p. 14-15).

Conforme análise de Leão (2015)²³⁷, o plano de reassentamento das famílias da sub-bacia 01 foi elaborado a partir de dois documentos: o Plano Diretor do Processo de Relocalização de População e Atividades Econômicas (PDR) e a criação do Programa Específico de Relocalização (PER), elaborados respectivamente em 2009 e 2011, baseados na Política Operativa OP - 710 para planos de reassentamento involuntário em obras financiadas pelo BID.

²³⁷ A pesquisa consistiu em analisar os planos de reassentamento elaborados pela equipe do PROMABEN (sub-bacia 01) e pela SEURB (Portal da Amazônia e sub-bacia 02).

Aparentemente, essa política demonstra, como preocupação inicial, a tentativa em evitar o reassentamento ou minimizar sua dimensão, justificada pelos custos elevados e pelos possíveis prejuízos socioeconômicos para as famílias. Isto indica, no primeiro momento, que o plano de reassentamento seria um documento centrado nas necessidades dos moradores. No entanto, é evidente que o objetivo do banco é financeiro, “já que segundo a política do BID, o reassentamento é visto como dispendioso, portanto sua minimização, também tem implicações financeiras e, não necessariamente, por causa do respeito à localização do morador” (LEÃO, 2015, p. 11).

Isso determina, diretamente, a forma de atuação da PMB, que tem em seus documentos, a seguinte descrição para o objetivo geral do Programa de Remoção e Reassentamento: “liberar estas áreas para implantar tais obras considerando o resgate da cidadania como condição para a sustentabilidade do PROMABEN” (BELÉM, 2007a, p. 81), corroborando para a análise de que os bancos multilaterais contribuem na formação das políticas socioeconômicas mundiais (SANTANA, 2012b).

Como demonstrou Santana (2012)²³⁸, os setores de *política social e meio ambiente* – apontados como os dois primeiros objetivos do Banco – são tratados em segundo e último plano, respectivamente, quando se trata da aprovação dos projetos. A prioridade do BID se concentra no setor de “*Reforma e modernização do Estado*” (15% dos projetos), orientando para políticas sociais mínimas, o que agrava as expressões da questão social, e revela a contradição do discurso do Banco, quando aponta ser a diminuição da pobreza seu objetivo central.

Demonstrou-se com a Planta 1 (Delimitação das áreas das sub-bacias), que para facilitar a execução das obras físicas, a coordenação do Programa dividiu as ações por trechos. Segundo Cruz (2012), essa estratégia foi realizada na intenção de facilitar a continuidade das intervenções, tendo em vista a resistência dos moradores, materializados em possíveis conflitos e ações judiciais de suspensão das obras de saneamento, haja vista que o avanço da obra depende da capacidade em que a PMB estabelece as negociações com as famílias atingidas.

Antes mesmo de se realizarem os processos de remoção/indenização, os moradores da baixada da Estrada Nova, já demonstravam insatisfação e preocupação com as medidas adotadas pelo Programa, conforme demonstra o Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia (2009, p. 04-05):

Nós não queremos ser remanejados, não queremos ser realocados. Nós sonhamos com isso. [...]. Como serão mantidas as diversas atividades exercidas pelas pessoas que

²³⁸ Foram pesquisados, entre os anos 1960 e 2011, em documentos do BID, disponíveis on-line, os projetos aprovados pelo banco em 26 países da América Latina e do Caribe (SANTANA, 2012).

trabalham na área do Projeto (como conserto de motores, construção de barcos). Trabalho e moradia é o mais importante. Como as famílias poderão viver e até trabalhar em apartamentos de 37 metros quadrados. A orla deve ser pensada também para os ribeirinhos do outro lado [...].

Isso demonstra o descontentamento dos moradores que esperavam vivenciar as melhorias físicas e sociais da área. As alternativas dadas, além de desrespeitarem as necessidades e particularidades dos moradores, influenciam o processo de reassentamento, quando a avaliação do imóvel é calculada abaixo do corte de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)²³⁹, sendo exposto que proprietários de moradias afetadas, com valor inferior, também poderiam, como decisão, optar por indenização em dinheiro, em substituição à permuta pela casa no conjunto habitacional. Algo que impossibilitaria a compra de uma moradia considerada adequada, colaborando para o deslocamento dessas famílias para outras áreas precárias (LEÃO, 2015).

Segundo Santana, Oliveira e Maués (2013), para a avaliação financeira da residência, a equipe técnica do programa afirmou verificar: a metragem quadrada do imóvel, o tempo de construção (para calcular o que eles chamam de “depreciação”) e o tipo de material da residência. Em seguida, lançam esses valores na Tabela Pini²⁴⁰ que gera um valor para o imóvel. Esse procedimento resulta em um valor abaixo do preço de mercado pelo fato de não levar em consideração o valor da terra, uma vez que os moradores não possuem a propriedade da mesma, o que desvaloriza o preço do imóvel com essa variável “depreciação”, causando a insatisfação e resistência de muitos moradores, que se opõem em se retirar e não vivenciar a tão sonhada mudança nas condições de vida.

Como proposta habitacional, a Prefeitura de Belém informava, no início do processo de intervenção, a construção de um Conjunto Residencial, com 320 unidades, no próprio Bairro do Jurunas, próximo ao Residencial Aluísio Chaves (SANTANA; OLIVEIRA; MAUÉS, 2013). Contudo, esta proposta não se concretizou, pois, o processo de reassentamento, iniciado no ano de 2011²⁴¹, ocorreu para o Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre²⁴²

²³⁹ De acordo com as informações dos moradores o valor inicial da indenização, estava na linha de corte de R\$ 25.000,00, reajustado em 2011 para R\$ 40.000,00 (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

²⁴⁰ As Tabelas de Custos PINI são utilizadas por contratantes públicos e privados que desejam referências básicas atualizadas em seus processos de licitação e avaliação de orçamentos. Os preços dos insumos são atualizados mensalmente pela PINI, aplicados às composições do TCPO e demonstrados em relatórios prontos para uso (PINI, 2013).

²⁴¹ De acordo com a pesquisa de campo, entre o total (52) de moradores pesquisados, 15,4% responderam terem sido reassentados em 2011; 57,7% em 2012; 15,4% em 2013 e 9,6% em menos de dois anos. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2016.

²⁴² O Residencial Antônio Cabano foi construído durante a gestão municipal do prefeito Edmilson Rodrigues, com objetivo de atender às famílias atingidas pelo projeto de infraestrutura viária da Avenida João Paulo II (próxima

(figuras 20 e 21), onde, até o mês de junho de 2016, 105 (cento e cinco) famílias já haviam sido reassentadas (BELÉM, 2016a)²⁴³.

Figura 20 – Localização do Residencial Antônio Vinagre.



Fonte: Google Earth (2017).

Figura 21 – Blocos do Residencial.



Fonte: Google Earth (2017).

O Residencial possui 126 (cento e vinte seis) unidades habitacionais verticalizadas, organizadas em 10 (dez) blocos de apartamentos, sendo 6 (seis) apartamentos térreos. Segundo informações da Prefeitura, restam apenas 21 (vinte e uma) unidades vazias, que estão destinadas para famílias que ainda serão reassentadas da área de intervenção da Bacia da Estrada Nova (BELÉM, 2016a).

ao Residencial), mas, que na gestão do ex-prefeito Duciomar Costa ficou abandonado e somente foi retomado em 2011, para atender a situação dos moradores da BHEN que estavam no auxílio-aluguel desde 2009 (CRUZ, 2012).
²⁴³ Informações levantadas com a Prefeitura de Belém (Subcoordenação Social). Resposta ao Ofício nº 18/2016, datado de 07 de junho de 2016. Documento no Anexo A.

Ressalte-se que o Residencial Antônio Vinagre está localizado no bairro do Marco (Av. Almirante Barroso esquina com Av. Dr. Freitas, ao lado da Feira Bandeira Branca), aproximadamente 7,5 km de distância do Bairro do Jurunas, de onde as famílias foram retiradas, como mostra a figura 22:

Figura 22 – Distância entre o Bairro do Jurunas e o Residencial Antônio Vinagre.



Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa – Cidade, Habitação e Espaço Humano (2013).

Portanto, há disparidade entre o plano e a realidade, pois segundo documentos do Programa, as soluções habitacionais estariam, na medida do possível, localizadas nas proximidades da antiga área, de acordo com o Plano Diretor de Reassentamento da População e Atividades Econômicas (PDR) (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009a).

E ainda, conforme Leão (2015), o zoneamento do Plano Diretor de Belém, revisado em 2008, demonstra que há objetivos diferentes para a orla. Segundo o zoneamento, a maior parte da área da bacia da Estrada Nova é definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ou seja, visa a melhoria das condições de vida da população de baixa renda que habita essas áreas.

Portanto, se atentarmos para isso, o Programa não atende, totalmente, as orientações dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que ressaltam a importância da área, destinada à população de menor renda, oriunda de projetos de intervenção urbana: ser delimitada ou não como ZEIS, isto é, ser urbanizada e adequada para este uso, sendo localizada em regiões servidas de infraestrutura e serviços urbanos e próximas aos locais de trabalho dos moradores (DENALDI, 2009).

No entanto, a porção orla continental do Rio Guamá e Baía do Guajará, foi definida, segundo o Art. 111 da Lei nº 8.655, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), isto é, como área de interesse para fins de

recuperação urbanística e paisagística²⁴⁴ (BELÉM, 2008). Revelando a grande contradição entre as definições documentais para a área. Demonstrando o interesse do poder público em implantar na orla, novas formas de economia ligadas ao lazer e ao consumo das classes média e alta, como “shopping center” (LEÃO, 2015).

Além disso, a decisão pelo reassentamento desconsiderou a participação das famílias atingidas, como demonstra a tabela 2, cujos dados (Estudo de Impacto Ambiental), evidenciaram que a maioria dos moradores preferia que a Prefeitura comprasse uma casa escolhida por eles e por sua família (BELÉM, 2007a).

Tabela 2 – Melhor alternativa de remanejamento segundo as famílias.

Especificação	Total	A PMB compraria uma casa escolhida por mim e por minha família	A PMB construiria um Conjunto habitacional em terrenos disponíveis	A PMB paga uma indenização e eu resolvo o problema	Sem Resposta
Sub-bacia-01	247	129	20	87	11
Sub-bacia-02	722	392	64	245	21
Sub-bacia-03	624	308	42	240	34
Sub-bacia-04	105	38	6	56	5
Total geral	1.698	867	132	628	71

Fonte: Belém (2007a).

A terceira alternativa: “*A PMB paga uma indenização e eu resolvo o problema*”, demonstra que a questão habitacional é concebida pela PMB, com um “problema” que poderia ser resolvido pelos próprios moradores, isto é, culpabiliza os indivíduos por sua condição socioeconômica. Até mesmo porque o subcomponente *Reordenamento Urbano e Reassentamento de Famílias* estão incluídos no componente *Melhoria da drenagem urbana*, pois para a PMB, este é o componente de maior impacto urbano, “devido à necessidade de abertura de espaço físico para execução das obras e implantação das melhorias” (BELÉM, 2007a, p. 03), podendo-se inferir que para a PMB as obras físicas são mais importantes que as condições socioeconômicas e habitacionais das famílias.

Do mesmo modo, como ressaltou Leão (2015), embora a PMB tenha realizado o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório, a pesquisa documental desta dissertação, não identificou a elaboração do que a Lei Federal 10.257/2001 exige, isto é, de acordo com os artigos 36, 37 e 38, o Estatuto da Cidade determina que para qualquer grande intervenção

²⁴⁴ Cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços adequados e qualificados ao lazer da população (BELÉM, 2008).

urbana, seja realizado um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), que consiste em um instrumento de suma importância que exige, entre outros elementos: a obtenção de licenças ou autorizações de construção, de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades²⁴⁵, o que não substitui a elaboração e a aprovação do Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (BRASIL, 2001).

Esse tipo de Estudo é importante, pois tem o intuito de democratizar o sistema de tomada de decisões, ou seja, é um instrumento que possibilita a participação dos moradores dos bairros atingidos, expostos aos impactos dos empreendimentos. Logo, a falta desse Estudo implica em consequências para a população, que não tem garantida a sua participação como elemento decisório para o processo e ainda mais para as frações da classe trabalhadora, que se encontram em desvantagem no acesso ao solo urbano, pois, “as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia” (MARICATO, 2002, p. 157), consequências existentes na área de intervenção do “Portal da Amazônia”, observadas logo nos primeiros anos dos projetos, como demonstrou o estudo de Malheiro (2009).

Isso revela que o principal motor que move a localização dos investimentos públicos é a valorização das propriedades fundiárias e imobiliárias, isto é, o interesse econômico em atender o mercado imobiliário e não às necessidades efetivas de urbanização e saneamento para os bairros pobres (MARICATO, 2001; MALHEIRO, 2009; LEÃO, 2015).

Além disso, o GEP-CIHAB vem demonstrando em suas pesquisas²⁴⁶, a ocorrência de impactos pós-reassentamento, relacionados à questão socioeconômica dos moradores. Segundo Santana, Oliveira e Maués (2013), as informações obtidas com técnicos da Unidade Coordenadora do PROMABEN (UCP), demonstraram que os aspectos positivos, estão relacionados à satisfação com a infraestrutura da casa por ser de alvenaria, se comparadas às condições da moradia anterior (casas de madeira aproveitada, construídas em cima do canal), além do acesso à rede de serviços urbanos, como transporte público.

²⁴⁵ De acordo com o art. 37 o EIV inclui a análise, no mínimo, das seguintes questões: I – adensamento populacional; II – equipamentos urbanos e comunitários; III – uso e ocupação do solo; IV – valorização imobiliária; V – geração de tráfego e demanda por transporte público; VI – ventilação e iluminação; VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural (BRASIL, 2001).

²⁴⁶ Podem ser encontrados alguns artigos publicados em Eventos, como: a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS); a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP); e em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de integrantes do Grupo, como Neto (2013), Oliveira (2014) e Ferreira Filho (2017).

Contudo, em relação aos impactos negativos, os referidos técnicos ressaltaram a dificuldade que os moradores terão em arcar com as novas despesas incluídas no orçamento familiar, tais como: o pagamento de taxas de serviços (energia elétrica, água, condomínio) e impostos (IPTU), tendo em vista que não houve melhoria efetiva na renda familiar após o reassentamento, implicando até mesmo na impermanência de moradores (SANTANA; OLIVEIRA; MAUÉS, 2013). Esta questão impulsionou à investigação deste trabalho, cujas análises dos dados empíricos serão apresentadas a seguir.

4.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NA VIDA DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS PARA O RESIDENCIAL ANTÔNIO VINAGRE: DESARTICULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Diante da prática de reassentamento de famílias pelo PROMABEN, apresenta-se neste item os resultados empíricos sobre os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre na cidade de Belém.

Para a apresentação da análise dos resultados, os dados foram sistematizados nos seguintes indicadores: *perfil dos moradores; condições de trabalho, mobilidade e renda; condições de moradia; disponibilidade de serviços urbanos essenciais; espaços de participação no Programa e percepção do morador.*

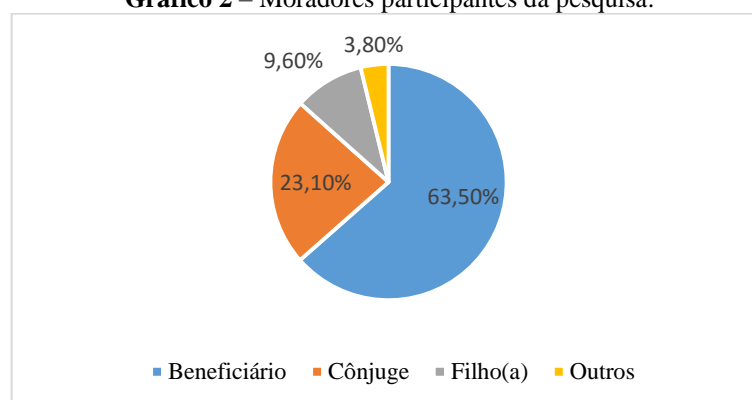
a) *Perfil dos moradores reassentados*

Nessa primeira parte apresenta-se o *perfil dos moradores reassentados* que participaram da pesquisa²⁴⁷, através das variáveis: responsável pela negociação da moradia ou relação de parentesco com este (a); sexo; estado civil; faixa etária; escolaridade e local de nascimento.

Conforme o gráfico 2, verifica-se que a maioria dos moradores participantes foi o próprio beneficiário (a) do Programa, isto é, o/a responsável pela negociação do processo de reassentamento, correspondendo a 63,5% dos participantes²⁴⁸.

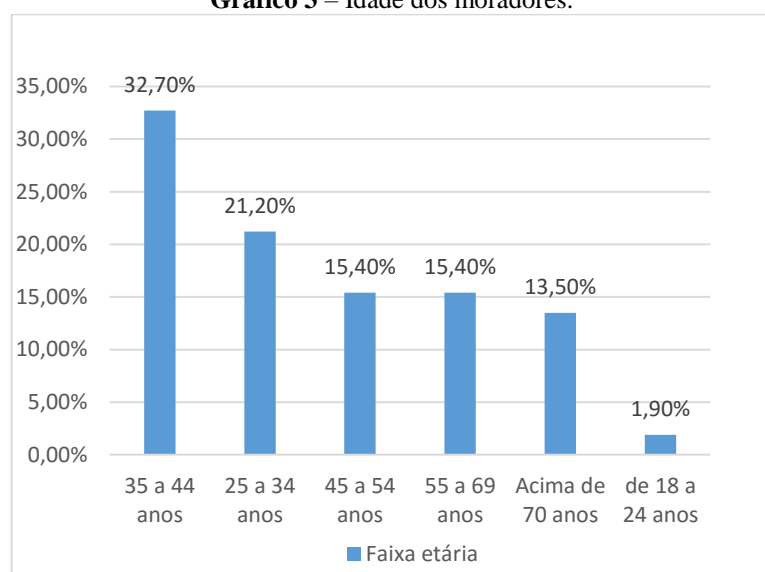
²⁴⁷ Destaca-se que se priorizou a aplicação dos formulários aos responsáveis familiares ou seus parentes mais próximos, maiores de 18 anos.

²⁴⁸ Os 3,8% de moradores que responderam 'outros', correspondem a: sobrinho (a) ou outro familiar do beneficiário.

Gráfico 2 – Moradores participantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Com relação ao sexo e a faixa etária dos participantes, os dados apontam que a maioria dos entrevistados (63,5%) foram mulheres e 32,7% com idade entre 35 a 44 anos. Destaca-se a significativa porcentagem de pessoas com idade acima de 70 anos (13,5%). Isso demonstra que existia uma relação entre várias gerações na área de intervenção do Programa (gráfico 3).

Gráfico 3 – Idade dos moradores.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Com relação à escolaridade, três respostas se destacaram (tabela 3): Ensino Médio completo (19,2%), seguido de Ensino Fundamental incompleto (17,3%) e Ensino Superior completo (17,3%). A partir dos dados da tabela 3 evidencia-se ainda que 5,7% de moradores não acessou o Ensino Fundamental; 44,2% de moradores não acessou o Ensino Médio completo e 63,4% não teve acesso ao Ensino Superior. Diante disso, entende-se que moradores de áreas precárias, além de não acessarem efetivamente os serviços essenciais urbanos, têm pouca ou nenhuma condição de acesso aos níveis escolares, considerados fundamentais para a disputa no *acesso desigual* à estrutura de oportunidades no mercado de trabalho (RIBEIRO;

RODRIGUES; CORRÊA, 2009, grifo nosso), indicando assim uma relação direta entre nível de escolaridade e condições de trabalho.

Tabela 3 – Escolaridade dos moradores participantes da pesquisa.

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Sem escolaridade	2	3,8
Alfabetização	1	1,9
<i>E. Fundamental Incompleto</i>	9	17,3
E. Fundamental Completo	7	13,5
E. Médio Incompleto	4	7,7
<i>E. Médio Completo</i>	10	19,2
E. Superior Incompleto	3	5,8
<i>E. Superior Completo</i>	9	17,3
Pós-Graduação	0	0
Outros (Técnico)	6	11,5
Sem Resposta	1	1,9
Total	52	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Para finalizar sobre o perfil dos moradores reassentados, a pesquisa buscou verificar o local de nascimento dos participantes, para averiguar, dessa forma, qual a origem da população reassentada da baixada da Estrada Nova. Dessa forma, os dados mostraram que 44,2% dos moradores nasceram no Bairro do Jurunas. Contudo, outra parcela significativa dos moradores, 42,3%, nasceu em outros municípios do estado do Pará, o que pode representar as famílias que migraram de outras cidades do estado do Pará e ocuparam as áreas de baixadas a partir dos anos de 1960 em Belém (gráfico 4).

Gráfico 4 – Local de origem dos moradores.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Vale ressaltar que o processo de ocupação da baixada da Estrada Nova se deu inicialmente de forma espontânea pelos primeiros habitantes, originários da Região das Ilhas e dos municípios mais próximos da capital, tais como: Abaetetuba, Acará, Igarapé-Miri, Cametá,

entre outros. Isso demonstra como se analisou nos capítulos anteriores, que as pessoas buscam nas capitais e grandes metrópoles, melhores condições de vida no que diz respeito à educação, atendimento médico, e principalmente uma oportunidade de trabalho; e no caso de Belém, as frações da classe trabalhadora, em geral, conseguiram acessar apenas as áreas insalubres, neste caso na beira de canais/córregos, desprovidas de infraestrutura (ABELÉM, 1988; RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997).

b) Condições de trabalho, mobilidade e renda

Para analisar os impactos socioeconômicos, a pesquisa buscou investigar a situação²⁴⁹ de *ocupação/trabalho, mobilidade e renda* dos moradores, uma vez que para a realização das ações, o PROMABEN interferiu diretamente, não só nas condições de moradia, mas também nas condições de trabalho das famílias, pois como se verá adiante, parte dos moradores reassentados afirmou que sua residência também era lugar de trabalho, bastante presente em assentamentos precários, como verificou-se anteriormente com os estudos acerca de reassentamentos de famílias no Brasil.

Este critério é indispensável, pois, como afirma Cardoso (2010, p. 20), acredita-se que não há trabalho que não se refira a uma dada forma de utilização e criação do espaço:

Ou seja, a forma de viver o trabalho relacionar-se com seu campo normativo e institucional, organizar o cotidiano do tempo presente e, ao mesmo tempo, mirar o futuro a partir de um horizonte mais ou menos informado por uma expectativa de integração advindo do trabalho, todos estes elementos encontram uma expressão material na forma de viver o trabalho a partir do território local, do lugar onde as práticas se reportam e se estabelecem.

Portanto, pensar sobre o trabalho, logo sobre o sujeito que trabalha, é compreender como este ser social interage na vida social e produz o espaço urbano da cidade, ao mesmo tempo em que sofre as ações deste tipo de organização urbana (CARDOSO, 2010).

Com relação à ocupação/trabalho dos moradores pesquisados, a tabela 4 demonstra que antes do reassentamento a maioria dos moradores (48%) desenvolvia atividades do circuito inferior²⁵⁰.

²⁴⁹ Através de variáveis comparativas (antes e depois do reassentamento).

²⁵⁰ Ressalta-se a opção pela denominação *circuito inferior*, pois, esta, não se restringe às microempresas, pouco capitalizadas, sejam elas formais e informais, legais ou ilegais, engloba também outras ocupações urbanas precárias, como os trabalhadores domésticos e os trabalhadores individuais autônomos de rua (como vendedores ambulantes, catadores, etc.), ou seja, todas as formas de atividades urbanas desenvolvidas pela população pobre, vistas como 'informais', que permitem a obtenção de algum tipo de renda (MONTENEGRO, 2014, grifo nosso).

Tabela 4 – Ocupação/trabalho desenvolvido antes do reassentamento.

OCUPAÇÃO/ TRABALHO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Atividades do circuito inferior ²⁵¹	25	48
Atividades com vínculos empregatícios ²⁵²	17	32,6
Sem ocupação/Sem trabalho remunerado ²⁵³	8	15,3
Aposentados	2	3,8
Total	52	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Após o reassentamento, a tabela 5 demonstra que a maioria dos trabalhadores (34,6%) continua desenvolvendo atividades pertencentes ao circuito inferior. Ressalta-se que após o reassentamento, houve uma queda de 13,5% nas atividades do circuito inferior, além de um aumento de 15,4% de moradores aposentados e um aumento de 2% de moradores que não desenvolvem nenhuma atividade remunerada.

Tabela 5 – Ocupação/trabalho desenvolvido após o reassentamento.

OCUPAÇÃO/ TRABALHO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Atividades do circuito inferior	18	34,6
Atividades com vínculos empregatícios	14	26,9
Aposentados	10	19,2
Sem ocupação/trabalho remunerado ²⁵⁴	9	17,3
Sem resposta	1	1,9
Total	52	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

No quadro 4 buscou-se demonstrar as atividades desenvolvidas antes e depois do reassentamento:

²⁵¹ Representam os moradores que desenvolvem algum tipo de ocupação/trabalho remunerado, sejam eles: independentes, temporários de baixa remuneração, incorporando o comércio (venda de roupas, comidas, etc.), os serviços (oficinas mecânicas, costura, etc.), os trabalhos domésticos sem registro em carteira, entre outras.

²⁵² Para esta tabulação, considerou-se os moradores que possuíam vínculos empregatícios, como Funcionários Públicos, ou empregados com carteira assinada, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que considera empregado: "toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário" (BRASIL, 2003).

²⁵³ Dos moradores que não desenvolviam nenhuma atividade remunerada antes do reassentamento, apenas 1 (uma) moradora se considerou desempregada, as demais (7) se consideravam como donas de casa.

²⁵⁴ Destas 9 (nove) moradoras: 2 (duas) se consideram desempregadas, pois antes do reassentamento desenvolviam atividade autônoma (venda de roupas); 6 (seis) se consideraram como do lar, contudo, duas delas possuíam ocupação remunerada antes do reassentamento (uma delas era professora e comerciante e a outra funcionária de empresa privada no bairro do Jurunas). E 1 (uma) afirmou estar estudando.

Quadro 4 – Organização das atividades desenvolvidas pelos moradores.

	ANTES DO REASSENTAMENTO	PORCENTAGEM (%)	DEPOIS DO REASSENTAMENTO	PORCENTAGEM (%)
ATIVIDADES DO CIRCUITO INFERIOR	Comércio/vendas	17,3	Comércio /vendas	5,7
	Serviços	13,4	Serviços	7,6
	Doméstica e Diaristas	11,5	Domésticas e diaristas	9,6
	Outros	5,7	Outros	9,6
ATIVIDADES COM VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS	Empregados de Empresas privadas	23	Empregados de Empresas Privadas	19,2
	Funcionários públicos	9,6	Funcionários públicos	7,6

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Entre as atividades, do circuito inferior, agrupadas em ‘comércio/vendas’ e ‘serviços’, antes do reassentamento (30,7%) encontram-se: feirante, comerciantes, vendedores de roupa, vendedores de comidas, bebidas e açaí; além de cabelereira, costureira, ajudante de mecânico, mecânico, borracheiro, técnico em contabilidade e contador. Após o reassentamento (13,3%) encontram-se: vendedor de coco, vendedor de açaí, motorista de transporte escolar, vigilante, técnico em contabilidade e contador. Observa-se que, após o reassentamento, houve uma queda de 17,4% entre essas atividades, haja vista que alguns desses trabalhadores desenvolviam suas atividades na própria casa ou próximo a ela, como se verá adiante (gráfico 5).

O agrupamento em ‘domésticas e diaristas’, representa as pessoas que trabalham em casas de terceiros, porém sem registro em carteira. Montenegro (2014) verifica que essa ocupação representa uma das principais atividades no mercado de trabalho brasileiro especialmente para a população pobre das grandes cidades. Assim como outras ocupações que compõem o circuito inferior, esse tipo de trabalho, apesar de sua recente legalização trabalhista²⁵⁵, ainda se caracteriza pela precarização nas relações, como, por exemplo a baixa remuneração: “o rendimento mensal médio dos trabalhadores domésticos sem carteira assinada (73% da categoria) é de 0,6 salário mínimo e daqueles com carteira assinada (27%) é de 1,05 salários mínimos” (MONTENEGRO, 2014, p. 43).

Ressalta-se ainda que o agrupamento ‘outros’ se refere aos moradores que não especificaram a atividade desenvolvida, apenas se declararam autônomos, tendo um crescimento de aproximadamente 4% de moradores após o reassentamento, o que pode refletir a necessidade que algumas pessoas tiveram em realizar qualquer atividade rentável, como se verá adiante, nos dados sobre estratégia de renda.

²⁵⁵ Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico no Brasil (BRASIL, 2017).

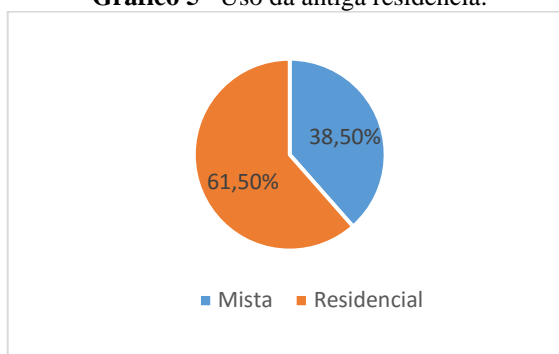
Entre as atividades com vínculos empregatícios agrupadas como ‘empregados de empresas privadas’, antes do reassentamento, encontram-se: comerciantes, auxiliar administrativo, operador de caixa de supermercado, fiscal de supermercado, frentista e taxistas. Entre essas ocupações, após o reassentamento estão: auxiliar de limpeza, camareiras, agente de portaria, vigilante e promotor de eventos. Percebe-se que as atividades refletem bastante o nível de escolaridade da maioria dos moradores, cuja porcentagem é de 44,2% de moradores que não conseguiram concluir o Ensino Médio e 63,4% de moradores que não tiveram acesso ao Ensino Superior.

Esses dados corroboram com a pesquisa de Montenegro (2014), a qual verificou que o circuito inferior da RMB cresce consideravelmente. Entre os anos de 1997 a 2003 o número de pequenos negócios cresceu mais de 50%, passando de 92 mil para 186 mil estabelecimentos. A maioria constituído de trabalhadores por conta própria que não possuem nenhum tipo de registro trabalhista. Dentre as principais atividades envolvidas, a autora constatou: o comércio, os serviços de conserto, as pequenas indústrias e a construção civil (MONTENEGRO, 2014).

Um pouco mais recente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2013) demonstrou que na Região Norte 59,8% das pessoas com 16 anos ou mais de idade ocupavam atividades informais e 40,2% atividades formais. No estado do Pará apenas 33,9% ocupavam trabalhos formais e 66,1% trabalhos informais, sendo que na RMB, esses números estavam um pouco mais equilibrados: 53% das pessoas ocupavam trabalhos formais e 47% trabalhos informais (IBGE, 2013)²⁵⁶.

Como visto anteriormente, é comum ao longo da baixada da Estrada Nova, a existência de pequenos negócios desenvolvidos nas próprias moradias, isto é, atividades que segundo Montenegro (2014), compõem o circuito inferior residencial de Belém. Em relação a essa particularidade, presente também em outros assentamentos precários no país, os dados demonstram que 38,5% dos pesquisados (20 moradores) afirmaram que o uso da sua antiga moradia era misto, isto é, a casa também funcionava para desenvolver alguma estratégia de trabalho/renda para sua sobrevivência, como aponta o gráfico 5:

²⁵⁶ O IBGE considerou para o levantamento, as seguintes atividades formais: empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuía para a previdência social, incluindo amarelos e indígenas (IBGE, 2013).

Gráfico 5 –Uso da antiga residência.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Como visto no quadro 4, as atividades desenvolvidas na antiga residência eram: pequenas mercearias e tabernas; vendas de comidas e bebidas, além da venda de artigos para presentes (perfumaria, roupas e calçados) e a oferta de serviços como borracharia, oficina de refrigeração e mecânica em geral.

Diante da remoção das casas e estabelecimentos comerciais, a Prefeitura de Belém determinou o pagamento de um valor equivalente a R\$ 450,00, chamado de auxílio comércio na tentativa de mitigar a perda da renda das famílias que possuíam comércio/serviços antes do reassentamento. Contudo, além do valor ser considerado insuficiente para o atendimento das necessidades das famílias, dos 38,5% de moradores reassentados que afirmaram possuir comércio em sua antiga residência, apenas 15,4% (8 moradores) afirmaram ter recebido o auxílio²⁵⁷.

Outros 15,4% de moradores não receberam o valor, pois, segundo os relatos dos pesquisados, o Programa justificou que durante a avaliação técnica a atividade comercial não estava em funcionamento, ou a área não podia ser avaliada como comercial, haja vista que era apenas a sala ou a garagem da residência. O que indica um enorme impacto para as famílias, haja vista que é comum moradores de assentamentos precários destinarem um espaço de sua moradia, para desenvolver algum tipo de atividade comercial/serviço, isso porque, em geral, são famílias pobres, que não tiveram reconhecidos o direito à cidade, à escola, à saúde e ao trabalho, logo, o imprevisto se torna regra, para que possam atender às necessidades mais imediatas e conseguir sobreviver na cidade (BOLETIM INFORMATIVO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2009).

Observa-se, com isso, que o Programa não priorizou o atendimento das necessidades das famílias, ao estabelecer um padrão de avaliação que, ao invés de mitigar impactos, como se propôs, ainda desarticulou a estratégia de trabalho e renda dos moradores, o que para o

²⁵⁷ Quatro (4) moradores não souberam ou não quiseram responder.

Programa são *simples efeitos* “negativos, pontuais e de curta duração” (BELÉM, 2007a, p. 242, grifo nosso), como se as famílias pudessem se manter no novo espaço de moradia, sem a fonte de renda que sustentava suas condições de reprodução social.

Além disso, de acordo com os moradores pesquisados, a Prefeitura de Belém informava, no início do processo de reassentamento, que as famílias que tivessem seus estabelecimentos comerciais atingidos pelas obras, receberiam espaços (boxes) localizados no Complexo de Abastecimento do Jurunas (localizado na Rua Fernando Guilhon/Conceição no Bairro do Jurunas). A pesquisa verificou que essa medida não foi efetivada pelo Programa, que decidiu ainda indenizar cada família com valores financeiros diferenciados.

Como demonstra a tabela 6, apenas os 8 (15,4%) moradores que recebiam auxílio comércio, tiveram seus estabelecimentos comerciais indenizados.

Tabela 6 – Indenização e número de moradores indenizados.

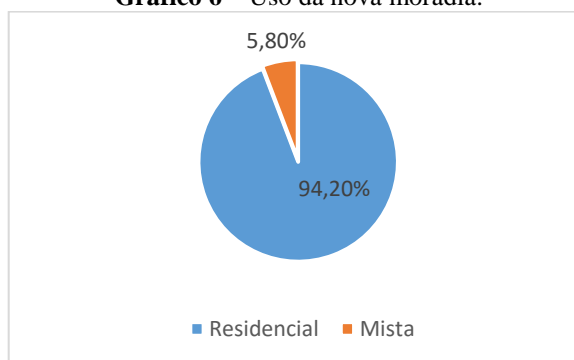
VALOR (R\$)	QUANTIDADE DE MORADORES
40.000,00	5
20.000,00	1
13.000,00	1
700,00	1
Total	8

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Segundo os moradores, a indenização do estabelecimento foi baseada na avaliação física/estrutural, assim como foi baseada a avaliação do imóvel. Logo as famílias mais pobres, que possuíam um pequeno e precário espaço, tiveram a indenização bem inferior.

Como evidenciou Cruz (2012, p. 196), houve um enorme impacto para os moradores que possuíam comércio na área de abrangência do Programa, ou até mesmo em suas casas, ou seja, “são trabalhadores que se encontram sem ocupação porque seus pontos de atividade comercial foram desmontados; são famílias que pelo valor recebido na indenização não conseguem comprar outro imóvel naquela área”.

Na nova moradia, a maior parte dos moradores (94,2%) não desenvolve nenhuma atividade comercial/serviço. Apenas 5,8% (3 moradores) afirmou que a nova moradia também funciona como espaço de trabalho.

Gráfico 6 – Uso da nova moradia.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Dessa forma, percebe-se que houve uma queda de 32,7% (38,5% antes para 5,8% depois) de moradores que utilizam sua residência como estratégia de trabalho/renda. Além disso, a pesquisa verificou que entre esses 5,8% de moradores que desenvolvem atividades na nova residência, apenas 1 (uma) moradora já desenvolvia a atividade²⁵⁸ antes do reassentamento – mas que não sabia até quando, pois, alguns técnicos da Programa já haviam lhe alertado sobre a proibição da atividade – outros 2 (dois) moradores passaram a desenvolver a atividade²⁵⁹ após o reassentamento.

Vale relembrar que os estudos realizados acerca de processos de reassentamento em Belém, como o de Costa et al. (2006) e Souza (2011), tratados no terceiro capítulo desta dissertação, apontaram para a desestruturação dos pequenos comércios e serviços das famílias reassentadas, impacto socioeconômico que “provocou um maior empobrecimento entre os que já se encontravam em situação de pobreza nas áreas de baixadas” (SOUZA, 2011, p. 163). Diante disso, entende-se que apesar dos estudos apontarem para as tendências de impactos nas estratégias de trabalho e renda das famílias reassentadas, essa questão continua a ser reproduzida pelos projetos urbanísticos, como é o caso do PROMABEN²⁶⁰.

Observou-se durante a pesquisa de campo, que apesar do Residencial possuir espaços que poderiam ser destinados ao trabalho dos moradores que possuíam atividades comerciais/serviços em sua antiga moradia, as lojas encontravam-se fechadas, como demonstra a figura 23:

²⁵⁸ Verificou-se, durante a pesquisa, que a moradora realiza a venda de ‘espetinho de churrasco’ no pátio do Residencial. Segundo seu relato, no antigo local de moradia, a família possuía um bar, onde também vendiam churrasco. Esse era o único meio de sustento da família.

²⁵⁹ As atividades estão ligadas à venda de gêneros alimentícios (mercearia e venda de farinha de mandioca e salgados).

²⁶⁰ Impacto também identificado no estudo sobre a intervenção urbanística – PROSAMIM – na cidade de Manaus (CRUZ, 2012).

Figura 23 – Espaços comerciais desativados.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Segundo os moradores, desde o início do reassentamento, as lojas permanecem fechadas, pois o Programa justificou que não seria possível a realização de atividades comerciais/serviços, haja vista que muitas atividades desenvolvidas anteriormente estavam relacionadas à venda de comidas e bebidas – inclusive as alcóolicas –, o que provocaria o intenso fluxo de pessoas e possivelmente a insegurança no local, já que as lojas se encontram na parte interna do Residencial, próximas ao portão de acesso aos apartamentos.

Esse dado revela a contradição entre as medidas previstas nos documentos do PROMABEN, que afirmavam: “as atividades econômicas afetadas terão apoios específicos, no PDR, no âmbito dos Programas de Restabelecimento de Atividades Econômicas, e no Programa de Apoio a Inclusão Social – PAI” (BELÉM, 2007a, p. 220).

O que demonstra que os estudos realizados e encomendados pela PMB, como o de Impacto Ambiental e o Projeto Social, parecem não ter saído do papel. Evidenciando como assinalou Santos (2012), que o direito de morar é confundido com a propriedade de uma casa, isto é, garante-se a moradia, mas não as condições de reprodução. Como visto no decorrer da discussão sobre processos de remoção de famílias no Brasil, o morador adquire a casa, mas tem poucas condições socioeconômicas de permanecer nela. No caso das famílias retiradas da baixada da Estrada Nova em Belém, as pessoas saíram do alagado, mas tiveram suas estratégias de sobrevivência desarticuladas, seus vínculos rompidos e seu orçamento doméstico desestruturado, ou seja, impactos socioeconômicos significativos para a sua reprodução social.

Com relação ao componente *mobilidade*, a pesquisa verificou de que forma se dava o deslocamento para o trabalho no Jurunas e se houve mudanças após o reassentamento. Os dados demonstraram que antes do reassentamento o deslocamento da maioria dos moradores (32,7%)

era feito por meio do transporte público (ônibus). Seguido de 23% de moradores que afirmaram não utilizar transporte público (iam andando ou de carro próprio). Além de 11,5% de moradores que responderam não ter uma rotina, ou seja, se deslocavam de várias formas (ônibus, transporte alternativo como a van, bicicleta, motocicleta, carro próprio ou andando) e 7,8% que utilizavam apenas transporte alternativo. Ressalta-se que essa estratégia é bastante utilizada em alguns bairros da cidade, como o Jurunas, pois além de ter um preço mais acessível que o transporte público, eles interligam diversos bairros ao centro por rotas mais rápidas, ou seja, atalhos estratégicos que ajudam os trabalhadores em seu deslocamento²⁶¹.

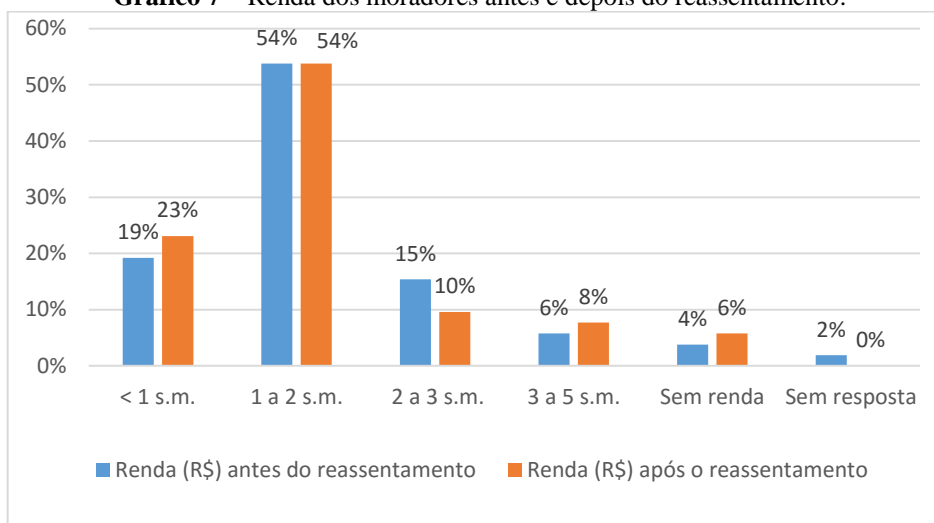
Atualmente, a maioria dos moradores (55,8%) continua usando o transporte público para o deslocamento ao trabalho²⁶². Contudo, os dados apontam para um aumento de 23,1% dos moradores que passaram a usar essa alternativa para se deslocar ao trabalho. Além do aumento na distância entre a casa e o trabalho, esse dado aponta para o aumento nos gastos com o deslocamento, impactos evidenciados em outros processos de reassentamento em Belém, como para o Conjunto Nova Marambaia (RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997), e Conjunto Providência (ABELÉM, 1988), como visto no terceiro capítulo desta dissertação.

Conforme Abelém (1988), além dos impactos no deslocamento e no orçamento doméstico, o processo de reassentamento enfraquece a organização das famílias – resistência e a força de reivindicação –, implicando na reivindicação como condição de sujeito isolado, tendo em vista que para alguns moradores a nova moradia se distanciou do local de trabalho, mas para outros ficou mais próxima (ABELÉM, 1988).

Em se tratando da *renda*, o gráfico 7 demonstra que antes do reassentamento a renda de mais da metade dos moradores (53,8%) estava na faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos (s.m.). O que indica, como apontaram Cardoso (2009) e Cruz (2012), que as frações da classe trabalhadora, com baixíssima renda, se concentram nas áreas mais precárias da cidade de Belém, como a baixada da Estrada Nova, pois como visto na discussão teórica sobre o espaço urbano, a habitação na cidade capitalista é como qualquer outra mercadoria, em que o acesso é determinado pelo potencial de compra do consumidor, logo, a população pobre possui acesso apenas às áreas com pouco ou nenhum abastecimento de infraestrutura, onde o solo é mais barato (LOJKINE, 1997; SANTOS, 2012; VOLOCHKO, 2015).

²⁶¹ Alguns moradores (9,6%) afirmaram se deslocar apenas andando, 1,9% respondeu que utilizava apenas motocicleta e 13,5% não optaram por nenhuma das alternativas, o que pode estar relacionado aos moradores que não possuíam trabalho, ou os que possuíam a atividade na própria residência.

²⁶² Seguido de automóvel próprio ou andando (13,5%). Além de 11,6% dos moradores que afirmaram não possuir rotina, pois utilizam várias formas (transporte alternativo, bicicleta, motocicleta, andando) e 19,2% não responderam nenhuma alternativa, pois não estão trabalhando ou desenvolvendo nenhuma atividade fora de sua moradia.

Gráfico 7 – Renda dos moradores antes e depois do reassentamento.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Após o reassentamento, a renda da maioria dos moradores (53,8%) permaneceu na faixa de 1 a 2 s.m. Contudo, houve uma queda de 5% de moradores com renda entre 2 e 3 s.m.; um aumento aproximado de 4% de moradores com renda menor que 1 s.m., e um aumento de 2% de moradores sem renda. Além disso, os dados, sobre avaliação da renda familiar após o reassentamento, apontaram que a maioria dos moradores pesquisados considera que a renda permaneceu *estável* (55,8%), seguido de 23% de pessoas que avaliaram que a renda *piorou*, e 21,1% de moradores que acreditam que a renda *melhorou*.

Diante desses resultados pode-se afirmar que a intervenção urbana *não alterou*, isto é, *não melhorou*, as condições de renda do morador, ao contrário, a execução do Programa implicou na *desarticulação das estratégias de trabalho e renda* das famílias, indicando, como ressaltou Cardoso (2010), que a articulação entre o projeto de urbanização/habitação e projetos de geração de trabalho e renda – que partam da consideração das particularidades das famílias moradoras de assentamentos precários – ainda é um desafio para o âmbito das políticas públicas.

Corroborando para essa análise, os dados da pesquisa evidenciaram que uma parcela considerável dos moradores (40%) desenvolve alguma estratégia de renda para arcar com o custo de vida no novo espaço de moradia. As estratégias apontadas foram: venda de produtos em catálogo; venda de confecções e calçados e cosméticos; venda de alimentos (‘chopp’²⁶³ e salgados por encomenda) e prestação de serviços, conforme observa-se nas imagens registradas

²⁶³ Lembra-se que essa palavra é usada para denominar o suco de frutas congelado e vendido em uma embalagem plástica.

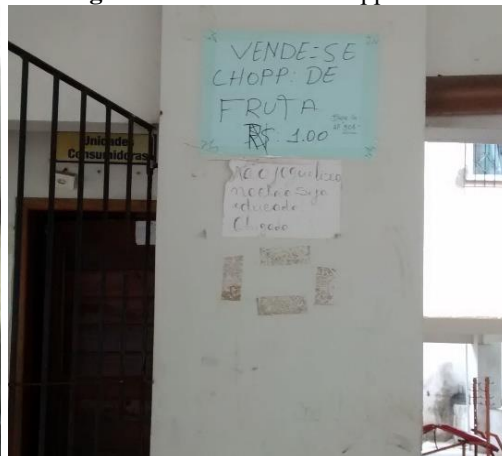
durante a pesquisa de campo (figuras 24 e 25), onde um dos moradores colocou uma placa de anúncio de serviços (costura) e o outro um cartaz de venda de “chopp”:

Figura 24 – Serviços de costura.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Figura 25 – Venda de “chopp”.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Entre esses moradores que desenvolvem alguma estratégia de renda, 23% respondeu que passou a realizar após a mudança para o Residencial, o que indica que o Programa, além de ter afetado as famílias com o processo de remoção e reassentamento, não garantiu a continuidade das atividades comerciais/serviços de alguns moradores, e ainda provocou a necessidade de muitas famílias desenvolverem alternativas estratégicas para melhorar a renda e tentar mitigar o aumento com os novos gastos, como se verá na análise dos dados sobre gastos com taxas e serviços.

Para complementar a análise a respeito do indicador *trabalho, mobilidade e renda*, a pesquisa verificou se haviam famílias com acesso a Programas de transferência de renda do Governo Federal. Assim, de acordo com os dados, 63,5% das famílias não possuem acesso a nenhum tipo de programa, porém, 34,6% das famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e 1,9% do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Isso demonstra que parte das famílias reassentadas pelo PROMABEN se soma ao contingente de brasileiros que devido à precariedade das condições de reprodução social, recorrem a programas assistenciais, como o de transferência de renda Bolsa Família, questão, aliás, presente no mundo capitalista contemporâneo, especialmente nos países da América Latina, onde a intervenção do Estado neoliberal, restringe o atendimento à sobrevivência, através de medidas desiguais e fragmentadas em detrimento ao acesso a bens e serviços sociais (STEIN, 2008).

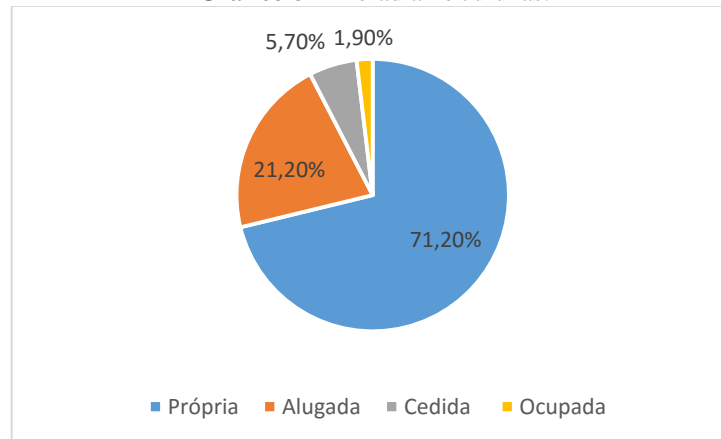
Assim como nos estudos sobre impactos pós-reassentamento, apresentados no decorrer dos capítulos desta dissertação, o indicador *condições de trabalho, mobilidade e renda* se

apresenta, como um dos mais importantes da pesquisa, se não o maior, visto que, os dados apontam que o PROMABEN não atendeu as condições de renda, no sentido de proporcionar melhorias, e ainda desarticulou as estratégias de trabalho das famílias, isto é, os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam nas baixadas. O que evidencia que a relação entre o direito à moradia e o direito ao trabalho ainda reflete o papel desigual que desempenham as práticas de segregação socioespacial na conformação da vida urbana e das condições de reprodução social da classe trabalhadora (CARDOSO, 2010; CRUZ, 2012).

c) Condições de moradia

Esse indicador se refere às variáveis relacionadas à situação da antiga casa, à estrutura habitacional (antiga e nova casa) e à posse da nova moradia. Com isso, os dados do gráfico 8 apontam que a maioria dos moradores reassentados (71,2%) residiam em casa própria. Contudo, os dados também revelam que o Programa garantiu a opção do reassentamento para aqueles que não tinham a posse do imóvel (28,8% de moradores), o que se considera uma melhoria para as famílias que antes precisavam pagar aluguel ou moravam em casas cedidas.

Gráfico 8 – Moradia no Jurunas.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Com relação ao tempo de moradia no Bairro do Jurunas, os dados da tabela 7 demonstram que a maioria dos moradores (34,6%) vivia no bairro há mais de trinta anos. E se compararmos com os dados do gráfico 4, sobre local de origem, em que 44,2% dos moradores afirmou ter nascido no Bairro do Jurunas, pode-se afirmar que o reassentamento provocou desarticulação dos vínculos com o antigo local de moradia, gerando insatisfação para muitos

moradores, como demonstram as falas de alguns entrevistados: “Eles quiseram se livrar de nós!” (Morador A)²⁶⁴; “Me tiraram agora que melhorou [...] pista linda!” (Morador B).

Tabela 7 – Tempo de moradia no Bairro do Jurunas.

INTERVALO DE ANOS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
De 1 a 5	2	3,8
De 6 a 10	8	15,4
De 11 a 20	11	21,2
De 21 a 30	13	25,0
31 ou mais	18	34,6
Total	52	100,0

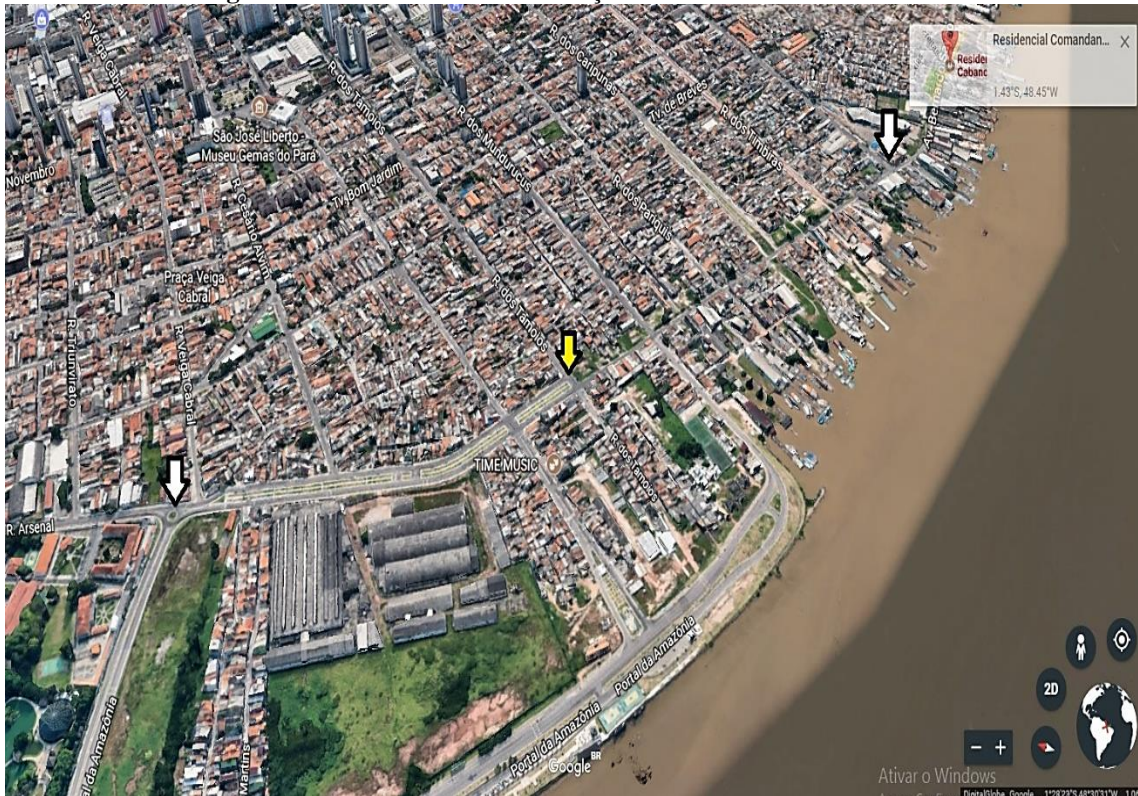
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Com relação ao antigo local de moradia das famílias reassentadas, os dados apontam para três principais perímetros: Rua Cesário Alvim a Osvaldo de Caldas Brito (32,7%); seguido do perímetro entre a Rua dos Tamoios e Mundurucus (17,3%) e Rua Veiga Cabral a Cesário Alvim (15,4%) – início da Estrada Nova (figura 26). Ressalta-se que o trecho entre as duas setas na cor branca, corresponde à área do canal da Estrada Nova (sub-bacia I), cujas famílias estão sendo retiradas. É possível observar ainda nesse perímetro, o intervalo entre a primeira seta branca (à esquerda) e a seta amarela (ao meio) onde as obras de aterramento do canal e duplicação das vias já estão finalizadas²⁶⁵, perímetro entre as ruas Veiga Cabral e Tamoios.

²⁶⁴ Para guardar sigilo dos moradores, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), identificou-se os moradores por letras alfabéticas.

²⁶⁵ Lembra-se que o PROMABEN, além do saneamento tem como objetivo a duplicação da Av. Bernardo Sayão (Estrada Nova) e para isso retiraram as famílias construindo no lugar um canteiro central, que divide a Rua em duas vias de circulação, conforme observa-se figura 26. Isso corrobora com a discussão, realizada no primeiro capítulo, sobre o papel do Estado na criação das condições gerais de reprodução capitalista do espaço (LOJKINE, 1997).

Figura 26 – Trecho de obras e remoção de famílias na Estrada Nova.



Fonte: Google Earth (2017).

Ressalta-se que outros trechos de remoção também foram citados, perímetro entre as ruas: Osvaldo e Tamoios (9,6%); Rua dos Mundurucus e Pariquis (7,7%); Caripunas e Timbiras (5,7%); Pariquis e Caripunas (1,9%) e Timbiras e Fernando Guilhon (1,9%) (área final da sub-bacia I). Além de 7,7% de moradores que responderam *outras*, correspondendo a localizações fora da área da sub-bacia I, como: Rua de Breves próxima ao Porto da Palha (Av. Bernardo Sayão com Tv. Padre Eutíquio – sub-bacia II) e José Bonifácio no Bairro do Guamá, o que demonstra que nem todas as famílias reassentadas no Conjunto Antônio Vinagre residiam na área da sub-bacia I, ou seja, o processo de retirada dos moradores acontece conforme a necessidade das obras.

Como demonstrado anteriormente, a baixada da Estrada Nova é um dos assentamentos precários da cidade de Belém que possui, além de muitas moradias precárias, um adensamento populacional elevado. Diante disso, a pesquisa buscou averiguar as melhorias com relação à condição da habitação das famílias, para isso, verificou-se: o tipo de construção das antigas moradias, o número de pessoas e de famílias na antiga e na nova casa, bem como, o número de cômodos da antiga e da nova moradia e a avaliação dos moradores sobre a adequação habitacional na antiga e na nova residência.

Verifica-se nos dados do quadro 5, a precariedade das antigas moradias, pois a maioria das casas eram de madeira (46,2%), tendo como principal material utilizado para a cobertura o fibrocimento (40,4%), conhecido popularmente como ‘Brasilit’, sendo construída em áreas que sofriam com as constantes inundações (73,1%), resultado da combinação de terreno baixo (cota de 6 metros acima do nível do mar) e insuficiência ou ausência da administração pública ao longo de décadas.

Quadro 5 – Material de construção e área das antigas moradias.

ESTRUTURA	PORCEN TAGEM %	COBERTURA	PORCEN TAGEM %	ÁREA	PORCEN TAGEM %
Madeira	46,2	Fibrocimento	40,4	Alagável	48,1
Alvenaria	30,8	Cerâmica	38,5	Seca	26,9
Mista (madeira e alvenaria)	21,2	Laje	13,5	Alagada	25
Sem resposta	1,9	Madeira/compensado	3,8	-	-
		Laje e Fibrocimento	3,8	-	-
Total	100		100	-	100

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Para ilustrar o que os dados apresentam, a figura 27 demonstra uma área antes das obras – Av. Bernardo Sayão, esquina com a Rua Tamoios –, onde é possível observar as casas em cima do canal, cercado de lixo doméstico, com pontes de madeira dando acesso à rua, ou seja, área bastante precária ao longo da Avenida.

Figura 27 - Moradias precárias da Estrada Nova.



Fonte: Google Earth (2016 apud GUSMÃO, 2017).

Em relação à composição familiar e a adequação dos cômodos, os dados da tabela 8 demonstram que a maioria das antigas residências (73,1%) abrigava apenas uma família – 50%

das famílias tinham de 2 a 4 membros. Contudo, 26,9% de moradores afirmaram situação de coabitação familiar, muito presente em assentamentos precários, onde as famílias buscam estratégias construtivas para sua sobrevivência, entre elas os chamados ‘puxadinhos’.

Tabela 8 – Sistematização da composição familiar antes e depois do reassentamento.

Nº de pessoas	Casa antiga	Casa atual	Diferença
Apenas uma pessoa	5,8%	7,7%	1,9%
2 a 4 pessoas	50%	63,5%	13,5%
5 a 7 pessoas	36,5%	26,9%	9,6%
8 pessoas ou mais	7,6%	1,9%	5,7%
Total	100%	100%	-
Nº de famílias²⁶⁶	Casa antiga	Casa atual	Diferença
Apenas uma família	73,1%	82,7%	9,6%
Duas famílias conviventes	19,2%	17,3%	1,9%
Três famílias ou mais	5,8%	0%	5,8%
Total	100%	100%	-

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Pode-se observar ainda na tabela 8 que a mudança para o Residencial trouxe impacto para algumas famílias, pois os dados apontam que na nova residência houve uma queda de 15,3% de famílias com mais de 5 pessoas. Indicando que a estrutura do apartamento é insuficiente para abrigar os diferentes arranjos familiares. O que pode ser verificado também com os dados sobre o número de cômodos e espaço para dormir.

As antigas casas possuíam diferentes formatos: 55,8% das residências possuíam de 03 a 05 cômodos; 25% com 01 a 02 cômodos; 13,5% com 06 a 08 cômodos e 5,8% com 09 cômodos ou mais. Onde a maioria dos moradores (71,2%) respondeu que os membros da família dormiam somente nos quartos; 25% dos moradores se dividiam entre a sala e quartos e ainda 3,8% entre sala, cozinha e quarto.

No Residencial, os apartamentos são padronizados, todos possuem 05 cômodos (uma sala, uma cozinha – com uma pequena área de serviço – um banheiro e dois quartos²⁶⁷), onde 92,3% dos moradores responderam que as pessoas dormem somente nos quartos, mas em 7,7% das famílias alguns membros precisam se dividir entre os quartos e a sala, isto é, algumas famílias tiveram que adaptar sua privacidade. Em se tratando das famílias que possuíam casas com 1 ou 2 cômodos (25%), pode-se inferir que a mudança para o apartamento foi positiva,

²⁶⁶ Um morador (1,9%) afirmou dividir o terreno com três ou mais famílias.

²⁶⁷ Ressalta-se que as unidades habitacionais possuem 45m², e na área térrea se encontram as garagens (CRUZ, 2012). Contudo, poucos moradores possuem automóveis. Assim os espaços servem como área para as crianças brincarem, e até como academia, onde alguns moradores praticam exercícios físicos, com alguns aparelhos reaproveitados ou produzidos por eles mesmos.

pois no antigo local de moradia as casas eram pequenas, como *kitnets*, em que algumas os banheiros eram compartilhados com outras famílias.

Com relação à adaptação, a maioria dos moradores (61,5%) afirmou que a antiga residência era adequada aos membros da família. Contudo, 38,5% dos moradores respondeu que a antiga residência era inadequada ao número de membros da família, podendo corresponder àqueles que moravam em casas de 1 a 2 cômodos, ou aquelas famílias em que alguns membros tinham que dormir fora dos quartos. Em relação a nova residência, 75% de moradores afirmou que os cômodos são adequados aos membros da família. Contudo, os moradores ressaltaram que a mudança para o Residencial provocou a saída de alguns membros de famílias com mais de 5 pessoas. Outros destacaram a insatisfação relacionada a elementos como: pouca qualidade construtiva do prédio, o que causa infiltrações nas paredes; falta de área de serviço onde possam estender suas roupas; prejuízos com a verticalização da casa e falta de quintal.

Observou-se que até o momento da pesquisa nenhuma família havia transformado a estrutura de nenhum dos cômodos, porém algumas famílias adaptaram os espaços conforme sua necessidade, por exemplo, o espaço da sala se transforma em quarto na hora de dormir. O que demonstra que para algumas famílias a nova moradia não atendeu todas as necessidades.

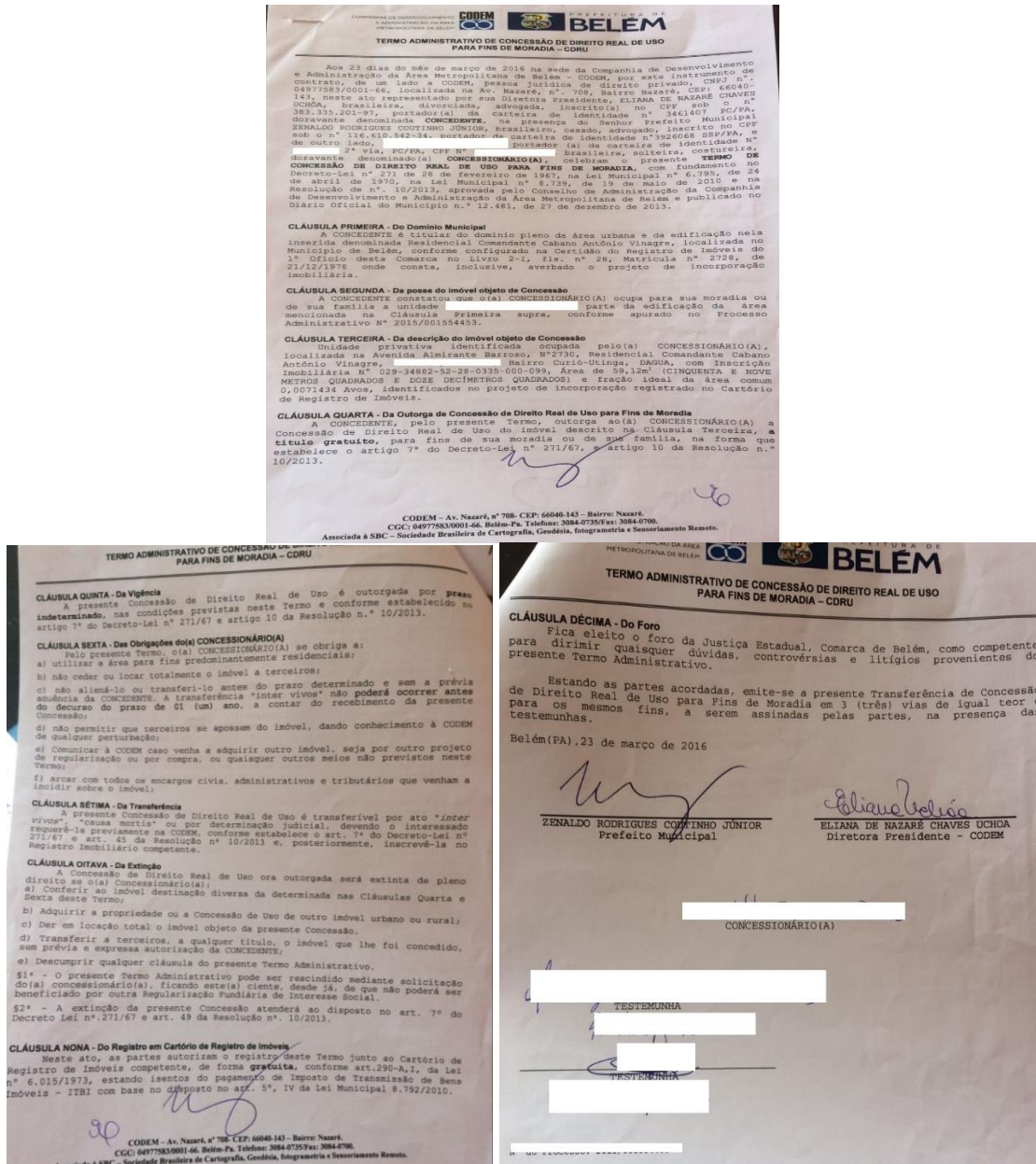
Como o processo de reassentamento iniciou no ano de 2011, o estudo procurou verificar se a Prefeitura de Belém já havia repassado os documentos de posse (titularidade da residência) para os moradores, e se houve prioridade na titularidade para as mulheres, visto que o Programa fazia referência, nos documentos, a respeito da questão de gênero. Além disso, em nota on-line, a Prefeitura de Belém, afirmou a entrega do “Título de Regularização Fundiária para 63 famílias que moram no Conjunto”, destacando que a meta era entregar, no primeiro semestre de 2016, 50% dos títulos, e até o segundo semestre, entregar o restante (BELÉM, 2016b).

Diante disso, 63,5% dos moradores afirmaram que os documentos da negociação do apartamento estariam no nome da mulher da família, confirmando o que estava previsto. Contudo, a maior parte dos moradores (82,7%) afirmou que a PMB ainda não havia repassado todos os documentos de posse da casa. Alguns afirmaram ainda, que os documentos recebidos eram provisórios. Situação que, durante muito tempo, causou insatisfação e preocupação aos moradores²⁶⁸.

²⁶⁸ Alguns moradores ressaltaram que existiam comentários de que a entrega dos documentos dependeria dos ‘resultados das urnas’, isto é, que os documentos só seriam repassados se o Prefeito Zenaldo Coutinho permanecesse na gestão. Lembra-se que o segundo semestre de 2016 foi período de escolha de gestores municipais.

Uma das moradoras entrevistadas permitiu o acesso e divulgação do documento repassado pela Prefeitura de Belém até o momento da pesquisa²⁶⁹ (figura 28):

Figura 28 – Registro do Termo Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso para Fins de Moradia – CDRU.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O documento foi entregue para a moradora no dia 23 de março de 2016. Segundo as informações, esse é o único documento entregue pela Prefeitura: Termo concedido pela CODEM, que autoriza legalmente o uso da casa para fins, predominantemente, residenciais, com o prazo de transferência a terceiros de 1 (um) ano, o que reforça que o morador deve

²⁶⁹ Para manter a moradora em sigilo optou-se por cobrir seus dados pessoais registrados no documento.

priorizar apenas a função de moradia, não garantindo assim o desenvolvimento das estratégias de trabalho/renda, e que não deve alugar ou vender o apartamento no prazo mínimo de um ano.

Diante do indicador *condições de moradia*, os dados evidenciados apontam para melhorias habitacionais relacionadas à parte física da residência (material de construção e área do Residencial), pois como visto, os dados demonstram que a maioria das famílias se encontravam (na residência anterior) sob condições precárias de moradia – casas de madeira, cobertas com fibrocimento, em áreas alagáveis e sem saneamento básico.

Contudo, apesar do acesso ao saneamento, os moradores ressaltaram a insatisfação com a baixa qualidade dos materiais utilizados na construção das novas residências; com a mudança para casas verticalizadas; com a insuficiência no tamanho e no número de cômodos; com a falta de quintal e até mesmo de uma área para as estratégias construtivas (“puxadinhos”), provocando a saída de alguns membros da família, impactos estes também evidenciados, no reassentamento/remanejamento para o Conjunto Providência e Vila da Barca (ABELÉM, 1988; SOUZA, 2011).

Desse modo, pode-se inferir que há uma tendência em relação aos impactos relacionados às condições da nova moradia, haja vista que, embora, os projetos de intervenção tragam como proposta a melhoria das condições de moradia, “esta não se constitui enquanto política habitacional, sendo entendida apenas como consequência da intervenção urbanística” (CRUZ, 2012, p. 290).

Logo, intervenções como o PROMABEN, para atender à lógica da cidade formal, desconsideram as particularidades regionais e familiares (SANTANA; PERDIGÃO, 2010; DIAS, 2012), mas garantem as exigências do capital, que se baseiam na economia de custos na produção de moradia popular, através da padronização do tamanho e dos arranjos internos – impedindo, por exemplo, a ampliação das residências por autoconstrução, e o desenvolvimento de atividades econômicas (ROLNIK, 2015; VOLOCHKO, 2015).

d) *Disponibilidade de serviços urbanos*

Entende-se que morar é mais que habitar uma casa bem estruturada, requer, além disso, ter acesso a serviços básicos, como: saneamento básico, energia elétrica, oportunidades de lazer, serviços de transporte público e boas condições para se manter no espaço de moradia. A partir disso, a pesquisa verificou a situação de componentes considerados importantes para a análise

de impactos socioeconômicos: situação sanitária; situação e gastos com água encanada e energia elétrica; lixo doméstico; acesso a lazer; transporte público; e gastos com a 'feira'.

Com base nos dados, verificou-se que todas as antigas residências possuíam *banheiros*, contudo, 23,1% eram fora da casa; 52% possuíam *escoamento* para fossas rudimentares (sem tratamento de esgoto); 25% com escoamento para o canal e 11,5% para a vala a céu aberto²⁷⁰. Os dados evidenciam que a mudança para o Residencial aponta importante melhora em relação a esse elemento, haja vista que na baixada da Estrada Nova as estratégias de moradia eram precárias, pois, além do odor e dos riscos à saúde – provocados pela falta de saneamento da área –, alguns moradores ressaltaram que não possuíam privacidade, pois os banheiros eram compartilhados entre várias famílias²⁷¹.

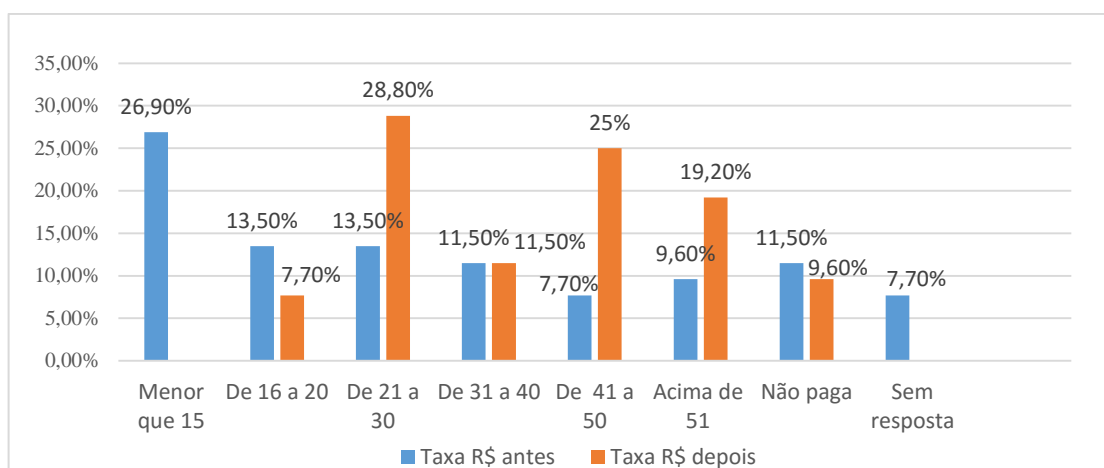
Com relação ao serviço de abastecimento de água, a maior parte dos moradores (98,1%) respondeu que as antigas casas possuíam água encanada. No Residencial, todos os Blocos de apartamentos são abastecidos com água encanada. Porém, diante da dificuldade em arcar com os custos desse serviço, os moradores de um dos Blocos²⁷² construíram um poço artesiano, pois, como se verá adiante, além dos gastos terem aumentado, o processo de reassentamento também provocou outros problemas relacionados a esse serviço.

A partir dos dados do gráfico 9, pode-se verificar que houve *aumento nos gastos com a taxa de água*, pois na antiga residência a maioria dos moradores (26,9%) afirmou que a taxa de água era abaixo de R\$ 15,00. Na nova residência, a maioria dos moradores (28,8%) respondeu pagar a taxa no intervalo entre R\$ 21,00 a R\$ 30,00. Percebe-se ainda, que na antiga casa, a maioria das taxas (54%) estavam abaixo de R\$ 30,00, e após o reassentamento os intervalos de valores que tiveram maior aumento foram: R\$ 21,00 a R\$ 30,00 (15,3%); R\$ 41,00 a R\$ 50,00 (17,3%); e acima de R\$ 51,00 (9,6%).

²⁷⁰ Alguns moradores responderam outras formas (3,8%) e outros não souberam ou preferiram não responder (3,8%).

²⁷¹ Realidade presente em algumas vilas de kitnets.

²⁷² Optou-se por guardar sigilo sobre o Bloco.

Gráfico 9 – Taxa de água antes e depois do reassentamento.

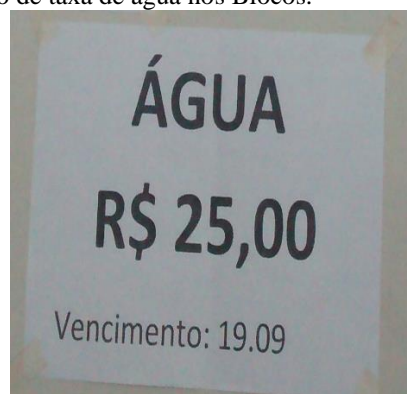
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Ressalta-se que a taxa de água não é cobrada por residência (unidade habitacional), mas por Bloco de apartamento²⁷³. Situação que causa conflitos entre os moradores, haja vista que o consumo de cada família é diferenciado, mas o valor total da taxa é dividido igualmente entre os moradores, em geral, ficando uma pessoa responsável em arrecadar os valores e pagar o boleto, o que segundo os moradores pesquisados também gera desconforto, tanto para o morador que precisa cobrar, quanto para as famílias, que precisam ter o valor independente das particularidades financeiras²⁷⁴.

Os registros feitos durante a pesquisa de campo (figuras 29 e 30) demonstram que os moradores responsáveis pela arrecadação do valor, elaboraram cartazes e posicionaram na entrada do Bloco, lugar estratégico para que todos os moradores pudessem ver o valor da taxa do serviço.

Figuras 29 e 30 – Avisos para pagamento de taxa de água nos Blocos.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).



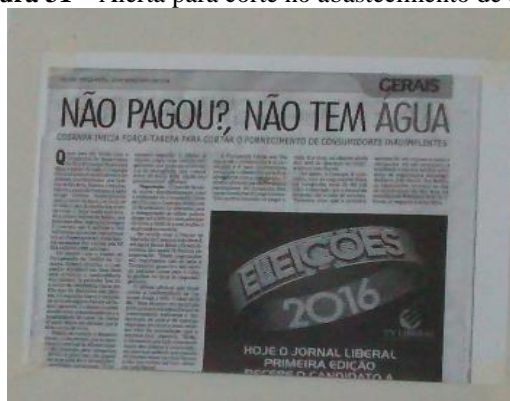
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

²⁷³ Segundo os moradores, técnicos do Programa informaram que essa medida foi necessária, pois durante a construção do Residencial, o registro de consumo de água não foi separado por apartamento.

²⁷⁴ Essa questão foi muito comentada pelos moradores que destacaram ser um dos obstáculos para a organização das famílias acerca das reivindicações e de decisões coletivas.

Além do pagamento do serviço, cada Bloco precisa realizar manutenções periódicas em alguns equipamentos como caixa d'água e bomba elétrica, o que gera custos antes não existentes no orçamento mensal familiar. Segundo alguns moradores, essa situação provocava mais conflitos entre os vizinhos, pois como ressaltaram alguns moradores, a maioria das famílias possui uma renda baixa, incapaz de arcar mensalmente com custos dessa natureza, contudo, a falta de pagamento ou manutenção nos equipamentos acarreta em outros prejuízos coletivos, como o 'corte' no abastecimento de água²⁷⁵, conforme enfatiza a notícia de um dos jornais locais, anexada em um dos Blocos do Residencial (figura 31):

Figura 31 – Alerta para corte no abastecimento de água.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Como visto, as famílias possuem arranjos e renda diferenciados, logo, cada casa precisa de um medidor próprio, o que seria mais justo com o consumo de cada família, e diminuiria os conflitos entre os moradores, seja pela falta de abastecimento ou pagamento do serviço.

Em relação ao abastecimento de energia elétrica, os dados evidenciaram que quase todas as antigas residências (92,3%) possuíam fornecimento regular de energia (Rede Celpa). Apenas 5,8% de moradores afirmaram que a energia de sua antiga casa possuía ligação direta da rede pública (“gato”). Na nova residência todos os moradores pesquisados responderam que estão com fornecimento regular de energia, através da Rede Celpa.

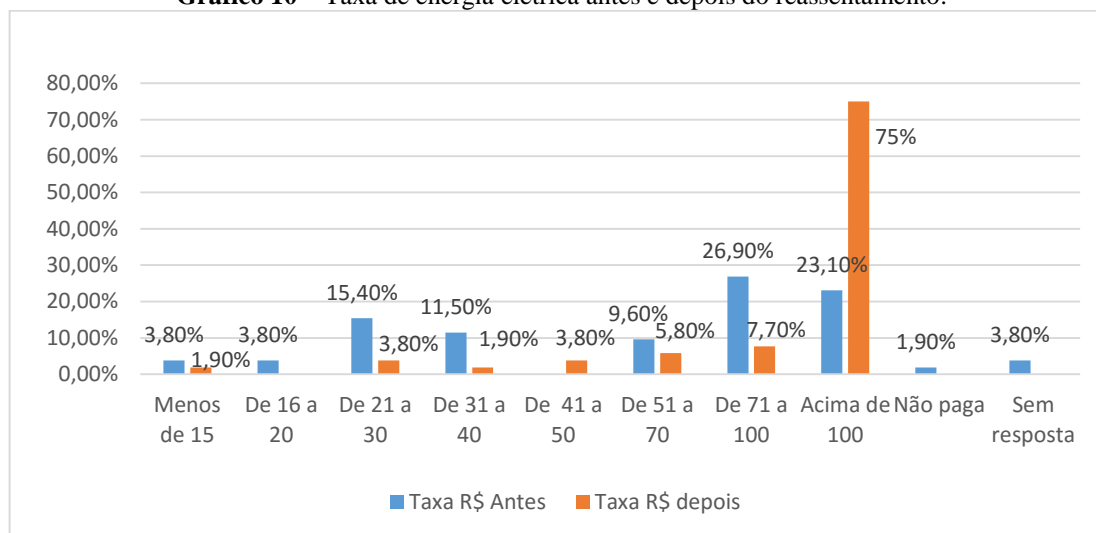
Quanto aos gastos com o serviço de energia²⁷⁶, os dados do gráfico 10 demonstram que na antiga residência, a maioria das famílias (71%) tinha um custo abaixo de R\$ 100,00. Após o

²⁷⁵ Em um dos dias da pesquisa de campo, presenciou-se um Bloco de apartamentos sem o fornecimento de água, necessitando da ajuda dos moradores do Bloco vizinho. Alguns moradores carregavam água em baldes e garrafas, outros tomavam banho na parte externa do Bloco, onde ficam localizadas torneiras coletivas. Essa situação, segundo os moradores pesquisados, provoca outros conflitos, pois alguns moradores não aceitam ajudar, tendo em vista o aumento na taxa do serviço, e a dificuldade na contribuição financeira dos moradores que foram beneficiados.

²⁷⁶ Ressalta-se que cada residência possui medidor próprio.

reassentamento, 75% das famílias afirmaram pagar a taxa de energia elétrica acima de R\$ 100,00, demonstrando *aumento no gasto mensal com esse serviço*.

Gráfico 10 – Taxa de energia elétrica antes e depois do reassentamento.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Como evidenciado nos estudos anteriormente apresentados, o aumento nos gastos com esses serviços (água e energia) é apontado como um dos impactos socioeconômicos de processos de reassentamento de famílias. Como demonstrado nos estudos de Souza (2011) e Ferreira Filho (2017), as famílias reassentadas possuem dificuldades de garantir o pagamento de taxas e serviços urbanos, antes inseridos na lógica da cidade ‘informal’, onde a estratégia de sobrevivência, diante das precárias condições econômicas, era a clandestinidade de alguns serviços (especialmente de água e energia).

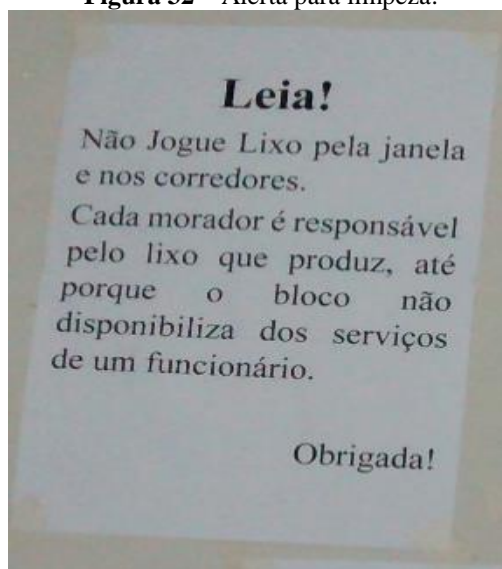
Em relação ao serviço de coleta de lixo doméstico, apenas 48% dos moradores responderam que a coleta de lixo em seu antigo local de moradia era diária, o que reflete a situação ilustrada na figura 27 (Moradias precárias na Estrada Nova), onde se observam moradias cercadas por resíduos domésticos. Na nova residência a maioria dos moradores (61,5%) respondeu que coleta é realizada 3 vezes na semana²⁷⁷. Ressalta-se ainda, que o Residencial possui 5 (cinco) contêineres para a arrecadação do lixo doméstico, mas que de acordo com alguns moradores, não são suficientes para atender todos os Blocos.

Assim como os problemas enfrentados com o serviço de água, outra situação gera desconforto para os moradores. Como pode-se observar no aviso registrado na figura 32, alguns moradores se sentem prejudicados com a falta de cuidados de algumas pessoas. Isso porque,

²⁷⁷ Alguns moradores (17,3%) responderam que no contêiner de seu Bloco a coleta é diária. Outros (7,7%) que a coleta é realizada 2 vezes na semana; 5,8% afirmaram que a coleta é apenas uma vez na semana e outros 7,7% não souberam afirmar exatamente.

até o momento da pesquisa, o Conjunto não possuía um serviço de limpeza para os Blocos. De acordo com os moradores a taxa de condomínio, que incluiria esse serviço, foi proposta pela comissão técnica do Programa durante as reuniões de acompanhamento que ocorreram logo no início do processo de reassentamento. Contudo, como visto, as famílias não possuem condições financeiras de arcar com despesas dessa natureza.

Figura 32 – Alerta para limpeza.



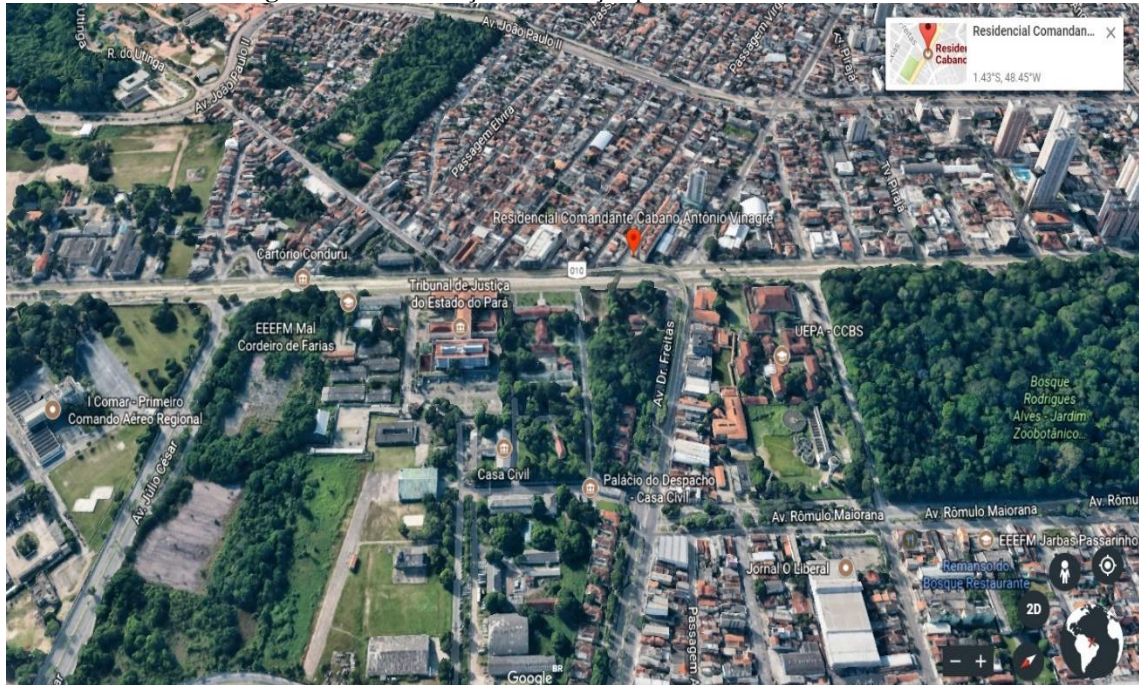
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Diante dos dados apresentados, sobre a situação de alguns serviços essenciais, como abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, percebe-se, assim como foi destacado por alguns moradores entrevistados, que a realidade da moradia em conjuntos habitacionais requer alguns gastos que não cabem no orçamento de famílias pobres. Isso demonstra que o direito de morar está distante da realidade das famílias reassentadas pelo PROMABEN (LOJKINE, 1997; LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2005).

Além dos serviços avaliados, entende-se que a moradia digna deve ser construída em um espaço com acesso a serviços de infraestrutura, saneamento, escolas e atendimento médico, além de equipamentos urbanos de lazer, entre outros que fazem parte do cotidiano do ser social (OLIVEIRA; GIVISIEZ; RIOS NETO, 2009), pois compreende-se que o direito à moradia ultrapassa os chamados direitos sociais básicos (COSTA et al., 2006). Em vista disso, pode-se observar, conforme demonstra a figura 33, que o espaço urbano em que está localizado o Residencial é abastecido com alguns serviços essenciais como escolas, a exemplo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cordeiro de Farias, serviços de atendimento à saúde – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Estadual do Pará (UEPA)

– e lazer (Bosque Rodrigues Alves). Além da feira (Bandeira Branca), SESI, Palácio da Justiça, Comando da Polícia Militar, Casa Civil, entre outros.

Figura 33 - Localização de serviços próximos ao Residencial.



Fonte: Google Maps (2017).

Com relação ao *lazer*, a pesquisa evidenciou que no antigo espaço de moradia, 40% dos moradores costumava frequentar praças e o espaço Mangal das Garças (onde é possível observar plantas e animais da Região Amazônica). Ressalta-se que uma parcela importante dos moradores (34,6%), afirmou que não frequentava nenhum espaço público de lazer no antigo bairro e 25% não soube responder a respeito. O que demonstra que as pessoas podem não se sentir representadas nos espaços que o bairro possui, como o próprio Mangal das Garças²⁷⁸, compreendido como um lugar turístico que reflete a imagem da cidade mercadoria, a ser vendida para ‘os de fora’, isto é, para os turistas, em geral, estrangeiros.

Com relação ao lazer no Bairro do Marco, 42,3% dos moradores afirmaram frequentar: praças, quadra de esportes, o Bosque Rodrigues Alves e a Av. João Paulo II para praticar exercícios físicos. Contudo, assim como no antigo local de moradia, uma parcela significativa de moradores (36,5%) não frequenta nenhuma área pública para lazer. Ressalta-se que muitos moradores que afirmaram não frequentar espaços públicos de lazer, relataram que o ‘dia a dia’ não permite a prática de um simples passeio, por exemplo. Outros moradores afirmaram não se sentir entusiasmados com os espaços oferecidos, tanto no Bairro do Jurunas, como no Bairro

²⁷⁸ Para a entrada em alguns espaços internos do Mangal, como o Borboletário, são cobradas taxas. Além disso, o lugar possui um restaurante conhecido pela qualidade do cardápio e pelos preços muito elevados.

do Marco. E ainda houve moradores que consideravam que o lazer no Bairro do Jurunas era uma simples conversa na casa de amigos e vizinhos, o que na nova residência ficou prejudicado, pois muitos destes foram separados diante das medidas de remoção.

Esses dados refletem, como ressaltou Costa et al. (2006, p. 70), que “a preocupação com o acesso ao lazer por famílias de baixa renda ainda não se constitui prioridade no contexto das políticas públicas”, pois esbarra na lógica de cidade capitalista que privilegia os espaços privados de lazer, logo, de difícil acesso para as frações de classe trabalhadora.

Em relação à disponibilidade do serviço de *transporte público*, os dados apontam que a maioria dos moradores pesquisados *se sentem satisfeitos*, haja vista que aproximadamente 97% das pessoas avaliaram o serviço como positivo (bom, ótimo e regular)²⁷⁹. Ressalta-se que o Residencial está situado em uma das principais vias de circulação da capital (Av. Almirante Barroso) – onde se encontram diversas linhas de transporte público da cidade – principal fator considerado na avaliação dos moradores.

Como visto, na Av. Bernardo Sayão (Estrada Nova) e próximo a ela, estão localizadas diversas feiras, como a ‘Feira da Conceição’ e o Mercado ‘Ver-o-Peso’, além de portos públicos como o ‘Porto da Palha’ e o ‘Porto do Açaí’, onde são comercializados os principais alimentos que compõem as refeições de diversas famílias belenenses, como o açaí, a farinha de mandioca, o pescado, dentre outros mais acessíveis ao orçamento das famílias, como destacaram alguns moradores.

Diante disso, baseados nos componentes: disponibilidade, variedade e preços dos produtos, os moradores avaliaram que a *feira* foi outro elemento, que após o reassentamento, sofreu significativo impacto. De acordo com os dados, os moradores que avaliaram a disponibilidade da feira do antigo local de moradia de forma positiva (65,4%), ressaltaram elementos como: maior número de feiras, variedade nos produtos, maior horário de funcionamento e preços acessíveis. Entre os que avaliaram de forma negativa (13,4%), o destaque da insatisfação foi para a falta de limpeza, tanto nos estabelecimentos, quanto nas ruas.

A avaliação da feira do Bairro do Marco (Feira da Bandeira Branca) também foi positiva (55,8%), tendo destaque para a localização, haja vista que os boxes da feira ficam ao lado do Residencial. Contudo, os aspectos negativos se destacam com mais intensidade, pois estão relacionados *ao aumento nos gastos*. Muitos moradores afirmaram que apesar da feira ser ao lado, não há variedade nos produtos, e os preços são mais elevados, fazendo com que muitos

²⁷⁹ No antigo espaço de moradia a maioria dos moradores (86,5%) também avaliou de forma positiva (bom, ótimo e regular).

precisem se deslocar para mercados de outros bairros, como da Terra Firme, Pedreira, ou até mesmo retornando ao Bairro do Jurunas, o que evidencia outro impacto nas estratégias de sobrevivência das famílias.

Dessa forma, os dados confirmam a tendência discutida ao longo desta dissertação, cuja análise evidencia que as intervenções urbanas apenas contornam os problemas ligados à questão da moradia, sem alterar as condições que desencadeiam sua produção (FERNANDES, 2005). E ainda empurram as famílias para espaços que as empobrecem ainda mais, diante da necessidade de pagarem mais caro pelos bens e serviços indispensáveis à reprodução social (SANTOS, 2008).

e) Espaços de participação no Programa e percepção do morador

Como visto, a presença de serviços públicos, equipamentos de lazer e de comércio próximos, são elementos indispensáveis à moradia digna, e que devem estar presentes nos conjuntos habitacionais destinados às famílias reassentadas. Para isso a participação da população nos projetos de remoção/reassentamento é essencial, não apenas no acompanhamento da execução das obras, mas desde a sua concepção (BRASIL, 2001; MARICATO, 2002). Por isso, o estudo também buscou verificar se os moradores reassentados tiveram a possibilidade de participar dos processos de decisão/negociação e como eles avaliam essa participação.

Conforme os dados, a maior parte dos moradores (76,9%) respondeu que participou do processo de Planejamento do Reassentamento, através de reuniões (63,5%) ou assembleias, audiências, cursos e oficinas²⁸⁰ (11,4%). Com relação a avaliação desse processo, 44,2% dos moradores avaliou que sua participação foi positiva. Porém, o relato dos moradores durante a pesquisa revelou uma *participação limitada, passiva e precária*, com reuniões meramente informativas. Pois, segundo os moradores, o objetivo das reuniões e assembleias era apenas informar o que já havia sido decidido pelos órgãos responsáveis, conforme ressaltam alguns moradores pesquisados: “Não deram ouvido!” (Morador C); “A Prefeitura apenas apresentava o Projeto já discutido entre eles e aprovado pelo Banco” (Morador D); “Projeto mal elaborado!” (Morador E); “A Prefeitura não deu outra opção!” (Morador F).

Esses dados confirmam, como visto no segundo capítulo, que a participação dos moradores nos processos decisórios ainda é uma variável evidenciada como indicador de

²⁸⁰ E outros 25% de moradores afirmaram não ter participado de nenhuma forma.

impactos negativos no processo de reassentamento, pois não há espaços efetivos de decisão, isto é, a participação não acontece no sentido de construir e planejar, mas apenas ouvir decisões de um processo em andamento que afeta diversas vidas²⁸¹. Portanto, o que se vê é um processo de minimização de direitos sociais e descaracterização da participação democrática, como assinalaram Moura, Santana e Sá (2010).

Além da participação nos processos de planejamento, os dados evidenciaram algumas informações a respeito do processo de negociação e avaliação financeira do imóvel. De acordo com os moradores que participaram do processo de negociação, 32,7% afirmaram que a avaliação do antigo imóvel foi abaixo de R\$ 35.000,00²⁸² (trinta e cinco mil reais), o que para muitos moradores a avaliação foi injusta (48,1%), tendo um processo de negociação negativo (36,6%).

A insatisfação dos moradores com o preço estipulado para a antiga casa, está relacionada aos critérios de avaliação do imóvel, tendo em vista que a avaliação financeira só incluía a parte física e estrutural da casa (metragem, tipo de construção e a qualidade do material), excluindo os aspectos mais subjetivos da vida de cada morador, como o tempo de moradia na casa ou no bairro, suas relações pessoais e suas vontades, como demonstram as falas a seguir: “a Prefeitura abandonou antes de deixar tudo certo!” (Morador G); “não deram ouvido!” (Morador H).

A insatisfação com o processo de negociação está relacionada à atitude dos técnicos responsáveis e a falta de opções no processo de remoção, pois segundo alguns moradores pesquisados, os processos foram permeados de desrespeito e pressão psicológica para que as famílias desocupassem a casa, indicando que as demais opções previstas nos documentos do Programa – como a compra, pela PMB, de imóvel escolhido pela família –, foram pouco efetivadas (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009b).

Ressalta-se que muitos moradores da baixada da Estrada Nova há décadas reivindicam por infraestrutura urbana, saneamento básico e melhores condições de vida, mas que agora, com a chegada do PROMABEN, são impossibilitados de usufruir dessas condições, pois como visto anteriormente, a ausência de espaços de participação popular na elaboração e execução dos projetos urbanísticos não pode ser considerada como falha, mas como elemento importante para o avanço das obras e ampliação do grande capital (SOUZA, 2011; CONCEIÇÃO, 2009).

²⁸¹Alguns moradores destacaram também que sentiram dificuldade para se adaptar no Conjunto Habitacional, e informaram que a Prefeitura realizou alguns encontros no Residencial, porém, apenas no início do processo de reassentamento, o que não teve êxito, pois ressaltaram que as reuniões eram apenas para realizar registros fotográficos das pessoas e do espaço.

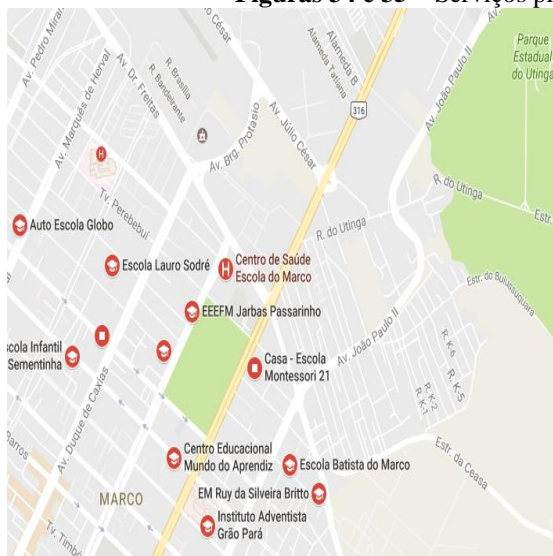
²⁸²Ainda, 17,3% afirmaram que o valor da avaliação foi entre R\$ 36.000,00 a R\$ 40.000,00; seguido de 13,5% dos moradores que afirmaram ter sido acima de R\$ 40.000,00. Outros moradores (36,5%) não souberam afirmar sobre o valor avaliado para sua antiga residência.

Por outro lado, alguns moradores consideraram a avaliação justa (32,7%) e o processo de negociação positivo (42,3%), pois antes do reassentamento estavam residindo em casas alugadas ou em casas com um número reduzido de cômodos, inadequadas ao número de membros da família e hoje estão em uma moradia própria, em uma área com boas condições de saneamento básico, o que demonstra um avanço nos processos de reassentamento, pois como mencionou-se anteriormente, o Programa garantiu a moradia própria para uma parcela considerável de famílias que residiam em casas alugadas ou cedidas.

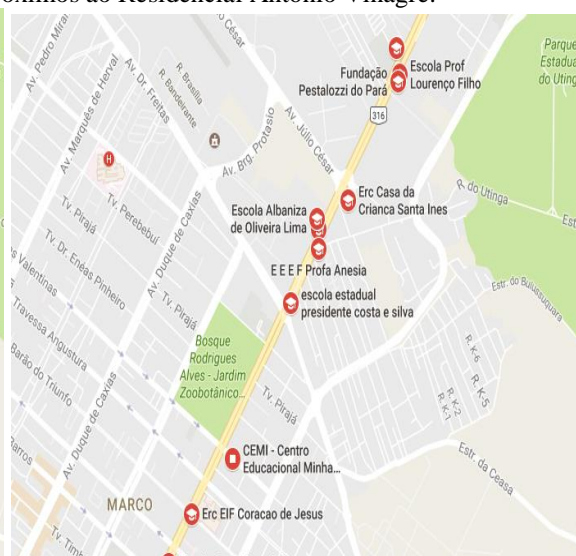
Para finalizar as análises, a pesquisa buscou averiguar alguns elementos importantes da *percepção do morador* sobre o processo de reassentamento, através de variáveis²⁸³ que apontam para melhorias (impactos positivos) e problemas (impactos negativos) do processo de reassentamento de famílias, e ainda para impactos relacionados à vivência no antigo local de moradia.

Com relação às variáveis de impactos positivos, os dados do quadro 6 apontam que as melhorias se referem às condições habitacionais, tendo em vista que o espaço é atendido com serviços urbanos essenciais como transportes públicos, escolas e postos de saúde. Como observa-se nas figuras 34 e 35, próximo ao Residencial ficam localizadas várias Escolas da rede pública e particular, como a E.E.E.F.M. Visconde de Souza Franco, E.E.E.F.M. Pedro Amazonas Pedroso, Colégio Da Vinci; Centro de Saúde do Bairro do Marco, o Bosque Rodrigues Alves, o Parque Estadual do Utinga, entre outros.

Figuras 34 e 35 – Serviços próximos ao Residencial Antônio Vinagre.



Fonte: Google Maps (2017).



Fonte: Google Maps (2017).

²⁸³ Ressalta-se que as alternativas eram de múltipla escolha e foram baseadas nos levantamentos realizados acerca de estudos de impactos pós-reassentamento de famílias moradoras de assentamentos precários. Apenas 2 (dois) moradores não responderam aos impactos negativos; 6 (seis) aos impactos positivos e 9 (nove) aos elementos que sentem falta.

As demais variáveis positivas destacadas, na avaliação dos moradores, apontam para elementos relacionados ao aumento na qualidade de vida das famílias no que diz respeito ao direito à uma moradia (casa própria) atendida com saneamento básico e em boa localização, variáveis relacionadas com a infraestrutura que o bairro oferece às famílias, o que demonstra que os moradores consideraram que o processo de reassentamento garantiu o acesso à casa e aos elementos urbanos essenciais, como o saneamento básico e os serviços públicos.

Quadro 6 – Sistematização dos indicadores de impactos.

INDICADORES DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	VARIÁVEIS POSITIVAS	FREQUÊNCIA	VARIÁVEIS NEGATIVAS	FREQUÊNCIA
Condições de trabalho/renda	Conseguiu atividade de trabalho	05	Perda da atividade de trabalho	14
	Diminuição da taxa de energia	04	Aumento da taxa de energia	34
	Diminuição da taxa de água	03	Aumento da taxa de água	25
	Distância entre a moradia e o trabalho	03	Distância entre o trabalho e a nova moradia	13
	Diminuição do custo de vida	01	Aumento do custo de vida	32
	Recursos para modificar /melhorar a nova moradia	01	Falta de recursos para modificar os espaços	14
	-	-	Outros ²⁸⁴	07
Condições de moradia	Nº dos cômodos suficientes	16	Nº de cômodos insuficientes	14
	Qualidade construtiva dos prédios	10	Qualidade construtiva do prédio	21
	Tamanho dos cômodos	10	Tamanho dos cômodos	14
	Ventilação apropriada	10	Ventilação inapropriada	09
	Outros ²⁸⁵	15	Outros ²⁸⁶	02
Disponibilidade de serviços urbanos sociais	Segurança	15	Insegurança	23
	Acesso a escolas	15	Dificuldade de acesso a escolas e transportes	01
	Acesso a postos de saúde	13	Dificuldade de acesso a postos de saúde	04

²⁸⁴ Alternativa: preocupação com a cobrança de taxa de condomínio. Um dos moradores ressaltou que a questão central, que impede o pagamento de novas despesas, é o desemprego dos moradores.

²⁸⁵ Em relação às melhorias, nessa alternativa os moradores responderam: qualidade de vida relacionado à casa própria, saneamento básico e localização do Residencial. Elementos indispensáveis à moradia digna.

²⁸⁶ Nessa alternativa os moradores responderam: dificuldade de organização entre os moradores e falta de documentos da residência, o que já foi ressaltado como insatisfação dos moradores.

	Acesso a lazer	12	Dificuldade de acesso ao lazer	09
Sociabilidade	Relação de vizinhança	07	Relação de vizinhança	19
	Relação familiar	05	Quebra de laços familiares	10

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Contudo, comparando às variáveis do quadro 6, podemos afirmar que, em geral, os impactos negativos se destacam. As alternativas mais apontadas dizem respeito às condições de trabalho e renda: perda da atividade de trabalho; aumento dos gastos com taxas de energia e água; distância entre o trabalho e a nova moradia; aumento do custo de vida; falta de recursos para modificar os espaços. Essas variáveis representam uma tendência de impactos socioeconômicos apontada ao longo desta dissertação, vistos não como simples efeitos de um processo cheio de falhas ou sem planejamento, mas, como um processo que possui uma lógica de atendimento e defesa da ordem burguesa, haja vista que o PROMABEN, assim como outros programas de intervenção apoiados por agências internacionais de financiamento, como o BID, concebe a política urbana através da formulação e disseminação do modelo de gestão de cidades, que contribui na ampliação e negação do direito à cidade às frações de classe trabalhadora, como assinalou Santana (2012b).

Como apontou o estudo realizado pelo GEP-CIHAB, pouca ou nenhuma medida foi tomada para mitigar ou impedir os impactos apontados ao longo deste capítulo. Como se observa nas falas de alguns dos técnicos do PROMABEN, os impactos já eram previstos:

Não foi feito um trabalho específico para a geração de emprego e renda, o que melhorou foi a qualidade de vida, a questão da habitação, saneamento básico (TÉCNICO F). [...] as mudanças foram enormes, afetaram as relações sociais, o cotidiano das famílias, a relação com o rio, e com o bairro, seus costumes, sua cultura. Mudar para uma outra área, seja indenizado ou reassentado, é difícil, pois a maioria das famílias eram de pessoas idosas, que já moravam há muito tempo (TÉCNICO G). A questão da redução da pobreza não melhorou exatamente, o que melhorou foi a qualidade de vida, com relação a moradia, a área, mas o custo de vida aumentou, por causa do transporte que antes a maioria não precisava pagar para se locomover. Iria melhorar se algumas coisas previstas saíssem do papel como os cursos de capacitação. Há uma preocupação até que ponto as famílias conseguirão se manter, pois o custo de vida aumentou (TÉCNICO C). Melhorou a questão da qualidade de vida das pessoas que permaneceram na área que será saneada, mas para as pessoas reassentadas a situação mudou e muitos não conseguirão se manter nos apartamentos por conta das taxas: água, luz, condomínio, etc. (TÉCNICO E) (GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA – CIDADE, HABITAÇÃO E ESPAÇO HUMANO, 2013, grifos nosso).

O *encarecimento da vida das famílias*, que dificulta o cotidiano dos moradores no pagamento de taxas e impostos, prejudica também a administração/organização do espaço de moradia, pois como ressalta Volochko (2015, p. 1110), ao ser reassentado para conjuntos

habitacionais, o morador é visto como consumidor que precisa elevar seu padrão de vida, se enquadrando no status de consumidor próprio da lógica capitalista.

Isso pode ser evidenciado através da figura onde é possível observar além das infiltrações, decorrentes da baixa qualidade dos materiais, várias pichações nas paredes que demonstram a dificuldade dos moradores em realizar a manutenção do Residencial.

Figura 36 e 37 – Pichações e infiltrações nas paredes do Residencial



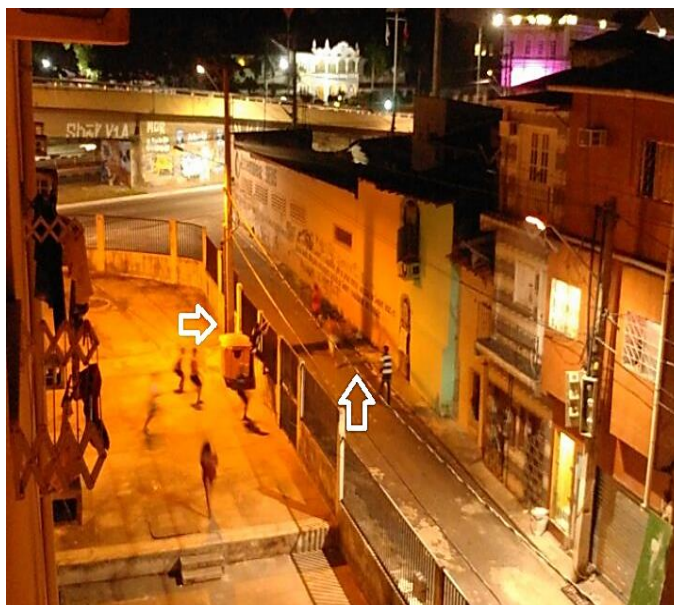
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

A *insegurança* também se destacou como variável de impacto negativo, pois, apesar dos moradores reconhecerem que o antigo bairro (Jurunas) possui um alto índice de violência²⁸⁷, estes relataram que se sentiam mais seguros nesse espaço, pois, como visto, a maioria das famílias morava há muitos anos na área e possuía laços de vizinhança bastante sólidos. No Bairro do Marco, os moradores relataram a ocorrência de muitos assaltos, até mesmo dentro do Conjunto²⁸⁸, assim como disputas violentas entre grupos de alunos das escolas, próximas do Residencial, que são conhecidas como ‘gangues rivais’, em que alguns adolescentes moradores do Conjunto, participam e se envolvem nas constantes brigas, como pôde ser presenciado em um dos dias da pesquisa, sendo registrado na imagem abaixo (figura 38):

²⁸⁷ Terceiro maior bairro de Belém com incidência de criminalidade (SANTANA, 2014) e quinto no ranking dos bairros por homicídios em Belém (dados de 2008 e 2009) (GUSMÃO, 2014).

²⁸⁸ Além da violência, os moradores apontaram o vandalismo em alguns apartamentos ainda vazios, que são arrombados e usados para consumo e venda de drogas.

Figura 38 - Registro de violência durante a pesquisa de campo.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Assim como visto em outros estudos sobre remoção de famílias, ao longo desta dissertação, a *sociabilidade* também se destaca como indicador de impacto negativo, pois de acordo com os moradores o reassentamento provoca o rompimento dos laços familiares e de vizinhança – entendido como perdas de relações afetivas, e/ou a falta de relação afetiva com os novos vizinhos, o que prejudica não só a convivência, como as redes de solidariedade, muito presentes no cotidiano de famílias moradoras de assentamentos precários²⁸⁹.

Recorda-se que esse impacto também foi evidenciado em outros processos de reassentamento em Belém, como no Conjunto Providência e na área da CDP, como assinalaram Abelém (1988), Portela (2005) e Costa et al. (2006): o reassentamento de famílias desarticula não só os laços de amizade, mas também as redes de cooperação, seja financeira, ou de relações diárias mais simples, pois como ressaltou Harvey (1980), é evidente que ao se mudar a forma espacial da cidade por realocação residencial, por exemplo, muda-se não apenas os custos financeiros, como também os emocionais e psicológicos.

Como elemento final, perguntou-se aos moradores do que eles sentiam falta na antiga moradia e/ou bairro. E os dados (quadro 7) demonstraram que a maioria dos moradores, escolheu variáveis que apontam para a vivência com a estrutura da antiga casa. Entre as mais escolhidas estão: área de pátio; cômodos amplos, quintal e ventilação, o que reflete, mais uma

²⁸⁹ Ressalta-se que para tentar mitigar esse impacto, a PMB possibilitou às famílias a escolha do apartamento, o que segundo os moradores foi positivo, mas não conseguiu eliminar esse impacto, pois nem todos os amigos e familiares moravam próximos uns dos outros, ou foram reassentados.

vez, a insatisfação dos moradores com relação à estrutura das novas moradias²⁹⁰, pois como vimos anteriormente, é imprescindível a garantia da participação do usuário na definição do projeto habitacional. Como foi demonstrado com o estudo acerca da experiência da área da CDP – no final da década de 1990 –, a participação popular provocou nos moradores um sentimento de satisfação com a nova casa, o que foi considerado um avanço para projetos de reassentamento involuntário (SANTANA; PERDIGÃO, 2010)²⁹¹.

Quadro 7 – Do que os moradores sentem falta do antigo local de moradia?

INDICADORES	VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA
Estrutura da antiga casa	Área de pátio	22
	Cômodos amplos	22
	Quintal	14
	Ventilação	10
	Privacidade	09
	Mais janelas	09
	Casa térrea	07
	Sala junto com cozinha	05
	Área coberta junto à cozinha	05
Antigo local	Bairro	23
	Relações e Localização	15
	Rio	05

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Os moradores investigados destacaram ainda, que sentem falta do bairro, relações interpessoais, localização e rio, ou seja, alguns moradores ressaltaram que sentem falta da vivência no antigo local de moradia, e que costumam frequentar o Jurunas, para visitar familiares e amigos, fazer compras e até mesmo para trabalhar. Como já mencionado anteriormente, as famílias da baixada da Estrada Nova possuem uma ligação direta com o rio, seja pela alimentação, ou pelas relações de trabalho, pois, como a área concentra diversos portos – por onde chegam o pescado, o açaí e a farinha, por exemplo – muitas famílias aproveitavam para desenvolver suas estratégias de trabalho e renda, no local.

Em nível de síntese, os dados da pesquisa revelam que os principais impactos socioeconômicos do processo de reassentamento realizado pelo PROMABEN, referem-se à *desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias*, expressa nas seguintes variáveis destacadas²⁹²: queda nos trabalhos relacionados ao comércio e serviços (17,4%); remoção da

²⁹⁰ Houve destaque também para a venda ou aluguel do apartamento, no intuito de, por exemplo, “comprar uma casa melhor, com quintal” (MORADOR I), ou ainda de retornar para o antigo bairro.

²⁹¹ O que segundo as autoras só foi possível pelo contexto de democratização vivido na época, expressando os significativos ganhos dos movimentos sociais, partidos de esquerda, intelectuais e gestores, engajados na luta pela Reforma Urbana (SANTANA; PERDIGÃO, 2010).

²⁹² As variáveis apontam para a porcentagem dos moradores evidenciados.

atividade comercial/serviço desenvolvida na antiga residência (38,5%); perda da atividade de trabalho (27%); estabelecimentos comerciais/serviços não indenizados (15,4%); não continuidade do comércio/serviço na nova moradia (32,7%); aumento da distância entre a nova residência e o trabalho (25%); necessidade de realizar alguma estratégia de renda (23%); aumento nos gastos com a taxa de água (48%); aumento nos gastos com a taxa de energia elétrica (65,3%); aumento no custo de vida (61,5%); insatisfação com o tamanho dos cômodos (27%); queda na quantidade de famílias com mais de 5 pessoas (15,3%); insatisfação com a qualidade construtiva do prédio (40,4%); falta de recursos para reparos e modificações nos espaços (27%); falta do documento de titularidade da nova casa (82,7%); insegurança (44,2%) e quebra de laços familiares e de vizinhança (55,8%).

Assim, a pesquisa sobre o reassentamento de famílias para o Conjunto Antônio Vinagre evidencia que a mudança residencial significou melhorias nas condições físicas da moradia, muito especialmente em relação ao acesso ao saneamento básico, mas *esta mudança não significou melhorias para as condições de trabalho e renda do morador, ao contrário, o reassentamento realizado pelo PROMABEN teve por consequência a desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias*²⁹³.

Desse modo, *o reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador*, isso porque a produção e uso da cidade condiz diretamente com a divisão social do trabalho no espaço. Logo, *apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não altera sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora, pois as condições de renda permanecem as mesmas da área anterior ou chegam a piorar, e os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no assentamento precário, neste caso na baixada.*

²⁹³ Ressalta-se que os impactos evidenciados nesse estudo, podem ser determinantes para a impermanência das famílias na nova moradia, tendo em vista que a pesquisa de campo identificou um significativo número de apartamentos alugados (13) e cedidos (04), assim como apartamentos já ocupados, mas que, segundo informações de vizinhos, as famílias não residiam (07). Segundo os moradores, algumas dessas famílias ficaram pouco tempo após o reassentamento e em seguida se mudaram (ver Apêndice B - Sistematização da pesquisa de campo por blocos de apartamentos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico-metodológico utilizado, foi possível observar que, sob a dinâmica capitalista de produção e reprodução do espaço urbano, surgem enormes diferenças no que se refere ao acesso a bens de consumo e serviços coletivos, entre os quais a habitação é um deles, ou seja, na cidade capitalista, a habitação se torna mercadoria, e seu acesso é determinado pelo potencial de compra do consumidor, o que influencia na produção seletiva e segregada das moradias, determinando sua precariedade, escassez e até mesmo inexistência para as frações da classe trabalhadora mais empobrecida (LOJKINE, 1997; ENGELS, 2010; 2015; LEFEBVRE, 2016).

Como visto ao longo deste estudo, as exigências do capital, somadas à aplicação da legislação altamente circunstancial e parcial à cidade, determinam a distribuição das frações da classe trabalhadora no espaço urbano, restando como alternativas de moradia, e acima de tudo como forma de resistência e estratégia de sobrevivência: as casas autoconstruídas, as favelas, as palafitas, os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, e qualquer outro espaço, em geral, segregado e precário para a sua reprodução social (LOJKINE, 1997; HARVEY, 2005; SANTOS, 2008; MARICATO, 2001; CORRÊA, 1993).

Nesse sentido, compreende-se que o Estado como mediador das relações sociais de produção, materializa através de intervenções urbanas, práticas de segregação socioespaciais (POULANTZAS, 1980; LEFEBVRE, 2001; ENGELS, 2015), pois, conforme visto, a ação estatal é “a forma mais elaborada e mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas” (LOJKINE, 1997, p. 190-191).

No Brasil, observou-se que as intervenções urbanas se distanciam da realidade concreta para garantir “a lógica de organização da racionalidade burguesa, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios” (MARICATO, 2002, p. 122). Como visto, as intervenções de caráter sanitarista e de embelezamento do espaço, sempre tiveram presentes ao longo da história da política urbana habitacional brasileira, e priorizaram a retirada das frações da classe trabalhadora do seu espaço de moradia, criando condições para o grande capital (VILLAÇA, 1986; VALLADARES, 1980; BONDUKI, 1994; MARICATO, 2001).

Os dados nacionais acerca dos impactos pós-reassentamento de famílias indicaram que, na maioria dos casos, as determinações governamentais divergem das reais necessidades dos moradores, desconsiderando particularidades, como por exemplo os arranjos familiares diferenciados e o uso da moradia como local de trabalho, visto que, em termos de espaço as

novas moradias, em geral, são construídas em forma de apartamentos verticalizados que atendem à lógica da cidade formal, contudo apresentam dificuldades aos moradores, seja para acomodar os membros da família, seja para desenvolver sua atividade comercial e/ou de serviço (HEIMBECKER, 2015; MOTTA, 2014; SANTANA; PERDIGÃO, 2010; VOLOCHKO, 2015).

Como visto, em Belém, diversos projetos urbanísticos realizados nas baixadas também privilegiaram a infraestrutura física do espaço, em detrimento das condições de reprodução social das famílias atingidas. O levantamento dos estudos regionais acerca dos processos de reassentamento de famílias das baixadas de Belém apontou que há uma tendência em relação aos impactos sobre as estratégias de sobrevivência das famílias, especialmente, no que diz respeito à *quebra das relações*, sejam elas de *trabalho ou afetivas*, bem como a *dificuldade no acesso aos serviços urbanos essenciais*, provocadas pela desarticulação das condições de manutenção do trabalho e dos laços de solidariedade entre os moradores, além da cobrança de taxas antes não pagas (ABELÉM, 1988; RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 1997; BARBOSA, 2003; BARROS, 2008; CONCEIÇÃO, 2009; SANTANA; PERDIGÃO, 2010; SOUZA, 2011; FERREIRA FILHO, 2017).

Diante disso, os indicadores evidenciados no decorrer deste estudo demonstram que a política de habitação para as frações mais pobres da sociedade, pauta-se no modelo que define as cidades como centro de dinamização da economia, seguindo a lógica dos grandes projetos econômicos que agregam maior valor ao solo, desarticulando as estratégias das famílias atingidas por projetos urbanísticos (CRUZ; SILVA; SÁ, 2015), o que para Souza e Santana (2013) é um impacto histórico na produção de moradia popular no Brasil, que implica tanto na (im)permanência dos moradores nas novas moradias e repercutem econômica e socialmente para o processo de segregação social do trabalho e da moradia, como assinalou Cruz (2012).

Conforme a pesquisa apresentada, o PROMABEN se constitui na mais recente intervenção urbana na capital paraense, e segue as orientações do modelo de gestão de cidades – difundidas pelas agências multilaterais de crédito, nesse caso o BID, que para garantir a execução das obras de infraestrutura física, visando o embelezamento da cidade e a atração do grande capital, adota a remoção de famílias.

De acordo com os dados apresentados no quarto capítulo desta dissertação, *o reassentamento de famílias para o Conjunto Residencial Antônio Vinagre, realizado pelo PROMABEN, provocou a desarticulação nas estratégias de sobrevivência dos moradores*, haja vista que, a mudança para o Residencial implicou, entre outros impactos:

- Na perda da atividade de trabalho (27%);
- Na impossibilidade de continuar a atividade comercial/serviço na nova moradia (32,7%), pois, como visto, mesmo com lojas comerciais no Residencial, não foi garantido o desenvolvimento das antigas atividades;
- No aumento da distância entre a nova moradia e o local de trabalho (25%), o que provocou também o aumento de gastos com o deslocamento;
- Na necessidade de realizar alguma estratégia de renda para arcar com os novos gastos (40%), em geral, com a taxa de água (48%) e energia elétrica (65,3%), provocando, dessa forma, o aumento no custo de vida (61,5%);
- Na insatisfação com o tamanho dos cômodos (27%) e com a baixa qualidade construtiva do prédio (40,4%), que pela falta de recursos (27%) os moradores não conseguem realizar reparos ou modificações nos espaços;
- Além da quebra de laços familiares e de vizinhança (55,8%), que desarticulam não só os laços afetivos, mas também as redes de cooperação, seja financeira, seja de relações diárias mais simples, como de ajudas domésticas.

Com isso, conclui-se que o PROMABEN retirou as famílias do alagado, mas não atendeu as condições de trabalho e renda, ao contrário, desarticulou as estratégias de sobrevivência dos moradores, indicando que a relação entre o direito à moradia e o direito ao trabalho ainda reflete o papel desigual que desempenham as práticas de segregação socioespacial na conformação da vida urbana e nas condições de reprodução social da classe trabalhadora (CARDOSO, 2010; CRUZ, 2012).

Assim, pode-se inferir, através do método utilizado neste estudo, que há uma *tendência de impactos socioeconômicos pós-reassentamento nas estratégias de sobrevivência das famílias*, pois o direito de morar ainda é confundido com a propriedade de uma casa, ou seja, garante-se a moradia, mas não as condições socioeconômicas de permanecer nela (SANTOS, 2012). Apesar da nova casa, “o morador segue sendo pobre em termos de conteúdo de apropriação dos direitos sociais e serviços urbanos”, ou seja, se trata de uma reprodução das desigualdades socioespaciais em um novo local (VOLOCHKO, 2015, p. 122), uma nova precarização das condições de vida.

Como assinalou Santana (2012b, p. 28), os profissionais envolvidos nos projetos urbanísticos, dentre eles os Assistentes Sociais, precisam encarar “a difícil tarefa de contribuir com a remoção dos pobres, mesmo tendo clareza que esse processo vai de encontro aos avanços referentes aos direitos de cidadania”. Assim, pesquisas dessa natureza se apresentam como um

desafio para a formação e trabalho profissional dos Assistentes Sociais, especialmente os que atuam na política urbana habitacional, considerando a perspectiva de luta pela democratização das políticas públicas, bem como, a construção do direito à cidade em nova ordem societária.

De acordo com Cardoso (2010, p. 33), ainda é um desafio à formulação de políticas públicas comprometidas com a articulação “das duas dimensões da vida social, o direito ao trabalho e o direito à cidade”, o que para isso é necessário que se articule os projetos urbanos/habitacionais a projetos de geração de trabalho e renda que atendam a dinâmica local das famílias moradoras de assentamentos precários, neste caso, das baixadas, para que estas tenham condições de reprodução social no espaço urbano.

Contudo, é importante registrar que as relações sociais, sob dominação capitalista, destroem as possibilidades democráticas e civilizatórias do urbano, e por outro lado, revelam seus limites e as novas possibilidades do pensamento e da ação (CARDOSO, 2012). Em vista disso, como apontado na discussão teórica deste trabalho, o direito à cidade só poderá ser alcançado quando houver superação da ordem capitalista. Para o que é necessária a superação da propriedade privada, da divisão do trabalho e das instituições políticas, ou seja, de todas as formas de alienação humana (MARX, 1989a).

Por isso a importância da relação entre o “conhecimento teórico e realidade empírica do universo urbano, social e institucional”, para que se redefinam técnicas, programas e instrumentos que possam constituir uma ação de resistência, pois “o conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação” (MARICATO, 2002, p. 173-186) e transformação.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1988.
- AHLERT, B; GUIMARÃES, G. T. D.; MENDONÇA, M. C. G. O papel do estado na produção do espaço urbano: uma análise a partir dos reassentamentos involuntários de famílias. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Ribeirão Preto, ABEPSS, 2016. 1 CD-ROM.
- ALVES, J. de M., CORDEIRO, S. M. A. Impactos evidenciados nos territórios dos assentamentos da região norte do município de Londrina. **XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, ABEPSS, 2012. 1 CD-ROM.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. **INTERFACEHS**. Revista de gestão Integrada em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente, v. 3, n. 2, 2008.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- ARAÚJO, F. de S. **Entre portais do espetáculo e portas do cotidiano sobre as águas do Guamá: cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas, Belém-pa**. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- ARREGUI, C. C; KOGA, D. Avaliação dos impactos sociais, econômicos e territoriais nas famílias beneficiárias do PMCMV – Flor de Jasmim (Osasco – SP). **XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Natal, Universidade do Rio Grande do Norte, ABEPSS, 2014. 1 CD-ROM.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Anexo Único** – Promaben, 2009b. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 maio 2011.
- _____. Brasil – Programa de Saneamiento de la Cuenca Estrada Nueva- Promaben (BR-L1065). **Propuesta de Préstamo**. 2009a. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 maio 2011.
- _____. **Documento Conceptual de Proyecto-Brasil (DCP)**, 2007. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 maio 2011.
- BARBOSA, M. J. de S. **Estudo de caso: Tucunduba: Urbanização do Igarapé Tucunduba. Gestão de Rios Urbanos – Belém/Pará (versão condensada)**. Belém: UFPA, 2003.

BARROS, L. G. C. B. **Desenvolvimento de cidades: verso e reverso da sustentabilidade sócio-ambiental na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém/PA**. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2008.

BAUTÈS, N.; FERNANDES, L. L.; BURGOS, M. D. Entre Confrontos e Desafios na Construção da Legitimidade Popular: Algumas Perspectivas sobre os Movimentos de Resistências em Favelas do Rio de Janeiro. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2013.

BECKER, B. K. A Amazônia no espaço brasileiro. In: **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Série Princípios).

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. **Agenda de Notícias**. Famílias reassentadas pela Prefeitura de Belém conquistam moradia digna e regularizada. Belém, 2016b. Disponível em: <<http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/123080/familias-reassentadas-pela-prefeitura-de-belem-conquistam-moradia-digna-e-regularizada>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Belém. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. **Plano Diretor do Município de Belém**. Belém, 2008.

_____. Prefeitura Municipal de Belém. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. **Relatório de Impacto Ambiental**. Tomo 01/02, 2007a. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Belém. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. **Relatório de Impacto Ambiental**. Tomo 02/03, 2007b. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Belém. Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). Subcoordenação Social. **Resposta ao Ofício nº 18/2016 (07 de junho de 2016)**. Belém, 2016a.

_____. Prefeitura Municipal de Belém. **Projeto de Trabalho Técnico Social: Portal da Amazônia/Orla sub-bacia I**, 2007c. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BOLETIM INFORMATIVO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Nossas vidas, nossos direitos: Portal da Amazônia. Ano 2, n. 3, agosto de 2009. ALMEIDA, A. W. B. et al. (coord.). **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Manaus: PPGAS/UFAM, 2009.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. **Revista Análise Social**, v. 29, n. 127, 1994, p. 711-732.

BONDUKI, N. G.; ROSSETO, R.; GHILARDI, F. H. Política e Sistema nacional de habitação, Plano nacional de habitação. In: ROSA, J. S.; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2017. **Contrato de trabalho doméstico**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Lei Federal 5.452. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. Lei Federal 10.257. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

CARDOSO, A. L.; ARAÚJO, R. L. de; GHILARDI, F. H. Necessidades Habitacionais. In: ROSA, J. S.; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. do; O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais” In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, I. C. da C. Cidade capitalista e política urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana? In: SANTANA J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. do S. F. de (Orgs). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

_____. O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”? **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, 2013.

_____. Trabalho e cidade em tempos de “exceção”: políticas de trabalho ou gestão da pobreza? In: GOMES, M. F. C. M.; BARBOSA, M. J. S. (Orgs.). **Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência**. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

CARDOSO, W. S. **Adensamento Socioespacial nos Assentamentos Precários em Belém/PA: indicadores socioespaciais urbanos**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARPANELLI, F. G. Precariedade urbana e necessidades sociais: um par dialético para a análise e o enfrentamento da questão urbana no Brasil. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Ribeirão Preto, ABEPSS, 2016. 1 CD-ROM.

CHABAN, L; BERNARDES L. V. T; ARRUDA T. F. P. Análise do processo de pós-ocupação dos reassentados no Residencial José Carlos Guimarães em Várzea Grande – MT. **XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, ABEPSS, 2012. 1 CD-ROM.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, M de J. F. **Avaliação pós-ocupação em conjuntos habitacionais de interesse social: o caso da Vila da Barca (Belém-Pa)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Universidade da Amazônia, Belém, 2009.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

COSTA, E. D. da; COSTA, S. M. G. da; COSTA, D. R.; NUNES, A. J. F. Projetos urbanos, remanejamento e rotinas familiares na comunidade Riacho Doce Belém-Pa. **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Ribeirão Preto, ABEPSS, 2016. 1 CD-ROM.

COSTA, M. das G. F. et al (Orgs.). **Impactos Sócio-Econômicos do Projeto de Macrodrenagem: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres**. Belém: Editora Graphitte, 2006.

COSTA, N. M. do S. V. **A produção habitacional em pequenas cidades paraenses: Análise do Programa Minha Casa Minha Vida e Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. 232 f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, S. M. G. da; PERDIGÃO, A. K. de A. V.; CAVALCANTE L. I. C. Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, 2015.

COUTINHO, C. N. **Contra a Corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, S. H. R. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. 317 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CRUZ, S. H. R.; SILVA, I. S.; SÁ, M. E. de. Segregação social do trabalho e da moradia: “Portal da Amazônia” em Belém (PA). **Revista Temporalis**, Brasília (DF), v. 15. n. 29, 2015.

DAMASCENO, L. L.; FIRME, R. F.; OLIVEIRA, R. R. de; SILVA, A. I. da. Impactos socioeconômicos vivenciados pelas famílias beneficiadas pelo projeto Moradia/Reconstrução. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010. 1 CD-ROM.

DAOU, A. M. **A Belle Époque Amazônica**. (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DENALDI, R. Assentamentos precários: identificação, caracterização intervenção. In: ROSA, J. S; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

DIAS, L. C. Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco em Cuiabá (MT). **Revista Argumentum**, Vitória, n. 1, 2012.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, J. C. M. L. **Assentamentos precários e dispersão urbana: o caso da região metropolitana de Belém**. Belém: UNAMA, 2012.

FERNANDES, L. L. Trabalho Social e Habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (Orgs.). **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FERNANDES, L. R.; SILVA, E. C.; SANTOS, B. A.; OLIVEIRA, T. L.; MILITÃO, M. N. de S. do A. Desapropriação urbana por utilidade pública: famílias não indenizadas. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010. 1 CD-ROM.

FERREIRA, J. S. W. O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. In: ROSA, J. S.; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

FERREIRA FILHO, S. L. C. **Impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos na Região Metropolitana de Belém – PA evidenciados em estudos acadêmicos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisão sistemática da literatura: passos para sua elaboração. In: **Epidemiol e Serviços de Saúde**. Brasília, p. 183-184, 2014.

GEP-CIHAB. RELATÓRIO DE PESQUISA. **Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN: Análise da concepção e processo de indenização e reassentamento de famílias**. Belém: UFPA, 2013.

GOMES, M. de F. C. M. Cidadania e espaço público numa experiência de política de urbanização de favelas. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Política de habitação e sustentabilidade urbana. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Orgs.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Serviço social e políticas urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 105-118, ago./dez. 2015.

GOMES, M. de F. C. M.; FERNANDES, L. L. Questão urbana e exclusão social: o que mudou nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia uma década após o Programa Bairrinho? **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 2, 2008.

GOMES, M. de F. C. M.; MOTTA, T. S. Empresariamento Urbano e Direito à Cidade: Considerações sobre os Programas Favela-Bairro e Morar Carioca no Morro da Providência. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2013.

GUSMÃO, L. H. A. **As 10 maiores baixadas/favelas de Belém**. Belém, 2017. Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2017/03/as-10-maiores-baixadasfavelas-de-belem.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

_____. **Mapeamento dos Homicídios por bairros de Belém em 2008-2009**. Belém, 2014. Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2014/01/mapeamento-dos-homicidios-nos-bairros.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

HARVEY, David. **A justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEIMBECKER, V. P. C. Construir, desmanchar: a implantação de conjuntos habitacionais em Manaus e a dissolução da cidade flutuante em 1967. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1993.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>>. Acesso em: 29 maio 2017.

LEAL, A. L. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (Orgs.). **Revista de Estudos Paraenses** (edição especial). Belém: IDESP, 2010.

LEÃO, M. B. M. S. Remoção e reassentamento em projetos de urbanização de baixadas em Belém: tendências recentes e retrocesso. **XVI ENANPUR: Espaço, Planejamento e Insurgências**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://xvienanpur.com.br/anais>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

_____. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999a.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Espaço e Política.** O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: Um estudo a partir do PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do País.** 2009. 285 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, S. L. R. de. Metamorfoses na luta por habitação no Rio de Janeiro. In: GOMES, M. de F. C. M.; BARBOSA, M. J. de S. (Orgs). **Cidade e sustentabilidade:** mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Praia Vermelha, 2010.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** Tradução: Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social:** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. O Particular à luz do materialismo dialético. In: _____. **Introdução à uma estética marxista:** sobre a categoria da particularidade. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

MALHEIRO, B. C. P. **Portos, portas e postais:** experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MÁRCIA, L. Embargo nas obras do Portal da Amazônia: incompetência ou má fé de Duciomar? In: **Militância Viva**, 2011. Disponível em: <<http://militanciaviva.blogspot.com.br/2011/06/embargo-nas-obras-do-portal-da-amazonia.html>> Acesso em: 27 jul. 2017.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs). **A cidade do pensamento único.** Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Brasil, cidades.** Alternativas para a crise urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, G. A incorporação amazônica na reprodução capitalista brasileira. In: MARQUES, G; TRINDADE, J. R. (Orgs.). **Revista de Estudos Paraenses.** Belém: 2010. p. 67-88.

_____. Amazônia: uma moderna colônia energética mineral? In: **Universidade e sociedade**. Ed. Sindicato nacional dos docentes das Instituições de ensino superior. Ano XXI, n. 49, jan. Brasília: 2012.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. Trabalho alienado e superação positiva da auto alienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos 1844). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels**. História. São Paulo: Ática, 1989a. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (extrato da Ideologia Alemã). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels**. História. São Paulo: Ática, 1989b. p. 146-181. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. Anexos. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Capítulo V – O processo de trabalho o processo de valorização. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 255-263.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2014.

MOTTA, T. S. da. O programa de urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro: o Morar Carioca em pauta. **XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Natal, Universidade do Rio Grande do Norte, ABEPSS, 2014. 1 CD-ROM.

MOURA, A.; SANTANA, J. V.; SÁ, M. E. R. Projeto “Portal da Amazônia” (Belém-PA); entre o embelezamento de cidades e as expectativas dos moradores pelo uso do espaço infraestruturado. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, ano 34, n. 121, p. 36-42, 2010.

NEGRÃO, M. R. G. **A contribuição dos programas oficiais para a consolidação sócioespacial de assentamentos informais**: uma avaliação do Plano de Desenvolvimento Local nos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal – Belém – Pa. 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

NETO, J. G. da S. **Da Estrada Nova a uma nova estrada?** Estudo de caso de famílias reassentadas pelo PROMABEN no Residencial Antônio Vinagre. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

NETTO, J. P. A questão social na América Latina. In: GARCIA, M. L. T.; RAIZER, E. C. (Orgs.). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória: EDUFES, 2012. p. 83-111.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, A. B. **Impactos no trabalho e renda dos moradores reassentados pelo PROMABEN**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

OLIVEIRA, E. L. de; GIVISIEZ, G. H. N; RIOS NETO, E. L. G. **Demanda Futura por Moradia no Brasil 2003–2023**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

PARÁ. **Corpus Christi será no Portal da Amazônia**. Belém, 2015. Disponível em: <<http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-369042-.html>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PENTEADO, A. R. **O sistema portuário de Belém**. Belém: Ed. UFPA, 1973. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

PICOLI, F. A expansão do capital. In: _____. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINI. **Tabela de Custo PINI**. Disponível em: <<http://www.piniweb.com.br>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PONTE, J. X. P. **A Orla de Belém: intervenções e apropriação**. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

PORTELA, R. S. Participação Popular no Ideário da Reforma Urbana: possibilidades e limites para adoção de novos paradigmas. **Papers do NAEA** (UFPA), NAEA, v. 178, p. 1-23, 2005.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RAMOS, M. H. R.; SÁ, M. E. R. A avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, M. H. R. (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, L. C. de Q. Segregação Residencial e Políticas Públicas: Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, Portugal: n. 06, 2003.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RODRIGUES J. M; CORRÊA, F. S (Coords.). **Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros**: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Belém, Manaus, Campinas, Goiânia, Florianópolis, Vitória, Natal e Maringá. Observatório das Metrópoles, IPPUR/FASE. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrosoles@ufrj.br>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

RIBEIRO, R. L. C. Pensando em antigas e novas formas (políticas) de habitação popular no Rio de Janeiro: Para onde foram (ou vão) os pobres? **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, 2015.

RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém.** Belém: NAEA-UFPA/FCAP, 1996.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTANA, J. V. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e Política Urbana no município de Belém: tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social.** 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

_____. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./jun., p. 21-31, 2012b.

_____. **Gestão de Cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento.** 1. ed. Campinas-SP: Papel Social, 2013.

_____. Invasões de terra e política habitacional: mediações de interesses na atuação da Companhia de Habitação do Estado do Pará. In: SANTANA, J. V.; SÁ, M. E. R. de (Orgs.). **Políticas Públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade.** 1. ed. Belém: ICSA/UFPA, 2011. p. 111-164.

_____. Pequenas Cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (Orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed. UFPA, 2012a. p. 77-96.

SANTANA, J. V.; PERDIGÃO, A. K de A. V. Avaliação de práticas habitacionais pós-remanejamento: área CDP (Belém/Pa) 10 anos depois. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010. 1 CD-ROM.

SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; PERDIGÃO, A. K. A. V.; MOURA, A. S. F. de; MORAES, M. R. L. de; NETO, J. G. S.; OLIVEIRA, A. B.; MAUÉS, R. S. **POLÍTICA HABITACIONAL E CAPACIDADE ADMINISTRATIVA: uma discussão a partir da realidade dos pequenos municípios no Pará. 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).** Águas de Lindóia (SP), 2013.

SANTANA, J. V.; OLIVEIRA, A. B. de; MAUÉS, R. M. Habitação e remoção de Famílias: reflexões sobre a política urbana na cidade de Belém-Pará. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP): O Desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização das Lutas contra a Exploração, a Dominação e a Humilhação.** São Luís, 2013.

SANTANA, L. L. S. Geografia e violência na periferia de Belém: uso do território, produção do espaço e índices de homicídios nos bairros do Guamá, Terra-firme e Jurunas. Belém-PA. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Lorena%20de%20Lima%20Sanches%20Santana.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2017. p. 2580-2596.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, C. A. da. Repercussões da política de habitação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XII ENPESS, 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?. 1 CD-ROM.

SILVA, M. O. da S. e. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

SOUZA, A. K. de. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, A. K.; SANTANA, J. V. Política habitacional e (im)permanência de famílias remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização vila da barca em Belém, Pará. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, n. 1, 2013.

STEIN, R. H. Configurações recentes dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 196-219.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo, nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-52.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA, NAEA, 1997. 198 p.

VAINER. C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela – do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Ed. Global, 1986. (Cadernos de educação política. Série sociedade e estado, nº 16).

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

APÊNDICE A – Formulário de Pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIDADE, HABITAÇÃO E ESPAÇO HUMANO – GEP-CIHAB**

Nome do pesquisador:

--	--	--

	Nº FORM.

Formulário

Bloco Nº _____ Apartamento Nº _____

PARTE I: PERFIL DO MORADOR	
01. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ FOI REASSENTADO(A) PELO PROMABEN?	
Resposta: _____	
02. EM CASO DE NÃO TER SIDO REASSENTADO, COMO ADQUIRIU A RESIDÊNCIA?	
1. <input type="checkbox"/> comprado	
2. <input type="checkbox"/> alugado	
3. <input type="checkbox"/> ocupado	
4. <input type="checkbox"/> cedido	
5. <input type="checkbox"/> Outra: _____	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
03. VOCÊ É O BENEFICIÁRIO DO PROMABEN? CASO NEGATIVO, QUAL A RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O BENEFICIÁRIO?	
1. <input type="checkbox"/> Beneficiário	
2. <input type="checkbox"/> Cônjuge	
3. <input type="checkbox"/> Filho (a)	
4. <input type="checkbox"/> Outros _____	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
04. SEXO:	
1. <input type="checkbox"/> Masculino 2. <input type="checkbox"/> Feminino 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
05. ESTADO CIVIL:	
1. <input type="checkbox"/> Solteiro(a) 2. <input type="checkbox"/> Casado(a) 3. <input type="checkbox"/> Separado(a) 4. <input type="checkbox"/> Divorciado(a) 5. <input type="checkbox"/> Amigado(a)	
6. <input type="checkbox"/> Viúvo(a) 7. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar (_____) 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
06. IDADE:	
1. <input type="checkbox"/> - de 18 anos 5. <input type="checkbox"/> de 45 a 54 anos	
2. <input type="checkbox"/> de 18 a 24 anos 6. <input type="checkbox"/> de 55 a 69 anos	
3. <input type="checkbox"/> 25 a 34 anos 7. <input type="checkbox"/> 70 anos ou mais	
4. <input type="checkbox"/> de 35 a 44 anos 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	

<p>07. QUAL A SUA ESCOLARIDADE?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sem escolaridade</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Alfabetização</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (incompleto)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (completo)</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Ensino médio (incompleto)</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Ensino médio (completo)</p> <p>7. <input type="checkbox"/> 3º Grau incompleto</p> <p>8. <input type="checkbox"/> 3º Grau completo</p> <p>9. <input type="checkbox"/> Pós- graduação</p> <p>10. <input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta.</p>
<p>08. ONDE VOCÊ NASCEU?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Bairro do Jurunas</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Outro bairro do Município de Belém</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Outro Município da RMB (Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel e Santa Bárbara)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Outro município do Pará</p> <p>5. <input type="checkbox"/> De outros Estados</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta.</p>
<p>PARTE II- TRABALHO E RENDA</p>
<p>09. QUAL ERA SUA PROFISSÃO / OCUPAÇÃO ANTES DO REASSENTAMENTO?</p> <p>_____</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta.</p>
<p>9.1 ESSA OCUPAÇÃO ERA FORMAL:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Outros</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe ou sem resposta</p>
<p>10. QUAL SUA PROFISSÃO / OCUPAÇÃO DEPOIS DO REASSENTAMENTO?</p> <p>_____</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta.</p>
<p>10.1 ESSA OCUPAÇÃO É FORMAL:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Outros</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe ou sem resposta</p>
<p>11. QUAL ERA SUA RENDA ANTES DO REASSENTAMENTO? VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO (R\$: 880,00)</p> <p>1. <input type="checkbox"/> sem renda</p> <p>2. <input type="checkbox"/> menos de 1 salário mínimo</p> <p>3. <input type="checkbox"/> de 1 a 2 s. m</p> <p>4. <input type="checkbox"/> mais de 2 a 3 s. m</p> <p>5. <input type="checkbox"/> mais de 3 a 5 s. m</p> <p>6. <input type="checkbox"/> mais de 6 a 8 s. m</p> <p>7. <input type="checkbox"/> mais de 8 s. m</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>

<p>12. QUAL É SUA RENDA DEPOIS DO REASSENTAMENTO?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> sem renda</p> <p>2. <input type="checkbox"/> menos de 1 salário mínimo</p> <p>3. <input type="checkbox"/> mais de 1 a 2 s. m</p> <p>4. <input type="checkbox"/> mais de 2 a 3 s. m</p> <p>5. <input type="checkbox"/> mais de 3 a 5 s.m</p> <p>6. <input type="checkbox"/> mais de 6 a 8 s.m</p> <p>7. <input type="checkbox"/> mais de 8 s. m</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>13. QUAL ERA A RENDA DA FAMÍLIA ANTES DO REASSENTAMENTO?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> sem renda</p> <p>2. <input type="checkbox"/> menos de 1 salário mínimo</p> <p>3. <input type="checkbox"/> mais de 1 a 2 s. m</p> <p>4. <input type="checkbox"/> mais de 2 a 3 s. m</p> <p>5. <input type="checkbox"/> mais de 3 a 5 s.m</p> <p>6. <input type="checkbox"/> mais de 6 a 8 s.m</p> <p>7. <input type="checkbox"/> mais de 8 s. m</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>14. QUAL É A RENDA DA FAMÍLIA HOJE, DEPOIS DO REASSENTAMENTO?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> sem renda</p> <p>2. <input type="checkbox"/> menos de 1 salário mínimo</p> <p>3. <input type="checkbox"/> mais de 1 a 2 s. m</p> <p>4. <input type="checkbox"/> mais de 2 a 3 s. m</p> <p>5. <input type="checkbox"/> mais de 3 a 5 s.m</p> <p>6. <input type="checkbox"/> mais de 6 a 8 s.m</p> <p>7. <input type="checkbox"/> mais de 8 s. m</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>15. COMO FICOU A RENDA FAMILIAR DEPOIS DO REASSENTAMENTO?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Estável 2. <input type="checkbox"/> melhor 3. <input type="checkbox"/> pior 4. <input type="checkbox"/> Não sabe 99. <input type="checkbox"/> Sem Resposta</p>
<p>16. QUAL (S) BENEFÍCIO (S) SOCIAL (S) SUA FAMÍLIA TEM ACESSO? (pode marcar mais de uma)</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Não recebe</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Bolsa família</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Benefício de Prestação Continuada- BPC</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Brasil carinhoso</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Seguro defeso</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>17. HAVIA COMÉRCIO E/OU SERVIÇOS NA RESIDÊNCIA ANTERIORMENTE (EM CASO NEGATIVO PASSAR PARA A PARTE III, QUESTÃO 23).</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Não</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>18. QUAL ERA O USO DO IMÓVEL NO JURUNAS, ERA RESIDENCIA E/OU COMÉRCIO?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> residencial 3. <input type="checkbox"/> misto</p> <p>2. <input type="checkbox"/> comercial 4. <input type="checkbox"/> outro: _____</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>19. NO RESIDENCIAL O USO DO IMÓVEL É:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> residencial 3. <input type="checkbox"/> misto</p> <p>2. <input type="checkbox"/> comercial 4. <input type="checkbox"/> outro: _____</p> <p>99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>

20. QUAL ERA O COMÉRCIO E/OU SERVIÇO(S) QUE FUNCIONAVA(M) EM SUA MORADIA NO JURUNAS?

(pode marcar mais de uma).

1. mercearia
 2. venda de roupas
 3. oficinas em geral
 4. salão de beleza
 5. manicure/pedicure
 6. venda de chopp
 7. venda de comidas
 8. venda de bebidas
 9. costura em geral
 10. armarinho
 11. lavagem de roupa
 12. aula particular
 13. venda de açai
 14. padaria
 15. jogo do bicho
 16. Outros. Especificar _____
99. Não sabe/Sem Resposta

21. QUAL É O COMÉRCIO E/OU SERVIÇO(S) QUE FUNCIONA(M) EM SUA MORADIA NO RESIDENCIAL?

(pode marcar mais de uma).

1. mercearia
 2. venda de roupas
 3. oficinas em geral
 4. salão de beleza
 5. manicure/pedicure
 6. venda de chopp
 7. venda de comidas
 8. venda de bebidas
 9. costura em geral
 10. armarinho
 11. lavagem de roupa
 12. aula particular
 13. venda de açai
 14. padaria
 15. jogo do bicho
 16. Não desenvolve a atividade
 17. Outros. Especificar _____
99. Não sabe/Sem Resposta

22. VOCÊ RECEBIA AUXÍLIO COMÉRCIO?

1. Sim
 2. Não
99. Não sabe/Sem Resposta

22.1 QUAL FOI O VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SEU COMÉRCIO?

_____ R\$

99. Não sabe/Sem Resposta

23. QUAIS AS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO E RENDA DA FAMÍLIA?

1. especificar _____
99. Não sabe/Sem Resposta

PARTE III – SITUAÇÃO DA MORADIA	
24. O TÍTULO DE POSSE FOI EMITIDO NO NOME DA MULHER?	
1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
24.1 A PREFEITURA JÁ ENTREGOU OS DOCUMENTOS DE POSSE DO APARTAMENTO?	
1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
25. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ MORAVA NO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> menos de 01 ano 2. <input type="checkbox"/> de 01 a 05 anos 3. <input type="checkbox"/> de 06 a 10 anos 4. <input type="checkbox"/> de 11 a 20 anos 5. <input type="checkbox"/> de 21 a 30 anos 6. <input type="checkbox"/> 31 anos ou mais 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
26. A SUA MORADIA NO JURUNAS ERA?	
1. <input type="checkbox"/> próprio (comprado) 2. <input type="checkbox"/> ocupado 3. <input type="checkbox"/> alugado 4. <input type="checkbox"/> cedido 5. Outra: _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
27. QUANTAS PESSOAS MORAVAM NA SUA RESIDENCIA NO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> 01 pessoa 2. <input type="checkbox"/> 2 a 4 pessoas 3. <input type="checkbox"/> 5 a 7 pessoas 4. <input type="checkbox"/> 8 a 10 pessoas 5. <input type="checkbox"/> mais de 10 pessoas 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
28. QUANTAS FAMÍLIAS MORAVAM NA CASA?	
1. <input type="checkbox"/> apenas uma família morando na casa 2. <input type="checkbox"/> duas famílias conviventes na mesma casa 3. <input type="checkbox"/> três ou mais famílias conviventes na mesma casa 4. <input type="checkbox"/> duas famílias conviventes no mesmo terreno 5. <input type="checkbox"/> três ou mais famílias conviventes no mesmo terreno 6. <input type="checkbox"/> Outra: _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
29. QUANTOS CÔMODOS A MORADIA DO JURUNAS POSSUIA?	
1. <input type="checkbox"/> de 01 a 02 2. <input type="checkbox"/> de 03 a 05 3. <input type="checkbox"/> de 06 a 08 4. <input type="checkbox"/> 09 ou mais 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
30. ONDE AS PESSOAS DA FAMÍLIA DORMIAM NA MORADIA NO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> somente nos quartos 2. <input type="checkbox"/> sala e quartos 3. <input type="checkbox"/> sala, cozinha e quartos 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	

31. QUANTAS PESSOAS DORMIAM FORA DOS QUARTOS NA MORADIA DO JURUNAS?

1. nenhuma
 2. 01
 3. 02 a 03
 4. acima de 04
 99. Não sabe/Sem Resposta

32. O NÚMERO DE CÔMODOS NA ANTIGA RESIDENCIA ERA ADEQUADO AO NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA?

1. Sim
 2. Não
 99. Não sabe/Sem Resposta

33. QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA RESIDENCIA NO ANTONIO VINAGRE?

1. 01 pessoa
 2. 2 a 4 pessoas
 3. 5 a 7 pessoas
 4. 8 a 10 pessoas
 5. mais de 10 pessoas
 99. Não sabe/Sem Resposta

34. QUANTAS FAMÍLIAS MORAM NA NOVA RESIDENCIAL?

1. apenas uma família morando no apartamento
 2. duas famílias conviventes
 3. três ou mais famílias conviventes
 4. Outra: _____
 99. Não sabe/Sem Resposta

35. QUANTOS CÔMODOS A MORADIA POSSUI NO RESIDENCIAL?

1. de 03 a 05
 2. 06 ou mais
 99. Não sabe/Sem Resposta

36. ONDE AS PESSOAS DA FAMÍLIA DORMEM NA MORADIA DO RESIDENCIAL?

1. somente nos quartos
 2. sala e quartos
 3. sala, cozinha e quartos
 99. Não sabe/Sem Resposta

37. QUANTAS PESSOAS DORMEM FORA DOS QUARTOS NA MORADIA DO RESIDENCIAL?

1. nenhuma
 2. 01
 3. 02 a 03
 4. acima de 04
 99. Não sabe/Sem Resposta

38. O NÚMERO DE CÔMODOS NA NOVA RESIDENCIA É ADEQUADO AO NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA?

1. Sim
 2. Não
 99. Não sabe/Sem Resposta

39. QUAL ERA O TIPO DE CONSTRUÇÃO DE SUA MORADIA NO JURUNAS?

1. alvenaria
 2. madeira
 3. misto
 4. outro: _____
 99. Não sabe/Sem Resposta

<p>40. QUAL ERA O TIPO DE COBERTURA DA MORADIA NO JURUNAS?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> laje 2. <input type="checkbox"/> fibrocimento (Brasilit) 3. <input type="checkbox"/> cerâmica (telha) 4. <input type="checkbox"/> madeira/compensado 5. <input type="checkbox"/> outro: _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>41. NO JURUNAS A MORADIA ERA CONSTRUIDA EM CIMA DE QUE?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Em cima do alagado 2. <input type="checkbox"/> Em área alagável 3. <input type="checkbox"/> Em área seca 4. <input type="checkbox"/> Outros 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>42. A SUA MORADIA FICAVA EM QUAL TRECHO DO JURUNAS?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Veiga Cabral a Cesário Alvim 2. <input type="checkbox"/> Cesário Alvim a Osvaldo de Caldas Brito 3. <input type="checkbox"/> Osvaldo de Caldas Brito a Tamoios 4. <input type="checkbox"/> Tamoios a Mundurucus 5. <input type="checkbox"/> Mundurucus a Pariquis 6. <input type="checkbox"/> Pariquis a Caripunas 7. <input type="checkbox"/> Caripunas a Timbiras 8. <input type="checkbox"/> Timbiras a Fernando Guilhon 9. <input type="checkbox"/> outro: _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>43. O SANITÁRIO/BANHEIRO DE SUA MORADIA ERA:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> interno 2. <input type="checkbox"/> externo 3. <input type="checkbox"/> não tinha 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>44. DE QUE FORMA ERA FEITO O ESCOAMENTO DO BANHEIRO/SANITÁRIO DE SUA MORADIA NO JURUNAS?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Fossa séptica (com tratamento de esgoto) 2. <input type="checkbox"/> Fossa rudimentar (sem tratamento) 3. <input type="checkbox"/> Vala a céu aberto 4. <input type="checkbox"/> Direto para um rio, igarapé ou lago. 5. <input type="checkbox"/> Outra forma 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>PARTE IV - SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</p>
<p>45. COMO ERA FEITO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SUA MORADIA NO JURUNAS?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> encanada (rede geral Cosanpa) 2. <input type="checkbox"/> cisterna coletiva 3. <input type="checkbox"/> poço normal (boca aberta) 4. <input type="checkbox"/> poço artesiano (com bomba) 5. <input type="checkbox"/> sem abastecimento 6. <input type="checkbox"/> Outros _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>
<p>46. COMO ERA FEITO O ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA SUA MORADIA NO JURUNAS?</p> <p>1. <input type="checkbox"/> com eletricidade e fornecida pela Rede Celpa 2. <input type="checkbox"/> ligação direta 3. <input type="checkbox"/> sem eletricidade 4. <input type="checkbox"/> Outros 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta</p>

47. COMO É FEITO O ABASTECIMENTO DE ENERGIA DE SUA MORADIA NO RESIDENCIAL?	
1. <input type="checkbox"/> com eletricidade e fornecida pela Rede Celpa	
2. <input type="checkbox"/> ligação direta	
3. <input type="checkbox"/> sem eletricidade	
4. <input type="checkbox"/> outros	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
48. A COLETA DE LIXO DE SUA MORADIA NO JURUNAS ERA?	
1. <input type="checkbox"/> Coleta diária	
2. <input type="checkbox"/> Coleta 3 vezes na semana	
3. <input type="checkbox"/> Coleta 2 vezes na semana	
4. <input type="checkbox"/> Coleta 1 vez na semana	
5. <input type="checkbox"/> Não havia coleta	
6. <input type="checkbox"/> Outros: _____	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
49. A COLETA DE LIXO DE SUA MORADIA NO RESIDENCIAL É?	
1. <input type="checkbox"/> Coleta diária	
2. <input type="checkbox"/> Coleta 3 vezes na semana	
3. <input type="checkbox"/> Coleta 2 vezes na semana	
4. <input type="checkbox"/> Coleta 1 vez na semana	
5. <input type="checkbox"/> Não havia coleta	
6. <input type="checkbox"/> Outros: _____	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
50. QUAIS OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER QUE VOCÊ FREQUENTAVA NO BAIRRO DO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> Praça	
2. <input type="checkbox"/> Quadra de esporte	
3. <input type="checkbox"/> Outros _____	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
51. QUAIS OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER QUE VOCÊ FREQUENTA NO BAIRRO DO MARCO?	
1. <input type="checkbox"/> Praça	
2. <input type="checkbox"/> Quadra de esporte	
3. <input type="checkbox"/> Outros _____	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
52. QUANTO EM MÉDIA ERA O VALOR DE SUA CONTA DE ÁGUA NO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> menos de R\$ 15,00	5. <input type="checkbox"/> de R\$ 41,00 a 50,00
2. <input type="checkbox"/> de R\$ 16,00 a 20,00	6. <input type="checkbox"/> acima de 51,00
3. <input type="checkbox"/> de R\$ 21,00 a R\$ 30,00	7. <input type="checkbox"/> não pagava
4. <input type="checkbox"/> de R\$ 31,00 a R\$ 40,00	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
53. QUANTO EM MÉDIA É O VALOR DE SUA CONTA DE ÁGUA NO RESIDENCIAL?	
1. <input type="checkbox"/> menos de R\$ 15,00	5. <input type="checkbox"/> de R\$ 41,00 a 50,00
2. <input type="checkbox"/> de R\$ 16,00 a 20,00	6. <input type="checkbox"/> acima de 51,00
3. <input type="checkbox"/> de R\$ 21,00 a R\$ 30,00	7. <input type="checkbox"/> não pagava
4. <input type="checkbox"/> de R\$ 31,00 a R\$ 40,00	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
54. QUANTO EM MÉDIA ERA O VALOR DE SUA CONTA DE ENERGIA NO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> tarifa social R\$ _____	7. <input type="checkbox"/> 51,00 a 70,00
2. <input type="checkbox"/> de R\$ 6,00 a R\$ 15,00	8. <input type="checkbox"/> 71,00 a 100,00
3. <input type="checkbox"/> de R\$ 16,00 a 20,00	9. <input type="checkbox"/> acima de 100,00

4. <input type="checkbox"/> de R\$ 21,00 a R\$ 30,00	10. <input type="checkbox"/> não pagava
5. <input type="checkbox"/> de R\$ 31,00 a R\$ 40,00	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
6. <input type="checkbox"/> de R\$ 41,00 a 50,00	
55. QUANTO EM MÉDIA É O VALOR DE SUA CONTA DE ENERGIA NA NOVA MORADIA?	
1. <input type="checkbox"/> tarifa social R\$ _____	7. <input type="checkbox"/> 51,00 a 70,00
2. <input type="checkbox"/> de R\$ 6,00 a R\$ 15,00	8. <input type="checkbox"/> 71,00 a 100,00
3. <input type="checkbox"/> de R\$ 16,00 a 20,00	9. <input type="checkbox"/> acima de 100,00
4. <input type="checkbox"/> de R\$ 21,00 a R\$ 30,00	10. <input type="checkbox"/> não paga
5. <input type="checkbox"/> de R\$ 31,00 a R\$ 40,00	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
6. <input type="checkbox"/> de R\$ 41,00 a 50,00	
56. COMO VOCÊ AVALIA O SERVIÇO DE TRANSPORTE NO BAIRRO DO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> ótimo	4. <input type="checkbox"/> ruim
2. <input type="checkbox"/> bom	5. <input type="checkbox"/> péssimo
3. <input type="checkbox"/> regular	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
56.1 O DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO ANTES DO REASSENTAMENTO ERA FEITO DE:	
1. <input type="checkbox"/> ônibus	4. <input type="checkbox"/> motocicleta
2. <input type="checkbox"/> transporte alternativo (Van)	5. <input type="checkbox"/> outros _____
3. <input type="checkbox"/> bicicleta	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
57. COMO VOCÊ AVALIA O SERVIÇO DE TRANSPORTE NO BAIRRO DO MARCO?	
1. <input type="checkbox"/> ótimo	4. <input type="checkbox"/> ruim
2. <input type="checkbox"/> bom	5. <input type="checkbox"/> péssimo
3. <input type="checkbox"/> regular	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
57.1 O DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO HOJE É FEITO DE:	
1. <input type="checkbox"/> ônibus	4. <input type="checkbox"/> motocicleta
2. <input type="checkbox"/> transporte alternativo (Van)	5. <input type="checkbox"/> outros _____
3. <input type="checkbox"/> bicicleta	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
58. COMO VOCÊ AVALIA A FEIRA/MERCADO NO BAIRRO DO JURUNAS?	
1. <input type="checkbox"/> ótimo	4. <input type="checkbox"/> ruim
2. <input type="checkbox"/> bom	5. <input type="checkbox"/> péssimo
3. <input type="checkbox"/> regular	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
59. COMO VOCÊ AVALIA A FEIRA/MERCADO NO BAIRRO DO MARCO?	
1. <input type="checkbox"/> ótimo	4. <input type="checkbox"/> ruim
2. <input type="checkbox"/> bom	5. <input type="checkbox"/> péssimo
3. <input type="checkbox"/> regular	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
PARTE V - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA	
60. VOCÊ PARTICIPOU DO PLANO DE REASSENTAMENTO?	
1. <input type="checkbox"/> sim	
2. <input type="checkbox"/> não	
99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
60.1 SE SIM, DE QUE FORMA?	
R: _____	
62. COMO VOCÊ AVALIA A SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA?	
1. <input type="checkbox"/> ótimo	
2. <input type="checkbox"/> bom	
4. <input type="checkbox"/> ruim	
5. <input type="checkbox"/> péssimo	

3. <input type="checkbox"/> regular	99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta
PARTE VI- PERCEPÇÃO DO MORADOR	
63. QUAL FOI O VALOR DA AVALIAÇÃO DE SUA MORADIA DEFINIDO PELA PREFEITURA?	
1. <input type="checkbox"/> R\$ 1.000,00 a 5.000,00 2. <input type="checkbox"/> R\$ 6.000,00 a 10.000,00 3. <input type="checkbox"/> R\$ 11.000,00 a 15.000,00 4. <input type="checkbox"/> R\$ 16.000,00 a 20.000,00 5. <input type="checkbox"/> R\$ 21.000,00 a 25.000,00 6. <input type="checkbox"/> R\$ 26.000,00 a 30.000,00 7. <input type="checkbox"/> R\$ 31.000,00 a 35.000,00 8. <input type="checkbox"/> R\$ 36.000,00 a 40.000,00 9. <input type="checkbox"/> acima de R\$ 40.000,00 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
64. VOCÊ ACHOU JUSTA A AVALIAÇÃO DE SUA MORADIA DEFINIDA PELA PREFEITURA?	
1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
65. COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NA DEFINIÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL?	
1. <input type="checkbox"/> ótimo 4. <input type="checkbox"/> ruim 2. <input type="checkbox"/> bom 5. <input type="checkbox"/> péssimo 3. <input type="checkbox"/> regular 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
66. QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS APÓS O REASSENTAMENTO: (mais de uma resposta)	
1. <input type="checkbox"/> Aumento da taxa de energia 2. <input type="checkbox"/> Aumento da taxa de água 3. <input type="checkbox"/> Número de cômodos do apartamento insuficiente para acomodar os membros da família 4. <input type="checkbox"/> Tamanho dos cômodos 5. <input type="checkbox"/> Falta de recursos para modificar/melhorar o espaço da residência 6. <input type="checkbox"/> Perda da atividade de trabalho 7. <input type="checkbox"/> Distância entre a moradia nova e o trabalho na área anterior 8. <input type="checkbox"/> Relação familiar 9. <input type="checkbox"/> Relação de vizinhança 10. <input type="checkbox"/> Qualidade construtiva do prédio 11. <input type="checkbox"/> Dificuldade de acesso às escolas 12. <input type="checkbox"/> Dificuldade de acesso aos postos de saúde 13. <input type="checkbox"/> Dificuldade de acesso ao lazer 14. <input type="checkbox"/> Dificuldade de acesso ao transporte 15. <input type="checkbox"/> Insegurança 16. <input type="checkbox"/> Ventilação inapropriada 17. <input type="checkbox"/> Preocupação com a cobrança da taxa de condomínio 18. <input type="checkbox"/> Aumento do custo de vida 19. <input type="checkbox"/> Outros _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta	
67. QUAL O MAIOR IMPACTO EM SEU COTIDIANO, APÓS A MUDANÇA PARA O RESIDENCIAL?	
R: _____	

<p>68 . QUAIS AS PRINCIPAIS MELHORIAS APÓS O REASSENTAMENTO?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <input type="checkbox"/> Diminuição da taxa de energia 2. <input type="checkbox"/> Diminuição da taxa de água 3. <input type="checkbox"/> Número de cômodos do apartamento suficientes para acomodar os membros da família 4. <input type="checkbox"/> Tamanho dos cômodos 5. <input type="checkbox"/> Recursos para modificar/melhorar o espaço da residência 6. <input type="checkbox"/> Conseguiu atividade de trabalho 7. <input type="checkbox"/> Distância entre a moradia nova e o trabalho na área anterior 8. <input type="checkbox"/> Relação familiar 9. <input type="checkbox"/> Relação de vizinhança 10. <input type="checkbox"/> Qualidade construtiva do prédio 11. <input type="checkbox"/> Acesso às escolas 12. <input type="checkbox"/> Acesso aos postos de saúde 13. <input type="checkbox"/> Acesso ao lazer 14. <input type="checkbox"/> Acesso ao transporte 15. <input type="checkbox"/> Segurança 16. <input type="checkbox"/> Ventilação apropriada 17. <input type="checkbox"/> Diminuição do custo de vida 18. <input type="checkbox"/> Outros _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta 	
<p>69. O QUE VOCÊ SENTE FALTA NA NOVA MORADIA?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <input type="checkbox"/> Mais janelas 2. <input type="checkbox"/> Área de pátio 3. <input type="checkbox"/> Cozinha grande 4. <input type="checkbox"/> Sala junto com a cozinha 5. <input type="checkbox"/> Cômodos amplos 6. <input type="checkbox"/> Janela em cima da pia 7. <input type="checkbox"/> Quintal 8. <input type="checkbox"/> Saguão (chagão) 9. <input type="checkbox"/> Área coberta próxima da cozinha 10. <input type="checkbox"/> Mais privacidade 11. <input type="checkbox"/> De ter casa térrea 12. <input type="checkbox"/> De ver o rio 13. <input type="checkbox"/> Da ventilação 14. <input type="checkbox"/> Outros: _____ 99. <input type="checkbox"/> Não sabe/Sem Resposta 	
<p>OBSERVAÇÕES:</p>	

Nome do pesquisador:

Data:

APÊNDICE B – Sistematização da Pesquisa de Campo por Blocos de Apartamentos

QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO POR BLOCOS DE APARTAMENTOS ¹				
BLOCO A	BLOCO B	BLOCO C	BLOCO D	BLOCO E
101 - Alugado	101 - Não alcançado	101 - Morador pesquisado	101 - Morador pesquisado	101- Morador pesquisado
102 - Morador pesquisado	102 - Morador pesquisado	102 - Cedido	102 - Não aceitou	102- Morador pesquisado
103 - Alugado	103 - Não aceitou	103 - Morador pesquisado	103 - Morador pesquisado	103 - Não aceitou
104 - Morador pesquisado	104 - Morador pesquisado	104 - Morador pesquisado	104 - Não aceitou	104- Cedido
201 - Não alcançado	201 - Não aceitou	201 - Não alcançado	201 - Não aceitou	201 - Morador pesquisado
202 - Morador pesquisado	202 - Alugado	202 - Morador pesquisado	202 - Não aceitou	202 - Morador pesquisado
203 - Não alcançado	203 - Não alcançado	203 - Outro	203 - Não aceitou	203- Alugado
204 - Não alcançado	204 - Não alcançado	204 - Morador pesquisado	204 - Não aceitou	204 - Alugado
301 - Não aceitou	301 - Não aceitou	301 - Não aceitou	301 - Morador pesquisado	301- Alugado
302 - Não aceitou	302 - Morador pesquisado	302 - Morador pesquisado	302 - Não alcançado	302 - Alugado
303 - Morador pesquisado	303 - Alugado	303 - Morador pesquisado	303 - Morador pesquisado	303 - Morador pesquisado
304 - Morador pesquisado	304 - Morador pesquisado	304 - Morador pesquisado	304 - Morador pesquisado	304 - Morador pesquisado
BLOCO F	BLOCO G	BLOCO H	BLOCO I	BLOCO J
101 - Desocupado	101 - Desocupado	101 - Desocupado	101 - Outro	101 - Desocupado
102 - Não aceitou	102 - Morador pesquisado	102 - Desocupado	102 - Desocupado	102 - Desocupado
103 - Não aceitou	103 - Morador pesquisado	103 - Outro	103 - Morador pesquisado	103 - Desocupado
104 - Morador pesquisado	104 - Morador pesquisado	104 - Morador pesquisado	104 - Desocupado	104 - Desocupado
201 - Morador pesquisado	201 - Morador pesquisado	201 - Desocupado	201 - Desocupado	201 - Desocupado
202 - Morador pesquisado	202 - Morador pesquisado	202 - Desocupado	202 - Morador pesquisado	202- Desocupado
203 - Não alcançado	203 - Não aceitou	203 - Alugado	203 - Desocupado	203 - Desocupado
204 - Morador pesquisado	204 - Não aceitou	204 - Não alcançado	204 - Não alcançado	204 - Morador pesquisado
301 - Morador pesquisado	301 - Não aceitou	301 - Morador pesquisado	301 - Cedido	301 - Alugado
302 - Não alcançado	302 - Alugado	302 - Morador pesquisado	302 - Desocupado	302 - Alugado
303 - Morador pesquisado	303 - Morador pesquisado	303 - Morador pesquisado	303 - Cedido	303 - Morador pesquisado

¹ O quadro - Sistematização da pesquisa de campo por blocos de apartamentos, evidencia que do total de 105 famílias reassentadas pelo PROMABEN, a pesquisa conseguiu alcançar 52 (cinquenta e dois) moradores pesquisados, identificados no quadro como ‘Morador pesquisado’. Contudo, 53 (cinquenta e três) moradores não foram pesquisados, entre os quais encontram-se: 18 (dezoito) moradores que não aceitaram participar da pesquisa, identificados como ‘Não aceitou’; 21 (vinte e um) moradores que não atendiam aos critérios da pesquisa apresentados na Introdução desta dissertação, entre eles: 13 (treze) moradores que afirmaram alugar o apartamento do morador reassentado, identificado no quadro como ‘Alugado’; 04 (quatro) pessoas que afirmaram morar ‘Cedido’ pelo dono do apartamento; e ainda 04 (quatro) moradores reassentados de outras área de intervenção, como do Projeto da Av. João Paulo II; Vila da Barca e São Braz, sendo identificados como ‘Outro’. Ressalta-se ainda que 14 (quatorze) moradores não foram encontrados na residência em nenhum dos dias da pesquisa, o que segundo informações dos vizinhos: 07 (sete) moradores estavam trabalhando ou viajando; e 07 (sete) moradores não residiam no Conjunto, identificados no quadro como ‘Não alcançado’. A sistematização também aponta para 21 (vinte e um) apartamentos ‘Desocupados’, conforme informou a Prefeitura de Belém (BELÉM, 2016a).

304 - Alugado	304 - Não alcançado	304 - Não alcançado	304 - Morador pesquisado	304 - Morador pesquisado
--	--	P01 - Morador pesquisado	P03 - Desocupado	P05- Outro
--	--	P02 - Desocupado	P04 - Morador pesquisado	P06- Desocupado

APÊNDICE C – Convite



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS
CIDADE, HABITAÇÃO E ESPAÇO HUMANO (GEP-CIHAB)

CONVITE

O Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano – **GEP-CIHAB** convida os (as) senhores (as) a participarem da pesquisa: “Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias no Residencial Antônio Vinagre”, sob a responsabilidade da pesquisadora Aricarla Batista de Oliveira, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da UFPA, a qual pretende *analisar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN*. Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas a um formulário que consiste em: *informações sobre o morador; trabalho e renda; situação da moradia; situação dos serviços públicos e participação política*. Informamos que no formulário não serão identificados seus dados pessoais (como exemplo seu nome) e que essa pesquisa não possui vínculo com o governo Municipal, Estadual ou Federal.

Data inicial da pesquisa: 17 e 24 (sábado) de setembro de 2016.

Local: Residencial Antônio Vinagre.

Hora: A partir de 9:00 horas.

Contamos com sua valiosa participação!

APÊNDICE D – Boletim Informativo

BOLETIM INFORMATIVO

Aos moradores Reassentados para o Residencial Antônio Vinagre



Fique sabendo!

Em 2013 o Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB) realizou uma pesquisa com 57 moradores reassentados no Residencial Antônio Vinagre.

Esta pesquisa tinha como objetivo identificar as transformações que o reassentamento do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) causou na *vida dos moradores*.



Resultados da pesquisa

- *Informações sobre os moradores reassentados:*
 - Grande parte dos moradores reassentados possuía origem do próprio Bairro do Jurunas;
 - A maioria dos moradores entrevistados (60%) vivia no Bairro do Jurunas a mais de 30 anos;
- *Trabalho e Renda:*
 - Uma parcela importante das famílias possuía algum tipo de comércio/serviço em sua antiga residência;
 - A maioria das pessoas entrevistadas possuía ocupações/profissões informais, como: comerciantes/autônomos, donas de casa e diaristas;
 - Destaca-se que o processo de reassentamento trouxe perda de trabalho para alguns moradores;
 - Os dados coletados apontaram que houve aumento de 3,64% para 15,09% de pessoas desempregadas e sem renda após o reassentamento;



Podemos fazer algo?

- Resultados como estes, que apontam para impactos socioeconômicos e culturais advindos dos processos de reassentamento de famílias podem servir de instrumentos de luta e contribuir nas reivindicações pelo direito à cidade.

➤ *Estratégias de trabalho e renda:*

- Muitos moradores passaram a desenvolver algumas atividades comerciais para poder complementar sua renda, como: a venda de água, refrigerante, chopp de frutas e serviços de cópia e digitação;
- O valor recebido ajuda a complementar ou substituir a renda perdida com o processo de reassentamento, para arcar com as despesas da casa, que acordo com os dados aumentaram, prejudicando o orçamento da família;

➤ *Percepção dos moradores:*

- Os moradores identificaram como principais problemas pós-reassentamento: ao aumento da taxa de água; aumento do custo de vida; qualidade construtiva do prédio; perda da atividade de trabalho; relação de vizinhança
- E como principais melhorias: a segurança; acesso ao transporte; qualidade construtiva do prédio e o número de cômodos como algo positivo.

O que podemos concluir?



- A intervenção urbana na Bacia da Estrada Nova teve um forte discurso no aumento da qualidade de vida dos moradores e na busca da redução da desigualdade social e a pobreza, contudo, não passava de discurso ideológico, que pouco se preocupou com a satisfação das reais necessidades da população atingida pelas obras;
- Embora o “PROMABEN” afirme o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias e a preocupação em reduzir os impactos, na realidade as consequências do reassentamento provocaram enormes prejuízos e agravaram as condições de sobrevivência das famílias removidas do Bairro do Jurunas;
- O que se vê é uma política urbana que, ao garantir infraestrutura e embelezamento para a área saneada, desencadeia um processo de valorização da terra urbana, encarecendo o cotidiano das pessoas, aumentando os impostos, as taxas de serviços prestados, tornando mais complexo e mais caro o transporte, o lazer, a educação, o trabalho, etc;
- Assim, atuação do Estado é limitada, no que se refere às despesas relacionadas às necessidades da reprodução das pessoas, a exemplo das despesas com a habitação;



Universidade Federal do Pará
 Programa de Pós-graduação em Serviço Social
 Mais informações (Pesquisa completa): gepchiab@gmail.com

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS NO RESIDENCIAL ANTÔNIO VINAGRE**, sob a responsabilidade da pesquisadora Aricarla Batista de Oliveira, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFGPA), a qual pretende *analisar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN*.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas a um **formulário** que consiste em *informações sobre o morador; trabalho e renda; situação da moradia; situação dos serviços públicos e participação política*. Solicitamos também o **registro de imagens** (fotografias) da área externa dos blocos residenciais. Informamos que seus dados pessoais não serão identificados (como exemplo seu nome) e que essa pesquisa não possui vínculo com o governo Municipal, Estadual ou Federal.

Se você aceitar participar, estará contribuindo com resultados de pesquisas importantes sobre impactos socioeconômicos advindos de processos de reassentamentos de famílias, **o que pode servir como instrumento de organização comunitária e luta nas reivindicações ao poder público pelo direito à cidade**. Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados como dissertação de Mestrado, artigos científicos na comunidade acadêmica, além de retornar com os resultados para os moradores através de um Boletim Informativo, **mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo**.

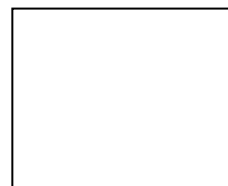
Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora através dos e-mails aricarlaoliveira@gmail.com / gepchiab@gmail.com ou pelo endereço: Rua Augusto Corrêa/ Guamá. CEP 66075-110 – UFPA, Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB), altos do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como a importância da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso desistir de participar quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Impressão do dedo polegar¹

Assinatura da Pesquisadora Responsável



¹ Caso o participante não saiba assinar.

APÊNDICE F – Identificação das Revistas

QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS POR REVISTAS				
Nº	TÍTULO DOS ARTIGOS SELECIONADOS	IDENTIFICAÇÃO DAS REVISTAS	TEMA	TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS NA EDIÇÃO/VOLUME
1.	Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco em Cuiabá-MT.	Argumentum V. 4, n. 1 (2012)	Crise capitalista e reconfiguração das políticas sociais.	9
2.	Política habitacional em Belém (PA): Estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares.	Argumentum V. 7, n. 2 (2015)	Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social.	18
3.	Empresariamento Urbano e Direito a Cidade: Considerações sobre os programas Favela-Bairro e Morar Carioca no Morro da Providência.	Libertas V. 13, n. 2 (2013)	Sem tema.	8
4.	Entre confrontos e desafios na construção da legitimidade popular: Algumas perspectivas sobre os movimentos de resistência em favelas do Rio de Janeiro.			
5.	Construir desmanchar: a implantação de conjuntos habitacionais em Manaus-AM e a dissolução da cidade flutuante, em 1967.	Libertas V. 15, n. 2 (2015)	Sem tema.	16
6.	Questão Urbana e exclusão social: O que mudou nas favelas de Praia Rosa e Sapucaia uma década após o Programa Bairrinho?	Políticas Públicas V. 12, n. 2 (2008)	Questão urbana, moradia e gestão das cidades.	10
7.	Política habitacional e (im) permanência de famílias remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização Vila da Barca em Belém, Pará.	Políticas Públicas V.17, n. 1 (2013)	Avaliação de políticas públicas: teorias e práticas.	22
8.	Segregação social do trabalho e da moradia: “Portal da Amazônia” em Belém (PA).	Temporális v. 15, n. 29 (2015)	Lutas sociais e produção de conhecimentos: desafios para o serviço social no contexto de crise do capital.	14

APÊNDICE G – Identificação dos ENPESS

QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS POR ENPESS				
Nº	ARTIGO SELECIONADOS	IDENTIFICAÇÃO DO ENCONTRO	TEMA	TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS NO EIXO TEMÁTICO (QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL)
	Sem seleção de artigos.	XI ENPESS realizado em 2008, na cidade de São Luís/MA	Trabalho, Políticas Sociais e projeto Ético-Político profissional do Serviço Social: resistências e desafios.	18
1.	Desapropriação urbana por utilidade pública – famílias não indenizadas.	XII ENPESS realizado em 2010, na cidade do Rio de Janeiro/RJ	Crise do Capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?	80
2.	Avaliação de práticas habitacionais pós remanejamento: área CDP (Belém/Pa) 10 anos depois			
3.	Impactos socioeconômicos vivenciados pelas famílias beneficiadas pelo projeto Moradia/Reconstrução			
4.	Análise do processo de pós-ocupação dos reassentados no Residencial José Carlos Guimarães em Várzea Grande – MT			

5.	Impactos evidenciados nos territórios dos assentamentos da região norte do município de Londrina	XIII ENPESS realizado em 2012, na cidade de Juiz de Fora/MG	Serviço Social, Acumulação Capitalista e Lutas Sociais: O Desenvolvimento em questão.	93
6.	O programa de urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro: o Morar Carioca em pauta	XIV ENPESS realizado em 2014, na cidade de Natal/RN, foram selecionados 2 trabalhos para a análise final	Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital.	100
7.	Avaliação dos impactos sociais, econômicos e territoriais nas famílias beneficiárias do PMCMV – Flor de Jasmim (Osasco – SP)			
8.	Projetos urbanos, remanejamento e rotinas familiares na comunidade Riacho Doce Belém-pa.	XV ENPESS, realizado em 2016, na cidade de Ribeirão Preto/SP foram selecionados 3 trabalhos para a análise final	Formação e Trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS.	78
9.	O papel do Estado na produção do espaço urbano: uma análise a partir dos reassentamentos involuntários de famílias.			
10.	Precariedade urbana e necessidades sociais: um par dialético para a análise e o enfrentamento da questão urbana no Brasil.			

APÊNDICE H – Sistematização dos Indicadores das Revistas e Encontros

QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS INDICADORES EVIDENCIADOS NAS REVISTAS E ENCONTROS					
Nº	TÍTULO	AUTOR (ES/AS)	IDENTIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO	OBJETIVO	PRINCIPAIS INDICADORES
1.	Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco em Cuiabá-MT	Lucimberg Camargo Dias	Argumentum v. 4, n. 1 2012	Conhecer a política de remoção e reassentamento da população que vive em assentamentos precários e em áreas de risco na cidade de Cuiabá (MT).	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tipo de construção (baixa qualidade); b) Tamanho e número de cômodos (insuficientes); c) Localização (insatisfação com a distância da antiga área); d) Casa própria (insatisfação de moradores que antes possuíam casa própria e residiam há muitos anos) e (satisfação relacionada à regularidade (posse) – moradores que pagavam aluguel); (possibilidade de escolha do novo endereço); e) Venda das moradias (retorno à antiga área); f) Minimização da coabitação familiar (reassentamento em mais de uma casa);</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> Variáveis: a) Serviços básicos de saúde, educação, assistência social, segurança; (serviços básicos – transporte público – ausentes); b) Comércio e serviços em geral (distantes);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i></p>

					<p>Variáveis: a) Inserção no mercado de trabalho (alto índice de desemprego); (dificuldade de desenvolvimento de atividades comerciais (bicos; atividade temporária); b) Renda domiciliar (dificuldade em se manter na nova moradia);</p> <p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Redes de solidariedade primárias e secundárias prejudicadas (impactos negativos nas estratégias de sobrevivência); b) Relações entre os moradores de vizinhança, amizade, colaboração e organização (rompimento de vínculos afetivos);</p> <p>➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação</i> Variáveis: a) Acesso à informação do Programa (precária participação nas reuniões – cunho informativo); b) Espaços públicos coletivos de socialização, lazer (ausentes);</p> <p>➤ <i>Organização coletiva (formal/informal):</i> Variáveis: a) Acesso a processos de organização do Programa (sentimento de coação); b) Espaços de organização coletiva de moradores (desmobilizados pelo poder público);</p> <p>➤ <i>Relação entre projeto e execução:</i></p>
--	--	--	--	--	---

					Variáveis: a) Demora na execução da remoção e reassentamento; b) Medidas insuficientes;
2.	Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares	Solange Maria Gayoso da Costa, Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão, Lilia Iêda Chaves Cavalcante	Argumentum v. 7, n. 2 2015	Neste sentido, este artigo descreve resultados preliminares obtidos no âmbito do projeto “O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá”, que investigou aspectos da adaptação habitacional em unidades multifamiliares construídas por intervenção governamental nas comunidades do Riacho Doce e Projeto Taboquinha, no município de Belém, Pará.	<p>➤ <i>Relação entre projeto e execução:</i> Variáveis: a) Demora na execução da remoção e reassentamento;</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Renda domiciliar (empobrecimento); (dificuldade em se manter na nova moradia (taxas e regras condominiais); b) Inserção no mercado de trabalho (dificuldade de desenvolvimento de atividades comerciais (bicos; atividade temporária).</p> <p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relações entre os moradores de vizinhança, amizade, colaboração e organização (rompimento de laços familiares – abalos psicológicos);</p> <p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tamanho e número dos cômodos (insatisfação; antes, muitas possuíam quintal); b) Tipo de construção (desconforto térmico); (material construtivo-alvenaria (satisfação); (baixa qualidade do material); c) Tipologia das casas – arranjo multifamiliar/residenciais de apartamentos verticalizados: (insatisfação); d) Localização da nova</p>

					<p>área (satisfação – área seca); e) Casa própria (titularidade da casa);</p> <p>➤ <i>Atendimento de serviços essenciais urbanos:</i> Variáveis: a) Condições sanitárias (satisfação);</p>
3.	<p>Entre Confrontos e Desafios na Construção da Legitimidade Popular: Algumas Perspectivas sobre os Movimentos de Resistências em Favelas do Rio de Janeiro</p>	<p><i>Nicolas Bautès, Lenise Lima Fernandes, Marcos David Burgos</i></p>	<p>Libertas v. 13, n. 2 2013</p>	<p>Este artigo desafia e aprofunda a análise acerca de algumas características frequentemente apresentadas sobre movimentos sociais em favelas, na configuração contemporânea dos problemas urbanos no Rio de Janeiro. Buscamos problematizar as relações estabelecidas entre estes grupos e levantar reflexões sobre como eles enfrentam os complexos jogos de interesses que atualmente marcam o espaço desta cidade</p>	<p>➤ <i>Organização coletiva (formal e informal):</i> Variáveis: a) Grau e atividades de organização coletiva (desmobilização da luta dos moradores pelo poder público e mídia); b) Espaços de organização coletiva de moradores (aparelhamento e a cooptação de ativistas e lideranças comunitárias);</p> <p>➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação:</i> Variáveis: a) Acesso à informação do Programa (inexistência de documentos técnicos para a interdição da área);</p>
4.	<p>Empresariamento Urbano e Direito à Cidade: Considerações sobre os Programas Favela-Bairro e Morar Carioca no Morro da Providência</p>	<p><i>Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, Thaiany Silva da Motta</i></p>	<p>Libertas v. 13, n. 2 2013</p>	<p>Este artigo discute o empresariamento urbano como estratégia político-espacial do neoliberalismo para promoção da reestruturação urbana e elemento que se interpõe na luta pelo direito à cidade. Para retomar e adensar essa luta entende-se que a resistência e mobilização da população são fundamentais.</p>	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tipo de construção (baixa qualidade das obras);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana:</i> Variáveis: a) Infraestrutura física (ausência de manutenção e investimentos seletivos-alienação territorial);</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i></p>

					<p>Variáveis: a) Serviços básicos (segurança pública – ação policial repressiva); (percepção de insegurança (tráfico de drogas);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Renda domiciliar (permanência de baixo rendimento); (comprometimento do orçamento familiar com serviços como água e energia elétrica – devido ao acesso antes ser informal);</p> <p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relações entre os moradores de vizinhança, amizade, colaboração e organização (perda das relações);</p> <p>➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação:</i> Variáveis: a) Acesso à informação do Programa (falta de informações sobre as obras); (inexistência de planejamento prévio para o destino dos moradores); (emprego da brutalidade nas remoções);</p> <p>➤ <i>Organização coletiva (formal e informal):</i> Variáveis: a) Grau e atividades de organização coletiva (escassa participação social); (criminalização dos movimentos sociais); (culpabilização dos moradores pelo atraso nas obras);</p>
--	--	--	--	--	---

					<p>➤ <i>Relação entre projeto e execução:</i> Variáveis: a) Processo de expropriação (articulação com as UPPs); b) Valorização dos imóveis (expulsão dos moradores); c) Remoções sem limites;</p>
5.	Construir, desmanchar: a implantação de conjuntos habitacionais em Manaus e a dissolução da cidade flutuante em 1967	Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker	Libertas v. 15, n. 2 2015	Neste artigo é abordada a promoção da habitação subsidiada pelo Estado em Manaus, frente o aparato desenvolvido por sucessivos governos nacionais, para efetivá-la como questão social no Brasil. Em meio à instauração de práticas incipientes de planejamento urbano na cidade, é destacada a aproximação entre o processo de implantação dos primeiros conjuntos habitacionais neste contexto, de Flôres e da Raiz, e o desmanche de um território, conformado por palafitas e flutuantes situados sobre as águas do Rio Negro, a “cidade flutuante”.	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tipologia da casa (estrutura da casa incompatível com as particularidades das famílias);</p> <p>➤ <i>Atendimento de serviços essenciais urbanos:</i> Variáveis: a) Condições (residencial desprovido de abastecimento de água e energia elétrica – início)</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> Variáveis: a) Serviços básicos (inexistência de serviço de transporte – início);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i> Variáveis: a) Infraestrutura (áreas de circulação de pedestres inacabadas);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Renda domiciliar (endividamento dos moradores (pagamento da moradia com prazo);</p>
6.	Questão urbana e exclusão social: o que	Maria de Fatima Cabral Marques	Políticas Públicas	Este artigo apresenta os resultados da primeira etapa	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i></p>

	mudou nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia uma década após o Programa Bairro?	Gomes e Lenise Lima Fernandes	v. 12, n. 2 2008	do estudo conduzido nas favelas Praia da Rosa e Sapucaia na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, com o objetivo de avaliar as mudanças verificadas a partir da implementação do Programa Bairro nessas áreas, entre 1996 e 1998, pela Prefeitura Municipal da Cidade.	<p>Variáveis: a) Tipo de construção (melhorias nas casas restritas às famílias com melhores condições de vida);(baixa qualidade das obras; b)Tipologia das casas (indiferente às particularidades de cada família);</p> <p>➤ <i>Atendimento de serviços essenciais urbanos:</i> Variáveis: a) Condições (precariedade do esgotamento);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana:</i> Variáveis: a) Infraestrutura (ausência de manutenção das melhorias físicas – deterioração dos espaços e equipamentos públicos, e sistema viário);</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> Variáveis: a) Serviços urbano básicos (percepção de insegurança – narcotráfico); (permanência de situações de risco e de vulnerabilidade);</p> <p>➤ <i>Organização coletiva:</i> Variáveis: a) Grau e atividades de organização coletiva (resistência dos moradores ao processo de remoção; recusa no <i>kit construção</i> como alternativa de reconstrução das casas; b) Espaços de organização coletiva de moradores (descrédito nos compromissos do poder público; iniciativas individuais e pontuais para resolver problemas; falta de</p>
--	--	-------------------------------	---------------------	--	--

					<p>representatividade da Associação dos Moradores);</p> <p>➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação:</i></p> <p>Variáveis: a) Espaços públicos coletivos de socialização, lazer (sem manutenção, em desuso pelos moradores, acabam sendo dominadas pelo tráfego); b) Acesso à informação do Programa (inexistência de acompanhamento social, técnico e financeiro às famílias após as obras);</p> <p>➤ <i>Relação entre projeto e execução:</i></p> <p>Variáveis: a) Melhoria da infraestrutura e condições ambientais (sem efetivação);</p>
7.	Política habitacional e (im)permanência de famílias remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização vila da barca em Belém, Pará	Alessandra Kelma de Souza, Joana Valente Santana.	Políticas Públicas v. 17, n. 1 2013	Este artigo busca analisar, a partir da intervenção estatal no projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca, em Belém (Pará), a questão da permanência dos moradores após o processo de remanejamento.	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i></p> <p>Variáveis: a) Tamanho da casa (insatisfação); b) Tipologia (falta de adaptação à pessoa com deficiência c) Tipo de construção (desconforto ambiental (calor); (necessidade de reparos; d) Venda da casa;</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i></p> <p>Variáveis: a) Inserção no mercado de trabalhos (impermanência da atividade comercial); b) Renda domiciliar (comprometimento do orçamento familiar com serviços como água e energia elétrica (devido ao acesso antes ser informal);(falta de condições financeiras</p>

					para melhorar reparos na casa); (impermanência- aumento dos gastos);
8.	Segregação social do trabalho e da moradia: “Portal da Amazônia” em Belém (PA)	Sandra Helena Ribeiro Cruz, Iraneide Souza Silva, Maria Elvira Rocha de Sá	Temporalis v. 15, n. 29 2015	O estudo investiga o projeto “Portal da Amazônia” implementado na cidade de Belém, compreendido como um grande projeto urbano que vem produzindo efeitos nas formas históricas de trabalho e moradia da orla fluvial sul, ao mesmo tempo gerado novos usos na perspectiva da “espetacularização” da cidade.	<p>➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação:</i> Variáveis: a) Acesso à informação do Programa (falta de informações sobre os planejamento prévio para o destino dos moradores - insegurança).</p> <p>➤ <i>Relação entre projeto e execução:</i> Variáveis: Discurso e efetividade (demora na execução do reassentamento; especulação do mercado imobiliário; aumento dos preços dos aluguéis e vendas de imóveis, tornando difícil o acesso para as famílias indenizadas; divergência entre o planejamento e a execução);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Inserção no mercado de trabalhos (perda da atividade econômica - dificuldade de desenvolvimento após as obras); b) Renda familiar (desarticulação da fonte de renda das famílias que possuíam comércio/serviço na antiga residência).</p> <p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Localização (insatisfação com a distância do novo local de moradia; rompimento das relações estabelecidas; dificuldade de permanência na área de intervenção);</p>

9.	Desapropriação urbana por utilidade pública – famílias não indenizadas.	Luiz Rogério Fernandes, Edna Célia da Silva, Bruna Aparecida Santos, Telma Lúcia de Oliveira, Maria Nadir de Sales do Amaral Militão.	XII-ENPESS 2010	O estudo busca analisar os impactos econômicos, sociais e relacionais nas famílias que ficaram sem casa própria e sem meios para adquirir um novo imóvel. A pesquisa está ancorada na teoria dos direitos humanos, que considera a propriedade como direito natural e contribuições do direito público e privado.	<p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relação de vizinhança e amizade (fragilização dos vínculos familiares); (dificuldade de adaptação com a nova vizinhança e com o bairro);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Renda domiciliar (dificuldade em arcar com as despesas com aluguel ou serviços de água, luz, condomínio, entre outras).</p>
10.	Avaliação de práticas habitacionais pós remanejamento: área CDP (Belém/Pa) 10 anos depois	Joana Valente Santana, Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão	XII-ENPESS 2010	Este trabalho investiga uma área de remanejamento de famílias (CDP/Paraíso dos Pássaros) após 10 anos de intervenção urbanística. Analisa os moradores reassentados entre 1998 e 2000, que ainda permanecem na área e se a participação desses na elaboração do projeto e de sua resistência implicou para a permanência.	<p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i> Variáveis: a) Infraestrutura (pavimentação da nova área);</p> <p>➤ <i>Organização coletiva (formal e informal):</i> Variáveis: a) Acesso a processos de organização do projeto (participação do usuário na definição do projeto habitacional; orientação técnica do projeto para as novas casas;);</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> Variável: a) Serviços básicos (percepção de insegurança);</p> <p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tipologia (satisfação com aspectos físico/interno da moradia); b) Tipo de construção (número significativo de casas modificadas; c) Venda de casas (impermanência);</p>

					<p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variável: a) Renda domiciliar (comprometimento do orçamento familiar com serviços como água e energia elétrica - devido ao acesso antes ser informal).</p>
11.	Impactos socioeconômicos vivenciados pelas famílias beneficiadas pelo projeto Moradia/Reconstrução	Lilian Lopes Damasceno, Raiana Franco Firme, Rosenete Roel de Oliveira, Adriana Ilha da Silva	XII-ENPESS 2010	Este estudo objetivou identificar os impactos socioeconômicos do Projeto Moradia/Reconstrução às famílias que receberam intervenção em seus imóveis que apresentavam risco estrutural e/ou más condições de moradia em Nova Palestina, no município de Vitória/ES, ano de 2008.	<p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variável: a) Inserção no mercado de trabalho (aumento dos índices de desemprego); b) Renda domiciliar (queda no rendimento individual e familiar mensal); (comprometimento do orçamento familiar com serviços como água e energia elétrica - devido ao acesso antes informal e com o financiamento da própria moradia – inadimplência);</p> <p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tamanho dos cômodos (pequeno); (número de cômodos (suficientes); b) Tipo de construção da moradia (alvenaria - conforto); (reparos - infiltrações);</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais</i> Variáveis: a) Serviços básicos (percepção de segurança);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i> Variáveis: a) Infraestrutura (pavimentação da nova área);</p>
12.	Análise do processo de pós-ocupação dos reassentados no Residencial José	Leila Chaban, Lucijane Viana Tavares Bernardes,	XIII-ENPESS 2012	Analisa o processo de Pós-Ocupação dos reassentados no Residencial José Carlos Guimarães localizado em	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tipologia da casa (dificuldade para a adaptação; b) Tamanho</p>

	Carlos Guimarães em Várzea Grande – MT	Terezina Fátima Paes de Arruda		Várzea Grande – MT, no âmbito do conjunto habitacional implantado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, tendo como objetivo, analisar como as famílias provindas de Área de Risco e Área de Preservação Permanente (APP) tem-se adaptado à nova moradia.	<p>da casa (pequeno); c) Tipo de construção (necessidades de reparos); d) Localização (melhoria nas condições da área (antiga área era alagada); e) Casa própria (posse/titularidade);</p> <p>➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação:</i> Variáveis: a) Acesso à informação do Programa (falta de esclarecimento na negociação (medo e incerteza);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i> Variáveis: a) Infraestrutura (pavimentação da nova área);</p> <p>➤ <i>Atendimento de serviços essenciais urbanos:</i> Variáveis: a) Condições (saneamento, energia elétrica e rede de abastecimento regular de água);</p>
13.	Impactos evidenciados nos territórios dos assentamentos da região norte do município de Londrina	Jolinda de Moraes Alves, Sandra Maria Almeida Cordeiro	XIII-ENPESS 2012	Analisa entraves do Programa de Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários - FNHIS iniciado em 2011, que consiste no remanejamento das famílias de três assentamentos da região norte do município: Nossa Senhora Aparecida, Fundo de Vale do Hilda Mandarinino e do Café Arábica, constituídos em comunidades que se diferem nos aspectos econômicos, culturais, sociais e	<p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relações de vizinhança (descaracterização dos laços de vizinhança); b) Rede de solidariedade (descaracterização);</p> <p>➤ <i>Mobilidade e trabalho:</i> Variáveis: a) Tempo de deslocamento (área distante do antigo local de moradia);</p> <p>➤ <i>Organização coletiva (formal e informal):</i></p>

				principalmente no tempo de ocupação dos locais.	Variáveis: a) Acesso a processos de organização do projeto (insatisfação pela não participação nas decisões quanto o processo de reassentamento);
14.	O programa de urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro: o Morar Carioca em pauta	Thaiany Silva da Motta	XIV-ENPESS 2014	Este artigo tem por objetivo problematizar o atual programa de urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro: O Morar Carioca. O programa tem provocado uma série de indagações a respeito das políticas urbanas implementadas na cidade, que têm tendido à verticalização, pouca participação social inúmeras violações de direitos.	<p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relações (rompimento dos laços de vizinhanças);</p> <p>➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação:</i> Variáveis: a) Espaços públicos coletivos de socialização, lazer e, específicos para crianças e adolescentes (sem áreas de socialização);</p> <p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tamanho dos apartamentos (pequenos); b) Tipo de construção (condições habitacionais e urbanas ruins);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Inserção no mercado de trabalho (distantes);</p>
15.	Avaliação dos impactos sociais, econômicos e territoriais nas famílias beneficiárias do PMCMV – Flor de Jasmim (Osasco – SP)	Carola C. Arregui, Dirce Koga.	XIV- ENPESS 2014	O texto objetiva socializar parte das reflexões sobre a pesquisa Avaliação do Trabalho Social e dos impactos na vida das famílias no Programa Minha Casa Minha Vida: município de Osasco/SP. São abordados e discutidos aqui os impactos sociais e econômicos do Programa, a partir de pesquisa	<p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relações (rompimento de vínculos afetivos);</p> <p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tipologia da casa (estrutura da casa incompatível com as particularidades das famílias);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i></p>

				realizada juntos aos moradores.	<p>Variáveis: a) Renda domiciliar (baixo rendimento); (comprometimento do orçamento familiar mensal); b) Inserção no mercado de trabalho (distância dos polos concentradores de ofertas de emprego);</p> <p>➤ <i>Mobilidade e trabalho:</i> Variáveis: a) Tempo e gasto com transporte no deslocamento para o trabalho;</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> Variáveis: a) Comércio e serviços (distantes; b) Serviços básicos (percepção de segurança);</p> <p>➤ <i>Disponibilidade de infraestrutura urbana</i> Variáveis: a) Pavimentação (satisfação);</p> <p>➤ <i>Atendimento de serviços essenciais urbanos</i> Variáveis: a) Saneamento básico, rede de abastecimento regular de água e energia elétrica (satisfação);</p>
16.	Projetos urbanos, remanejamento e rotinas familiares na comunidade Riacho Doce Belém-pa.	Eucicleia Dias Da Costa, Solange Maria Gayoso Da Costa, Danielen Rodrigues Costa, Alan Jhonatan Furtado Nunes.	XV-ENPESS 2016	Tem por objetivo traçar um perfil socioeconômico da população moradora do perímetro de intervenção do projeto e refletir sobre a dinâmica de organização das famílias e suas rotinas antes do processo de remanejamento, tomando-se como referência a execução do projeto PAC	<p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Casa própria (satisfação - ausência do pagamento de aluguel);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Renda domiciliar (aumento considerável dos rendimentos na casa atual - aquisição da moradia própria; ausência do pagamento de aluguel);</p>

				Riacho Doce, em especial às famílias selecionadas no ano de 2014 para serem deslocadas e que permanecem sem definição sobre o período de reassentamento na nova unidade habitacional.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relações de vizinhança (elevado grau de socialização);
17.	O papel do Estado na produção do espaço urbano: uma análise a partir dos reassentamentos involuntários de famílias.	Betina Ahlert, Gleny Terezinha, Duro Guimarães, Mayara Carolina Gonçalves Mendonça	XV-ENPESS 2016	Tem como objetivo refletir sobre o papel do Estado na política urbana e as relações entre Estado e Sociedade nos programas da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, com ênfase nos programas de reassentamento involuntário que historicamente perpassam os territórios das cidades brasileiras em todas as regiões do país.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Tipo de construção (melhora da moradia); (necessidade de executar reformas nos imóveis); b) Localização em bairros mais afastados do centro urbano; (desigualdade sócio espacial); ➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Renda domiciliar (falta de condições financeiras para reformas e reparos); (empobrecimento das famílias); b) Distância da casa para o trabalho implica negativamente (aumento no tempo de deslocamento no transporte público); ➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> Variáveis: a) Serviços básicos (falta de provimentos dos serviços públicos); ➤ <i>Espaços e canais de socialização e informação:</i> Variáveis: a) Acesso à informação do Programa (falta de comunicação e transparência das informações); (negociações individualizadas); (inexistência de acompanhamento social às famílias após o reassentamento);

					<p>➤ <i>Organização coletiva (formal e informal):</i> Variáveis: a) Grau e atividades de organização coletiva para resolver problemas (desmobilização das iniciativas coletivas)</p>
18.	<p>Precariedade urbana e necessidades sociais: um par dialético para a análise e o enfrentamento da questão urbana no Brasil.</p>	<p>Fernanda Galhardo Carpanelli</p>	<p>XV-ENPESS 2016</p>	<p>Tem como objetivo apresentar parte da análise desenvolvida pela autora durante sua dissertação de mestrado, sobre a dinâmica das condições de vida e das necessidades sociais da população atendida pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no primeiro empreendimento construído no Município de Osasco, o Conjunto Habitacional Flor de Jasmim.</p>	<p>➤ <i>Organização coletiva (formal e informal):</i> Variáveis: a) Acesso a processos de organização do Programa (insatisfação)</p> <p>➤ <i>Condições habitacionais da nova moradia:</i> Variáveis: a) Localização (insatisfação);</p> <p>➤ <i>Serviços urbanos e sociais:</i> Variáveis: a) Comércio e serviços (dificuldade no acesso);</p> <p>➤ <i>Condições financeiras/trabalho:</i> Variáveis: a) Renda domiciliar (aumento do custo de vida; permanência de baixo rendimento; sobrecarga do orçamento familiar com o surgimento de novas taxas); b) Inserção no mercado de trabalho (informal);</p> <p>➤ <i>Sociabilidade:</i> Variáveis: a) Relações de vizinhança e amizade (rompimento de relações de vizinhança; disciplina e controle na convivência no condomínio; reforço a individualização);</p>

APÊNDICE I – Quadro de Indicadores Total

QUADRO DOS INDICADORES EVIDENCIADOS			
PRINCIPAIS INDICADORES DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	PRINCIPAIS VARIÁVEIS	FREQÜÊNCIA EM QUE FORAM EVIDENCIADAS POR TRABALHO	IMPACTOS
<i>a) Condições habitacionais da nova moradia</i>	<i>a.1) Tamanho e número dos cômodos</i>	6	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Insatisfação com a redução do tamanho e com a insuficiência de cômodos;</i>
	<i>a.2) Localização da nova moradia</i>	5	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Insatisfação com a distância (ao centro urbano, às áreas de emprego e à antiga área de moradia);</i> • <i>Falta de melhorias urbanas;</i> • <i>Desigualdade sócio espacial</i>
		1	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação com a nova moradia (área seca);
	<i>a.3) Casa própria</i>	1	<ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação dos moradores que antes possuíam casa própria e residiam há muitos anos;
		4	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação pela regularização e titularidade;
		1	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de escolha do novo endereço;
	<i>a.4) Venda das moradias</i>	2	<ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação e retorno à antiga área de moradia; • Aumento dos gastos;
	<i>a.5) Minimização da coabitação familiar</i>	1	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação com reassentamento em mais de uma casa; Inadimplência;
	<i>a.6) Tipo de construção</i>	3	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação com o material e conforto térmico; • Satisfação com as de melhoria na qualidade de vida relacionadas às condições de saúde (tipo de construção e área pavimentada);
		8	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Insatisfação devido à baixa qualidade;</i> • <i>Necessidade de reparos;</i> • <i>Desconforto ambiental (calor);</i> • <i>Melhorias nas casas restritas às famílias com melhores condições de vida; Necessidade de reparos;</i>

	<i>a.7) Tipologia das casas</i>	6	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Insatisfação com arranjo multifamiliar/residenciais de apartamentos verticalizados, que desconsideram as particularidades das famílias;</i> • <i>Insatisfação pela falta de adaptação à pessoa com deficiência (presença de escadas externas e internas);</i> • <i>Dificuldade para a adaptação;</i>
		1	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação com aspectos físico/interno da moradia;
b) Disponibilidade de infraestrutura urbana:	b.1) Infraestrutura física (pavimentação; iluminação pública)	3	<ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação pela ausência de manutenção; • Investimentos seletivos (alienação territorial); • Áreas de circulação de pedestres inacabadas;
		4	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação com a pavimentação
c) Atendimento de serviços essenciais urbanos	c.1) Condições sanitárias; água, energia elétrica e coleta de lixo.	3	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação com o saneamento; rede de abastecimento regular de água e energia elétrica;
		2	<ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação, pois o residencial era desprovido de abastecimento de água e energia elétrica (início); • Precariedade no esgotamento sanitário e sistema viário;
<i>d) Serviços urbanos e sociais:</i>	<i>d.1) Serviços básicos de saúde, educação, assistência social, segurança e transporte público</i>	6	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Insatisfação pela fragilidade ou ausência.</i> • <i>Permanência de situações de risco e de vulnerabilidade;</i> • <i>Percepção de Insegurança (tráfego de drogas);</i> • <i>Ação policial repressiva;</i>
		2	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção de Segurança
	d.2) Comércio e serviços em geral	3	<ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação pela distância;
<i>a) Condições financeiras/trabalho/mobilidade:</i>	<i>e.1) Inserção no mercado de trabalho</i>	8	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Alto índice de desemprego;</i> • <i>Dificuldade de desenvolvimento de atividades comerciais (comércios, serviços, bicos; atividade temporária);</i> • <i>Inserção no mercado de trabalho informal;</i> • <i>Distância dos polos de emprego;</i>

	<i>e.2) Renda domiciliar</i>	12	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Empobrecimento;</i> • <i>Dificuldade em se manter na nova moradia (taxas e regras condominiais);</i> • <i>Permanência de baixo rendimento;</i> • <i>Queda no rendimento individual e familiar mensal;</i> • <i>Aumento dos gastos/ Comprometimento do orçamento familiar com serviços como água, energia elétrica (devido ao acesso antes ser informal) e taxa condominial;</i> • <i>Endividamento dos moradores (pagamento da moradia com prazo);</i> • <i>Falta de condições financeiras para realizar reformas e reparos na casa;</i> • <i>Inadimplência;</i>
		1	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento considerável dos rendimentos;
	e.2) Tempo de deslocamento para o trabalho e meio de transporte	2	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no tempo de deslocamento no transporte público (distância da casa para o trabalho).
<i>f) Sociabilidade:</i>	<i>f.1) Relações entre os moradores de vizinhança, amizade, colaboração e organização</i>	8	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Dificuldade de adaptação com a nova vizinhança e com o bairro;</i> • <i>Rompimento dos vínculos afetivos;</i> • <i>Abalos psicológicos;</i> • <i>Disciplina e controle na convivência no condomínio;</i> • <i>Reforço a individualização;</i>
		1	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado grau de socialização com vizinhos e com espaço.
	f.2) Redes de solidariedade primárias e secundárias	2	<ul style="list-style-type: none"> • Fragilização/rompimento dos vínculos familiares; • Impactos negativos na estratégia de sobrevivência;
<i>g) Espaços de socialização e informação</i>	g.1) Espaços públicos coletivos de socialização, lazer	3	<ul style="list-style-type: none"> • Ausentes; • Sem manutenção, em desuso pelos moradores, acabam sendo dominadas pelo tráfico;

		<i>g.2) Acesso à informação do Programa</i>	<i>7</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Emprego da brutalidade nas remoções;</i> • <i>Precária participação nas reuniões (cunho informativo);</i> • <i>Inexistência de documentos técnicos para a interdição da área;</i> • <i>Inexistência de planejamento prévio para o destino dos moradores;</i> • <i>Falta de informações sobre as obras;</i> • <i>Falta de esclarecimento na negociação (medo e incerteza);</i> • <i>Negociações individualizadas e conturbadas;</i> • <i>Inexistência de acompanhamento social, técnico e financeiro às famílias após as obras;</i>
h) Organização coletiva (formal/informal):	coletiva	h.1) Acesso a processos de organização do Programa	3	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de coação; • Insatisfação pela não participação nas decisões quanto o processo de reassentamento; • Insatisfação pela impossibilidade de escolha do lugar de moradia;
			1	<ul style="list-style-type: none"> • Participação do usuário na definição do projeto habitacional (orientação técnica do projeto para as novas casas);
		h.2) Espaços de organização coletiva de moradores	3	<ul style="list-style-type: none"> • Aparelhamento e a cooptação de ativistas e lideranças comunitárias; • Falta de representatividade da Associação dos Moradores;
		h.3) Grau e atividades de organização coletiva	4	<ul style="list-style-type: none"> • Desmobilização da luta dos moradores pelo poder público e mídia; • Descrédito nos compromissos do poder público; iniciativas individuais e pontuais para resolver problemas; • Escassa participação social; • Criminalização dos movimentos sociais (culpabilização dos moradores pelo atraso nas obras);

		1	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência dos moradores ao processo de remoção; recusa no <i>kit construção</i> como alternativa de reconstrução das casas;
<i>i) Relação entre projeto e execução</i>	<i>i.1) Discurso e efetividade</i>	5	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Melhoria da infraestrutura e condições ambientais sem conclusão;</i> • <i>Remoções sem limites;</i> • <i>Demora na execução da remoção e reassentamento;</i> • <i>Medidas insuficientes;</i> • <i>Especulação imobiliária;</i> • <i>Divergência entre o plano e a execução;</i>



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM UNIDADE
COORDENADORA DO PROGRAMA
PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA – PROMABEN

Em atendimento ao Ofício nº 18/2016 datado de 07 de junho de 2016 – o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN, por meio da Subcoordenação Social repassa as seguintes informações a discente **Aricarla Batista de Oliveira** sobre o processo de indenização e reassentamento de famílias:

1. Quantas famílias o PROMABEN já reassentou até hoje?

Resposta: 105 famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre.

2. Quantas foram reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre?

Resposta: O Conjunto Habitacional é composto por 126 unidades habitacionais, das quais 105 estão ocupadas por famílias reassentadas pelo PROMABEN e 21 estão destinadas para famílias que ainda serão remanejadas da área de intervenção da Bacia da Estrada Nova.

3. A Coordenação possui informação de venda, aluguel ou doação de apartamentos?

Resposta: Após o Reassentamento, em junho de 2012, houveram notícias de venda ou aluguel de apartamentos no Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre. A Subcoordenação Social do Promabem foi informada através de denúncias de vizinhos e outros, esses moradores foram notificados a comparecerem nesta UCP/Promabem para prestar esclarecimentos a cerca do assunto, e todos negaram qualquer venda ou aluguel de seus apartamentos.

4. Quantas famílias que possuíam comércio, dentro ou fora da residência, recebem auxílio comércio?

Resposta: Tínhamos 30 famílias recebendo auxílio-aluguel na sub-bacia 1, em maio/2015 todas essas famílias assinaram Termo Aditivo ao Acordo com a substituição de solução aplicável aos proprietários de atividades comerciais, onde a permuta por imóvel comercial a ser construído pelo Município de Belém foi substituída por uma indenização no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) respeitando a linha de corte, pago de uma só vez a cada um desses comerciantes.

5. Dessas famílias, quantas receberam boxes comerciais? Se receberam, qual o local?

Resposta: Nenhuma família recebeu box comercial pelo PROMABEN, no entanto, há dois boxes ocupados por famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB.

Atenciosamente,

Subcoordenação Social

Av. Bernardo Sayão nº 3224 – Bairro Condor, CEP: 66033-190 - Belém / Pará
Telefone/Fax: (91) 3272-0559



E-mail: ucp@cinbesa.com.br